# História e Economia

*revista interdisciplinar*

HISTÓRIA E ECONOMIA - revista interdisciplinar.
Instituto Lima Barreto. - vol.29, nº2 (2023). - Rio de Janeiro

Semestral
ISSN 1808-5318

1. História - Periódicos 2. Economia - Periódicos 3. Finanças -
Periódicos 4. Brasil - Periódicos I. Instituto Lima Barreto.

CCD 330.981

## Instituto Lima Barreto

**John Schulz**
Presidente

**Nilson Vieira Oliveira**
Diretor Geral

**Bruna Zachi**
Diretora

**Luana Leão**
Diretora Adjunta

## Equipa editorial

**Roberta Barros Meira**
Editora, Américas
Universidade da Região de Joinville

**Francisco Parejo Moruno**
Editor, Europa
Universidad de Extremadura

**Alexandre Ramos**
Editor Associado
Universidade de Évora

**Bruno Marconi**
Editor Associado
Universidade Federal de São João del Rei

**Jose F. Rangel Preciado**
Editor Associado
Universidad de Extremadura

**Mayan Braga**
Secretária Executiva
Universidade Federal do Rio de Janeiro

# Conselho editorial


**Alvaro Garrido**
Universidade de Coimbra

**Ana Sofia Ribeiro**
Universidade de Évora

**André Villela**
Fundação Getúlio Vargas

**Antonio Castro Henriques**
Universidade do Porto

**Antonio M. Linares Luján**
Universidad de Extremadura

**Antônio C. Jucá de Sampaio**
Universidade Federal do Rio de Janeiro

**Antônio Penalves Rocha**
Universidade de São Paulo

**Carlos Eduardo Carvalho**
Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo

**Carlos Gabriel Guimarães**
Universidade Federal Fluminense

**Crislayne G. Marão Alfagali**
Universidade Católica do Rio de Janeiro

**Deivid Valério Gaia**
Universidade Federal do Rio de Janeiro

**Felipe Pereira Loureiro**
Universidade de São Paulo

**Gail Triner**
Rutgers University

**Guy Pierre**
Universidad Autónoma de la
Ciudad de México

**Jaime Reis**
Universidade de Lisboa

**Javier Moreno Lazaro**
Universidad de Valladolid

**John K. Thornton**
Boston University

**Jonathan B. Wight**
University of Richmond

**José Luis Cardoso**
Universidade de Lisboa

**Leonor Freire Costa**
Universidade de Lisboa

**Luiz Felipe de Alencastro**
Fundação Getúlio Vargas / Sorbonne

**Mafalda Soares da Cunha**
Universidade de Évora

**Marcos Cintra**
Unicamp

**Pedro Carvalho de Mello**
ESALQ
Universidade de São Paulo

**Renato Leite Marcondes**
Universidade de São Paulo
Ribeirão Preto

**Ricardo Feijó**
Universidade de São Paulo
Ribeirão Preto

**Rita Almico**
Universidade Federal Fluminense

**Sergio Riesco Roche**
Universidade Complutense de Madrid

**Sigfrido Vazquez**
Universidad de Extremadura

**Steven Topik**
University of California Irvine

**Vitoria Saddi**
Insper

**Tiragem**
500 exemplares

**Instituto Lima Barreto**
Rua Saubara, 189. Itanhangá.
Rio de Janeiro, RJ 22641-550

**Universidad de Extremadura**
Area de Historia e Instituciones Económicas
Avenida de Elvas s/n 06006 Badajoz, España

revistahistoriaeconomia@gmail.com – http://www.historiaeconomica.pt/

A Revista História e Economia do Instituto Lima Barreto é uma publicação interdisciplinar editada pelo Instituto e pela Universidad de Extremadura (UNEX), sendo dirigida por um conselho editorial composto por professores de diferentes universidades, no Brasil, Espanha, Estados Unidos, Mexico e Portugal.

# Sumário

## I Apresentação

**Nota do Editor**
*Editor's Note* . . . . . **13**

## II Artigos

**HERDAR, POSSUIR, FLUIR: As diferentes formas de administrar bens a partir da literatura tardoantiga (séculos IV e V d.C.)**
*INHERIT, OWN, FLOW: The Different Ways of Managing Assets from the Literature of Late Antiquity (4th and 5th centuries AD)*
***Amanda Reis dos Santos*** . . . . . **16**

**O MERCADO DE GRAVURAS NA EUROPA DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII: o caso do retrato «Vera effigies celeberrimi P. Antonii Vieyra»**
*THE ENGRAVINGS MARKET IN EUROPE IN THE FIRST HALF OF THE 18TH CENTURY: the case of the portrait «Vera effigies celeberrimi P. Antonii Vieyra»*
***Ana Elisa Silva Arêdes*** . . . . . **40**

**MERCADO MATRIMONIAL NA FREGUESIA SETECENTISTA DE JACAREPAGUÁ: RIO DE JANEIRO**
*MARRIAGE MARKET IN THE 18TH CENTURY IN PARISH OF JACAREPAGUÁ: RIO DE JANEIRO*
***Mareana Barbosa Gonçalves Mathias da Silva*** . . . . . **55**

**DO "OURO BRANCO" AO "OURO NEGRO": A dinâmica econômica do extremo sul da província capixaba – século XIX**
*FROM "WHITE GOLD" TO "BLACK GOLD": The Economic Dynamics of the Extreme South of the Province of Espirito Santo – 19*
***Laryssa da Silva Machado*** . . . . . **81**

**AS FÁBRICAS ATRAVÉS DO TRIBUNAL DA JUNTA DO COMÉRCIO: Uma breve análise do surgimento da indústria no Brasil**
*A Brief Analysis of the Emergence of Industry in Brazil: A Brief Analysis of the Emergence of Industry in Brazil*
***Matheus Sinder*** . . . . . **119**

**WHEN THE MUSIC STOPPED: Reagan Administration's Response to Brazil's Debt Crisis (1982-1983)**
*QUANDO A MÚSICA PAROU: A resposta da administração Reagan à Crise da Dívida brasileira (1982-1983)*
***Bruno Biasetto*** . . . . . **133**

## III Resenhas

**Núñez Romero-Balmas, Gregorio y Vázquez-Fariñas, María (Eds.): Finanzas e industrialización en España. Jaén, Editorial Universidad de Jaén, 2022.**
*RESENHA DE OBRA*
***Sheila Palomares Alarcón*** . . . . . **147**

*Parte I*

# Apresentação

## Nota do Editor

Pensar a história econômica em espaços e temporalidades diferentes é o que se propõe o volume 29 da Revista História e Economia. As pesquisas a seguir discutem uma diversidade de temas que vão desde os documentos literários do séculos IV e V d.C, a demografia no Brasil Colônia, as redes de circulação de materiais impressos produzidos pelos jesuítas, o mercado matrimonial no Brasil Colônia, o comércio ilegal de escravizados na província do Espírito Santo, a participação da mão de obra escravizada no início da industrialização brasileira do século XIX e as negociações políticas que envolveram o Brasil e os Estados Unidos no Governo Reagan.

O artigo que abre o volume, *Herdar, possuir, fluir: as diferentes formas de administrar bens a partir da literatura tardoantiga (séculos IV e V d.C.)*, de Amanda Reis dos Santos, analisa o corpus epistolar de Jerônimo de Estridão e documentos literários entre os séculos IV e V d.C. As fontes são tratadas aqui pelo viés da perspectiva de gênero e do método da História Cruzada. Nesse sentido, a autora apresenta uma discussão sobre as modalidades de gerenciamento de bens, destacando a diferença entre dissipação e dilapidação patrimonial.

Os estudos sobre os jesuítas vêm apresentando questões ainda pouco abordadas pela história da religião, como a discussão proposta por Ana Elisa Silva Arêdes. Em *O mercado de gravuras na Europa da primeira metade do século XVIII: o caso do retrato "Vera effigies celeberrimi P. Antonii Vieyra",* a autora investiga um retrato do padre António Vieira reproduzido em diversos livros impressos durante a primeira metade do século XVIII. O texto destaca a extensa circulação de materiais impressos e a formação de uma rede comercial entre Roma, Veneza, Barcelona, Madrid, Pamplona e Lisboa.

Ao nos deslocarmos da Europa para o Brasil Colônia, temos o artigo de Mareana Barbosa Gonçalves Mathias da Silva sobre o *Mercado matrimonial na freguesia setecentista de Jacarepaguá - Rio de Janeiro.* O estudo demográfico que abarca a segunda metade do século XVIII, traça um perfil da vida cotidiana de lavradores pobres dos engenhos dentro do Antigo Regime católico português. A pesquisa levantou dados "sobre a idade média para o matrimônio, intervalo intergenésico, primogenésico, legitimidade dos filhos de livres e escravos, além da lucratividade, para o ano de 1797, dos moradores da região".

A produção cafeeira e açucareira do Espírito Santo recebe destaque no trabalho *Do "ouro branco" ao "ouro negro": a dinâmica econômica do extremo sul da província capixaba - século XIX,* de Laryssa da Silva Machado. A autora discute a economia regional considerando as diferenças entre as regiões norte, centro e sul da Província. Destacamos no artigo a análise sobre a rede de contrabando ilegal de africanos após 1850, que tinha como um dos seus pontos privilegiados a província capixaba.

*As fábricas através do tribunal da Junta do Comércio: uma breve análise do surgimento da indústria no Brasil,* de Matheus Sinder, apresenta um mapeamento do setor fabril utilizando como fonte principal da pesquisa a documentação do Tribunal da Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. O autor demonstra a presença da economia escravista nacional nos novos setores econômicos modernos inseridos no capitalismo histórico e no mercado mundial. Nesse sentido, o mapeamento realizado traz dados que comprovam a relação com a escravidão nos principais setores fabris oitocentistas, como Vestuário e Limpeza, as fábricas de sabão, velas, chapéus, calçados etc.

Mudando a temporalidade e o espaço de análise das pesquisas voltadas para o século XIX, acompanhamos a pesquisa de Bruno Biasetto intitulada *When the music stopped: Reagan Administration's Response to Brazil's Debt Crisis (1982-1983).* O autor analisa as negociações e as políticas que tiveram relação com a aprovação do pacote de resgate em 1983, que tinha como um dos seus principais objetivos evitar o calote da dívida brasileira. Nesses meandros políticos, o autor discute o papel das instituições financeiras internacionais, como o FMI e o Federal Reserve.

Para fecharmos os trabalhos de 2023, Sheila Palomares Alarcón resenha a obra *Finanzas e industrialización en España,* organizado por Gregorio Núñez Romero-Balmas e María Vázquez-Fariñas.

Desejamos a todos uma instigante leitura dos artigos apresentados. Aguardamos a participação dos nossos leitores e autores na próxima edição da Revista História e Economia, a ser realizada em 2024, ano em que completará o seu trigésimo volume.

## Editor's Note

Thinking about economic history in different spaces and times is what volume 29 of História e Economia proposes. The following research discusses a variety of topics ranging from literary documents from the 4th and 5th centuries AD, demography in Colonial Brazil, the circulation networks of printed materials produced by the Jesuits, the marriage market in Colonial Brazil, the illegal slave trade in the province of Espírito Santo, the participation of enslaved labor at the start of Brazilian industrialization in the 19th century and the political negotiations that involved Brazil and the United States during the Reagan administration.

The article that opens the volume, *Inherit, Own, Flow: The Different Ways of Managing Assets from the Literature of Late Antiquity (4th and 5th centuries AD)*, by Amanda Reis dos Santos, analyzes the correspondence of Jerome of Stridon and complementary literary documents from the 4th and 5th centuries AD. The sources are treated here through the lens of the gender perspective. In this sense, the author presents a discussion on the practices of asset management, highlighting the difference between dissipation and dilapidation.

Studies on the Jesuits have presented questions that have not yet been addressed in the history of religion, such as the discussion proposed by Ana Elisa Silva Arêdes. In *The Engraving Market in Europe in the First Half of the 18th century: the Case of the Painting Entitled "Vera effigies celeberrimi P. Antonii Vieyra"*, the author investigates a portrait of Father António Vieira reproduced in various printed books during the first half of the 18th century. The text highlights the extensive circulation of printed materials and the formation of a commercial network including Rome, Venice, Barcelona, Madrid, Pamplona and Lisbon.

Moving from Europe to colonial Brazil, we have Mareana Barbosa Gonçalves Mathias da Silva's article on the *Marriage Market in the 18th Century Parish of Jacarepaguá - Rio de Janeiro*. This demographic study, which covers the second half of the century, provides a profile of the daily life of lesser planters within the Portuguese Catholic Ancien Régime. The research collected data on the average age of marriage, intergenerational intervals, primogenitary succession, legitimacy of the children of freemen and slaves, as well as the profitability of the region's residents in 1797.

Espírito Santo's coffee and sugar production is examined in *From "White Gold" to "Black Gold": the Economic Dynamics of the Extreme South of the Province of Espírito Santo - 19th century*, by Laryssa da Silva Machado. The author discusses the regional economy, considering the differences between the northern, central, and southern regions of the province. In the article, we highlight the analysis of the illegal African smuggling network after 1850, which had the province of Espírito Santo as one of its main centers.

*Factories through the Court of the Board of Trade: a Brief Analysis of the Emergence of Industry in Brazil*, by Matheus Sinder, maps the manufacturing sector using the documentation of the Court of the Board of Trade, Agriculture, Factories and Navigation as its main source. The author demonstrates the presence of slaved workers in the modern economic sectors inserted into the world market. He shows the presence of the enslaved in manufacturing including clothing, soap, candles, hats, footwear, etc.

Changing the time of analysis to the 20th century, we see Bruno Biasetto's research entitled *When the Music Stopped: The Reagan Administration's Response to Brazil's Debt Crisis (1982-1983)*. The author analyzes the negotiations and policies leading to the bailout package in 1983, which sought to avoid a Brazilian debt default. In these political meanderings, the author discusses the role of financial institutions, such as the IMF and the Federal Reserve.

To close the 2023 edition, Sheila Palomares Alarcón reviews *Finanzas e industrialización en España*, organized by Gregorio Núñez Romero-Balmas and María Vázquez-Fariñas.

We wish you all a stimulating reading of the articles presented. We look forward to the participation of our readers and authors in the next edition of História e Economia, to be published in 2024, the year in which it will complete its thirtieth volume.

*Parte II*

# Artigos

# HERDAR, POSSUIR, FLUIR:

## As diferentes formas de administrar bens a partir da literatura tardoantiga (séculos IV e V d.C.)

# *INHERIT, OWN, FLOW:*

## *The Different Ways of Managing Assets from the Literature of Late Antiquity (4th and 5th centuries AD)*

**Amanda Reis dos Santos**[a,@]

[a]Mestre em História Comparada pelo PPGHC – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e formada em História pela mesma instituição. Especialista em Gestão Escolar pela USP/Esalq. Foi integrante do corpo discente do Laboratório de História Antiga (LHIA/UFRJ) entre 2015 e 2021, centrando sua pesquisa nos seguintes temas: História Comparada. História Antiga, com ênfase em Antiguidade Tardia. Estudos Mediterrânicos. História de Gênero e História das Mulheres.
[@]Contato principal: **amanda@institutolb.org**

### Resumo

**É possível encontrar no *corpus* epistolar de Jerônimo de Estridão, bem como em outros documentos literários existentes entre os séculos IV e V d.C., uma série de informações relacionadas ao fluxo de riqueza de diversos membros da elite no Império Romano tardoantigo. Nesse sentido, vendas, compras e trocas de bens foram assuntos mobilizados em vários momentos pelo chamado monge do deserto, em correspondências diversas e envolvendo diferentes indivíduos. Dito isso, o objetivo do presente artigo é apresentar diferentes modalidades de gerenciamento de bens, com foco na diferença entre dissipação e dilapidação patrimonial, partindo da perspectiva de gênero e do método da *História Cruzada.***

**Palavras-chave**

Antiguidade Tardia | economia | administração patrimonial | gênero | patrística

**Códigos JEL**

M50 | N80 | N83 | N93

### Abstract

**It is possible to find in the epistolary *corpus* of Jerome of Stridon, as well as in other literary documents from the 4th and 5th centuries AD, a series of information related to the flow of wealth amongst various members of the elite in the Late Roman Empire. In this context, sales, purchases, and exchanges of goods were discussed at various times by the so-called desert monk in his correspondences, involving a wide range of people. Therefore, the aim of this article is to present different modes of property management, focusing on the difference between dissipation and dilapidation of assets, from a gender perspective.**

**Keywords**

Late Antiquity | economy | patrimonial management | gender | patristic

**JEL Codes**

M50 | N80 | N83 | N93

## 1. INTRODUÇÃO

Os séculos IV e V são de suma importância para a compreensão da consolidação do cristianismo no Império Romano. Nesse contexto, é possível constatar um aumento substancial de documentos literários cujo foco recaía em figuras tidas como *sanctae* (santas), sobretudo em mulheres da alta elite, a fim de consolidá-las enquanto exemplos de virtude e boas condutas: ainda que com certas especificidades, eles mostram que, quando convertidas, passavam a dispor de seu patrimônio em favor não só dos necessitados

como também de igrejas e monastérios. Na esteira dessas ações, observam-se fenômenos como a expansão de deslocamentos geográficos ao Norte da África e Oriente, onde grupos de viajantes (alguns liderados por mulheres) serviam como patronos de locais santos; modificação da paisagem, por meio de construções diversas; patrocínio de monges e bispos – dentre outros exemplos.

Visto que a literatura da época permite investigar de perto tais ações e conectar as diferentes trajetórias desses personagens, o objetivo deste artigo consiste em explorar como algumas ricas cristãs administravam seus bens no supracitado recorte temporal. Pretende-se analisar redes de contato no Mediterrâneo através dos casos de Paula, a Antiga, e de sua filha, Eustáquia, a fim de compreender, por um lado, as características e motivações da dispersão de seus bens, e também porque são tidas como exemplares. Utilizando como *corpus* central algumas cartas de Jerônimo de Estridão, serão respondidos os seguintes questionamentos: o que se doava, a quem, em quais circunstâncias e por quê? Havia regras inerentes à beneficência? Que impacto isso gerava nas relações familiares e locais – sobretudo no Oriente, onde mãe e filha se estabeleceram? Para tanto, será mobilizada uma tipologia de doações, a fim de sistematizá-las: dilapidação e dissipação de bens – a fim de aferir em que grau isto era realizado.

Por fim, vale ressaltar que este texto é um recorte da dissertação de mestrado intitulada *Administração do patrimônio de ricas cristãs: uma análise cruzada a partir do corpus epistolar de Jerônimo de Estridão (séc. IV e V d.C.)* – defendida em 2021 no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da UFRJ. Assim sendo, o método que se privilegiou para estudo das fontes foi a *História Cruzada*, proposto por Bénédicte Zimmermann e Michael Werner (2003). Já em relação ao aporte teórico, lançou-se mão do diálogo entre a História das Mulheres e a teoria de gênero, tal como discutido por Elizabeth Clark e suas adeptas – fundamental no que diz respeito à construção de representações e agências femininas na literatura tardo-antiga. Concluir-se-á que os casos estudados revelam múltiplas formas de administração patrimonial por ricas cristãs no recorte em questão.

## 2. Para administrar, é preciso possuir: como investigar mulheres que detinham bens em uma precisa rede de cruzamentos

### 2.1 Questões preliminares

Em 385, toma-se conhecimento, por meio de uma carta de Jerônimo – um estridonense cuja vocação literária havia o levado a Roma em sua juventude – de uma mãe enlutada pela perda de uma de suas quatro filhas. Acusava-se o próprio emissor da epístola de ter contribuído para sua morte: era um momento delicado na *cidade eterna* para ex-eremitas como ele, e a elite romana, já antipática à sua pessoa, não poupou críticas aos seus ensinamentos ascéticos a damas como Blesilla – a personagem precocemente morta, aos 19 anos, por jejuns imoderados (Jer., *Ep.*, 39).

Ao contrário do que se poderia imaginar, Paula – a referida mãe – não compartilhava o mesmo rancor de seus pares, ou, pelo menos, não é o que se exprime na documentação onde aparece. Pelo contrário: após o imbróglio, deixara quase todos os seus filhos restantes, chorosos, em um porto e, com uma de suas filhas, Eustáquia – à época, ainda adolescente –, tomou um barco para a ilha de Ponza, realizando uma extensa peregrinação até chegar a Antioquia, onde se encontraria com o homem acusado de ligação com a morte de Blesilla.

Dessa estadia, pouco se conhece a fundo – à exceção de algumas notas registradas no epitáfio que seria escrito quase três décadas mais tarde (Jer., *Ep.*, 108), em homenagem à Paula, falecida em 404. Naquele momento, todos os mencionados personagens encontravam-se a quilômetros de distância de Roma: haviam se estabelecido antes mesmo da última década do século IV em uma pequena comunidade rural no Oriente, local à época famoso por circuitos de peregrinação e por ser o lugar onde Jesus teria nascido. Foi em Belém, assim, onde fizeram sua vida com certo sucesso. Ali, construíram dois mosteiros e recebiam regularmente

indivíduos vindos de todas as latitudes do Mediterrâneo.

Evidentemente, faltam longas explicações no breve resumo feito de suas trajetórias: quem foram, afinal, estas duas mulheres com as quais Jerônimo registrou maior contato ao longo da vida – tendo lhes dedicado cartas, diversos prefácios e comentários de livros? Como o trio se conheceu e que tipo de relação cimentaram, a ponto de a matrona ter abandonado sua terra natal para se estabelecer, com uma de suas filhas, em lugar tão distante? Aliás, sendo mãe de outros três, por que não os levou consigo?

Cumpre enunciar, assim, algumas notas introdutórias: embora notícias biográficas acerca de Paula sejam escassas e tributárias quase exclusivamente do epistolário de Jerônimo de Estridão, sabe-se que ela era proveniente de uma rica família aristocrática romana, com uma rede de influência significativa. Seu marido, Júlio Toxócio, era senador – bem como Pamáquio, seu único genro – e morrera em 381, deixando-a viúva. Sabe-se, ainda, que foi uma frequentadora assídua do Círculo do Aventino, uma congregação literária famosa situada em uma colina homônima em Roma, que reunia mulheres para estudo das Escrituras no século IV. Foi engendrado, não por acaso, por parentes de uma *gens* próxima: a de Marcella e Asella – outras ricas romanas de um tradicional ramo da elite senatorial. Vale lembrar, o Novo e o Antigo Testamento estavam se tornando populares à época e, não à toa, é de Jerônimo o trabalho hercúleo de tradução para o latim a partir de suas línguas originais – respectivamente, o grego e o hebraico (Jer., *Vir. Ill.,* 135).

A despeito da fama do círculo à época, são escassas as notícias sobre seu funcionamento. Porém, o estridonense sempre deixou claro o quão suas congregantes eram instruídas, letradas e dedicadas às atividades – resultado do ócio aristocrático comum de sua posição social à época. Marcella, por exemplo, teria sido uma constante instigadora de seus trabalhos, propondo-lhe perguntas filológicas e filosóficas, além de sugestões de tradução. O mesmo pode ser dito em relação à Paula e Eustáquia, que exerciam tanta influência intelectual em Jerônimo que este chegou a interromper um trabalho para atender às suas demandas. A despeito dessa aparentemente boa relação, são escusos os motivos pelos quais quase ninguém o acompanhou em sua jornada ao Norte da África, em um primeiro momento, e, posteriormente, ao Oriente: somente mãe e filha o fizeram, com um séquito anônimo.

Foi, aliás, no Aventino que uma comitiva para a qual Jerônimo servia como intérprete – formada também por Epifânio e Paulino de Nola – chegou, a fim de discutir questões doutrinárias, recebendo hospitalidade de Paula e Marcella. Contudo, deve-se ressaltar um detalhe nada irrelevante: ao contrário dos bispos em questão, Jerônimo não passava de um *outsider* de cerca de trinta e cinco anos, com uma boa formação, experiência monástica, ordenado, mas ainda bastante carente de uma rede de relações e de patronagem que sustentasse seus desígnios. Foi na colina romana, então, que começou a cimentar contatos que lhe seriam benéficos durante as décadas seguintes – sobretudo com as damas senatoriais da região. Ao que tudo indica, era uma relação simbiótica: o exegeta lhes fornecia direcionamentos para os estudos bíblicos e a vida reclusa, enquanto estas, por sua vez, davam-lhe suporte financeiro e o ajudavam a aperfeiçoar seus escritos.

Não obstante tudo o que foi descrito anteriormente, este artigo não se trata de uma biografia de Paula, a Antiga e Eustáquia, tampouco busca apenas elos entre estas personagens e Jerônimo. Sabendo de sua origem familiar e da rede de relações em que estiveram inseridas, as quais, muitas vezes, se confundiam com a do próprio estridonense, chama atenção a conexão que se pode estabelecer entre a riqueza que detinham e os intuitos literários daquele que foi um de seus principais aliados. Que havia uma relação entre sua proveniência social, o fato de serem cristãs e o interesse de Jerônimo pelo Círculo do Aventino – vale ressaltar, mútuo, *a priori* –, não há dúvidas. Afinal, em seu epistolário, é ausente qualquer tipo de contato com camadas menos abastadas. Seu interesse pelos pobres era outro: depositar neles, talvez, a promessa de Salvação, um *topos* comum à época na literatura – mas nada muito além disso.

Algumas dúvidas, portanto, vêm à tona: que relação econômica existia entre Paula, Jerônimo e Eustáquia? Partindo do pressuposto que um deslocamento de Roma a Belém não era gratuita e que as esmolas que distribuíam lhes demandavam, evidentemente, posses, como ambas manejaram seus bens? Aliás, suas posses materiais eram, de fato, suas? De onde o trio retirou e como conseguiu reunir fundos para a construção dos já mencionados mosteiros? Depois de prontos, como se mantinham?

À medida, então, que análises mais pormenorizadas forem sendo feitas ao longo deste trabalho, ficará

evidente a complexidade das conexões que se pode realizar entre diversos personagens do período a partir de um elo em comum – sua *riqueza*. Por conta do caráter difuso, contraditório e, muitas vezes, lacunar da documentação quanto a este aspecto, propõe-se guiar as respostas a estes questionamentos tendo como *corpus* central algumas cartas do epistolário de Jerônimo de Estridão onde se podem verificar assuntos de natureza econômica. A proposta é partir do trio aqui já tão mencionado em direção à capilaridade de sua rede de relações, a fim de compreender como um monge sem grandes meios de subsistência, uma viúva enlutada e uma jovem virgem consagrada da elite romana, ambas cristãs, atuaram em prol, senão do fortalecimento da *ecclesia*, pelo menos do monasticismo em Belém.

Como todo *corpus,* vale lembrar que este encontra limites, supressões, omissões e contradições, que só poderiam emergir e ser compreendidos pela investigação de outros *corpora.* Por isso, tendo em vista personagens muito próximos à Paula e Eustáquia, buscou-se incorporar outros documentos literários à pesquisa, sobretudo a *História Lausíaca*, de Paládio de Helenópolis, e *A Vida de Melânia, a Jovem,* por meio dos quais se descobriu que mãe, filha (e, posteriormente, uma neta) provavelmente retiraram lições imprescindíveis de administração de sua renda para fins como esmola, construção e gestão de mosteiros. Com isso, duas outras personagens fulcrais emergem dessas narrativas: Melânia, a Jovem e sua avó, Melânia, a Antiga, que, não por acaso, eram também parentes de Paula, Eustáquia e Marcella; e, não à toa, ambas foram também fundadoras de mosteiros no Monte das Oliveiras, a poucos quilômetros de Belém. Talvez o sucesso de seus empreendimentos e sua postura ativa de patrocínio literário, ajuda a exilados e aos necessitados tenha lhes garantido longas menções na documentação. Teria paralelos com suas primas?

São personagens, pois, que se cruzam a todo momento, cada qual com suas respectivas redes de relações. Explorá-las a fundo seria impraticável em um tempo tão exíguo quanto um artigo. Por isso, alguns limites foram impostos: primeiramente, a pesquisa foi pensada de forma a compreender as possibilidades de herança, posse e distribuição de bens de Paula e Eustáquia, e que relação isso teria com Jerônimo. Acredita-se que foram patrocinadoras de obras caritativas tanto quanto de seus trabalhos – ainda que este último ponto *não* esteja expresso em nenhum documento. Porém, qual era a extensão de seus fundos para fazê-lo? O patrimônio era, de fato, delas? Poderiam dispô-lo livremente? Seriam perguntas impossíveis de serem respondidas apenas com base no que deixou o eremita, de modo que outros homens e mulheres que estiveram, direta ou indiretamente, relacionados aos três, foram investigados.

Este pressuposto básico leva a um segundo limite dessa incorporação: como dito anteriormente, esta pesquisa não se trata de uma biografia desses personagens. Antes, procura entender como mulheres poderiam administrar suas posses. Os entraves dessa problemática são claros: pelo *corpus* escolhido, pouco poderia ser escrito em relação a como aquelas não dotadas de patrimônio o faziam. Além disso, como as mulheres não estavam encapsuladas entre si, restringindo sua atuação econômica a exíguas possibilidades, um cuidado em compreender como os *homens* entravam nessa lógica se fez necessário. Haveria possibilidade de um estudo nesse sentido que não passasse por questões de gênero e de origem social, tendo em vista que essas mulheres são conhecidas não por sua própria perspectiva, mas pela dos homens que conviveram com elas? Sabendo, ainda, que eram de elite, herdeiras, em sua maioria, de famílias senatoriais de grande expressão?

Desse modo, toda a análise que se seguirá estará ancorada no que se pode definir como *administração patrimonial feminina*: um conjunto de ações e decisões tomadas pelas mulheres acerca de seus bens materiais, fossem eles móveis – como joias, utensílios de luxo, roupas, dentre outros – ou imóveis – isto é, propriedades fundiárias. Via de regra, é possível inferir, a partir da documentação escrita, que tal conjunto está sustentado em um tripé: o agente que realiza a ação de vender ou doar, aquele que recebe e os objetos em si – cujo fluxo e interações eram bastante diversificados. Assim, as cartas de Jerônimo que sustentam esta hipótese serão escrutinadas seguindo dois vieses: um que enfatiza as *ações* de mulheres nesse processo; e outro que as identifica como uma forma do epistológrafo *angariar apoio* para si.

É evidente, então, que o objeto deste artigo perpassa necessariamente o questionamento de *como* acessar as mulheres tardo-antigas expressas (ou não) no *corpus* epistolar do estridonense. Até que ponto podemos resgatar suas agências? Por que enquanto algumas receberam tão-somente breve menção, outras tiveram suas biografias escritas e espalhadas entre diferentes círculos pelo Mediterrâneo? São perguntas, pois,

fundamentais do ponto de vista teórico e metodológico, sem as quais são se poderia aprofundar qualquer análise sobre a administração patrimonial feminina. Que se debruce nelas.

### 2.2 Nomeadas e aquelas que (quase) perderam o nome

Do ponto de vista qualitativo, cumpre lembrar que Jerônimo apresenta uma visão ambígua de Paula e Eustáquia quando em comparação aos homens de sua *gens.* É certo que receberam epítetos elogiosos em diversas circunstâncias; porém, o oposto também ocorria, a fim de ressaltar a fraqueza de seu sexo (*fragilior sexus*). Ainda assim, foram elas que se superpuseram aos seus amigos, maridos, cunhados e demais familiares quanto às qualidades de boas cristãs[1] e, portanto, de boas *dissipadoras* de seu patrimônio – uma clara, consciente e nada gratuita divisão de gênero. A despeito disso, o grau de proximidade entre a viúva, a filha e o monge não foi abalado, o que demonstra que o que se encara hoje como uma depreciação do feminino não contradizia uma provável genuína relação entre eles. Pelo contrário: reforçava um estereótipo específico que, em última instância, era positivo ao seu público leitor e apoiadores (ARNS, 2018, p. 148).

A questão se complexifica quando se ajunta àquelas que se conhece bem as mulheres (quase) invisíveis na documentação. Não seria coerente, por exemplo, que a tia, mãe e irmã de Jerônimo, sendo familiares próximas, aparecessem com mais frequência em seu epistolário? Por que se dispõe de tantos dados acerca de Paula, que o estridonense veio a conhecer depois dos trinta anos de idade, e tão escassamente de suas parentes? O que explicaria o fato de algumas mulheres se tornarem mais visíveis em determinados documentos do que outras?

Castorina foi uma dessas figuras escusas nas cartas do sobrinho, como exposto. Sobre ela, o único exemplar onde é mencionada ocupa menos de uma coluna na edição crítica de W. H. Fremantle e, apesar do objetivo de a missiva aparentar ser o de reestabelecer laços, Jerônimo a escreve de forma pouco conciliatória: *irascimini et nolite peccare,* "irrite-se, mas não peque", é o que salienta, após deixar claro que a relação entre ambos era turbulenta (Jer., *Ep.*, 13). Analisando outras epístolas remetidas naquele ano, 374, observa-se um então eremita amargurado com sua terra natal – uma "presa do barbarismo", segundo ele (Jer., *Ep.* 7) –, ainda que, por outro lado, contente com os "esforços do santo Juliano", um desconhecido presbítero dalmatense responsável pelo êxito na conversão de sua irmã (*soror mea sancti Iuliani in Christo fructus est*) (Jer., *Ep.*, *idem*). Que postura ela costumava adotar que justificasse a assertiva, nada se sabe; mas, vale lembrar, sequer foi nomeada em algum recôndito de seus escritos.

Se as recentes pesquisas acerca da trajetória do autor estiverem corretas, seus *cognatos* eram de relativa posse, uma vez que conseguiu ter seus estudos bancados quando adolescente e foi discípulo de Élio Donato em uma famosa escola de retórica (NICHOLS, 2014, p. 5-6; CAIN, 2009, p. 1-2)[2]. No entanto, nada indica que tenha se empenhado em uma carreira pública – pelo contrário: tomou o rumo do cenobitismo. Teria ele confrontado anseios de seus familiares e, por isso, romperam o decoro das boas relações? É o que supõem Stefan Rebenich e Jorge Gabriel Rodrigues de Oliveira (REBENICH, 2005, p. 6; OLIVEIRA, 2016, p. 51).

O que é intrigante a respeito das rápidas menções à Castorina e à irmã é que Jerônimo as faz justamente nos primórdios de sua carreira epistolar, após concluir seus estudos em Roma. Mais dúvidas surgem: teria sido uma tentativa de o eremita buscar recursos ou, no mínimo, apoio? Difícil afirmar. Por outro lado, importante notar que não escapou a Andrew Cain que estas cartas compuseram o *Epistularum ad diversos liber*, deliberadamente organizados anos mais tarde por seu próprio autor, a fim de ser publicado quando retornara à *cidade eterna* em 382 – ainda um *outsider* sem grandes fontes de financiamento. Com isso, fica evidente que sua família foi usada para destacar sua dificuldade no deserto, seu isolamento, e, talvez, a dificuldade que passava no momento que esta primeira porção de seu epistolário foi enviada[3]. Ambas as mulheres, nesse sentido, seriam mais um retalho biográfico para a autopromoção de Jerônimo frente à elite romana do que personagens dignas de nota, de fato. Caso contrário, seriam destinatárias mais frequentes de suas cartas, teriam suas vidas homenageadas em epitáfios e biografias, ou se veriam como importantes

[1] É o que lembra Jerônimo a Pamáquio: apesar de seus predicados de monge, ele era ultrapassado por Paula e pelas filhas (*et cum omnia, quae dixi, feceris, ab Eustochio tua Paulaque uinceris, si non opere, at certe sexu*). Ver: CSEL, 54.

[2] Na *Vida dos Homens Ilustres* e na *Apologia,* segundo Fremantle, é possível vislumbrar relances sobre sua vida privada: era, por exemplo, de pai e mãe cristãos – provavelmente morreram durante a invasão de Estridão, de onde Jerônimo era natural, em 377 –, de relativas posses, dentre escravos e algumas propriedades.

objetos de dedicatória de prefácios e comentários. Porém, nada disso ocorreu.

Não cabe aqui expor mais do que isto: basta dizer que, enquanto categoria relacional, o *gênero* envolve sempre a relação hierárquica e dual entre homens e mulheres – e mais: segundo Elizabeth Clark, esta relação não é simplesmente dada, essencial e fixa, pois, as identidades sociais são fluidas, complexas e são construídas por meio do *discurso* (CONSTANTINOU, 2012, p. 43). Com isso, atentar-se-á ao fato de que não se tratará aqui de quaisquer mulheres, mas, sobretudo, de romanas provenientes da elite senatorial e comprometidos com pautas de um chamado *ascetismo financeiro,* para retomar a terminologia empregada por Liana Lamprecht (2019, p. 7, 17, 27).

## 3. Herdar, possuir, fluir: aspectos jurídicos da posse e dissipação patrimonial por mulheres entre os séculos IV e V d.C.

### 3.1 O que poderia uma mulher possuir? Caminhos interpretativos possíveis

A posse de bens na Antiguidade Tardia era assunto recorrente na literatura como um todo, material pelo qual se pode identificar uma preocupação quase palpável da elite em relação à sua preservação, aumento e fluxo – isto é, para onde iriam e em quais circunstâncias. Nesse sentido, os casos conhecidos de evasão da substância por parte de mulheres, como Paula e Melânia, as Antigas, são emblemáticos sobre como mesmo cristãos, *a priori* influenciados pela retórica bíblica da pobreza, temiam sua dispersão a esmo.

Contudo, se são bem conhecidos alguns fins dados a esses bens, não se pode afirmar com tanta segurança a respeito dos meios. Em outras palavras, se o epistolário de Jerônimo de Estridão evidencia este tema não raras vezes, é certo que é lacônico em uma questão central: estas virgens, viúvas e matronas romanas, sobre as quais tanto escreveu, poderiam de fato herdar, possuir e dissipar seu patrimônio sem quaisquer interdições e entraves? No que este consistia? Era, essencialmente, delas, de forma que poderiam dele dispor deliberadamente?

Um primeiro indício a ser apontado, constante nos documentos, é que séquitos de mulheres convertidas começavam sua mudança de vida laicizada para cristã doando suas roupas de seda e adotando, em seu lugar, aquelas mais simples, feitas de lã ou pelo de animais; ou, ainda, dissipando pequenos objetos de valor, como joias. Ao que tudo indica, outros indivíduos não tinham gerência sobre eles: eram posses, de fato, suas.

Pode-se interpretar as ações, então, como estratégicas: como explica Claire Sotinel, a evasão de supérfluos, dentro de certos limites, dificilmente prejudicaria o patrimônio total de uma família. Nesse sentido, substituir a indumentária pessoal, de grande valor, por opções mais pobres representava no máximo um espanto aos familiares – como os casos de Blesilla, Asella e Melânia, a Jovem atestam (Jer., *Ep.*. 39, 24; Ger., *Vit. Mel.*, 4) –, pouco impactando em suas finanças como um todo. De maneira geral, não à toa as mulheres cristãs conhecidas por sua dilapidação e ascese começavam este tipo de atividade dissipatória por itens de sua própria posse. Caso começassem liquidando terras, encontrariam bem mais entraves – inclusive jurídicos. Desse modo, apenas um tanto mais tardiamente encontram-se descrições de vendas de propriedades a fim de gerar ouro para ser redistribuído aos pobres.

No *corpus* estudado, talvez o exemplo mais emblemático disso seja o de Asella, virgem consagrada do Aventino que, segundo a carta 24, irrompeu em um episódio de rebelião adolescente cristã, surrupiando dos pais (*arripuit*) um cordão de ouro (*aurum colli*) ricamente trabalhado. A julgar menos pelo metal com o qual foi feito e mais pela descrição detalhada de Jerônimo sobre seu formato retorcido (*flexuosi catena*), era um objeto de valor. Feito isso, a então jovem pusera uma roupa preta (*tunicam fusciorem*) que a mãe jamais pensou que usaria e o vendeu (*vendidit*) sem que nem ela, nem o pai soubessem – ato simbólico para

[3] A tese de fôlego de Dom Paulo Evaristo Arns demonstra, por meio de um simples verbo – *dictare* –, que de fato o eremita passava por um momento de escassez material em seus anos de deserto, o suficiente para não dispor de seu próprio séquito de taquígrafos. Ver: ARNS, Paulo Evaristo. A redação. In: _____. *A técnica do livro segundo São Jerônimo.* São Paulo: Unesp, 2018, p. 53-54, 71.

mostrar o quão desapegada de bens mundanos era (Jer., *Ep.*, 24.3)[4]. Não seria algo inédito na literatura: a hagiografia escrita por Gerôncio deixa claro que Melânia, em meio à luta para conseguir a posse real de suas terras, chegara à Corte de Serena com pequenos objetos móveis e valiosos a fim de ofertá-los à imperatriz como uma espécie de moeda de troca por um auxílio prestado – o que já deixa implícito que, se a santa não os roubou de alguém, é porque os detinha de fato. É no interior dessas disputas, então, que se consegue vislumbrar o que virgens, viúvas e matronas possuíam de valor.

A propósito, outra via de investigação possível concerne justamente à atribuição de presentes (*munera, munusculis, dona*). No epistolário de Jerônimo, a questão pode ser visualizada por meio de quatro cartas (Jer., *Ep.*, 30, 31 e 44)[5], de cunho metonímico e com extensas alusões a passagens bíblicas, onde o monge agradece por uma série de artigos. É o que faz na carta 31, por meio da qual expressa gratidão pelas pombas, braceletes e epístolas (*columbas, armillas et epistula*s) recebidos de Eustáquia em comemoração à festa de São Pedro. Mais tarde, a própria jovem e sua mãe, já ausentes de Roma, escrevem a Marcella adotando o mesmo teor pelo saco de dormir, cadeiras, velas, cálices e mata-moscas (*saccus, cerei, calices, muscaria*) a elas remetidos. De grande valia para sua nova jornada, eram, no entanto, supérfluos (*luxuria*) para o modo de vida no qual estavam ingressando. Saindo de Roma, a carta 71 traz igualmente votos de agradecimento, dessa vez pelas duas pequenas capas e um manto (*palliola, amphimallum*) recebidos de Lucínio e Theodora da Bética. Jerônimo, na ocasião, manda-os, em retribuição, vestes feitas de pelo de cabra (*ciliciola*). Ao que tudo indica, houve, nos três casos, certa autonomia na aquisição e transmissão das lembranças.

De maneira mais generalizada, é possível afirmar que as referências aos objetos que estavam na posse de mulheres, no momento de sua dispersão, não são ausentes no epistolário estudado – mas são significantemente lacônicas no que tange aos de Paula e suas filhas. Um indício importante será revelado no tópico *Um legado maldito,* posteriormente: a única certeza é de que possuíam dinheiro quando partiram de Roma e peregrinaram pelo Norte da África, posto que lá "aliviaram as necessidades dos santos" por meio de doações. Terras, as possuíam, porém nada se sabe de sua extensão. Ouro, igualmente (Jer., *Ep.*, 22.3). Escravos também – mas foram libertos para servirem à peregrinação, e, mais tarde, à comunidade de Belém. Não andavam nuas, tampouco: trajavam roupas elegantes, próprias à elite, antes de se converterem ao modo de vida monástico. De resto, pouco se sabe.

### 3.2 Um rico vocabulário econômico

Na equação que se tenta demonstrar no presente artigo, dois pontos são particularmente nevrálgicos: as posses materiais de um indivíduo; e a maneira como se *lidava* com elas. A despeito das lacunas, pode-se afirmar que o vocabulário concernente a este assunto era bastante insuflado: nele, observa-se que a elite poderia deter uma ampla gama de possessões (*possessionis*)[6] – das quais as mulheres não eram excluídas: joias (*gemmae*), anéis (*anuli*), colares, (*colli, monilis*), roupas (*vestis, tunicas*), vestidos de seda (*serica*), sapatos (*socci*), escravos (*servi, ancillae, mancipium, servuli*[7]), ouro (*aurum, solidi*), prata (*argentum*), bronze (*aes*), moedas (*nummi*), dinheiro (*pecunia*), toalhas (*mantelis*), mobiliário doméstico (*domesticae supellectilis*), casas (*domus*), livros adornados (*gemmis codices*), pergaminhos avermelhados (*membrana colore purpureo*) – fora a comida (*cibo*) e o vinho (*vinum*), que lhes eram fartos. Boa parte disso era acondicionado em baús (*arcis*) e armários (*armaria*) – na carta 22, descritos como essencialmente femininos –, que, se existiam, era para manterem uma multiplicidade de itens pessoais bem-organizados e juntos em um só lugar.

Os verbos relativos a esse patrimônio variavam também enormemente: de calcular (*subputare*), possuir (*habere*), aceitar (*acceptare*), receber (*accipere*), tomar (*porrigere, arripere*), ofertar (*offerre*), vender (*vendere*), comprar (*redimere*), doar, entregar, dar ou oferecer (*dare, facere, transmittere*), devolver (*remittere*), arruinar (*perire*); até andar carregado com ouro (*onusta incedis aurum*), fazer economia (*compendium esse*);

[4] Asella aparece também em: Pal., *Hist. Laus.,* 41.4.

[5] Ver também: Ep. 71. Sobre a epístola 31, ver: ADKINS, Neil. A Hieronymian Crux: "Epist". XXXI, 3, 2. *Latomus*, t. 63, fasc. 3, 2004, p. 689-692.

[6] As conjugações e declinações, doravante, aparecerão respectivamente no infinitivo e no nominativo. Para averiguação dos significados, foi utilizada a plataforma *Perseus* e o *Dicionário Latim-Português,* de Ernesto Faria.

[7] De acordo com o *Dicionário Latim-Português, servulus* era um escravo de baixa categoria.

passando por abandonar (*dimittere*), desprezar (*spernere, contemnere*), dispersar ou dividir (*dispertire*), dilapidar (*dilapidare*), abandonar, renunciar ou ceder (*derelinquere, concedere*), distribuir (*distribuere*) dissipar, alienar ou transmitir direitos de propriedade (*alienare*), gastar publicamente (*erogare*); e também por aumentar, inchar (*augere*); perder ou corroer (*accidere, perdere, amittere*). A propósito, que cristãs exemplares como Eustáquia não glorificassem (*gloriari*) as riquezas – pelo contrário, que evitassem, desviassem ou desdenhassem (*declinare*) delas. Que não nutrissem a avareza (*avaritia*). Que fugissem da ostentação (*ostentationem fugare*).

Isto sem mencionar os inúmeros complementos que poderiam estar vinculados a tais ações: valor, preço ou prêmio *(pretium),* esmola *(elemonynam),* riqueza *(diuitiae),* rendimento, renda ou salário (*agrorum tributis, reditus, mercede),* despesas (*inpensae*), bens familiares (*res familiaris*), substância (*substantia*), um pequeno patrimônio (*patrimoniolum*), uma herança (*hereditatem*) – no caso de objetos diretos, predicativos e adjuntos; e, no caso de complementos indiretos: aos pobres *(pauperibus),* necessitados (*ad agapen*), miseráveis (*egentibus*). Não apenas isso: Jerônimo ainda escreveu, não poucas vezes, sobre a humildade (*humilitas, humilitatem, humilis*), a misericórdia financeira[8] (*misericordia*) e a pobreza (*paupertas*), todos itens relacionados ao campo semântico econômico. Vale lembrar que o sentido poderia ser literal ou alegórico, isto é, tributário das Escrituras – nem sempre plenamente fáceis de identificar nos documentos.

A conclusão à qual se chega por meio desta constatação é: as amplas possibilidades sintáticas e semânticas disponíveis para se referir à dispersão material são um forte indicativo do quão Jerônimo se preocupava em expressar a necessidade de tal ação aos seus leitores. Evidência, ainda, uma preocupação em racionalizar, por meio de palavras, um ideal de vida a ser não apenas conhecido e introjetado, como também factível. Em última instância, acredita-se que esta variedade tenha servido à intenção de educar a elite consumidora do epistolário a pensar e agir de determinada maneira. Caso contrário, o vocabulário seria bem mais enxuto e menos constante.

Se dois dos pontos nevrálgicos da administração patrimonial eram a *substância* e o *fluxo* a ela dado, resta discorrer sobre *quem* estava envolvido nisso – e, do ponto de vista de gênero, não havia quaisquer diferenciações: no que concernia à máxima de *seguir o Cristo desnudo*, Jerônimo não tinha predileções a homens ou mulheres, não obstante tenha dado um destaque maior àquelas que apoiavam sua causa, sobretudo as romanas. Desse modo, Paula, Eustáquia, Marcella e Fabíola transformaram-se, em suas cartas, nos principais faróis a serem seguidos pela elite cristã de seu tempo.

### 3.3 Preenchendo lacunas da documentação

Argumentou-se acima sobre como a questão do patrimônio era uma preocupação quase palpável da elite romana na Antiguidade como um todo, assunto do qual as mulheres não estavam omissas nem na documentação biográfica, nem em cartas, nem na legal – cabendo às novas gerações de historiadores trazê-las à tona e interpretar sua aparição a partir destes diferentes suportes. Na presente seção, serão apresentados alguns dos principais apontamentos que a historiografia mais recente focada na história de gênero e das mulheres tem trazido sobre o assunto, a fim de começar a delinear o entendimento sobre direitos e deveres destes agentes históricos. Respondendo às perguntas lançadas anteriormente, acredita-se que serão abertos alguns caminhos interpretativos a respeito da riqueza de Paula e Eustáquia, de outras mulheres do *corpus* analisado e além. O que deve ser circunscrito, antes de tudo, é que o período estudado se refere já a um mundo romano em um tímido, mas progressivo processo de cristianização, sobretudo entre as elites.

Pode-se começar a exposição dizendo que, uma vez que não era peculiar que *caçadores de legado,* dos quais se falará mais tarde, e até mesmo parentes, tentassem se apropriar do patrimônio de um indivíduo, sobretudo crianças e pré-adolescentes órfãos[9], a literatura jurídica se muniu de deveres e penalidades a fim de garantir sua preservação. Tentativas de fraude na administração dos bens e usurpações, portanto, não parecem ter sido uma raridade, e as leis, embora de difícil interpretação, faziam eco a incômodos senatoriais[10]. Dentro

[8] Não raras vezes traduzido como "caridade" – cuja palavra mais próxima no latim, no entanto, é *caritas*, cuja acepção reservava um sentido muito mais religioso do que econômico, propriamente.

[9] Legalmente falando, a pré-adolescência na Antiguidade Romana era alcançada em idades diferentes em meninos e meninas: catorze, no primeiro caso, e doze, no segundo. Cf.: HUMFRESS, 2007, p. 216.

[10] CROOK, J. A. Women in Roman Sucession. In: RAWSON, Beryl (ed.). *The family in Ancient Rome:* New Perspectives. Ithaca/New York: Cornell University Press, 1986, p. 58; LAURENCE, Patrick. *Les*

deste assunto, é pertinente abordar a questão da tutela de impúberes (*tutela impuberum*) visada nos casos de menores de 12 ou 14 anos (respectivamente, meninas e rapazes, *pupilae* e *pupili*) cujos pais eram falecidos ou haviam abandonado seus filhos em prol da vida ascética – como nos casos dos filhos de Melânia[11] e Paula, as Antigas. Os responsáveis pela guarda destes jovens (*tutela pupili*) deveriam ter, segundo Judith Grubbs, deveres morais para com seus protegidos, inclusive o de resguardar suas propriedades:

> O guardião, chamado tutor, de um tutelado menor de idade (*pupillus* or *pupilla*) seria apontado pelo pai em seu testamento, ou, se nenhum apontamento fosse feito, a guarda iria para o parente do sexo masculino mais próximo do lado paterno (agnato), geralmente o tio paterno. Na ausência de agnatos elegíveis, o pedido seria feito às autoridades, usualmente pela mãe das crianças, para a nomeação de um tutor. Sob as leis romanas, uma mulher não poderia servir como tutora, embora mães às vezes contornassem essa regra. Um tutor, via de regra, não vivia com seu tutelado, nem seria para ele um parente substituto. Crianças sem pai geralmente viviam com suas mães, embora esta não tivesse a *potestas* sobre eles ou pudesse controlar suas propriedades. O propósito da *tutela impuberum* era salvaguardar a propriedade das crianças dos interesses dos agnatos até a criança ser madura o suficiente para gerir suas propriedades (GRUBBS, 2002, p. 23).

Contudo, apesar da preocupação com os *pupili* e de haver casos em que um indivíduo poderia se tornar legalmente independente (*sui iuris*) da tutela do *paterfamilias*[12] mesmo antes deste morrer[13], Grubbs acrescenta que até adolescentes (isto é, não mais impúberes) acabavam ficando sob um tipo de tutoria (*cura minorum*) até completarem a maioridade (vinte e cinco anos de idade), dada a imaturidade e o risco de serem assediados por indivíduos como *captatores,* ou caçadores de legado (HUMFRESS, 2007, p. 212; GRUBBS, 2002, p. 23). De acordo com a genealogia da historiadora, esta foi uma prática encorpada durante o reinado de Septímio Severo que alcançou grande extensão durante o século IV. Somente aqueles que demonstravam bom comportamento poderiam ser liberados dos tipos de tutela relatados (GRUBBS, idem; *CTh.,* 2.17.1.1 (324)), como curiosamente parece ter sido o caso de Melânia, a Jovem. Por isso, Caroline Humfress (2007, p. 212-215) salienta que a posição na família, sexo e idade afetavam diretamente a capacidade de um indivíduo de executar certas ações, como a de fazer um testamento ou um dote[14].

Em um livro dedicado a comentar a chamada Era Constantiniana, a supracitada historiadora acrescenta que o *corpus* jurídico deste imperador era repleto de concatenações entre relações familiares e bens (*res*), e que o período em que governou – cerca de uma ou duas gerações anteriores a Paula e Jerônimo – foi marcado por um favorecimento dos direitos maternos sob crianças cujos filhos haviam morrido *intestate,* ou seja, sem testamento (em outras palavras, elas poderiam herdar até um terço das propriedades dos filhos que porventura falecessem precocemente). "As mães", explica ela, "poderiam herdar bens de seus filhos. Inversamente, três constituições espalhadas entre o início e o fim do reinado de Constantino garantem o direito de menores *in potestate* herdarem bens de sua mãe (chamado de *bona materna*)"[15] (HUMFRESS, 2007, p. 218; GRUBBS, 2009, p. 213); data da época, ainda, leis que possibilitam que crianças poderiam se emancipar legalmente de seu *paterfamilias*. Na mesma linha de raciocínio, Mark Edwards afirma que as constituições constantinianas foram especialmente atentas às transferências patrimoniais.

Na ausência do poder paterno, os especialistas em leis tardo-antigas chamam atenção para a necessidade de um tutor para substituí-lo e ressaltam que mesmo crianças com idade superior à puberdade tinham

---

*droits de la femme au Bas-Empire:* le code Théodosien. Textes, traduccion e commentaires. Paris: Éditions Chemins de tr@verse, 2012.

[11] Paládio e Paulino de Nola usam o termo *parvulus* (pequeno) para se referirem ao único filho de Melânia, Publícola, deixado em Roma sob os cuidados de um guardião. Nesta ocasião, é provável que o menino tivesse em torno de oito anos. Ver: BOOTH, 1981, p. 249; Pal., *Hist. Laus.*, 46; Paul. Nol. *Ep.*, 29.9.

[12] No Direito Civil romano, o termo *família* cobria um conjunto bem específico de relações sociais, que abrangiam não só os *parentes* (termo em latim para designar indivíduos ligados por uma ascendência linear) como descendentes de alguém. Como se sabe, o *paterfamilias* era, na maioria das vezes, o homem livre mais velho da família extensa livre. Dentro dessa unidade jurídica, era também o indivíduo que possuía seu próprio poder legal (*sui iuris*) e que, por conta disso, resguardava não só os outros membros da família sob sua *potestas*, como também propriedades (*res*), fossem elas objetos móveis, imóveis ou escravos.

[13] Grubbs, Arjava e Laurance concordam quanto à duração da extensão do poder paterno, que ia até sua morte – à exceção de alguns casos que relatam sobre pais que liberaram os filhos precocemente de seu poder, garantindo-lhes o *sui iuris* antes de falecerem; isso parece ter sido relativamente comum durante a Antiguidade Tardia.

[14] Humfress diferencia dote de outros tipos de patrimônio: enquanto o primeiro era herdado pelo marido para cobrir as despesas domésticas após o casamento, outras propriedades poderiam continuar na posse da esposa.

[15] Na epístola 14, Jerônimo cita o oposto – o *bona paterna* –, acusando Heliodoro de cobiçar os bens de seu pai (*si perfectus es, cur bona paterna desideras?*). Ver: Jer., *Ep.*, 14.6.

capacidade jurídica muito limitada, pelo menos até os 25 anos. Isto porque a morte do *paterfamilias* requeria a transmissão do patrimônio a seus herdeiros – assunto sobre o qual um complexo conjunto de regras foi pensado desde pelo menos a República tardia (HUMFRESS, 2007, p. 217-218). Se *tutor testamentarius* era o termo atribuído aos guardiões legais das crianças e pré-adolescentes órfãos designado pelo *paterfamilias,* havia ainda os *tutores lēgitimī,* quando o chefe da casa não os tivessem nomeado, mas ainda estivessem dentro do círculo familiar paterno (GRUBBS, 2002, p. 236). Por outro lado, uma lei de 329 proibia tutores de liquidarem a herança de seus dependentes, "presumivelmente no contexto de transformar propriedades em dinheiro que poderia ser então investido ou emprestado a juros altos" (HUMFRESS, 2007, p. 217). Novamente, uma informação de grande relevância no cenário de dispersão patrimonial das *sanctae* estudadas.

A lei, vale lembrar, parecia alcançar um público-alvo bastante específico: a elite, pois o responsável técnico por rascunhá-la, segundo Humfress, visava um patrimônio que incluía ouro, edifícios, banhos, estoques, animais, propriedades rústicas e escravos vinculados a elas. Ressalta-se que não há qualquer menção, pelo menos neste caso específico, ao cristianismo no excerto, que parece cioso de preocupações da elite de longa data para com a memória familiar e patrimonial. O mais curioso é que o papel de escritos de cunho laudatório, tão habituais entre os séculos IV e V, era sublinhar e positivar como certos indivíduos se desfaziam de objetos materiais por humildade e desprendimento da vida mundana, sem nunca levar em consideração aspectos jurídicos como os apontados acima – algo que não devia passar despercebido pelas famílias aristocráticas romanas. Um silêncio, pois, deliberado.

Exposto isso, embora não se saiba quase nada a respeito de como se deram os processos de tutoria exemplificados acima por meio dos casos de Melânia e Paula, as Antigas, ficou claro que, antes de se entregarem à sua vocação cristã, não se abstiveram de cumprir seus deveres de matronas. Não deixaram seus filhos desassistidos. A todo o conjunto de evidências trazidas até o momento, é necessário incluir, então, no escopo deste assunto, o cumprimento de um pedido de Jerônimo feito em 403, em carta a Laeta: que sua filha, Paula, a Jovem[16], permanecesse uma virgem consagrada e que fosse, quando mais velha, direcionada aos cuidados da avó, da tia e do próprio Jerônimo em Belém. Segundo o estridonense, isso livraria a mãe de difíceis tarefas como a de educá-la, além da responsabilidade da tutela. É nesse contexto que o monge se oferece para exercer o papel de tutor da pequena Paula (Jer., *Ep.* 107.13).

Este é, portanto, um testemunho interessante do quão a busca de um tutor confiável devia ser um assunto imprescindível, embora maçante, para os pais. Afinal, mesmo sem ver a mãe depois de sua partida de Roma quanto ainda criança, Toxócio e a esposa concordaram com a consagração da filha e anos mais tarde de fato a mandaram para Belém. Em termos de cronologia, é importante salientar que Paula era ainda um bebê quando sua avó faleceu; se for aceita a interpretação de Marjorie Lightman sobre o caso, é provável que sua educação em Roma tenha sido não apenas nos moldes cristãos e clássicos, como a epístola 107 sugere, mas estivesse concentrada também em como bem gerir o patrimônio da família. Vale lembrar que Paula, a Antiga não teve *netos* – aliás, nem outra neta. Não é demais supor, assim, que Paula, a Jovem tenha dado de fato continuidade ao legado da matrona, mesmo que esta tenha deixado à posteridade, em termos econômicos, somente dívidas (isto é, se confiarmos no testemunho laudatório de Jerônimo)[17].

Pode-se sustentar a hipótese acima levando em consideração um pequeno trecho da *Vida de Melânia, a Jovem* em que Gerôncio comenta sobre a passagem de Paula, a Jovem pelo Monte das Oliveiras, onde a santa geria há aproximadamente uma década seu mosteiro para virgens: "sua prima, a abençoada virgem Paula, também veio vê-la. A santa mulher, Melânia, a guiara em todos os comandos de Deus, e também a trouxe da grande vaidade e dos modos romanos de pensar de volta à humildade" (Ger., *Vit. Mel.*, 40). Este curto testemunho, então, leva a crer que de fato Melânia pode ter instruído a jovem – que não deveria ter muito mais de 15 anos à época – não apenas a abandonar seu modo de vida aristocrático romano, como também ter-lhe transmitido algo sobre a gestão de seu próprio mosteiro. Não apenas isto: algumas passagens

[16] Neta de Paula, a Antiga.

[17] Analisando, pois, as cartas de Jerônimo na diacronia e sustentando o argumento de que de fato conseguiu exercer forte influência na família de Paula, a Antiga, vindo a ser o tutor de sua neta (Paula, a Jovem) e o sucessor do legado da matrona junto a Eustáquia, pode-se concluir que isso deve ter gerado controvérsias em Roma, onde as mulheres tinham família.

adiante, Gerôncio afirmaria que ambas se encaminharam a Belém, onde passaram, segundo Elizabeth Clark, a noite de Natal no ano de 439. Logo depois, as primas retornaram a Jerusalém, onde Melânia faleceu pouco tempo depois (Ger., *Vit. Mel.*, 63; CLARK, 1984, p. 151).

Deve-se lembrar que as mulheres não eram excluídas da atribuição de tutora: em caso de menores órfãos de pai, a mãe poderia servir como uma, ainda que necessitasse da intervenção legal de pretores (no caso romano), governadores e magistrados locais (no caso provincial) ou do conselho da cidade (no caso da Província da Arábia) (GRUBBS, 2002, p. 236, 242). Em alguns casos específicos, como revela Judith Grubbs, o marido poderia afirmar o direito da esposa de ser guardiã dos filhos em seu testamento. Em caso análogo, que demonstra que as mulheres não só poderiam como deveriam ter um papel ativo na tutela das crianças, Constantino deixa implícito em resposta a um procônsul da África que as mães precisavam solicitar guardiões para os menores, de forma a evitar problemas futuros relativos à herança em caso de morte precoce de seu(s) filho(s) (*CTh.,* 3.17.4; GRUBBS, *ibid*, p. 239) – muito embora, é verdade, se possa encontrar passagens no Código Justiniano que revelam uma pretensão ao distanciamento feminino quanto ao assunto, desqualificando-as pela *fragilidade de seu sexo*: "[...] a necessidade de requerer curadores não foi imposta às mães, uma vez que aqueles que alcançaram a puberdade mas ainda não completaram vinte e cinco anos deveriam requisitar curadores por eles mesmos, se os assuntos assim exigirem"[18]. Afinal, "administrar a guarda é um fardo do homem, e um dever como este está acima da fraqueza do sexo feminino"[19].

Apesar disso, de acordo com as conclusões de Grubbs, o número de passagens que se referem à confiança de maridos em suas mulheres para serem tutoras de seus filhos – e, por extensão, de seu patrimônio – é expressivo demais para ser interpretado como casos isolados, dignos de pouca relevância. Pelo contrário: a historiadora crê que o fenômeno era bastante conhecido tanto na Itália quanto nas províncias (GRUBBS, 2002, p. 243). Ademais, as múltiplas referências legais à geração de herdeiros mostram que este era um tema sensível dentro dessa discussão – visto que, em caso da morte do pai, todas as engrenagens do fluxo de bens giravam em torno do(a) filho(a) –, e, por conta disso, algumas leis previam que houvesse uma rígida investigação da paternidade. Tudo isso aponta para a "ansiedade de uma sociedade obcecada com questões de legitimidade e propriedade", segundo a historiadora (HUMFRESS, 2007, p. 206)[20].

Para sumarizar um assunto cujos espectros são múltiplos, o que parece claro na documentação jurídica é que era necessário legislar sob a tutela de crianças órfãs de pai. Como brevemente mostrado, a historiografia recente sobre o assunto vem constatando que as leis romanas procuravam garantir que a propriedade paterna fosse direcionada aos herdeiros adequados – e, dado o volume desse tipo de documento normativo, subentende-se que existia uma intensa preocupação quanto ao fluxo desses bens. Viu-se, ainda, que os menores de idade eram constantemente citados e, ao que tudo indica, podiam ser os receptores diretos do patrimônio paterno. Contudo, as nuances em meio a quem poderia e deveria de fato tutelar estas crianças eram numerosas, podendo-se encontrar desde querelas quanto ao pedido de guarda até suposições de que os guardiões (fossem eles da família do pai, como os agnatos, ou não) estavam administrando de forma equivocada os bens. Este fato nada trivial aponta para a importância de se gerar herdeiros e garantir que o patrimônio parasse em mãos adequadas. A sucessão, pois, tornou-se um assunto delicado e fruto de inúmeros debates entre juristas e de decretos imperiais: quem, afinal, deveria ficar com a posse dos bens de um pai falecido? Seu irmão, filho(a), esposa ou um tutor externo? As respostas variavam; como também já mencionado, era atribuída à mãe a responsabilidade – pelo menos no século V – de procurar um tutor, incorrendo ao risco de perder o direito à sucessão caso não o fizesse. Estes assuntos, pois, não aparecem desvinculados da análise da vida de Paula, a Antiga: vale lembrar que perdera marido e filhos antes de ir a Belém.

---

[18] *However, the necessity of requesting curators has not been imposed on mothers, since those who have reached puberty but are less than twenty-five ought to request curators for themselves, if their affairs require it* (*Cod. Just.* 5.31.6 apud GRUBBS, 2002, p. 243-244).

[19] *Administering a guardianship is a man's burden, and such a duty is beyond the sex of feminine weakness* (*Cod. Just.* 5.35.1 apud GRUBBS, 2002, p. 243). Embora Judith Grubbs sugira que era possível que as mães recebessem o direito de exercer a guarda dos filhos através de uma concessão imperial, é provável que as duas passagens destacadas tenham sofrido interpolações posteriores. De toda forma, a historiadora do Direito Romano apresenta em seu livro uma série de outros excertos que sustentam que, apesar dos homens serem os preteridos como guardiões, mulheres também poderiam executar este papel.

[20] Caroline Humfress aponta para uma conclusão muito semelhante ao revelar que no início do século IV uma série de rearranjos extraconjugais estavam sendo formados. O problema não era ter filhos fora do casamento, mas fazê-los legítimos incluindo-os em testamentos e doando-lhes presentes

Por fim, é pertinente frisar que as mulheres na Antiguidade, pelo menos sob a óptica normativa, tinham um estatuto inferior aos homens em várias esferas da vida, o que restringia sua atuação no espaço público: tinham, por exemplo, que recorrer à autorização de seus *tutores* para que pudessem executar atividades legais ou de negócios; poderiam ter propriedades, mas não aliená-las, de maneira geral, sem sua autorização; não poderiam exercer cargos públicos à exceção de alguns sacerdócios, nem atuar como advogadas ou banqueiras – embora lhes fosse outorgado fazer empréstimo de dinheiro a juros; e ainda que fosse esperado que ricas mulheres usassem seu patrimônio em despesas públicas e obrigações cívicas, não era uma obrigação como para os edis. Meninas podiam, ainda, herdar bens, possuindo os mesmos direitos de sucessão que os menores de idade do sexo oposto. Mulheres, por sua vez, podiam fazer testamentos, porém sob tutela. Isso já esclarece muito, portanto, do conteúdo das cartas de Jerônimo e de outros documentos tardo-antigos análogos.

Contudo, e aquelas que optavam por desfazer-se de seu patrimônio, mesmo sabendo que suas propriedades eram assunto familiar, não propriamente individual? E aquelas que, mesmo tendo filhos, gastavam tudo o que tinham? Como ficavam as crianças?

### 3.4 Um legado maldito: um caro projeto monástico acompanhado de dívidas maternas

Se nos tópicos acima se teve a preocupação de salientar o apreço que Paula, a Antiga teve para com Toxócio e Rufina, prováveis *pupilli* que necessitavam de um guardião quando a matrona enlutada resolveu embarcar para Antioquia, é preciso não esquecer que seu modo de vida pode ter causado desde muito cedo tormento em termos financeiros. Afinal, a caridade *a priori* sem limites de Paula e a empreitada de se construir um convento em uma área rural no Oriente – Belém[21] – não foram ações pautadas apenas na boa vontade da matrona, o que significa que um esforço pecuniário foi feito.

Que se faça uma breve rememoração dos eventos que antecederam sua partida: segundo a percepção de Andrew Cain (CAIN, 2009; NICHOLS, 2014, p. 5, 13), após ser convidado a se retirar da antiga capital do Império por conta de sua conduta – a saber, importunação sexual e sob a acusação de ser um *captator*, ou "caçador de legado", como será visto adiante –, Jerônimo e um séquito de rapazes tomaram um navio em Porto, de onde Paula também partiu apenas algumas semanas mais tarde. A julgar pelas cartas remetidas imediatamente antes e após sua expulsão de Roma – a saber, 43, 45 e 46 –, pode-se supor que o monge tivesse planos para fazer a vida bem longe da cidade que considerava a capital das difamações (Jer., *Ep.*, 45.6). Em uma época na qual o monasticismo e as peregrinações cresciam no Norte da África e Oriente – bem como a quantidade de refugiados que buscavam abrigo destes locais –, um empreendimento deste tipo era ambicioso. A sustentação desta hipótese pode vir de algumas passagens da carta 108, que revelam que Paula era alvo de uma série de boatos maldosos – assim como ele próprio era (Jer., *Ep.*, 108.15, 19, 26; *Adv. Ruf.,* 1.3).

Que Roma não era o destino preferido do monge do deserto, isso é evidente em uma série de cartas dedicadas a atacar verbalmente a elite local (24.1, 45.2, 5, 6, 46, 54.2, 5, 117.1, 118.6). A recíproca, no final das contas, era verdadeira, e até de ter contribuído para a morte de Blesilla Jerônimo foi acusado, como já mencionado. Logo, quem teria, de fato, expulsado Jerônimo da antiga capital do Império no Ocidente: o clero – como Peter Brown já tinha salientado (BROWN, 1990, p. 301) – ou senadores romanos incomodados com sua importunação e proximidade com as damas do Aventino? O fato é que, a bordo de um navio em Óstia, Jerônimo escreve a Asella: "Alguns me avaliam como um homem mau [...]. Traidor infame [...], que mente e engana por meio de artes satânicas" (Jer. *Ep.*, 45.1, 2 (CSEL 54, p. 323)). Ora, é de se esperar que uma mãe enlutada que amava sua filha recém-falecida, como a carta 39 demonstra, nutrisse minimamente algum rancor por aquele acusado de ter contribuído para seu óbito; contudo, o rumo de Paula indica que

[21] No *Prefácio aos comentários sobre Eclesiastes*, Jerônimo se refere a Belém como uma comunidade não muito grande. Andrew Cain, analisando especificamente a região em referência à carta em questão, afirma que ficava em uma área rural localizada a aproximadamente seis milhas ao sul de Jerusalém. Utilizando-se de outros pesquisadores, ele cita em nota um trabalho de Karl Baedeker, *Jerusalem and Its Surroundings,* que estipulou um tempo de uma hora e vinte minutos para ir de um local ao outro a pé. Cf.: CAIN, 2010, p. 109. O próprio Jerônimo comenta sobre sua comunidade em carta a Theodora, referindo-se a Belém como *Bethlemitici ruris.* Cf. Jer., *Ep.*, 75.4; Sulp. Sev., *Dial.,* 1.8. A respeito de sua etimologia e relação geográfica com Jerusalém, ver descrição também em: *Perseus Digital Library* (*Bethlehem*). Representações gráficas modernas digitalizadas podem ser acessadas no seguinte site: eng.travelogues.gr. Acesso em: 03/08/2020. Por fim, um vívido relato sobre a região pode ser encontrado no *Itinerarium Egeriae*, uma espécie de crônica de viagem escrita em primeira mão por Egéria sobre sua experiência nos Locais Santos – um dos documentos mais antigos do gênero. Nele, a peregrina conta que era comum que nas *Quadragésimas* houvesse deslocamento entre Belém e Jerusalém. Ver: EGÉRIA. *Peregrinação de Egéria:* uma narrativa de viagem aos Lugares Santos. Introdução, texto crítico, tradução e notas por Maria Cristina Martins. Uberlândia: EDUFU, 2017, p. 18-21; Eg., *Itin. Eg.,* 42.

não estava de acordo com seus conterrâneos e confiava em Jerônimo. Assim, junta-se a ele na Síria – levando consigo a jovem Eustáquia – e ambos rumam a Belém, onde se assentaram até morrerem.

Segundo a carta 108, um dos primeiros locais que mãe e filha se estabeleceram depois de partirem de Roma foi o Monte das Oliveiras, onde Melânia, a Antiga já tinha erigido um mosteiro pelo menos uma década antes[22]. Todos, em 385, aliás, eram amigos, e não raras vezes Paula era comparada à supracitada viúva: "De todas as damas em Roma, as únicas que causaram escândalo foram Paula e Melânia, quem, abandonando sua riqueza e desertando de seus filhos, elevaram a cruz do Senhor [...]", escreveu Jerônimo a Asella (Jer., *Ep.*, 25.4, 5). Ler, assim, suas primeiras cartas e compará-las às últimas que redigiu em sua vida causam hoje uma confusão no leitor, que *a priori* não compreende como a *Melanium* (Jer., *Ep.*, 45.5) – diminutivo amistoso usado para se referir à dama, como *Eustochium* – do Monte das Oliveiras se transformara na mulher cujo ressentimento recaía ao final de sua vida.

O fato é que ambas as viúvas vez ou outra eram comparadas em suas cartas, e, a julgar pela proximidade que todos tinham à época, não pode ter sido apenas para visitar o monte em que Jesus teria ascendido (Jer., *Ep.*, 108.12) que Paula acabou em Jerusalém. O que a carta 108, sozinha, não revela, sendo necessário retornar às remetidas em 385 e estudar o contexto do monasticismo da época, é que Jerônimo precisava refazer sua vida de alguma forma após ser convidado a se retirar de Roma. Com efeito, são obscuros seus planos, mas parece plausível que a opção monástica tenha sido levada em conta – não apenas *ser* monge, mas *liderar* uma comunidade construída pessoalmente; do contrário, Jerônimo, Paula e Eustáquia teriam logo se assentado no Monte das Oliveiras.

Algumas notas acerca desta relação precisam ser tomadas: segundo a cronologia proposta por Elizabeth Platte, Melânia, a Antiga e Rufino partiram para o Egito em 372, seguindo para Jerusalém apenas em 374. A viúva lá permaneceu até 400, quando retornou à *cidade eterna* a fim de guiar espiritualmente sua neta. A sucessão dos eventos condiz mais ou menos com o testemunho de Paládio, que afirma que Melânia passara vinte e sete anos longe de Roma. É neste ínterim, pois, que Jerônimo, Paula e Eustáquia possivelmente se encontraram com a *sancta* e aprenderam algo sobre sua experiência em Jerusalém. Deve-se ressaltar, ainda, que, caso isso tenha ocorrido, foi entre o final dos anos 380 e início da década seguinte, por dois motivos[23]: primeiramente, pois existe uma série de testemunhos que atestam que o estabelecimento monástico em Belém já estava em funcionamento na última década do século IV ( PLATTE, 2013, p. v-vii)[24]; em segundo lugar, pois Jerônimo rompeu relações com Rufino e Melânia, Antiga na década de 390, o que significa que é provável que tenham trocado mais farpas do que conselhos sobre como bem administrar um mosteiro nesta época[25]. Conclui-se que estes personagens não cessaram de ter contato até o final de suas vidas, como se observa em duas cartas de Jerônimo datadas de 416[26] e 419[27], e na hagiografia escrita por Gerôncio [28]. Tudo leva a crer que permaneceram trocando experiências acerca de suas respectivas vivências monacais: o que começara no Aventino na década de 370 – uma espécie de monasticismo doméstico – progressivamente espalhou-se, então, para o Norte da África e Oriente, tendo como pioneira Melânia, a Antiga, sendo seguida cerca de dez anos depois por Jerônimo, Eustáquia e sua mãe; uma geração mais tarde, por Melânia, Piniano, Albina e Gerôncio; e, por fim, por Paula, a Jovem.

Aliás, a escolha de Belém para o assentamento de Paula, Eustáquia e Jerônimo, além de razões religiosas – como estar lá a Caverna do Senhor, onde Jesus teria nascido –, pode estar intimamente relacionada ao fato do Monte das Oliveiras já ter sido ocupado por Melânia e Rufino à época e já ser, portanto, um local de atração de peregrinos. Muito mais interessante, supõe-se, seria empreender a construção de um monastério

[22] Isto é, em torno de 379. Ver: Pal., *Hist. Laus.* 46.5; CLARK, 1984, p. 94.

[23] Lembrando que o trio se assentou em Belém em 386.

[24] Peter Brown e Allan Booth situam a chegada de Rufino e Melânia em Jerusalém entre 377 e 378. Ver: BROWN, 1990, p. 311; BOOTH, 1981, p. 248. Cf. Pal., *Hist. Laus.,* 46.

[25] Contudo, a animosidade entre ambos não afetou outras amizades. Acrescenta-se à complexa rede de relações acima exposta o contato bastante fraternal de Jerônimo com Paulino de Nola – parente e amigo de Melânia, a Antiga. Ver: Jer., *Ep.,* 58.1, 8, 11.

[26] Agost., *Ep.,* 174.2 (publicada em *NPNF*, vol. 1). A mulher que acompanha Eustáquia em Hipona é Paula, a Jovem. Na carta, Jerônimo faz referência a um certo Firmo, presbítero que estaria viajando por Ravena, África e Sicília para cumprir uma ordem das supracitadas mulheres. Como será argumentado adiante, pode-se supor que tenha relações com a necessidade de levantamento de fundos para o mosteiro de Belém.

[27] Ela revela que Melânia, a Jovem, Piniano e Paula, a Jovem estiveram em Belém neste ano, após a morte de Eustáquia. Jer., *Ep.*, 143.3 (publicada em *NPNF*, vol. 1. Ver: Agost., *Ep.*, 202.2).

[28] Paula, a Jovem e Melânia, a Jovem retornaram a Belém anos depois, em 439 – logo antes da morte desta última. Gerôncio ficara em Jerusalém. Cf.: Ger., *Vit. Mel.,* 64

ali perto. Um breve comentário sobre Jerusalém contido na carta 77, endereçada a Oceano, aponta algo a respeito da preferência: nela, Jerônimo lembra ao interlocutor as diversas ondas de invasões do Império, inclusive no Oriente – causada pela pressão dos Hunos –, e sugere que "é geralmente aceito que o objetivo os invasores era Jerusalém e que seu excessivo desejo por ouro os fez apressar-se para a cidade em particular" (Jer., *Ep.*, 77.8). É uma impressão de época por meio da qual se supõe que era uma região rica, e, por isso, atraía não só a aristocracia ocidental cristã, mas também grupos exógenos ao Império interessados em saquear a cidade. Demonstra, portanto, que algum tipo de circulação de riqueza deveria haver em massa ali[29]; do contrário, não haveria ameaça de saque. Logo, a escolha de Belém pode estar relacionada tanto ao fato de Jerusalém já ser povoada, já ter uma liderança monástica estabelecida e ser razoavelmente mais perigosa.

## 4. Possuir, fluir, endividar

É aqui que se inicia um delineamento de uma longa trajetória de reunião de fundos para levar o empreendimento adiante, e que só pode ser esboçada a partir da reunião de uma série de epístolas de Jerônimo e de uma leitura indiciária dos documentos. Um primeiro detalhe digno de atenção está presente no capítulo 41 da *História Lausíaca,* onde Paládio se refere à relação entre Paula e Jerônimo nos seguintes termos:

> Entre eles estava a nobre romana Paula, mãe de Toxócio, uma mulher de grande distinção na vida espiritual. Ela era impedida por um certo Jerônimo da Dalmácia. Pois embora ela fosse capaz de superar qualquer um, tendo grandes habilidades, ele a obstruía com sua inveja, tendo a induzido a servir aos seus próprios planos (Pal., *Hist. Laus.*, 41.2).

Já no capítulo 36, Paládio replica a opinião pejorativa que circulava sobre Jerônimo em Belém a partir do testemunho de Posidônio, eremita de Belém que o Bispo de Aspuna conheceu certa vez e que conheceu o trio. Segundo ele, "a nobre Paula, quem cuida dele (*Jerônimo*), morrerá antes e será liberta de seu mau temperamento, é o que eu acho. E por causa desse homem, nenhum santo homem habitará nestas regiões, mas sua inveja incluirá até mesmo seu próprio irmão" (Pal., *Hist. Laus.*, 36.6-7). Este julgamento, acredita-se aqui, sustenta todo o conjunto de hipóteses estabelecido até o momento de que, aos olhos dos outros, o controverso monge do deserto não passava de um *captator,* caçador de legado, cuja amizade para com Paula tinha fortes interesses pessoais e econômicos. Aliás, ele não é um julgamento isolado, mas ecoa o constante desagrado da elite romana. Dado curioso que não deve ser deixado em segundo plano é o fato de que Jerônimo quase nunca menciona sua própria família em suas epístolas, ou, quando o faz, quase sempre é com desdém, como já comentado; sua rede de relações de amizade no Círculo do Aventino parece ter sido, em contrapartida, bem mais intensa (embora não menos intemperante).

Sem excluir razões de caráter religioso e intelectual, é preciso fazer um esforço de reflexão perguntando-se, também, como Jerônimo sobrevivia economicamente, e que papel teriam tido mulheres como as mencionadas acima. Que monges e clérigos se beneficiavam com essas amizades, cartas como a 10, 22 e 52 deixam claro. Este detalhe não é irrelevante no escopo do que está sendo aqui argumentado, portanto: no final das contas, intelectuais como ele precisavam de um patrono para subsistir, a não ser que tivessem famílias muito ricas que lhes dessem total suporte – o que não parece ter sido o caso de Jerônimo. Mais um motivo para crer que, por sua própria trajetória de vida, prescindia de mulheres como Paula e Marcella (LIGHTMAN, 2008, p. 246). No entanto, seria incompleto não acrescentar que também é provável que estas personagens ganhassem algum tipo de capital simbólico e *status* com este contato, afinal, tratava-se de uma amizade com um dos

[29] A riqueza de Jerusalém e Belém é mencionada também em: Eg., *Itin. Eg.*, 25.8-9, 11. Os locais de culto na região teriam começado a ser ricamente adornados ainda no reinado de Constantino, segundo o documento.

mais polêmicos – e, por isso, conhecido – intelectuais de sua época. Em última instância, seu próprio nome e trajetória ganhavam notoriedade frente a este tipo de relação simbiótica.

Reconstituiu-se anteriormente alguns dados sobre a partida de Paula de Roma e, segundo o entendimento apresentado na pesquisa, ao chegarem em Belém, ela e Jerônimo empenharam-se na construção e manutenção de um conjunto de monastérios e um convento para virgens (Jer., *Ep.*, 108.20); defendeu-se, ainda, que depois de prontos, eram mantidos com o trabalho manual e com doações de peregrinos (Jer., *Ep.*, 22.31; 52.3; Joh. Ruf., *Vit. Pet.,* 39). Contudo, as cartas são silenciosas quanto ao processo como um todo. Para dar conta de compreender a questão, é necessário lançar mão de duas cartas do *corpus* epistolar jeronimiano, seguida das mais recentes interpretações que a historiografia tem dado a elas.

Em 397, foi enviada diretamente de Belém uma correspondência a Pamáquio supostamente consolando-o pela perda da esposa, Paulina, uma das filhas de Paula, a Antiga. De caráter laudatório, ela se dedica, *a priori*, a lembrar o senador romano quão nobre (*perfectum*) ele, enquanto cristão, e sua mulher, que tanto se importava com os pobres, eram. Que sentido essa mensagem teria? Analisando-a em consonância com a 48, 66 (dentre outras), Jessica van't Westeind vai na contramão de outros especialistas como Andrew Cain, Michele Salzman e Peter Brown para defender que Jerônimo enviara a epístola mais como meio de oferecer seus ensinamentos do que como forma de consolar o viúvo. Alguns ínfimos detalhes do texto chamam atenção: de antemão, pode-se afirmar que boa parte do texto é destinada a exortar Pamáquio a ser tão caridoso quanto Paulina, Paula e Eustáquia para com os pobres, distanciando-se da ordem a qual pertenciam. Seus exemplos, aliás, deveriam ser ainda mais rigorosamente seguidos pelo remetente, que era ultrapassado pelos feitos de *mulheres,* o *barco mais frágil*. Mas que Pamáquio não se preocupasse: havia uma espécie de livre-arbítrio para ações do tipo, e sua Salvação estaria garantida *caso* estivesse interessado em ser um cristão perfeito e *caso* seguisse as recomendações apostólicas corretamente, doando toda a sua substância aos pobres (Jer., *Ep.*, 66.8). Guardemos esta informação.

Curiosamente, Jerônimo estava construindo um mosteiro (*monasterio*) e um hospital (*diuersorio*) em Belém naquele exato momento (Jer., *Ep.*, 66.14), e não se furta em comentar ao final da carta 66 a surpresa pela quantidade de indivíduos que estavam migrando para a região (Jer., *Ep.*, 66.14; Jer., *Ep.,* 58.4; Agost., *Ep.,* 39.1) – algo que deveria estar demandando de si algum esforço. "Certamente, o número de monges que afluem até aqui de todos os quadrantes do mundo é tão sobrecarregante que eu não posso nem desistir de minha empreitada nem suportar firmemente o fardo", é o que diz. Por isso, já havia pedido a Pauliniano, seu irmão, que vendesse uma propriedade arruinada na Itália que havia escapado dos bárbaros para arrecadar fundos (Jer., *Ep.*, 66.14). Teria Paula alguma conexão com esta epístola, no sentido de estar usando Jerônimo – uma autoridade literária – para convencer o genro a dispor de seu patrimônio de determinada forma? Aliás, teria a carta algum tipo de relação com as construções em Belém – seria um convite implícito para lá se estabelecer, ou para auxiliar em sua manutenção? *Caso queira ser perfeito, doe aos pobres.* Jerônimo parecia estar em dificuldade financeira naquele momento; logo, exerceu um papel de pedinte refinado?[30]

Digno de nota é que o personagem em questão não era um homem qualquer da elite, ou meramente um parente de Paula: como apontam as cartas 48, 49 e 57, Pamáquio era uma peça-chave na divulgação literária do monge no Ocidente. Além disso, segundo Westeinde, tinha grande reputação em Roma, talvez um número considerável de clientes, e, portanto, manter contato com alguém deste calibre poderia ser interessante – assim como foi importante fazê-lo com Marcella, também romana, com Lucínio, um rico aristocrata de origem hispânica (Jer., *Ep.*, 71 e 75), dentre outros. Aliás, uma das hipóteses lançadas por Westeinde é a de que a linguagem usada por Jerônimo em suas cartas ao supracitado senador – que vão além da 66 – é aquela de um cliente ao seu patrono, e a pouca quantidade de correspondências trocadas entre ambos poderia indicar (descartando a possibilidade de que tenham se perdido, evidentemente) uma relação mais "profissional" do que afetiva (WESTEINDE, 2017, p. 11, 13, 14). Dito isso, ao se analisar a relação entre Jerônimo e seu suposto patrono ao longo da década de 390; e, de maneira mais ampla, tendo também em vista o progressivo aparecimento de menções à gestão de bens em seu epistolário até 404, conclui-se que as finanças do mosteiro em Belém precisavam de ajustes.

[30] Curiosamente, ele se refere a Paulino de Nola exatamente da mesma forma, apenas dois anos antes (395). Cf.: Jer., *Ep.,* 58.1-4.

De fato, o *epitaphium* a Paula, escrito em 404 (ano de sua morte), revela que sua liberalidade era exagerada e que não só dilapidou seus fundos como deixou a filha endividada:

> Em que termos devo escrever acerca de sua distinta, e nobre, e anteriormente rica casa? De todas as riquezas gastas em favor dos pobres? Como posso descrever a enorme consideração que ela mostrou por todos e sua bondade ainda maior até mesmo em relação àqueles que jamais havia visto? Que pobre homem, à beira da morte, não foi envolvido em cobertores dados por ela? Que acamado não recebeu suporte com o dinheiro de sua bolsa? Ela procuraria, com enorme diligência, por toda a cidade, e pensaria que seria uma desgraça uma pessoa faminta ou doente ser apoiada com a comida de outra pessoa. Tão extravagante era sua caridade que ela roubou seus próprios filhos (Jer., *Ep.*, 108.5).
>
> Sua liberalidade, sozinha, não conhecia limites. Certamente, tão ansiosa ela estava para não deixar de se virar a qualquer pessoa que tomou dinheiro emprestado com juros e frequentemente contraía novos empréstimos para quitar os antigos. Eu estava errado, eu admito; mas quando eu vi sua profusão em dar, eu a reprovei alegando a palavra dos Apóstolos: "Eu não quero dizer que outros homens sejam aliviados enquanto tu carregas um fardo; no entanto, por uma questão de igualdade, que agora, neste momento, sua abundância seja um suprimento para aqueles em necessidade; que a abundância deles igualmente seja um suprimento para tuas necessidades [...]". Eu a adverti que nem sempre ela teria meios para fazer tudo o que desejasse (Jer., *Ep.*, 108.15).

Assim, um dos maiores desejos da viúva era morrer como uma pedinte e não legar à filha sequer uma única moeda:

> "Minha prece é que eu morra como uma pedinte, não deixando sequer uma moeda para minha filha, e que esteja endividada com estranhos". Ela então concluiu com o seguinte raciocínio: "Eu, se mendigar, devo encontrar muitos que deem a mim; porém se este pedinte não obtiver ajuda de minha parte, aquela que, por empréstimo, pode a ele dar, morrerá; e se porventura morrer, de quem sua alma será requerida?". Eu desejava que ela fosse mais cuidadosa ao administrar suas preocupações, mas ela, com uma fé mais brilhante que a minha, permaneceu fiel ao Salvador, e com todo seu coração e pobre em espírito, seguiu o Senhor em sua pobreza, dando-Lhe de volta o que ela recebeu e se tornando pauperizada em Seu nome. Ela obteve seu desejo, no final das contas, e morreu deixando sua filha sobrecarregada de dívidas. Esta Eustáquia ainda as tem e certamente não pode ter a esperança de quitá-las com seus próprios esforços; apenas a misericórdia de Cristo pode salvá-la disso (Jer., *Ep.*, 108.15). (...)

Os excertos destacados acima, portanto, corroboram a hipótese de que Jerônimo poderia ter sido um pedinte e teria utilizado sua influência como estudioso de renome para arrecadar fundos, pois papel semelhante já era executado por Paula – com sucesso, justamente por conta de seu status e rede de relações. Desse modo, não seria um absurdo afirmar que por trás da epístola analisada há um pedido de socorro financeiro sutil a Pamáquio, supondo que Paula teria deixado como um de seus principais legados aos filhos um endividamento (FINN, 2006, p. 91; Ger., *Vit. Mel,* 19, 41)[31].

Rastreando este processo a partir do epistolário em foco, após a morte de Blesilla, a matrona iniciou um trabalho caritativo direcionado especificamente aos pobres e necessitados, logo ao sair de Roma; não deixara seus filhos sem quaisquer fontes de riqueza, porém continuou gastando a sua, vindo a recorrer a empréstimos de dinheiro a juros e se tornando, ela própria, pedinte (Jer., *Ep.,* 108.15); sua liberalidade, informa Jerônimo, era abundante. Embora não haja notícia da ajuda de fato recebida de Pamáquio, coube à Eustáquia e Paula, a Jovem – filha de Toxócio e Laeta – resolverem problemas financeiros dos monastérios

[31] Não seria a primeira vez que notícias deste tipo circulavam: a trajetória de Melânia demonstra que uma de suas principais aplicações era em mosteiros; vários deles foram providos com seu ouro, prata e itens de luxo. Segundo Richard Finn, um dos principais especialistas modernos a respeito da questão da esmola na Antiguidade Tardia, casos extremos como estes não eram tão comuns no mundo antigo.

em Belém após a morte da matrona, como sugere Marjorie Lightman. Foi, de certa forma, o cumprimento de um pedido de Jerônimo feito em 403, em carta a Laeta, como já mencionado: que a menina permanecesse uma virgem consagrada e que fosse, quando mais velha, direcionada aos cuidados da avó, da tia e do próprio Jerônimo em Belém; e que ele próprio fosse seu tutor – seja no sentido jurídico, seja no intelectual (Jer., *Ep.* 107.13). A previsão, afinal, concretizara-se: sabe-se, pela *vita* de Gerôncio, que permaneceu sob os cuidados da prima durante algum tempo, até ambas se deslocarem para Belém (Ger., *Vit. Mel.,* 40, 63, 68)[32]. Não teria ocorrido algo similar entre Melânia e Paula, as Antigas? Novamente, é um testemunho nada negligenciável e que permite corroborar que havia uma circulação de saberes – ascéticos e, por que não, econômicos – entre os mosteiros da região, embora o epistolário estudado seja omisso em relação ao assunto.

Assim, mesmo que suas cartas sejam lacônicas quanto à administração patrimonial do convento em questão, é ao menos seguro afirmar que ambas não foram meras espectadoras da realidade: quem atesta isso é o bispo Inocêncio, que, em 417, redige uma reprimenda a João de Jerusalém, então responsabilizado por um ataque à comunidade de Jerônimo devido a desavenças religiosas[33]. Nela, observa-se que Eustáquia e a sobrinha – à época, ainda uma adolescente – recorreram pessoalmente a Inocêncio requisitando um posicionamento. Por isso, se Marjorie Lightman e Júlio César Magalhães de Oliveira estiverem corretos, não seria surpreendente que ambas também tenham buscado recursos financeiros por diversas partes do Império (Ravena, Sicília e Cartago) com a ajuda de Firmo[34]. Vale ressaltar que elas não são o único exemplo encontrado na documentação a agir dessa maneira: por motivos semelhantes, ligados especialmente à dificuldade em vender terras no Ocidente em função das chamadas "invasões bárbaras", Melânia, a Jovem confiara a um procurador esta incumbência.

São um conjunto de informações, a propósito, que merece atenção: está claro que Paula, a Jovem e a tia assumiram não só propriedades e o convento de Belém como as dívidas de Paula, a Antiga[35]; está claro, ainda, que essas mulheres tiveram grande relevância como agentes econômicos no contexto de seu assentamento na região, seja como doadoras de esmola ou administradoras, de fato, da vida religiosa e financeira de seu séquito de fiéis. Porém, é uma incógnita do porquê esse assunto ser tão escuso nas cartas, tratados e outros trabalhos do monge. Em outras palavras, Jerônimo pode ser uma referência no estudo de temas como a castidade de virgens e matronas da época – mas é um tanto mais difícil elaborar grandes questões econômicas *exclusivamente* a partir de seu epistolário. Faltam informações; outras, divergem. Para citar um caso mais palpável e deixar mais cristalino este incômodo: por que Inocêncio – acima citado – menciona Paula e Eustáquia no episódio de ataque à sua comunidade, mas Jerônimo se silencia acerca de seu papel nas cartas seguintes? Como seu convento, que abrigava cerca de *cinquenta* outras mulheres ( Pal., *Hist. Laus.*, 41.1), reagiu à destruição dos pelagianos? Ainda que não se possa oferecer uma resposta efetiva, ao menos esta dúvida esclarece que possivelmente existe muito da agência feminina nesta história que se encontra omitida na documentação.

Dito isso, é possível constatar que as gerações posteriores a Paula, a Antiga – expressas, na documentação, em sua filha e neta – parecem ter sido peça central do *legado maldito* que ela deixara por conta de sua liberalidade excessiva. Jerônimo, por sua vez, foi o intermediário que não apenas tentou aconselhar a amiga de celibato a ser prudente, mas moveu-se para arrecadar fundos a fim de sustentar seus empreendimentos – já sentindo, antes mesmo da virada do século, que as finanças não iam bem. Contribuiu, ainda, para que

[32] O argumento, no entanto, demanda um questionamento sobre a cronologia desses eventos: ao que tudo indica, estas duas últimas referências em questão dizem respeito a um momento tardio da vida de Melânia, quando adoecera – por volta de 439 –, ao passo que a primeira sugere um período anterior. Logo, Paula já não seria assim tão jovem. Ainda assim, crê-se que isso não invalida a hipótese lançada – aliás, até a reforça, uma vez que demonstra a conexão (perene) existente entre Jerusalém e Belém à época.

[33] Foi mais um episódio de "heresia", dentre muitos que pulularam entre os séculos IV e V. Segundo alguns historiadores, a controvérsia pelagiana instigou os atos de violência em Belém, e o bispo João acabou sendo também responsabilizado. A carta em questão se encontra no epistolário de Jerônimo: Jer., *Ep.,* 136, 137. Sobre a perspectiva do autor quanto ao ataque e o grau de destruição deixado, ver: Jer., *Ep.,* 139. Por fim, sobre a controvérsia pelagiana, cf: OLIVEIRA, 2015, p. 58-75.

[34] Firmo foi um presbítero bastante presente no epistolário de Jerônimo e de Agostinho, cuja função parece estar relacionada à própria circulação de suas cartas pelo Mediterrâneo. Segundo Lightman e Oliveira, ele provavelmente se responsabilizou também pelo cuidado das propriedades que Paula, a Jovem e Eustáquia herdaram da falecida parente (Paula, a Antiga) – como uma espécie de procurador. Não parecia ser uma atividade incomum do clero, pelas informações que Jerônimo transmite em sua carta a Nepociano. LIGHTMAN, *op. cit.*, p. 248; OLIVEIRA, 2015, p. 70, 72-73; Jer., *Ep.* 52.16; 134.2 (*NPNF* 1, 172). Esta incumbência a terceiros em transações relacionadas a vendas de propriedades no Ocidente também aparece na *vita* de Melânia – embora Gerôncio tenha omitido o nome do responsável por fazê-lo: Ger., *Vit. Mel.,* 37.

[35] Não teria sido o único caso: é provável que Princípia, a filha adotiva de Marcella, tenha herdado somente a pobreza da mãe. Aqui, interessante notar como as relações econômicas relativas a este círculo específico mudaram em apenas duas gerações: se Albina optara por transferir seu patrimônio aos sobrinhos em vez de dá-los aos pobres, Marcella o fizera em excesso, nada legando a Princípia. Cf.: Jer., *Ep.* 127.14. A escolha de Marcella, por sua vez, pode ser comparada a de Ecdícia (cf. carta 262 de Agostinho).

Eustáquia tomasse conta dos negócios da mãe após seu falecimento e que a sobrinha, como dito, fosse sua sucessora. *Captator,* como acusavam-no de ser, ou apenas o tutor de Paula, a Jovem, não se sabe: o fato é que cumpriu um papel importante no monasticismo Oriental junto a Paula, a Antiga, Eustáquia e, posteriormente, Paula, a Jovem.

## 5. Um binômio salvífico: dilapidar para construir

Seria pouco provável que os homens e mulheres discutidos até o momento – imiscuídos na rede de relações de ambas as Paulas e Melânias – fossem abandonar suas possessões e deixar meramente uma lacuna em seu lugar. Apesar de seu propósito último ser relacionado à Salvação, discurso que possivelmente tinha à época uma função primordial na retórica dos documentos analisados, o fato é que se dilapidava para *construir* algo em substituição, fosse uma imagem de santidade – portanto, dotada de um caráter personalista – ou uma paisagem bastante concreta matizada de celas, conventos, igrejas, abadias, hospitais, xenodóquios, mosteiros, oratórios, altares, *martiria* e assim por diante. As supracitadas mulheres optaram por ambos. Afinal, era o que conferia reconhecimento e glória aos seus idealizadores, sem mencionar o fato de que chamavam atenção dos transeuntes, sobretudo quando se tratava de locais maiores e mais adornados[36].

Pode-se ir ainda mais além. Em sentido análogo, não se deve negligenciar um fator essencial do binômio *dispersar-construir*: como estes indivíduos mantinham-se materialmente, em condições supostamente tão áridas de vida, já que dispendiam todo seu patrimônio? A resposta possui um verniz *a priori* contraditório: preservando uma parcela para subsistência (SOTINEL, 2006, p. 112), readquirindo ou até produzindo parte do montante, de alguma forma. A título de exemplo, João Rufo menciona a realização do trabalho manual, que contribuía para o sustento da comunidade: Piniano, segundo ele, "carregava tábuas em seus ombros do deserto até o mercado, onde as vendia, sem sombra de vergonha", enquanto Melânia trabalhava com lã a fim de suprir não apenas a necessidade de seu sustento e o das virgens como distribuir o excedente aos necessitados (Joh. Ruf., *Vit. Pet.,* 39; Jer., *Ep.,* 22.31, 22.33, 52.3; BROWN, 2016, p. 234-245; CARRIÉ, 2006, p. 21).

Deve-se registrar que Gerôncio não menciona esse tipo de produção excedente. Seria uma oportunidade de verificar até que ponto a economia monástica no Monte das Oliveiras era autossuficiente, restrita a um pequeno perímetro ou se entrava em redes de troca mais amplas. Já as cartas de Jerônimo são mais pródigas quanto ao assunto: em uma curta passagem da epístola 22, ele faz alusão à possibilidade de Eustáquia realizar trabalhos manuais enquanto virgem consagrada – atividade encarada até então como indelicada para a elite. Adiante, ele relata o caso de um *frater* na Nítria que, ao morrer, deixara uma centena de peças de ouro (*solidi*), adquiridos pela produção de linho. Tal foi a querela gerada pela aquisição da herança que os milhares de monges que viviam separadamente em celas no local convocaram um concílio para decidir o que fariam. Enquanto uns optaram pela distribuição aos pobres (*pauperibus distribuendos esse*), outros julgaram melhor direcionar a riqueza à igreja (*alii dandos ecclesiae*) ou, ainda, remetê-la de volta à família (*parentibus remittendos*), sem chegarem em um acordo. No fim das contas, o pecúlio foi enterrado com seu possuidor e passou a ser considerado crime deixar moedas do tipo a alguém (*ut unum solidum dimisisse sit criminis*).

Além disso, ainda que com ressalvas próprias ao gênero laudatório onde se encontram as informações biográficas acerca da *sancta*, sua beneficência fora tanta que poucas moedas lhe sobraram ao final da vida, a ponto de, de doadora de esmolas e égide da dissipação, passar a pedinte (Ger., *Vit. Mel.,* 30, 49, 52; Joh. Ruf., *Vit. Pet.,* 39)[37]. Tão pauperizada estava que aceitara receber "de um certo homem que amava Cristo"

[36] É o conteúdo que Jerônimo transmite em sua carta a Nepociano. O fato de algumas dessas construções subverterem o ideal de pobreza cristão não parece ter impedido construções imponentes, no fim das contas. Cf.: Jer., *Ep.*, 52.10.

[37] Ainda que Gerôncio não tenha explicitado que Melânia tenha se endividado, a descrição de seus gastos e a evidência de que aceitou pecúlio em mais de uma ocasião permitem supor que chegara às mesmas vias de Paula. Não por acaso, o monge comenta que poucos acreditavam que a *sancta* poderia realizar ainda mais uma obra. João Rufo, por sua vez, destaca o esmero com que ela, sua mãe e Piniano despojaram seus bens: "guardaram para si mesmos a riqueza" – aqui, interpretada como a simbólica – "que fica e sempre permanece, em vez daquela que flui para longe, é arrebatada,

a oferta de duas mil moedas, acolhidas com grande alegria para continuar gastando em obras – dessa vez, na construção de mais um monastério, em memória ao recém-falecido esposo[38]. Não foi caso isolado: a caminho para Constantinopla, quando em Trípoli, aceitara também de um guarda certa soma (Ger., *Vit. Mel.*, 52). Não foi também dessa maneira que Paula, a Antiga subsistiu – por meio de solicitações de auxílio financeiro e empréstimos, que lhe acarretaram inclusive dívidas? Não foi, precisamente, o caso de Fabíola, a divorciada e viúva responsável pelo hospital em Porto (Jer., *Ep.,* 77.9)? E o que dizer da população anônima de mosteiros e conventos – cujos nomes e identidade são omitidos nos *corpora* analisados nesta pesquisa –, além dos monges itinerantes, que, a despeito de seus votos de pobreza voluntária, aceitavam receber moedas e artigos de luxo? (Ger., *Vit. Mel.*, 37)[39] Sem mencionar Eustáquia, Paula, a Jovem e o próprio Jerônimo, que não expressaram ser grandes doadores de esmolas[40]: o que teriam feito, então, com a renda adquirida com a venda de suas terras? Certamente, não deram a esmo aos necessitados. Conclui-se que alcançar a pobreza extrema como condição *sine qua non* para ascender ao Reino dos Céus parecia ir de encontro a necessidades mundanas muito palpáveis. Por isso, pode-se corroborar o que Eliana Magnani afirma a respeito da plasticidade dos papéis socioeconômicos desses agentes: seria difícil engessá-los em categorias como as de doadores ou receptores sem levar em consideração conjunturas específicas (MAGNANI, 2008, p. 2).

Tal panorama encontra-se com o que Bruno Uchoa Borgongino apresentou em sua tese: nela, o historiador sustenta que, em meio ao esvaziamento de grandes centros urbanos no Ocidente no século V, o ingresso da elite nos mosteiros representaria justamente a *continuidade* de busca por prestígio, poder e terras, dado "o esgotamento dos antigos parâmetros de distinção social e oportunidades" com a chegada dos visigodos (BORGONGINO, 2018, p. 73, 167). Afinal, era no perímetro monástico onde se poderia formar um "indivíduo superior" por meio de uma disciplina rigorosa – em que a esfera econômica não era excluída –, que não necessariamente contradizia o *ethos* nobiliárquico das elites ocidentais[41]. Aqui, poder-se-ia acrescentar o adendo de que uma parcela expressiva de mulheres romanas foi bem-sucedida na incorporação a essa malha de congregantes, pelo menos no escopo dos documentos aqui analisados. São pressupostos coerentes, como já comentado, com a redefinição da própria elite senatorial entre os séculos IV e V: alijada de seu antigo *status*, a busca por uma vida ascética mostrou ser uma prerrogativa eficiente para redirecionar seu patrimônio ao Oriente. Cada vez mais, então, a região exercia uma força centrípeta em pessoas e riquezas, o que explica as peregrinações e assentamentos comuns à época. Um dos resultados desse processo, por conseguinte, foi a edificação não apenas eclesiástica, como apontou Giovan do Nascimento (2013, p. 66), mas também monástica – ainda que resguardadas as especificidades de cada processo em dada região (BORGONGINO, 2018, p. 126-127; PIGANIOL, 1945, p. 52).

Não fortuitamente, o que está por trás do simbolismo do *topos* da evasão de posses no escopo da cristianização da elite senatorial estudada é a construção de uma *outra* comunidade, longe dos tradicionais centros urbanos, porém não deles desvinculada. Nesse sentido, observa-se que a literatura foi um dos meios mais emblemáticos para garantir essa conexão (BORGONGINO, 2018, p. 46-47). Da mesma maneira que o trabalho de Nascimento revelou as redes econômicas que envolviam clérigos norte-africanos e leigos em todo o Império, o alcance de, pelo menos, parte dos documentos aqui analisados – cartas e biografias que circularam pela Terra Santa, Norte da África, Gália, Hispânia e Roma, para dizer o mínimo – demonstra a simbiose entre a elite ocidental e aquela que se assentou na Palestina. Uma elite que, a despeito da retórica da dilapidação e da pobreza, continuou sendo, afinal, elite.

---

corrompida e que corrompe" – esta, sim, material.

[38] Deve-se registrar que este capítulo apresenta um dado interessante sobre o dispêndio material e de tempo para a construção de um monastério: segundo o hagiógrafo estudado, Melânia teria dado a um clérigo de confiança uma fração de "algumas moedas", provenientes da supracitada larga doação, para a compra de pedras; a obra durou apenas um ano. Ver: Ger., *Vit, Mel.,* 49.

[39] Os exemplos são extensos na documentação e se espalham por todo o Mediterrâneo. Agostinho de Hipona, por exemplo, aceitou do bispo Valério uma propriedade na África, onde veio a se estabelecer. O pano de fundo não diferia muito do de Melânia: vendera, como ela, suas próprias terras e distribuíra o montante aos pobres. Cf.: NASCIMENTO, *op. cit.*, p. 70.

[40] Não se pode negligenciar este dado: não existe nenhum registro de que tenham se ocupado de algum trabalho caritativo de expressão, apesar de Jerônimo muito elogiar as esmolas distribuídas pela elite em suas cartas (tendo sido Paula, a Antiga, uma personagem emblemática nesse sentido). Também deve-se lembrar que, apesar do estridonense, via de regra, exortar a dilapidação, ele próprio mantivera um patrimônio de grande valor: uma *biblioteca.*

[41] Resguarda-se a diferença geográfica em que sua tese se circunscreve: Gália (séc. V) e Hispânia (séc. VI-VII). Apesar disso, as justificativas que Borgongino apresenta para o fenômeno de vinculação das elites a práticas ascéticas e ao monasticismo, no primeiro caso, reservam alguma semelhança com o contexto romano – por exemplo, o receio de ver suas terras invadidas por estrangeiros, medo da violência, do confisco de bens, dentre outros. Ainda assim, deve-se pontuar que é uma exposição macro-histórica que, mesmo que plausível, não explica a transumância nem as escolhas econômicas específicas dos personagens aqui trabalhados.

Exposto tudo isso, é importante salientar que poucos documentos tardo-antigos indicam dados quantitativos acerca da renda de famílias senatoriais[42], o que torna a *Vida de Melânia, a Jovem,* a *História Lausíaca* e até a *Vida de Pedro, o Íbero* parâmetros importantes e necessários para elucidar detalhes relativos à administração patrimonial entre os séculos IV e V. Como pôde ser constatado, a trajetória de dilapidação das propriedades da família de Melânia e do marido teve uma série de singularidades em relação a de Paula e Eustáquia, por uma série de razões – a começar pelo fato do gênero literário escolhido por Gerôncio para registrá-la foi uma longa *vita,* que lhe deu espaço suficiente para dissertar sobre o percurso da evasão de bens de sua biografada. Embora Jerônimo soubesse o que as *vitae* representavam em sua época – afinal, produziu três[43] –, não parece ter tido a mesma preocupação em registrar a trajetória de Paula ou da filha nos mesmos termos[44]. Por outro lado, não se deve descartar a hipótese de que estas últimas simplesmente não detinham a mesma quantidade de riquezas que a parente romana, ou que deram a elas outros fins, posto que deixaram no Ocidente Toxócio, Rufina e uma renda para que sobrevivessem. Em contrapartida, vale lembrar que a peregrinação de Melânia iniciou-se após perder o pai. Sem filhos, porém casada e com uma mãe (Albina) disposta a também ingressar em uma vida despojada de bens mundanos – ainda que com um perfil menos eversivo –, todos ali parecem ter tido não apenas riquezas para dissipar como uma lacuna de herdeiros prontos para reivindicar sua herança. Em última instância, é possível que Jerônimo não visse na dilapidação uma condição *sine qua non* para a Salvação, e, por isso, não apenas deixou de valorizar a evasão radical da substância da elite como demonstrou prudência em relação ao assunto em diversos momentos[45].

À causa de tantas nuances, os documentos privilegiados nesta seção lançam luz nas ausências do *corpus* epistolar de Jerônimo de Estridão, que, a despeito de seu envolvimento em peregrinações e na formação de uma comunidade cenobítica muito próxima a que Melânia, Albina e Piniano formaram no Monte das Oliveiras, não indica tão expressamente o quão Paula, a Antiga, sua filha e neta dispenderam em prol da caridade, da ajuda aos necessitados, da construção do convento ali próximo ou na ajuda a estrangeiros. Em outras palavras, o inventário detalhado do patrimônio de Melânia e do marido, diligentemente realizado por Gerôncio, associado ao quanto foi *dispendido* pelo casal, fornece uma preciosa noção do valor pecuniário para ser um cristão reconhecido por seu trabalho evergético e caritativo; as modalidades em que isso ocorria – se pela venda, doação, *criação* ou simplesmente evasão a esmo; e seu grau – dissipação ou dilapidação. Curiosamente, isso destoa de maneira significativa do que se sabe a respeito a partir do *corpus* epistolar de Jerônimo, onde o assunto é muito mais fragmentado e qualitativamente distinto. Posto isso, justifica-se ser tão rico e coerente o cruzamento destes documentos e das trajetórias dos *cognatos.*

## 6. Considerações finais

Em conclusão, à luz da literatura aqui analisada, fica claro o que significava dissipar e como esta atividade se diferenciava da dilapidação – uma atividade muito mais eversiva, radical e ostentatória levada a cabo por uma parcela da elite endinheirada entre os séculos IV e V. Couberam, em seu amplo espectro de possibilidades, ações que podiam ir desde a doação pura e simples de terras e artigos de luxo para fins diversos – algo que só uma análise microescalar daria conta de ressaltar suas nuances e pluralidade – até a venda de propriedades de grande extensão e de escravos, passando pela ajuda a refugiados e pobres, sustentação do clero, de monges e virgens (Ger., *Vit. Mel.,* 19). Com estas informações, evidencia-se que a construção do Reino Celeste não era gratuita, mas demandava uma ampla dispersão patrimonial

[42] É uma escassez, aliás, ampla, de forma que faltam dados precisos sobre a economia de monastérios, igrejas ou mesmo gastos correntes privados. Como já salientava Claire Sotinel, "a questão crucial de saber quantas pessoas doam qual proporção de seus rendimentos não pode ser abordada de maneira empírica". Nesse sentido, a tentativa de se fazer uma *história das mulheres* aqui, segundo a proposta clássica, seria claramente infactível. Cf.: SOTINEL, 2006, p. 106-107.

[43] Em homenagem a Malco, Hilarião e Paulo, o Centenário. Ver: *NPNF*, vol. 6.

[44] À exceção, evidentemente, de seu *epitaphium* a Paula. Ainda assim, é muito menos rico do que as *vitae* do período.

[45] A perspectiva variava ao sabor de certas circunstâncias, como será demonstrado. Contudo, não se deve negar que, em comparação aos outros documentos analisados, certamente apoiou com menos entusiasmo a dilapidação.

privada e um fluxo de metais entre diferentes agentes. Reside aqui uma contradição, é certo: a pobreza *stricto senso,* embora tão exortada, não parecia fazer sentido na equação salvífica, no final das contas. Afinal, se realmente desejável fosse, Paula, a Jovem e Eustáquia não precisariam administrar suas terras remanescentes a fim de gerar renda; tampouco sua prima, Melânia, faria o papel de pedinte após finalmente se pauperizar completamente; Pamáquio e Fabíola dificilmente seriam considerados cristãos exemplares caso não tivessem construído o xenodóquio em Porto; e Paula, a Antiga não teria ganhado a visibilidade que ganhou no epistolário de Jerônimo caso preferisse não se endividar. Em outras palavras, não haveria resgate de refugiados, trabalhadores em minas, esmolas aos necessitados, ajuda a santos, clérigos e monges, construções de mosteiros nem de conventos, não fosse o ouro, a prata e as terras de uma elite de homens, mulheres, jovens e idosos, eremitas, virgens e aspirantes a ascetas – sem distinção de gênero, *a priori*. Conclui-se que a santidade destes personagens, no fim das contas, não era paralela à da viúva que dera, à luz de sua humildade, seus míseros dois óbulos a Cristo nas Escrituras; antes, dava-se a partir da quantidade de riquezas que possuíam e manipulavam.

## 7. Documentação literária


AUGUSTINE OF HIPPO. *Letters.* Translated by J.G. Cunningham and edited by Philip Schaff. In: Nicene and Post-Nicene Fathers, First Series, vol. 1. New York: Christian Literature Publishing Co., 1887. Disponível em: www.newadvent.org. Acesso em: 03/01/2020.

GERONTIUS. *The life of Melania, the Younger.* Translation, introduction and commentary by Elizabeth Clark. Nova York e Toronto: The Edwin Mellen Press, 1984.

_____. Vie de sainte Mélanie (texte grec).Traduction, introduction et notes par Denis Gorce. In: GORCE, Denis. *Sources chrétiennes.* Paris: Éditions du Cerf, 1962.

JEROME. Letters. In: SCHAFF, Philip; WACE, Henry (eds.) *A select library of Nicene and post-Nicene fathers of the christian church,* vol. 6 (CCEL). Trad. de W. H. FREMANTLE. New York: The christian literature company, 1893.

_____. Life of Malchus. In: *A select library of Nicene and post-Nicene fathers of the christian church*, vol. 6 (CCEL). Trad. de W. H. FREMANTLE. New York: The christian literature company, 1893.

_____. The life of Paulus the first hermit. In: *A select library of Nicene and post-Nicene fathers of the christian church,* vol. 6 (CCEL). Trad. de W. H. FREMANTLE. New York: The christian literature company, 1893.

_____. Against Vigilantius. In: *A select library of Nicene and post-Nicene fathers of the christian church*, vol. 6 (CCEL). Trad. de W. H. FREMANTLE. New York: The christian literature company, 1893.

_____. Sancti Hieronymi Epistulae I-LXX. In: HILBERG, Isidorus. *Corpus Scriptorum Ecclesiasticorum Latinorum* (CSEL), vol. LIV. Viena: Reink Books, 1910. Disponível em: books.logos.com. Acesso em: 12/10/2019.

_____. *Select letters of saint Jerome* (English-latin). Trad. de F. A. Wright. London: William Heinemann LTD, 1933.

_____. *The Satirical Letters of Saint Jerome*. Translated into English and with an introduction by Paul Carrol. Chicago: The gateway editions, 1956.

_____. On illustrious men. In: SCHAFF, Philip; WACE, Henry (ed.). *A select library of Nicene and post-nicene Fathers of the Christian Church*, vol. 3. Oxford and London: Parker and Company, 1892.

_____. *Lettres.* Texte établi et traduit par Jérôme Labourt. Paris: Les Belles Lettres, 1951.

JOHN RUFUS. *The* lives *of Peter the Iberian, Theodosius of Jerusalem, and the monk Romanus.* Translation, edition, introduction and notes by Cornelia B. Horn and Robert R. Phenix Jr. Atlanta: Society of biblical literature, 2008.

PALLADIUS. The Lausiac History. In: *Cistercian studies series.* Translated by John Wortley. Minnesota: Liturgical Press, 2015.

_____. *The Lausiac History*, vol. 2. Translation, introduction and notes by Dom Cuthbert Butler. Cambridge: Cambridge University Press, 1904.

_____. The Lausiac History. In: *Translations of Christian Literature.* Series I. Greek Texts. Translated by W. K. Lowther Clarke. London: Society for promoting christian knowledge, 1918.

PAULINUS OF NOLA. Letters of Paulinus of Nola, vol. 2 (letters 23-51). In: *Ancient christian writers.* Translated and annotated by P. G. Walsh. New York: Newman Press, 1967.

SAINT AUGUSTINE OF HIPPO. Letters, vol. 5 (204-270). In: *The fathers of the church:* a new translation, vol. 32. Translated by sister Wilfrid Parsons. Washington: The Catholic University of America Press, 1981.

SAN JÊRÓME. In: *Epistolario:* edición bilingüe, vol. 1. Traducción, introducciones y notas por Juan Batista Valero. Madrid: Biblioteca de autores cristianos, 1938.

## 8. Referências bibliográficas

ARJAVA, Antti. **Paternal power in Late Antiquity**. The Journal of Roman Studies, vol. 88, p. 147-165, 1998.

ARNS, Paulo Evaristo. **A técnica do livro segundo São Jerônimo**. São Paulo: Unesp, 2018.

BOOTH, Alan D. **The chronology of Jerome's early years**. *Phoenix,* vol. 35, n. 3, p. 246-259, 1981.

BORGONGINO, Bruno Uchoa. ***Discretio* e poder na obra monástica de João Cassiano e nas regras monásticas visigodas em perspectiva comparada** (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

BROWN, Peter. **The World of Late Antiquity** (AD 150-750). New York: Norton, 1989.

_____. "Aprendei comigo a sagrada arrogância": Jerônimo. In: _____. **Corpo e Sociedade***:* o homem, a mulher e a renúncia sexual no início do cristianismo. Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 301-318, 1990.

_____. **Aspects of Christianization of the later roman world**. The Tanner Lectures on Human Values. Lectures presented at University of Cambridge, p. 113-193, 1993.

_____. **Poverty and Leadership in the Later Roman Empire**. London: University Press of New England, 2002.

_____. "Treasure in Heaven": Wealth in the Christian Church. In: _____. **Through the eye of a needle**. **Wealth, the Fall of Rome and the Making of Christianity** in the West (350-550). Princeton and Cambridge: Princeton University Press, 2012.

_____. From *Patriae Amator* to *Amator Pauperum* and back again. In: RODGERS, Daniel T.; RAMAN, Bhavani; REIMITZ (ed.). **Cultures in motion.** New Jersey: Princeton University Press, 2013.

_____. **Wealth, Work and the Holy Poor**: Early Christian Monasticism between Syria and Egypt. Irish Theological Quarterly, vol. 83, nº. 3, p. 233–245, 2016.

CAIN, Andrew. **The letters of Saint Jerome***:* Ascetism, biblical exegesis and the construction of Christian authority in Late Antiquity. Oxford: Oxford University Press, 2009.

_____. Rethinking Jerome's portraits of holy women. In: CAIN, Andrew; LÖSSL, Josef (eds.). ***Jerome of Stridon:* His life, writings and legacy**. Farnham: Ashgate Publishing Company, 2009.

_____. **Jerome's *Epitaphium Paulae***: Hagiography, Pilgrimage, and the Cult of Saint Paula. Journal of Early Christian Studies, vol. 18, nº 1, p. 105-139, 2010.

_____. The letter collections of Jerome of Stridon. In: SOGNO, Cristiana; STORIN, Bradley K; WATTS, EDWARD J. (eds.). **Late Antique letter collections***:* a critical introduction and reference guide. Oakland: University of California Press, 2017.

CARRIÉ, Jean-Michel. **Pratique et idéologie chrétiennes de l'économique** (IVe – VIe siècles). *AnTard*, 14, 2006.

CLARK, Elizabeth. Introduction to the text. In: **_____. The life of Melania, the Younger**. Nova York: The Edwin Mellen Press, p. 1-25, 1984.

_____. Commentary. In: **_____.** *The life of Melania, the Younger.* Nova York: The Edwin Mellen Press, p. 83-170, 1984.

CONSTANTINOU, Stavroula. Male Constructions of Female Identities: Authority and Power in the Byzantine Greek Lives of Monastic Foundresses. In: THEIS, Lioba; MULLETT, Margaret; GRÜNBART, Michael (eds.). **Female founders in Byzantium and beyond**. Weimar: Böhlau, 2012.

CROOK, J. A. Women in Roman Sucession. In: RAWSON, Beryl (ed.). **The family in Ancient Rome: New Perspectives.** Ithaca/New York: Cornell University Press, 1986.

EDWARDS, Mark. The beginning of Christianization. In: LENSKI, Noel. **The Cambridge Companion to the age of Constantine.** Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

FREMANTLE, W. H. Prolegomena to Jerome. In: SCHAFF, Philip; WACE, Henry (ed.). **A select library of Nicene and post-nicene Fathers of the Christian Church**, vol. 6 (Saint Jerome). Oxford and London: Parker and Company, 1893.

MARTINS, Maria Cristina. Tradução integral e comentada da epístola *ad Pammachium: De optimo genere interpretandi. Translatio*, 18, p. 118-147, 2020.

NASCIMENTO, Giovan do. **O donativo cristão entre o impacto simbólico e econômico na Antiguidade Tardia: a comunidade de Santo Agostinho**. *Roda da Fortuna.* Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medievo, vol. 2, nº. 1, p. 65-81, 2013.

GRUBBS, Judith Evans. Widows and their children. In: **Women and the Law in the Roman Empire**. A sourcebook on marriage, divorce and widowhood. London and New York: Routledge, 2002.

_____. Marrying and its documentation in pre-modern Europe: consent, celebration and property. In: JUNIOR, John Witte; REYNOLDS, Philip L. (eds.). **To have and to hold***:* Marrying and its documentation in Late Antiquity in Western Christendom, 400-1600. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

_____. Marriage and family relationships in the Late Roman Empire. In: ROUSSEAU, Philip. **A companion to Late Antiquity**. Oxford: Wiley-Blackwell Publishing, 2009.

HUMFRESS, Caroline. Civil Law and Social Life. In: LENSKI, Noel. **The Cambridge Companion to the age of Constantine**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

LAMPRECHT, Liana. **The Shifting Roles of Wealth and Poverty in Jerome's Vision of Asceticism**. Journal of Early Christian History, vol. 5, n. 2, p. 1-30, 2019.

LAURENCE, Patrick. ***Les droits de la femme au Bas-Empire***: le code Théodosien. Textes, traduccion e commentaires. Paris: Éditions Chemins de tr@verse, p. 1-16, 2012.

LIGHTMAN, Marjorie; LIGHTMAN, Benjamin (ed.). **Ancient Greek and Roman Women: from A to Z.** Revised edition. New York: Facts on File, 2008.

MAGNANI, Eliana. **Du don aux églises au don pour le salut de l'âme en Occident** (IVe-XIe siècle): le paradigme eucharistique. Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre, 2, p. 1-17, 2008.

NICHOLS, Margaret Judith. ***Jerome's women:* creating identity and fashioning scholars** (Tese de Doutorado em Filosofia). S/l: University of Western Australia' School of Humanities, 2014.

OLIVEIRA, Jorge Gabriel Rodrigues de. **Herdeiros de Mártires***:* a Representação do Monaquismo Eremítico Copta em Atanásio de Alexandria e Jerônimo de Estridão (Séculos III-IV) (Dissertação de Mestrado). Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2016, 150f.

OLIVEIRA, Júlio César Magalhães. **Cartas e redes de comunicação no Mediterrâneo durante a Antiguidade Tardia**: o caso da controvérsia pelagiana. Revista de História (São Paulo)**,** 173, p. 53-80, 2015.

PIGANIOL, André. **Le problème de l'or au IVe siècle**. Annales d'histoire sociale*,* 8, 1, p. 47-53, 1945.

PLATTE, Elizabeth. **Monks and Matrons***:* The Economy of Charity in the Late Antique Mediterranean (Doctorate Degree). Michigan: University of Michigan, 2013.

REBENICH, Stefan. **Ascetism, orthodoxy and patronage**: Jerome in Constantinople. In: LIVINGSTONE, Elizabeth (ed**.**). ***Studia Patristica:*** Augustine and his opponents, Jerome, and other Latin Father after Nicaea, Orientalia, 33. Louvain: Peeters, 1997.

_____. **Jerome.** London and New York: Routledge, 2005.

SOTINEL, Claire. **Le don chrétien et ses retombées sur l'économie dans l'Antiquité Tardive**. AnTard*,* 14, p. 105-116, 2006.

WERNER, Michael; ZIMMERMANN, Bénédicte. Pensar a história cruzada: entre teoria e reflexividade. In: **Textos de História**, vol. 11, n. 1 /2, p. 89-127, 2003.

WESTEINDE, Jessica van't. Jerome and the *Christianus Perfectus*, a Transformed Roman Noble Man? In: VINZENT, M. (ed.). ***Studia Patristica XCVII****:* papers presented at the seventeenth international conference on Patristic Studies held in Oxford, vol. 23. Leuven: Peeters, s/p, 2017.

# O MERCADO DE GRAVURAS NA EUROPA DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII:

## o caso do retrato «Vera effigies celeberrimi P. Antonii Vieyra»

# *THE ENGRAVINGS MARKET IN EUROPE IN THE FIRST HALF OF THE 18TH CENTURY:*

## *the case of the portrait «Vera effigies celeberrimi P. Antonii Vieyra»*

**Ana Elisa Silva Arêdes**[a,@]

[a] Doutora em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Portugal). Investigadora Colaboradora do Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória». Esta pesquisa foi conduzida como parte do doutoramentodo financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT 2020.09409.BD).
[@] Contato principal: **anaelisaarede@gmail.com**

### Resumo

**O objetivo deste artigo é investigar a presença de um retrato do padre António Vieira em várias edições de livros relacionados ao padre jesuíta impressos durante a primeira metade do século XVIII em diversas cidades europeias. Identificada pelo título *Vera effigies celeberrimi P. Antonii Vieyra*, essa gravura foi produzida e reproduzida em Roma, Veneza, Barcelona, Madrid, Pamplona e Lisboa. Utilizando ferramentas da História do Livro, este estudo constata que a inclusão desse retrato em diferentes livros não apenas evidencia a extensa circulação de materiais impressos entre aquelas cidades, mas também revela a complexa rede comercial que permeava o continente na época.**

**Palavras-chave**

padre António Vieira | gravura | História do Livro | século XVIII

**Códigos JEL**

N73 | N93 | Z11

### Abstract

**This article aims to investigate the presence of a portrait of Father António Vieira in various editions of books related to this Jesuit priest printed in several European cities during the first half of the 18th century. Identified by the title *Vera effigies celeberrimi P. Antonii Vieyra*, this engraving was produced and reproduced in Rome, Venice, Barcelona, Madrid, Pamplona, and Lisbon. Using tools from the History of the Book, this study concludes that the incorporation of this portrait in different books not only highlights the extensive circulation of printed materials among those cities but also reveals the complex commercial network that permeated the continent at the time.**

**Keywords**

Father António Vieira | engraving | History of the Book | 18th century

**JEL Codes**

N73 | N93 | Z11

## 1. Introdução

A análise do livro como objeto de investigação requer o reconhecimento de sua dualidade intrínseca. Enquanto mercadoria, o livro é resultado de uma complexa cadeia de atividades que engloba a produção, a distribuição e a comercialização do objeto. Esta cadeia se completa quando o objeto é vendido e utilizado, podendo ser reinserido no mercado posteriormente, com o seu valor podendo ser superior ou inferior ao que foi adquirido. Enquanto texto, o livro é contínuo, pois, apesar de limitado às palavras escritas, cria efeitos a cada leitura. Este aspecto é ressaltado por João Adolfo Hansen (2019), que acrescenta que a existência do livro depende da leitura. Ele pondera que o livro é tanto uma obra acabada quanto inacabada, aberta à

interpretação e ao uso dos leitores que, dotados de competências culturais diversas e inseridos em diferentes situações sociais, produzem sínteses parciais no ato da leitura.

Nas sociedades de Antigo Regime, o livro impresso estava associado à pluralidade dos agentes de venda, à variedade de atividades desempenhadas pelos oficiais do livro e a redes económicas extensas que permeavam o comércio livreiro (CURTO, 2007). Na segunda metade do século XIV, a invenção e a difusão da prensa de tipos móveis pela Europa, ainda que não substituísse ou eliminasse a produção dos manuscritos,[1] foram acompanhadas pelo desenvolvimento de atividades técnicas e editoriais integradas nas dinâmicas corporativas, nos ofícios manuais e nas atividades mercantis. Segundo Jaime Moll (2003), ao longo do período moderno, os agentes envolvidos na economia do livro estabeleciam relações interpessoais como espaços de sociabilidade e de negociação. No caso dos livreiros e dos impressores, tais relações também eram estratégicas para reduzir recursos e capital para se realizar as impressões.

As transformações provocadas pela tipografia também se faziam presentes em intervenções no espaço urbano, como a fixação de materiais impressos nos muros das cidades, a venda desses materiais em feiras e por vendedores ambulantes (MCKENZIE,1969) e a instalação de livrarias e oficinas de impressão. A exemplo do que ocorria com outros ofícios e atividades comerciais, essas oficinas e lojas concentravam-se em áreas específicas das cidades, facilitando as interações entre os agentes envolvidos nas atividades livreiras. Geralmente, os custos de impressão eram suportados pelos livreiros, embora não fosse incomum que o autor, o tradutor, uma ordem religiosa, uma instituição ou o impressor assumissem tais despesas (MOLL, 2003). Ao identificarem a demanda por um texto, os agentes do livro mobilizavam recursos financeiros, políticos e técnicos para a produção e comercialização do livro, sendo os livreiros, em geral, os principais protagonistas desse processo, atuando na edição e na supervisão da impressão e da encadernação das obras (GUEDES, 2005).

No entanto, essas atividades não eram restritas aos chamados «oficiais do livro» e é possível notar que os leitores também promoviam a produção manuscrita e impressa de textos, bem como a circulação destes pela Europa. Perante o caso do bibliófilo português instalado em Roma entre de 1634 e 1654, Dom Vicente Nogueira,[2]observa-se que um leitor podia providenciar a produção de cópias manuscritas, sinalizar demandas e realizar encomendas aos impressores e livreiros e desenvolver um sistema de encomendas e uma rede de envio de remessas de livros a partir do contacto com livreiros e com outros leitores.

Além de nutrir interesse pelos livros, D. Vicente Nogueira promoveu a produção de manuscritos e a venda de impressos a partir de relações pessoais e comerciais com homens *doutos* e oficiais da atividade livreira, consolidando a sua posição na «economia de prestígio» como um homem erudito.[3] A partir deste caso, nota-se que os leitores também estavam ativamente envolvidos na disseminação de textos, participando do envio e recebimento de livros de amigos distantes, compartilhando catálogos com títulos selecionados e respondendo às solicitações de compra e envio de livros e manuscritos por parte de seus correspondentes.[4] Nesse sentido, D. Vicente Nogueira mantinha uma busca constante por informações junto a leitores e livreiros e, assim, ajudou a construir redes comerciais de livros entre diversas cidades portuguesas, italianas, francesas, espanholas, holandesas e alemãs.

No período moderno, o chamado «antigo regime tipográfico» (CHARTIER, 2014, p. 237) não apenas

[1] Como demonstraram Fernando Bouza (1992), Roger Chartier (2014), Marcelo Moreira e João Adolfo Hansen (2013), a difusão da imprensa não eliminou o manuscrito. Além de ter um custo menor, evitar a censura oficial e permitir a circulação limitada e controlada dos textos, o manuscrito protegia os textos das alterações introduzidas por editores, compositores e revisores, como também era a única forma possível de se produzir textos escritos na América portuguesa, onde era ausente, e proibida, a tipografia.

[2] Segundo João Carlos Gonçalves Serafim (2011, p.19), D. Vicente Nogueira (1585-1654) foi desembargador da Casa de Suplicação e cónego da Sé de Lisboa, sendo destituído dos seus cargos, teve os seus bens confiscados e foi condenado ao degredo para a Ilha do Príncipe. Em 1633, partiu de Lisboa e chegou a Roma em 1634, onde serviu os cardeais Giulio Sacchetti e Francesco Barberini e viveu até a sua morte. O marquês de Niza era um correspondente próximo de D. Nogueira, e deste recebia orientações deste sobre organização bibliotecária e sugestões de livros. Outras cartas mencionam interlocutores de Nogueira envolvidos no comércio de livros, como Zacuto Lusitano, Nicolau Monteiro, Menasse ben Israel, Cristóvão Soares de Abreu, Manuel Severim de Faria e D. Francisco Manuel.

[3] Nesse sentido, em missiva de 10 de julho de 1649, D. Vicente Nogueira afirma que «Contudo, inda que sou livreiro de V. S., sou livreiro fidalgo e inda que ganho, tenho atenção a dá-los em tanto menos do que os daria um livreiro ordinário, que venhamos V. S. e eu a partir com pouca diferença este ganho entre nós. E na primeira livreria, quando nossa amizade não era tão crecida, iam os preços mais rigorosos (mas inda aquém dos livreiros). Porém agora com havê-los posto mais moderados, tornando a revêlos com óculos de longa vista, inda os de[s]ci mais.» (NOGUEIRA, 1649, carta 73, p.262).

[4] Nas cartas reunidas com a supervisão de José Adriano de Freitas Carvalho (2011), há registos das remessas enviadas a D. Vicente Nogueira, como a remetida pelo marquês de Niza, em 12 de novembro de 1647, de Paris: «Pelo correio passado tinha remetida a V. M. letra de cem escudos para a compra dos livros da viúva, e mais sinto eu o trabalho que este negócio tem dado a V. M., que o levar os livros D. Camilo» (NIZA, 1647, carta 39, p.136). Além disso, Nogueira envolvia os seus correspondentes na venda de livros, chegando a pedir ao marquês de Niza que: «E neste caso [de não querer o livro que o enviou] ou o dê em seu nome ou no meu, ou o faça vender por meu a algum livreiro que o não compre para si, se o não pagar em alguns livros portugueses dos que eu não tenho e posso desejar. Porque da livreria que me fica – que são 300 volumes entrando os faltos – hei- -de mandar também a V. S. o rol, porque já desde agora, inda que eu morra em Roma, são tão seus como os comprados» (NOGUEIRA, 1649, carta 53, p.226).

compreendia os avanços técnicos, mas também envolvia sistemas de controle. Conforme a imprensa revolucionava a comunicação, as autoridades régias e eclesiásticas desenvolveram sistemas censórios dedicados a regular a impressão e a circulação de livros com o objetivo de evitar a disseminação de ideias consideradas hostis às suas instituições e aos valores morais que sustentavam a sua autoridade. Em diferentes reinos, repúblicas e ducados europeus, os livros estavam sujeitos a diferentes formas de controle que se estendiam da análise e recolha de impressos até a avaliação e revisão de textos antes da impressão. Segundo Fermín Gomez (2001), em grande parte do mundo católico, a censura prévia dos livros foi incorporada nas normas legais dos Estados, os quais criaram aparatos burocráticos para sistematizar o exame dos textos. Por meio da análise e da aprovação ou proibição da impressão dos livros, a regulação das práticas tipográficas fazia parte de uma «economia dos privilégios», destinada a proteger os interesses corporativos e, principalmente, os pilares da fé e da monarquia.

No processo de produção de livros antigos, os materiais eram impressos em tempos distintos, cada etapa marcada por procedimentos específicos. Geralmente, a impressão do texto propriamente dito ocorria após a obtenção das licenças necessárias e antes da submissão de um exemplar impresso ao aparelho censor para revisão e taxação. Posteriormente, os materiais preliminares, como frontispícios, gravuras, dedicatórias, índices, erratas e licenças, eram impressos e integrados ao livro no processo de encadernação.

Dessa forma, exemplares diferentes de uma mesma edição podem variar significativamente no que diz respeito aos materiais que os compõem. Essa diversidade pode ser atribuída a uma série de fatores, incluindo variações na produção ao longo do tempo, diferentes oficinas de impressão envolvidas na fabricação dos livros e até mesmo a intervenção de livreiros, que podem ter realizado alterações nos exemplares em vista da comercialização dos volumes.

Durante o século XVII, em conformidade com as determinações tridentinas, leis passaram a instruir que as autorizações e as licenças produzidas pela censura preventiva fossem impressas e incluídas nos livros correspondentes.[5] Ao reunirem paratextos obrigatórios – provenientes doaparato censor, como privilégio, licença, censura, visto, taxa e lista de erratas – e eletivos – compostos pelos livreiros-editores, tradutores ou autores, como dedicatória e prólogo, os livros eram compostos por um conjunto de materiais heterogéneos, com diferentes origens e funções, que informavam sobre a sua produção e a sua distribuição (GENETTE, 1987). A partir das assertivas de Gérard Genette, Roger Chartier (2014) considera que esses materiais articulam «um conjunto complexo de relações com o poder que vai bem além da estratégia de uma influência sobre o público, uma influência que [...] está a serviço de uma melhor recepção para o texto e de uma leitura mais pertinente do mesmo» (p.240).

Vinculados ao contexto em que a hierarquia produzia a coesão social, os paratextos eram também estavam submetidos às regras de composição dos textos da retórica. Os materiais heterogéneos reunidos no livro eram rigidamente regulados por prescrições associadas a cada género textual, o que delimitava e restringia os assuntos e as categorias que poderiam ser tratados e organizados no texto. Conforme observado por Anne Cayuela (1996), as dedicatórias, os prólogos e as censuras não estavam simplesmente ao serviço da busca da melhor receção favorável a partir da captação da atenção, da docilidade e do interesse do leitor, como também direcionavam a leitura e deveriam respeitar as regras do decoro, reproduzindo adequadamente a hierarquia dos sujeitos envolvidos no discurso.

No interior dessas práticas complexas que envolviam a impressão de livros, este artigo investiga o circuito de produção de uma gravura identificada por *Vera effigies celeberrimi P. Antonii Vieyra*, que é o título da subscrição que a acompanha. Assim, abordaremos a (re)produção dessa gravura por vários artífices em cidades italianas e ibéricas,revelando conexões do mercadode materiais impressos.

Através da análise desses materiais impressos e dos circuitos comerciais em que estavam inseridos, este estudo examina as dinâmicas específicas que envolviam o comércio livreiro em diferentes regiões da Europa, bem como analisa as características materiais dos livros impressos. Além disso, interessamo-nos

[5] O Concílio de Trento proibiu a impressão de livros religiosos sem o nome do autor, sem a aprovação do Ordinário e, no caso de autores regulares, sem a licença dos superiores. Em resposta, os monarcas católicos promulgaram leis para aplicar essa regra e regulamentar a censura preventiva. Em Espanha, a pragmática de 7 de setembro de 1558 regulou a introdução e a impressão de livros em Castela, Aragão, Valencia, Catalunha e Navarra, exigindo a inclusãono início do livro do nome do autor, licença, *tasa*, privilégio (se aplicável), ano e local de impressão.

em mapear as relações entre os diversos agentes envolvidos na produção e na comercialização dessas obras e, com este objetivo, reunimos as informações dispostas nos paratextos. Fossem de natureza administrativa, encomiástica, performativa ou biográfica, os paratextos eram unidos no livro de modo a enunciar e articular um conjunto complexo de relações com o poder da Coroa e da Igreja (CHARTIER, 2014) e dispor os agentes na distância necessária em relação às circunstâncias da produção e circulação do livro.

## 2. O retrato Vera effigies celeberrimi P. Antonii Vieyra

O primeiro registo do retrato *Vera effigies celeberrimi P. Antonii Vieyra* consiste nas edições do sermonário *Prediche sopra gli Evangeli della Quaresima del P. Antonio Vieyra*, atribuídas ao padre António Vieira. O padre jesuíta Luigi Vicenzo Mamiani della Rovere[6] selecionou, editou e traduziu para o italiano uma série de sermões do padre António Vieira, enquadrando os textos nos dias da Quaresma.Cada sermão foi posicionadoem um dia específico entre os quarenta e um que compreendem o período daQuaresma, da Quarta-feira de Cinzas até a Terça-feira após a Páscoa, com exceção dos sábados e da quarta-feira da Semana Santa, que foram omitidos do sermonário.

Em 1707, esses sermões foram impressos pela primeira vez na oficina tipográfica de Giorgio Placho, instalada na Praça da Igreja de São Marcos, em Roma. Nessa edição, os sermões foram divididos em dois tomos. Posteriormente, a mesma oficina os reimprimiu em 1708. Impressos em formato in-4º, os dois tomos de *Prediche Sopra gli Evangeli della Quaresima del padre Antonio Vieyra* foram posteriormente reunidos em um único volume em Veneza. Em ambos os casos, a obra apresenta os quarenta e um sermões organizados de acordo com o calendário litúrgico.

Em Veneza, os sermões foram impressos por Paolo Baglioni, que os reimprimiu em 1712 e em 1722. A relação entre o impressor Baglioni, os textos do padre Vieira e os padres jesuítas italianos que trabalharam na América portuguesa não se limitou à estampa desse sermonário. Em 1712, ao reimprimir os sermões da Quaresma do padre Vieira, Paolo Baglioni também foi responsável pela impressão da tradução italiana feita pelo padre italiano Anton Maria Bonucci do sermonário de Vieira intitulado *Xavier dormindo e Xavier acordado*.

Além dos sermões, o primeiro tomo de *Prediche sopra gli Evangeli della Quaresima del P. Antonio Vieyra* apresenta um retrato do padre António Vieira após o índice dos argumentos e antes dos sermões. Essa gravura também é incluída na edição reimpressa em Roma, em 1708. Em Veneza, o sermonário foi impresso em tomos únicos em 1708, 1712 e 1722, livros que também apresentam uma gravura semelhante, a qual é inserida ora logo antes dos sermões ora como frontispício, a depender do exemplar. O retrato que foi inserido nos livros impressos em Roma foi feito por Arnold van Westerhout, e em Veneza, foi modelo para o retrato gravado pela sóror Isabella Piccini (Figura 1). Contudo, a gravura não é mencionada nas outras partes do livros.

Embora não seja possível afirmar que o retrato foi inserido em todos os exemplares de *Prediche sopra gli Evangeli della Quaresima del P. Antonio Vieyra*, podemos verificar ausências e presenças desse material nos exemplares consultados nesta investigação. Em relação à primeira parte dos sermonários que foram impressos em Roma, em 1707 e em 1708, a gravura está presente nos três exemplares consultados.[7] Isto não se verifica em relação aos livros que foram impressos em Veneza. Quanto aos livros estampados em 1708, há um exemplar que possui a gravura feita pela sóror Isabella Piccini como frontispício do livro, mas outro exemplar que não a apresenta.[8] Dos livros reimpressos em 1712, dois não possuem a gravura,[9] enquanto

[6] Jesuíta italiano, Luigi Vicenzo Mamiani foi enviado, na década de 1680, para Portugal, de onde partiu para a América portuguesa. Nesta, conheceu o padre Vieira e os textos deste jesuíta. Quando retornou a Roma no início do século XVIII, Mamiani conhecia as demandas desses textos em Itália.

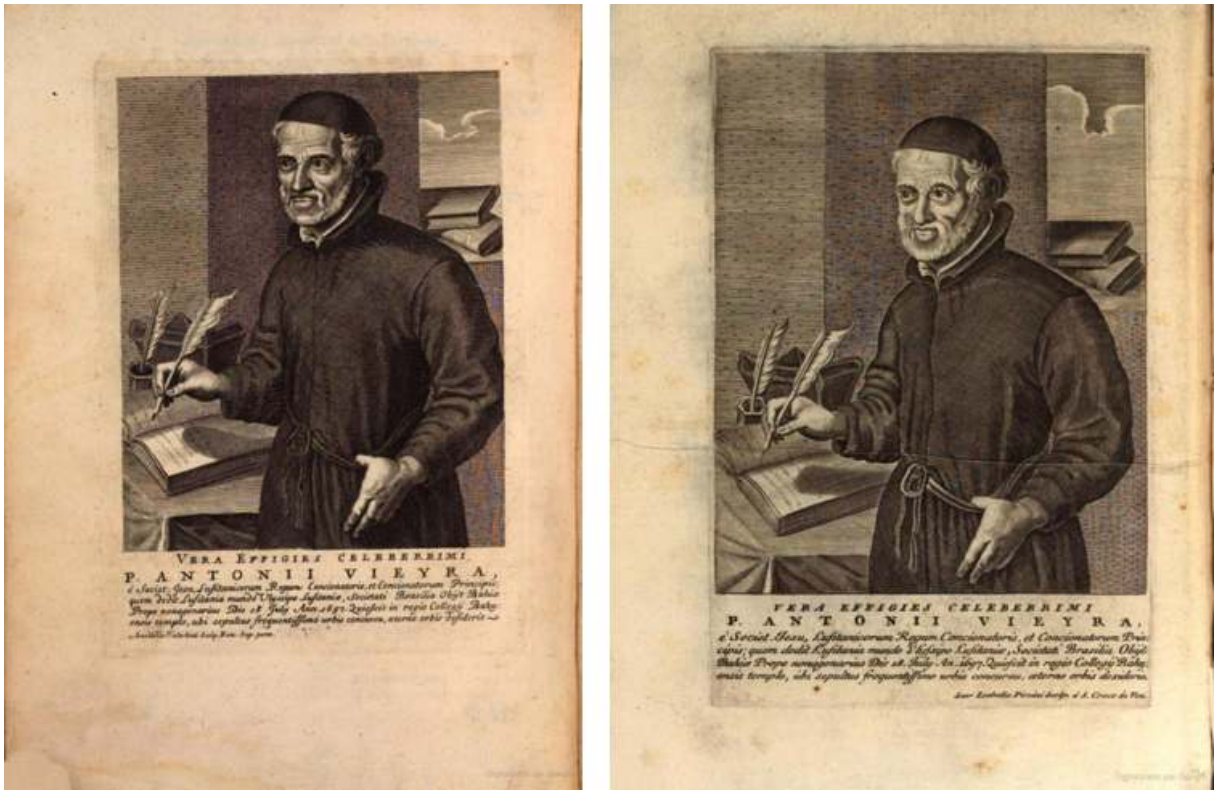
[7] O exemplar da Universidade Complutense de Madrid(x.gd), o da Biblioteca Nacional da Chéquia, digitalizado por Manuscriptorium, e outro da Biblioteca de Cremona (x.gd).

[8] O exemplar digitalizado pela Biblioteca de Munique (OCLC 165940664) não apresenta a gravura, mas o exemplar da Biblioteca de Viena (19 G 35) apresenta a gravura como frontispício.

[9] Os exemplares da Biblioteca de Munique (OCLC 864596906) e outro digitalizado por Google(x.gd).

um a introduz entre o índice e os sermões.[10]

**Figura 1.** «Prediche sopra gli Evangeli della Quaresima del P. Antonio Vieyra»: à esquerda, o retrato por Arnold Van Westerhout; à direita, por Isabella Piccini.




Fonte: exemplar da Universidade Complutense de Madrid, disponível em x.gd; exemplar da Biblioteca do Estado da Baviera, disponível em x.gd.

Ao contrário, os três exemplares consultados que correspondem à reimpressão feita em 1722 apresentam a gravura de Piccini.[11] Além dessas observações, é importante notar que a indexação do Catálogo Unificado das Bibliotecas Italianas (Alphabetica/OPAC) informa que os livros *Prediche sopra gli Evangeli della Quaresima del P. Antonio Vieyra* impressos em Veneza, em 1712 (IT\ICCU\UBOE\044335) e em 1722 (IT\ICCU\UM1E\009159), incluem um retrato gravado por sóror Isabella Piccini, enquanto a descrição do livro impresso em 1708 (IT\ICCU\UBOE\013351) não menciona a gravura ou descreve qualquer material gráfico inserido – notavelmente, o escudo do impressor. Quanto aos sermonários impressos em Roma em 1707 e 1708, os registos dessa base de dados unificada (IT\ICCU\LIAE\004108; 004111; 004113) não incluem a descrição das gravuras e, portanto, não fornecem observaçõessobre o retrato. Entretanto, no registo catalográfico correspondente à primeira parte de *Prediche sopra gli Evangeli della Quaresima del P. Antonio Vieyra* (IT\ICCU\LIAE\004111), o nome de Arnold van Westerhout é listado junto ao nome do autor do livro, António Vieira.

Segundo Didier Bodart (1974), Arnold van Westerhout aprendeu os ofícios de gravador e desenhista na Antuérpia, sua cidade natal. Posteriormente, ele trabalhou em Veneza, entre 1679 e 1681, em Roma, entre 1680 e 1688 e novamente entre 1692 e 1725, e em Florença, entre 1688 e 1692. Nessas cidades italianas, Westerhout foi responsável por uma produção abundante de gravuras associadas a livros de diversos géneros. Segundo Bodart (1974), os retratos se destacam entre as gravuras feitas por Westerhout, tanto em termos

[10] O exemplar da Biblioteca Nacional Austríaca (31.W.21; data.onb.ac.at).

[11] Um exemplar da Biblioteca de Munique (OCLC 165940665), outro da Biblioteca Nacional da Chéquia (34 C 82) e outro digitalizado no Google Books (x.gd).

de quantidade quanto variedade.

De maneira distinta, Soror Piccini dedicou-se principalmente à ilustração de livros devocionais, produzindo tanto gravuras baseadas em obras existentes quanto desenhos originais. De acordo com Alastair Compsto (2021), Isabella Piccini aprendeu a gravar com o seu pai e tio, Guglielmo e Jacopo Piccini, ambos gravadores. Após ingressar na vida religiosa como freira em 1663, Isabella Piccini continuou a trabalhar como gravadora, ofício que desempenhou até às vésperas da sua morte, em 1734.[12] Os pagamentos recebidos pelas gravuras de Isabella eram divididos entre a sua família e o Convento de Santa Cruz de Veneza, onde residia.

Em relação às gravuras inseridas no sermonário da Quaresma do padre Vieira (Figura 2), ambas retratam o autor de pé, mostrando-o até os joelhos, vestido o hábito jesuíta.Ele está com o polegar da mão esquerda apoiado na correia da cintura, enquanto segura a pena com a mão direita, que parece estar escrevendo em um livro aberto aberto sobre uma mesa atrás dele. Nessa mesa, há também um tinteiro com uma pena e um barrete. À direita, dois livros estão empilhados no peitoril de uma janela aberta. Adicionalmente, as gravuras a buril fornecem informações sobre o padre Vieira por meio da inscrição inferior, transcrita a seguir:

> VERA EFFIGIES CELEBERRIMI / P. ANTONII VIEYRA, / è Societ. Jesu, Lusitanicorum Regum Concionatoris, et Concionatorum Principis; / quem dedit Lusitania mundo Ulissipo Lusitaniae, Societati Brasilia Obiit Bahia / Prope nonagenarius Die 18 July Ann. 1697. Quiescit in regio Collegii Bahy: / ensis templo, ubi sepultus frequentissimo urbis concursu, aeterno orbis desiderio (1707).[13]

Com base na análise quantitativa e qualitativade retratos, Juan Carrete Parrondo (2001) afirma que, desde o início das atividades tipográficas, a apresentação mais comum do autor em um retrato era situá-lo escrevendo ou segurando objetos associados a esse ato, como uma pena ou um compasso. Em retratos póstumos, era comum incluir figuras alegóricas e/ou epigramas laudatórios. Dessa forma, o retrato do padre Vieira se enquadra nessas convenções. Muitos dos elementos presentes na gravura não são incomuns em retratos gravados no século XVII de religiosos eruditos, nos quais frequentemente se observa o clérigo escrevendo em um livro, uma janela aberta ao fundo e livros ao redor. Essa descrição geral também se aplica, por exemplo, aos retratos do cardeal Roberto Belarmino (Villamena, 1604), do padre pregador e cronista Giovanni Agostino della Lengueglia (sn, [1657]), e do cardeal César Barónio (Galle, 1664).[14]

Na gravura *Vera effigies celeberrimi P. Antonii Vieyra*, os cabelos e a barba brancos e as rugas no rosto comunicam o acúmulo de conhecimento, a prudência e a sabedoria adquiridos ao longo dos anos. Esses traços combinados à postura ereta sugerem força e austeridade, características comuns em retratos dessa natureza. Além disso, o hábito e o livro aberto, elementos associados a Santo Inácio de Loyola, reforçam a ligação entre o padre Vieira e a Companhia de Jesus. Esses elementos contribuem para situar o padre Vieira em um ambiente silencioso de trabalho, onde o jesuíta estaria dedicado à escrita dos seus textos.

A inscrição que acompanha o retrato evoca a vida e anuncia a morte do padre António Vieira, ao celebrá-lo como o«pregador dos reis de Portugal e príncipe dos pregadores», destacandoque foi sepultado com uma multidão a acompanhar, o que demonstrava a saudade eterna sentida pela sua ausência. A combinação do retrato com a epígrafe confere à gravura como um discurso encomiástico fúnebre, enquanto reafirma a fidelidade do retrato, que registaria as características do padre Vieira de modo que ele fosse reconhecido.

Sobre uma gravura do padre Vieira com a inscrição mencionada anteriormente, Diogo Barbosa Machado (1741) informa, em *Bibliotheca Lusitana*, que «sahio aberto primorosamente em huma lamina na Cidade de Bruxellas» e «Deste retrato se tiraraõ varias copias que sahiraõ abertas em Roma, Veneza, e Barcelona com o mesmo epigrafe» (p.421). Embora a lâmina mencionada não tenha sido localizada, é notável que

[12] Segundo Luisa di Vaio (2003), Isabela Piccini, que faleceu em 1734 aos 90 anos, continuou a gravar quando idosa, apesar de evitar placas grandes de cobre.

[13] O texto é igual para as duas gravuras, mas são acompanhados por «Suor Isabella Piccino scolp à Croce in Ven.», nos livros estampados em Veneza, e por «Arnaldo Van Westerhout Sculp.Rom.Sup. perm.», em Roma. As palavras foram gravadas com distinção entre a quantidade de caracteres em cada linha. Na transcrição, a divisão representada por barras corresponde ao texto gravado por Westerhout.

[14] A gravura do cardeal Belarmino foi feita por Francesco Villamena, em Roma; a do cardeal Barónio por Cornelius Galle, o novo, na Antuérpia; e a o padre Lengueglia não possui o nome do gravador ou o ano, mas foi incluída na primeira parte do livro *Ritratti della prosapia, et herói Moncadi nella sicilia*, do padre Lengueglia, estampado na cidade italiana de Valenza, por Vicenzo Sacco, em 1657.

o registro mais antigo do retrato corresponda às edições de *Prediche sopra gli Evangeli della Quaresima del P. Antonio Vieyra*, impressasem Romaem 1707 e em 1708. Como será discutido adiante, a gravura de Westerhout, além de servir como modelo para a sóror Isabella Piccini, foi reproduzida em diversas cidades na Península Ibérica, incluindo Barcelona, conforme mencionado no compêndio *BibliothecaLusitana* (Machado, 1741).

A partir dos registos bibliotecários atuais, é possível localizar alguns exemplares avulsos do retrato *Vera effigies celeberrimi P. Antonii Vieyra* de Westerhout e de Piccini.Em relação ao gravado por Isabella Puccini, há uma gravura no acervo da Biblioteca da Universidade de Lípsia (nº 55/10), outra na Galeria Municipal de Bratislava (C 10322) e outra no Museu de História e Artes do estado do Rio de Janeiro (nº005849). Em relação ao retrato feito por Arnold van Westerhout, encontramos um exemplar avulso nos acervos das Biblioteca Nacional de Portugal (E. 4341 P.), da Biblioteca Nacional do Brasil (704.948), da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada (Cofre 390 RES). Além desses acervos não possuírem exemplares de ambas as gravuras, é possível observar que estas estão ausentes nas bibliotecas italianas (Alphabetica/OPAC), como também em acervos espanhóis que possuem um amplo acervo de obras raras, como a Biblioteca Nacional da Espanha e Biblioteca da Universidade Complutense de Madrid.

Nas livrarias, as gravuras avulsas eram tanto coladas em livros pelos mercadores quanto vendidas separadamente. Nesse sentido, Jorge Batista (2018) adverte que, antes da tipografia, as xilogravuras e as calcogravuras eram uma forma acessível para as pessoas adquirirem obras pictóricas, especialmente para aqueles que não tinham recursos para comprar pinturas a óleo. Essas gravuras podiam servir como retábulos e ornamentação nas moradas. Outro uso desse material foi observado por Hannah Levy (1944), que demonstrou que as gravuras produzidas na Europa serviam como modelos para os artesãos na América portuguesa, que as reproduziam em pinturas. Ao atenderem a esses propósitos, as gravuras em folhas soltas eram distribuídas e comercializadas por redes que conectavam diversas cidades europeias.

Embora não seja possível rastrear os percursos exatos que os retratos avulsos de *Vera effigies celeberrimi P. Antonii Vieyra*percorreram desde o início do século XVIII até os dias de hoje, a presença destes nos acervos atuais permite observar que foram distribuídos e comercializados separadamente, além de terem sido reunidos ao sermonário *quaresmal* atribuído ao padre Vieira.[15]

Conforme indicado por Alastair Compston (2021), as gravuras avulsas de Isabella Piccini eram vendidas na Europa por meio de extensas redes de livrarias estabelecidas pela família Remondini.[16] Embora as redes comerciais que envolviam a distribuição e a venda das gravuras de Arnold van Westerhout ainda não tenham sido objeto de investigações historiográficas, é possível observar, em relação ao retrato do padre Vieira, que a gravura feita por esse artífice foi mais difundida na Península Ibérica no século XVIII do que a gravura feita por Piccini. Essa observação é embasada na identificação e análise de reproduções da gravura de Westerhout inseridas em diferentes livros impressos em Espanha e em Portugal. Em alguns casos, essa gravura foi reproduzida com o nome do gravador antuerpiano e sem o nome do gravador que a copiou. Noutros, a gravura *Vera effigies celeberrimi P. Antonii Vieyra* serviu de modelo para outros gravadores que também produziram retratos do padre António Vieira. Através do mapeamento dessas reproduções, observaremos os circuitos mercantis pelos quais as gravuras passaram e a função desse material em diferentes livros impressos.

Uma das reproduções da gravura de Arnold van Westerhout é encontrada no segundo volume de *Sermones quadragesimales*, do jesuíta Nicolas de Segura (1729), um livro impresso em Madrid que reúne doze sermões da Quaresma e é dedicado à memória do padre António Vieira (Figura 2). Diferente do sermonário organizado pelo padre Luigi, os sermões quaresmais do padre Segura reunidos no segundo tomo não correspondem à ordem dos dias do ciclo pascal.

Além da dedicatória e da gravura, os paratextos preliminares desse livro incluem dois poemas latinos –

[15] Uma gravura avulsa *Vera effigies del V. P. Antonio de Vieyra de la Compania de Jesu* faz parte do acervo do fundo Corsini do Gabinetto Disegni e Stampe (v. 46H6, nº s-fc71479).

[16] Segundo Marco Infelise e Paola Marini (1990), essa tipografia estava localizada em Bassano del Grappa e foi fundada por Giovanni Antonio Remondini (1634-1711), que a comandou até 1711. Ele foi sucedido por seu filho Giuseppe (1672-1742), seguido pelos seus filhos Giovanni (1700-1769) e Giambattista (1713-1773) e, por fim, por Giuseppe (1745-1811). Segundo Luisa di Vaio (2003), Isabella Piccini colaborou com a Remondiniana por cinquenta anos. Nesse período Piccini e membros da família Remondini mantinham correspondência e estes forneciam àquela placas de cobre e, esporadicamente, os desenhos para reproduzir.

um elogio e um epigrama – compostos pelo padre Nicolas de Segura em homenagem ao padre Vieira.[17] No livro, o retrato do padre Vieira é introduzido após a página de rosto e, assim, precede e introduzo conjunto de textos encomiásticos.

Na dedicatória, Vieira é louvado por seus «heroycos méritos [...] en la Sabiduria, y doctrina singulares, è incomparables, y en la Religion, virtud, piedad, y zelo Apostolico» (SEGURA, 1729, f.3v) e, ao identificar em Vieira um «milagroso ingenio, y lo singular de su incomparable agudeza, erudicion, y doctrina» (SEGURA, 1729, f.3v.), qualifica-o como fénix dos engenhos, lugar-comum frequentemente aplicado aos escritores espanhóis da época moderna.[18]

Em 1736, essa dedicatória foi estampada na seção intitulada «Suspiros Encomiasticos» de *Vozes Saudosas da Eloquencia do espirito, do zelo, e eminente sabedoria do Padre Antonio Vieira*, livro impresso em Lisboa. Além da dedicatória, essa seção contém outros textos, que são poemas, e é precedida por um texto que elogia o padre Nicolas de Segura. Nesse texto, é afirmado que Segura, com veneração, afeto, amor, gala e luz, discorreu sobre a eloquência, a discrição do vivo engenho e o sublime juízo do padre Vieira e «poz na primeira folha o retrato do Padre Vieira» (1736, p.294).

Por um lado, a inclusão dessa dedicatória em *Vozes Saudosa* é indício de que o livro dos sermões de Segura chegou a Lisboa, levando a gravura do retrato de Vieira. Por outro lado, tanto a dedicatória quanto o poema *Elogium quod V. ac Sapientissimo P. Antonio de Vieyra* que acompanham o sermonário do padre Segura fazem referência a vários textos do padre Vieira que haviam sido impressos em Lisboa e Madrid.[19]

**Figura 2.** Primeira e segunda páginas do segundo tomo de *Sermones quadragesimales* (SEGURA, 1729).

SERMONES
QUADRAGESIMALES,
PREDICADOS
POR EL Rmo. P. M. NICOLAS de Segura, de la Compañia de Jesus, Cathedratico de Prima de Theologia en el Colegio de la Puebla de los Angeles, y Calificador de la Santa Inquisicion.
DEDICADOS
A LA ILUSTRE, E IMMORTAL memoria del Sapientisimo Padre Antonio de Vieyra, de la Compañia de Jesus, Visitador de la Provincia del Brasil, Predicador de los Señores Reyes de Portugal, y Reyna de Suecia.
TOMO SEGUNDO.
CON PRIVILEGIO.
EN MADRID: Por Domingo Fernandez de Arrojo, Año de M.DCCXXIX.
© Biblioteca Nacional de España

VERA EFFIGIES CELEBERRIMI.
P. ANTONII VIEYRA,
© Biblioteca Nacional de España

Fonte: exemplar da Biblioteca Nacional da Espanha, disponível em x.gd.

Dessa forma, o retrato do padre António Vieira introduz os discursos encomiásticos e, juntos, teatralizam

[17] O poema caracteriza a vida de Vieira como «abundante nos méritos e nos anos» e, por fim, aproxima o padre jesuíta, «milagre singular» de Deus, de Santo António de Lisboa, um «operador de milagres» (SEGURA, 1729, f.11f). No fim do poema, lê-se: «obiit enim (si forte obiit) Nonagenarius. / Felix Ulissipo, / quae duplicem Antonium edidit, / alterum miraculorum opificem, / alterum Opificis Supremi singulare miraculum» (SEGURA, 1729, f.11f.) Tradução nossa: «pois ele morreu (se morreu) com a idade de noventa anos. / Fênix de Lisboa, / que gerou um António duplo, / um o operador de milagres, / o outro um milagre singular do Supremo Trabalhador».

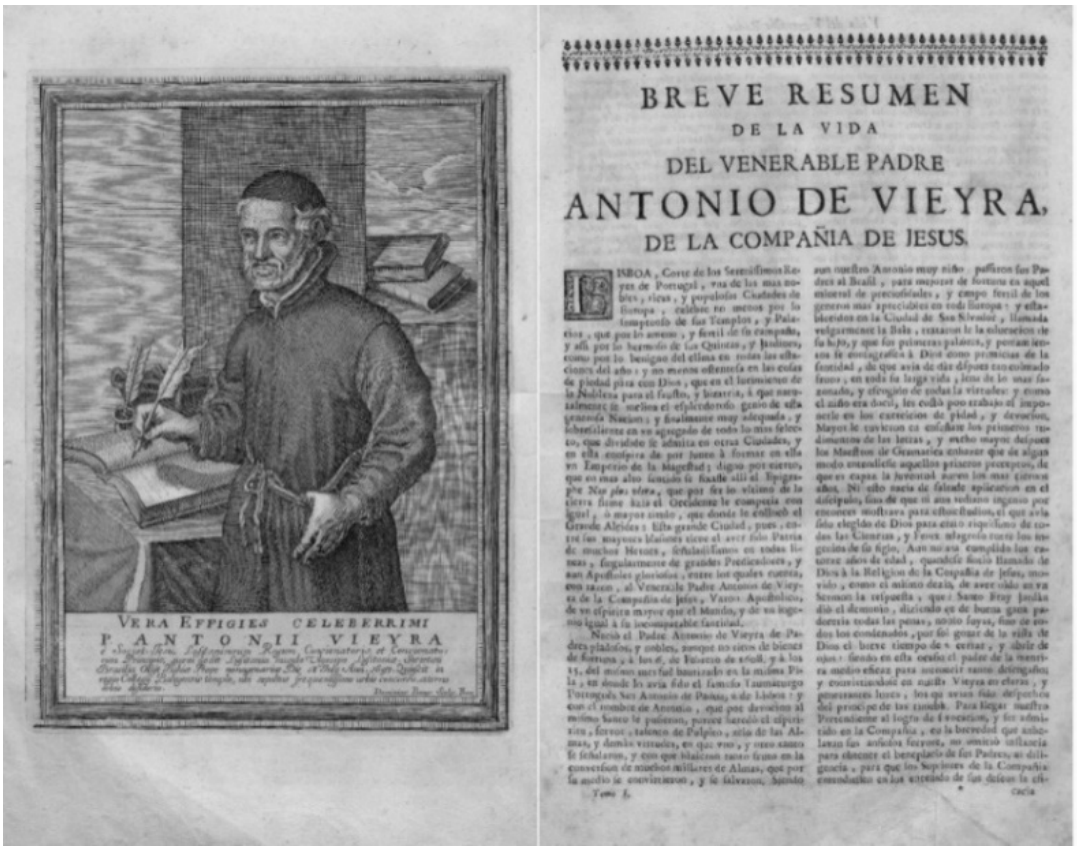
[18] Para destacar as virtudes dos textos de Vieira, que os tornavam adequados ao público discreto e vulgar, a dedicatória menciona quatro textos impressos em *Sermoens e varios discursos* do padre António Vieira, livro estampado em Lisboa em 1710 e autodenominado décimo quarto volume dos sermões do padre Vieira. Esses quatro textos correspondem à carta remetida pelo padre Andreoni que dava notícia da «Vida, y muerte» (SEGURA, 1729, f.14f) do padre Vieira, às duas cartas enviadas pelo padre geral Oliva ao padre Vieira e à aprovação emitida pelo padre Vieira ao livro do padre Diego Lopes, *Harmonia de la Sagrada Escritura.*

[19] No sermonário do padre Nicolas de Segura (1729), embora a dedicatória faça referências ao Sermão da Sexagésima e ao Sermão de Santa Tereza, mais «frutos da sabedoria» do padre Vieira são mencionados no poema. Neste, são destacados os trinta sermões do Rosário, os sermões das Cinco Pedras de David, as pregações nas missões, a defesa de Heráclito e, por fim, a Chave dos Profetas.

a vida e a morte do jesuíta. Por essa via, esses materiais conectam o pregador português aos sermões do padre Nicolas de Segura e exaltam a Companhia de Jesus, à qual o padre Vieira teria honrado com as suas ações missionárias e pregações.

Também em Espanha, o retrato do padre António Vieira ganhou novas versões por outros artífices. No primeiro volume de *El Padre Antonio Vieyra de la Compañia de Jesus; Todos sus sermones, y obras diferentes que de su original Portuguès se han traducido en Castellan*, impresso em Barcelona em 1734 e reimpresso em 1752, a gravura precedia um dos textos reunidos no livro, uma biografia do padre Vieira intitulada *Breve Resumen de la vida del venerable Padre Antonio Vieira de la Compañía de Jesus*, que não traz a indicação de autor (Figura 3).

**Figura 3.** Páginas de «Todos sus sermones, y obras diferentes que de su original Portuguès se han traducido en Castellano» (VIEIRA, 1734).




Fonte: exemplar da Biblioteca Digital de Castilha e León, disponível em x.gd.

A gravura é atribuída aDomènec Pauner e reproduz os elementos das anteriores (Figura 3), tanto iconográficos quanto a inscrição. No entanto, ao contrário das outras versões, esta amplia a gravura, uma vez que o livro foi impresso em formato de fólio e a gravura mantém a proporção das anteriores. Segundo o *Atlas de Barcelona* (SOLEY; NAVAS; CABALLÉ, 2017, p.281), Domènec Pauner trabalhou como gravador entre 1720 e 1783, em Barcelona, sendo conhecido por combinar técnicas de xilografia e calcografia.

Em 1735, o *Breve Resumen de la vida del venerable Padre Antonio Vieira de la Compañía de Jesus* foi impresso separadamente em Pamplona.[20] No frontispício dessa edição, outra versão da gravura do padre

[20] Entre os leilões encerrados publicados por *Bestnetleiloes* (leilão 3243, lote 96654), há um exemplar de *Breve Resumem de La vida del Venerable Padre Antonio de Vieyra de la Compania de Jesvs: Sacada de las obras, que se imprimieron en Barcelona en el ano de 1734*, impresso in-8º, em Barcelona, em 1734. Na reprodução da página de rosto no catálogo leiloeiro, não há indicação do nome do impressor. No catálogo da exposição de História do Brasil publicado no nono tomo dos *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro* (1881-1882), o *Breve resumen de la vida del venerable padre Antonio de Vieyra* aparece listado no n.9340 e, atribuído ao padre Francisco da Fonseca, é descrito como impresso em «Barcelona, 1734, in-8º, com o retr. do p. Vieira» (n.9340, p.806), exemplar que se encontra no acervo da Biblioteca Nacional (Obras Gerais - V-338,1,20).

Vieira é apresentada sem o nome do gravador (Figura 4).

Embora reforce a conexão entre o *Breve Resumen* e a gravura estabelecida no sermonário impresso em Barcelona, a imagem estampada em Pamplona não apresenta a inscrição das outras versões e restringe-se a enunciar: «Vera Effigies del V. P. Antonio de Vieyra de la Compañia de Iesus» (Figura 4).[21]

**Figura 4.** Páginas de «Breve Resumen de la Vida del Venerable Antonio de Vieyra» (1735).

Fonte: exemplar da Biblioteca da Catalunha, disponível em x.gd.[22]

A gravura estampada no primeiro tomo do sermonário impresso em Barcelona, em 1734, e no livro *Breve Resumen de la vida del venerable Padre Antonio Vieira de la Compañía de Jesus* (1735) faz parte de um conjunto de discursos cujo propósito é elaborar um retrato do padre Vieira que destaque as virtudes e a sabedoria nas ações atribuídas ao jesuíta. No interior da dinâmica laudatória, a gravura participa do objetivo do livro em ressaltar as qualidades morais do padre Vieira e a utilidade dos seus sermões, os quais,como destaca a biografia, foram escritos e impressos por diligência do jesuíta em resposta a obrigações que lhe foram dadas pelo padre geral Oliva e pelo rei Pedro II.

A gravura de Arnold van Westerhout foi reproduzida em alguns dos exemplares do primeiro tomo de *Cartas do P. Antonio Vieyra da Companhia de Jesu* (1735), sendo introduzida no fim dos paratextos preliminares e antes das cartas reunidas. Apesar de integrada em alguns exemplares – como aquele que hoje faz parte do acervo da Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin –, a gravura está ausente de muitos outros, como os presentes na Biblioteca Nacional da Holanda (KW 482 D 28) e na Biblioteca John Carter Brown (CA735 .V658c)

A gravura *Vera effigies celeberrimi P. Antonii Vieyra* também foi reproduzida em alguns exemplares de *Arte de Furtar, Espelho de Enganos, Theatro de Verdades, Mostrador de Horas Minguadas* atribuída

[21] A gravura avulsa *Vera effigies del V. P. Antonio de Vieyra de la Compania de Jesu* faz parte do acervo do fundo Corsini do Gabinetto Disegni e Stampe (v. 46H6, nº s-fc71479).

[22] A página de rosto apresenta a nota manuscrita : «de la Sta Cueva de Sr Ignacio de Manresa. Ex dono Pauris Hyacinthi Sardeny S. J.»

ao padre António Vieira. Esse livro, extensivamente estudadopor historiadores e críticos, foi impresso clandestinamente em Lisboa durante a primeira metade do século XVIII em quatro edições, uma datada de 1652 e três de 1744. Maria Teresa Payan Martins (2012), ao confirmar a participação de João Baptista Lerzo na impressão de *Arte de Furtar* por meio de um processo inquisitorial, atesta que 1744 é a data real da primeira edição do livro embora esta apresente a data de 1652 no rosto.

Entre as quatro edições de *Arte de Furtar*, a presença da gravura *Vera effigies celeberrimi P. Antonii Vieyra* varia de exemplar para exemplar. Alguns volumes a incluem, enquanto outros não.[23] Nos casos em que a gravura está presente, observa-se uma diversidade significativa em relação à sua composição, à identificação do gravador e à sua posição dentro do livro. Essa diversidade de variações nos exemplares sugere uma complexidade na produção e na distribuição dessas obras.

Em relação à posição da gravura, esta pode ser encontrada como fronstispício, no verso da página de rosto, na página subsequente à página de rosto, na décima quarta página do livro, após os paratextos preliminares e antes do tratado, entre outras possibilidades.

**Figura 5.** Páginas de diferentes edições de «Arte de Furtar».À esquerda, a gravura é identificada como de G. F. L. Debrie; à direita, como de Arnold van Westerhout.

Fonte: exemplar da Biblioteca da Universidade de Toronto, disponível em x.gd; imagem pública de Best Net Leilões, Lote 80051, disponível em x.gd.

Quanto à assinatura do gravador, alguns exemplares apresentam a gravura acompanhada do nome Arnold van Westerhout, outros com de Domènec Pauner, e ainda há aqueles com a identificação de «G. F. L. Debrie sculp 1745» ou «Is. á Palomo. sculpr. Regs. Mti. incidit». Estas indicações de autoria da gravura remetem a diferentes artistas, sendo a terceirareferente a Guilherme Francisco Lourenço Debrie, também conhecido por Gabriel François Louis de Brié, e a quarta ao gravador e pintor cordovês Juan Bernabe Palomino, que trabalhou em Madrid entre 1719 e 1777, ano de seu falecimento.[24]

Segundo William Stirling-Maxwell (1891, p.1425), Juan Bernabe Palomino se ausentou de Madrid entre 1726 e 1752, quando retornou a Córdoba, onde continuou a trabalhar como gravador. Stirling-Maxwell (1891) também menciona que Palomino ensinou a arte de gravar na Real Academia de Belas Artes de

[23] Na Biblioteca Nacional de Portugal, um exemplar de *Arte de Furtar* (res-3735-v) não possui gravuras, enquanto outros quatro apresentam o retrato de Vieira. Dois desses exemplares possuem a gravura de Guilherme Debrié (res.4911-p.; f.1318), e os outros dois mostram versões diferentes: uma de Domènec Pauner (f.233) e outra identificada com «Is. á Palomo. sculpr. Regs. Mti. incidit» (f.1317). As edições estampadas em 1652 também variam. Por exemplo, o exemplar da Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin apresenta a gravura «G. F. L. Debrie» no verso da página de rosto, já os da Biblioteca da Universidade de Utrecht (BIBL LUSIT BRAS OCT 459) e da Biblioteca John Carter Brown (C744.A786d1) não a possuem. Além disso, o exemplar digitalizado pelo Google (x.gd) apresenta um pequeno retrato do busto do padre Vieira colado após a página de rosto, o qual é acompanhado pela simples inscrição «Antonio Vieira». Em relação a uma das três edições de 1744, identificada como segunda edição por Maria Martins (2012), há variações notáveis nos exemplares encontrados. Por exemplo, um exemplar na Biblioteca de Oxford possui a gravura de Arnold como frontispício, enquanto outro digitalizado pelo Google Books (x.gd) não tem gravura. Também há diferenças na posição das gravuras nos livros. No livro de 1744 identificado por Martins, o exemplar da Biblioteca da Universidade de Toronto (OL23255021M) inclui a gravura de Debrie na décima quarta página, após os paratextos preliminares, enquanto o da Biblioteca John Carter Brown (OL24773380M) a insere logo após a página de rosto.

[24] Na inscrição referente a Guilherme Debrie, «sculp» é uma abreviação de «sculpsit», que significa gravou e o ano 1745 indica o ano de criação da gravura. Na outra inscrição, «sculpr.» é uma abreviação de «sculpsit», indicando que ele gravou a imagem, e «Regs. Mti. incidit» é uma referência mais específica e detalhada, indicando que a gravura foi executada sob as ordens (Regs.) de um mestre (Mti.) e foi impressa (incidit).

San Fernando em 1752, quando retornou a Madrid, e estabeleceu uma escola para aprendizes na cidade. Conforme indicado no trabalho em andamento de Juan Parrondo (2009), Juan Bernabé Palomino reproduziu várias pinturas, retratos e imagens devocionais, além de colaborar com tipografias e livreiros. No entanto, entre os exemplares consultados nesta investigação, o exemplar do acervo da BNP é o único que apresenta uma versão da gravura identificada como sendo feita por Palomino.

Segundo Ernesto Soares (1940), Debrie, estabelecido em Portugal em 1731 e ativo como gravador entre 1734 e 1754, foi responsável por uma vasta produção de ilustrações, que incluíamdesde «pequeninas letras e de vinhetas» (p.205) até «retratos, avulsos ou existentes em publicações impressas» (p.238). A versão de Debrie da gravura *Vera effigies celeberrimi P. Antonii Vieyra* é muito semelhante à gravura identificada pela autoria de Arnold van Westerhout, porém, a inscrição que acompanha o retrato apresenta uma disposição ligeiramente diferente das palavras, com variações sutis nas direções das linhas gravadas a buril.

Além ser incluída em alguns exemplares de *Arte de furtar*, a gravura de Debrie também foi vendida separadamente. No exemplar de *Vida do Apostolico Padre Antonio Vieyra*, do padre André de Barros (1746), que atualmente faz parte do acervo da Biblioteca Nacional da Áustria (13955-C ALT MAG),[25] a gravura de Debris foi colada na frente da primeira página do livro. Devido ao livro ser impresso em formato fólio e a gravura in-4º, o espaço ao redor da gravura foi preenchido com decorações feitas à mão (Figura 6).

Diferente da aparição pontual em *Vida do Apostolico Padre Antonio Vieyra*, a gravura de Debie, datada de 1745, foi incluída em alguns exemplares do primeiro volume do livro *Vieira abbreviado em cem discursos moraes, e políticos divididos em dous tomos*, impresso em 1746 (Figura 6).Os dois tomos de *Vieira abbreviado* reuniam trechos selecionados dos sermões do padre Vieira por Anselmo Caetano Munhoz de Abreu e Castelo Branco.

**Figura 6.** À esquerda, página de «Vida do Apostolico Padre Antonio Vieyra» (BARROS, 1746). À direita, páginas do primeiro tomo de «Vieira abbreviado» (BRANCO, 1746).

Fonte: exemplar da Biblioteca Nacional da Áustria (13955-C ALT MAG); exemplar da Biblioteca John Carter Brown, disponível em x.gd.

[25] Segundo o catálogo da Biblioteca Nacional da Áustria (Österreichischen Nationalbibliothek), o exemplar é proveniente da biblioteca particular de Ludwig Tieck (1773-1853). Embora seja o único exemplar localizado atualmente que apresenta a referida gravura, não se pode afirmar que seja o único. No entanto, é ausente nos outros exemplares consultados, os quais pertencem aos acervos da Biblioteca do Fundo Antigo da Universidade do Porto, da Biblioteca Nacional de Portugal, Brasiliana Guita e José Mindlin, John Carter Brown Library, Biblioteca Nacional Central de Roma (coleção Europeana, com nota a tinta «collº do Recife»).

Essa gravura foi destacada em dois anúncios na *Gazeta de Lisboa* que divulgavam a venda de *Vieira abbreviado*. O primeiro, publicado na edição de 15 de março de 1746, promovia cinco livros disponíveis na loja de Manuel da Conceição, incluindo «Vieyra abreviado em cem discursos moraes, e politicos, dividido em 2 tomos de quarto com retrato do mesmo Padre Antonio Vieira: obra singular para os curiosos, e amantes dos escritos de tam g[ran]de[e] Author» (Gazeta, 15 mar.1746, n.11, p.212). Na *Gazeta* de primeiro de novembro de 1746, após anunciar a disponibilidade da segunda impressão do livro*Secretario Portuguez* (Freire, 1746) na loja de Manuel da Conceição, foram divulgados os «2 tomos de Vieira abreviado, com o retrato do Padre Antonio Vieira» (Gazeta, 1 nov.1746, n.44, p.872). Dessa forma, o retrato do padre Vieira foi utilizado como estratégia para promover a venda do livro.

Diferente do que ocorreu em *Arte de Furtar*, a gravura de Debrie foi estampada e incluída em todos os exemplares de *Vieira abbreviado*, sendo adicionada imediatamente antes dos «discursos» reunidos no livro. Considerando que a gravura indica que foi decalcada e esculpida em 1745, assim como as gravuras de Debrie inseridas em alguns exemplares de *Arte de Furtar* e aquela colada em *Vida do Apostolico Padre Antonio Vieyra*, é possível que tenha sido gravada com o propósito de ser incluída no primeiro tomo de *Vieira abbreviado*, livro foi levado à tipografia para ser reimpresso em 1745 e, em 1746, foi publicado em maior tiragemdo que na primeira impressão, ocorrida em 1731.

A inclusão do retrato *Vera effigies celeberrimi P. Antonii Vieyra* por diversas edições impressas em Roma, Veneza, Barcelona, Madrid, Pamplona e Lisboa ao longo da primeira metade do século XVIII não apenas evidencia a extensa circulação de materiais impressos entre as cidades europeias, mas também lança luz sobre a complexa rede comercial que permeava o continente na época. Por meio desse circuito, uma imagem do padre Vieira foi disseminada, na qual é apresentado como uma figura proeminente na Cristandade. Esta é construída através da identificação do padre jesuíta como membro da Companhia de Jesus, aliada à sua posição destacada e solene na composição visual, composta por elementos característicos dos retratos de figuras religiosas daquele período.

Por outro lado, a discrepância entre a presença e a ausência do retrato em diferentes exemplares do mesmo livro sugere a realização de escolhas editoriais. Essas escolhas podem ser interpretadas como estratégias de promoção editorial, como evidenciado por anúncios em jornais que destacavam a inclusão da imagem do autor como um atrativo para os leitores. Além disso, tais variações podem ser vistas como uma maneira de oferecer conteúdos diferenciados entre os exemplares, potencialmente influenciando no valor de venda.

Em relação às várias versões do retrato analisadas, observamos que a gravura de Arnold van Westerhout tornou-se modelo. Através desses circuitos de reprodução, a gravura *Vera effigies celeberrimi P. Antonii Vieyra*se estabeleceu como uma das representações mais consagradas dopadre António Vieira. Um exemplo notável desse reconhecimento está na moeda comemorativa do terceiro centenário da morte do padre Vieira, em 1997. Nesta moeda, o anverso apresenta «o retrato do Padre António Vieira, que foi recriado a partir da gravura a buril feita em Roma por Arnold van Westerhout» (Banco de Portugal, nos termos do n.º 3 do artigo 8.º da sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei 337/90, de 30 de outubro).

## 3. Fontes e Bibliografia

### 3.1 Fontes

[Gravura] - Do cardeal Roberto Belarmino; gravador Francesco Villamena, 1604. - água-forte e buril, p&b. Disponível em: x.gd.Acesso em: 07/04/2024.

[Gravura] - Giovanni Agostino Lengueglia, 1648. - água-forte e buril, p&b. In Ritratti della prosápia, et herói Moncadi nella Sicilia: opera histórica-encomiastica. Valenza: Vicenzo Sacco, 1657, f.12. Disponível em: x.gd. Acesso em: 07/04/2024.

[Gravura] - Portrait of Caesar Baronius; gravador Philippe Galle, 1664. - água-forte e buril, p&b. In

Académie des Sciences et des Arts. Amesterdão: Elzevier, 1682.

[Gravura], Celeberr.us P. Antonius Vieyra Soc. Jesu Lusit. Ulissipon. Arnold van Westerhout sculp. Rom. Sup. perm. - água-forte e buril, p&b. BNP: E. 4341 P.

BARROS, André de.**Vida do apostólico padre António Vieyra da Companhia de Jesus**, chamado por antonomasia o grande. Lisboa: nova oficina Sylviana, 1746.

BRANCO, Anselmo Caetano Munhoz de Abreu Gusmão Castelo; [VIEIRA, António]. **Vieira Abbreviado em Cem Discursos Moraes, e Politicos, divididos em dous tomos**. 2 volumes. Lisboa: Miguel Rodrigues, 1746.

Gazeta de Lisboa, Séries n.1 (1 Jan. 1728) -n.47 (28 Dez. 1752). Disponível em: hemerotecadigital.cm-lisboa.pt. Acesso em: 07/04/2024.

NOGUEIRA, D. Vicente; GAMA, Vasco Luís da [marquês de Niza]. Cartas. In: CARVALHO, José Adriano de Freitas (Org.). **Um Diálogo Epistolar**: D. Vicente Nogueira e o Marquês de Niza (1615-1654). Porto: CITCEM; Edições Afrontamento, 2011.

SEGURA, Nicolas de.**Sermones Quadragesimales.** Volume II. Madrid: Domingo Fernandez de Arrojo, 1729.

SEM AUTORIA.**Breve resumen de la vida del venerable Padre Antonio Vieyra**, de la Compania de Jesus. Pamplona: Imprenta de Alfonso Burguete, 1735.

VIEIRA, António.**Arte de furtar**, espelho de enganos, theatro de verdades, mostrador de horas minguadas, gazua geral dos Reynos de Portugal. Amesterdão [Lisboa]: oficina Elvizeriana, 1652 [1744].

- Amesterdão [Lisboa]: oficina de Martinho Schagen, 1744.

VIEIRA, António. **Prediche sopra gli Evangelj della Quaresimadel P. Antonio Vieyra della Compagnia di Giesù**. 2 volumes. Roma: Giorgio Placho, 1707.

- 2 volumes. Roma: Giorgio Placho, 1708.
- Volume único. Veneza: Paolo Baglioni, 1708.
- Volume único. Veneza: Paolo Baglioni, 1712.
- Volume único. Veneza: Paolo Baglioni, 1722.

VIEIRA, António.**Sermoens e Varios Discursosdo Padre Antonio Vieira da Companhia de Jesu**, Prègador de Sua Magestade. Volume XIV. Lisboa: Valentim da Costa Deslandes, 1710.

VIEIRA, António.**El V. P. Antonio de Vieyra de la Compañia de Jesus**, Todos sus sermones, y obras diferentes. Tomo I. Barcelona: Maria Martí [Maria Martí; Juan Piferrer], 1734.

- Barcelona: Maria Marti, Francisco Suria, Thomas Piferrer, Pablo Campins, 1752.

VIEIRA, António.**Cartas do P. Antonio Vieyra Da Companhia De Jesu.**Volume I. Lisboa: oficina da Congregação do Oratorio, 1735.

VIEIRA, António.**Vozes saudosas**, da eloquencia, do espirito, do zelo, e eminente sabedoria do padre Antonio Vieira da Companhia de Jesus. Lisboa: oficina de Miguel Rodrigues, 1736.

### 3.2 Bibliografia

BATISTA, Jorge. Contributos para o percurso e evolução da gravura em Portugal entre os séculos XVI e XVII. **MODOS**: Revista de História da Arte, v.2, mai., p.111-123, 2018.Disponível em: doi.org.Acesso em: 10/02/2024.

BODART, Didier. **L'oeuvre du graveur Arnold van Westerhout**. 2ed. Bruxelas: Palais des Académies, 1976.

BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando.**Del escribano a la biblioteca**: La civilización escrita europea en la Alta Edad Moderna (siglos XV-XVII). Madrid: Síntesis, 1992.

CARVALHO, José Adriano de Freitas (Org.). **Um Diálogo Epistolar**: D. Vicente Nogueira e o Marquês de Niza (1615-1654). Porto: CITCEM; Edições Afrontamento, 2011.

CAYUELA, Anne.**Le Paratexte au siècle d'or**: prose romanesque, livres et lecteurs en Espagne au XVIIe siècle. Genebra: Librairie Droz, 1996.

CHARTIER, Roger. **A mão do autor e a mente do editor**. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

COMPSTO, Alastair.**All manner of ingenuity and industry**: A bio-bibliography of Thomas Willis. New York: Oxford University Press, 2021.

CURTO, Ramada Diogo.**Cultura escrita séculos XV a XVIII**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007.

GENETTE, Gérard. **Paratextos Editoriais**.Trad. por Álvaro Faleiros. Cotia: Ateliê, [1987] 2009.

GOMEZ, Fermín de los Reyes Gómez. Con privilegio: La exclusiva de edición del libro antiguo español. **Revista General de información y documentación**, v. 11, n. 2, p. 163-200, 2001.

GUEDES, Fernando.**Os livreiros em Portugal**: e as suas associações desde o século XV até aos nossos dias. Lisboa: Verbo, 2005.

HANSEN, João Adolfo.**O que é um livro?**. Cotia: Ateliê Editorial, 2019.

INFELISE, Mario; Marini, Paola. **Remondini**: Un editore del Settecento. Milão: Electa, 1990.

LEVY, Hannah. Modelos europeus na pintura colonial. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v.8, n.15, [1944]2007.

MACHADO, Diogo Barbosa. **Bibliotheca lusitana historica, critica, e cronologica** na qual se comprehende a noticia dos authores portuguezes, e das obras, que compuseraõ desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo presente.Volume I. Lisboa: oficina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1741.

MARTINS, Maria Teresa Payan. **Livros clandestinos e contrafacções em Portugal no século XVIII**. Lisboa: Edições Colibri, 2012.

MCKENZIE, D. F. Printers of the Mind: Some Notes on Bibliographical Theories and Printing-House Practices. **Studies in Bibliography**, v. 22, p.1-75, 1969. Disponível em: www.jstor.org. Acesso em: 10/02/2024.

MOLL, Jaime. El Impresor, el editor y el librero. In: INFANTES, Victor, et. Al (Org.). **Historia de la edición y de la lectura en España**, 1475-1914. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 2003, p. 77- 84.

MOREIRA, Marcello; HANSEN, João Adolfo. **Para que todos entendais**: poesia atribuída a Gregório de Matos e Guerra.Volume V. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

PARRONDO, Juan Carrete. La Ilustración de los libros siglos XV al XVIII. In: INFANTES, Victor, et. Al (Org.). **Historia de la edición y de la lectura en España**, 1475-1914. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 2003, p. 271-360.

PARRONDO, Juan Carrete (Ed.).**Diccionario de grabadores y litógrafos que trabajaron en España**: siglos XV a XIX. Obra em curso com licença de Creative Commons, 2009. Disponível em: x.gd. Acesso em: 10/02/2024.

SERAFIM, João Carlos Gonçalves. Introdução. In: CARVALHO, José Adriano de Freitas (Org.). **Um Diálogo Epistolar**: D. Vicente Nogueira e o Marquês de Niza (1615-1654). Porto: CITCEM; Edições Afrontamento, 2011.

SOARES, Ernesto. **História da gravura artística em Portugal**: os artistas e as suas obras. Volume I. Lisboa: Gráfica Santelmo, 1940.

SOLEY, Ramon; NAVAS, Teresa; CABALLÉ, Francesc. 281: PAUNER, Domènec. In: PITARCH, Isabel (Dir.). **Atlas de Barcelona**: Història de Barcelona a través de mapes i plànols de la ciutat fins l'any 1900. [online], 2017. Disponível em: www.atlesdebarcelona.cat.Acesso em: 10/02/2024.

STIRLING-MAXWELL, William. **Annals of the Artists of Spain**. Volume IV. London: John Nimmo, 1891.

VAIO, Luisa di. Suor Isabella Piccini. **Grafica d'Arte**: Rivista di storia dell'incisione antica e moderna e storia del disegno, ano XIV, v. 53, jan.-mar., p.8-13, 2003. Disponível em: graficadarte.it. Acesso em: 10/02/2024.

# MERCADO MATRIMONIAL NA FREGUESIA SETECENTISTA DE JACAREPAGUÁ

## RIO DE JANEIRO

# *MARRIAGE MARKET IN THE 18TH CENTURY IN PARISH OF JACAREPAGUÁ*

## *RIO DE JANEIRO*

**Mareana Barbosa Gonçalves Mathias da Silva**[a,@]

[a]Doutoranda e mestre em História Social pelo PPGHIS – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Sua pesquisa possui ênfase em história demográfica, família e matrimônio no Rio de Janeiro do século XVIII, fragmentos das trajetórias das famílias e suas estratégias matrimoniais na freguesia de Jacarepaguá setecentista. Trabalha, atualmente, na pesquisa de doutorado, com os usos de textos do período colonial e suas representações na primeira metade do século XX. É professora de História do Município de Piraí deste agosto de 2014.
[@]Contato principal: **mareanabgms@hotmail.com**

## Resumo

**Esse artigo tem por objetivo analisar aspectos do mercado matrimonial da freguesia de Jacarepaguá ao longo do século XVIII, e, mais especificamente, na segunda metade do século. Inseridos no Antigo Regime católico português, os personagens apresentados possuem uma forte noção de pertencimento à Monarquia portuguesa e suas regras. Ao mesmo tempo, foram levantados dados demográficos para demonstrar fragmentos de representação da vida cotidiana de lavradores pobres que viviam em engenhos e produziam, basicamente, para a subsistência, contando, basicamente, com a ajuda familiar e alguns poucos escravos para o trabalho na lavoura. Por meio dessa análise, chegamos a números sobre idade média para o matrimônio, intervalo intergenésico, primogenésico, legitimidade dos filhos de livres e escravos, além da lucratividade, para o ano de 1797, dos moradores da região.**

**Palavras-chave**

mercado matrimonial | demografia familiar | lavradores | Rio de Janeiro | Jacarepaguá

**Códigos JEL**

J12 | N36 | N86

## Abstract

**This article aims to analyze aspects of the marriage market in Jacarepaguá parish throughout the XVIII century, and, more specifically, in the second half of the century. Inserted in the Portuguese Catholic Old Regime, the individuals presented have a strong sense of belonging to the Portuguese Monarchy and its rules. At the same time, demographic data were collected that shed light on the daily life of poor farmers who lived in mills and produced, basically, for subsistence, relying on family help and a few slaves for work in the fields. Through this analysis, we arrived at figures on the average age for marriage, the intergenerational interval, the primogenetic interval, the legitimacy of the children, both of free and enslaved, in addition to the profitability, for the year 1797, of the residents of the region.**

**Keywords**

marriage market | family demography | farmers | Rio de Janeiro | Jacarepaguá

**JEL Codes**

J12 | N36 | N86

## 1. Introdução

Abordagens sobre a Monarquia Portuguesa têm enfatizado a mudança socioeconômica e política do Rio de Janeiro ainda na primeira metade do século XVIII. A transformação mais notável e importante é definida como a "rápida conversão do Rio de Janeiro em ponto nevrálgico do império lusitano" (SAMPAIO, 2003,

229), com sua praça atingindo o posto de principal centro comercial da América portuguesa, o que pode se explicar pelo fato de que, entre 1727 e 1757, "os caminhos fluminenses foram os principais responsáveis pela geração de impostos das 'entradas mineiras"' (FLORENTINO; FRAGOSO, 2001, 24), ou seja, por mais que no início a descoberta do ouro tenha significado uma fuga generalizada de população e cabedal para a região das minas, ao fim o porto fluminense acabou se beneficiando economicamente.

Embora Jacarepaguá fosse a distante periferia de uma cidade que cada vez mais se converteu no principal porto do Atlântico Sul luso, em função do ouro das Minas Gerais e do tráfico atlântico de escravos. Apesar deste processo, fidalgos da casa real lusa mantiveram engenhos em Jacarepaguá, assim como estes últimos continuaram a ser objeto de desejo de negociantes enriquecidos (SAMPAIO, 2003, 57-92).

A mudança das hierarquias tradicionais costumeiras deu lugar à ascensão de uma nova elite de cunho marcadamente comercial. A existência de atividades mercantis é marcada ainda no século XVII, embora só apareça na documentação como profissão autônoma ao seu fim (*IBIDEM*, 30-35).

Na virada do século, observa-se uma maior tensão entre os dois grupos e uma reivindicação destes negociantes em exercer funções de relevância no cenário político da conquista. Ao mesmo tempo, houve uma crescente necessidade da Coroa em obter um maior controle e gerenciamento na América como contrapeso à hegemonia das famílias de conquistadores que, nos seiscentos, tinham governado de forma quase autônoma suas propriedades e a vida política na cidade (BICALHO, 2003, 313). Os rumos estavam mudando para as elites fluminenses e, consequentemente, para os que mantinham com eles laços de interdependência.

Não podemos esquecer, porém, que o comércio era o meio pelo qual indivíduos comuns, que não faziam parte da nobreza da terra quinhentista, buscavam ascender ou inserir-se socialmente. Atraía, sobretudo, portugueses pobres que, quando chegavam ao topo econômico da sociedade, buscavam inserir seus filhos em outras atividades, muitas vezes através do matrimônio com famílias tradicionais da aristocracia agrária.

Ou seja, sua riqueza era pulverizada pela necessidade de amealhar alianças e, consequentemente, títulos que os conectassem à elite agrária, demonstrando que o capital político e social não poderia ser desvinculado do econômico em uma sociedade pré-industrial (IBIDEM, 39). É o caso, por exemplo, de Mathias Ferreira da Silva, que, advindo do Arcebispado de Braga, chega à praça do Rio de Janeiro e por lá fica por volta de 10 anos, tempo em que deve ter garantido algumas economias. É então que vai para Jacarepaguá, onde fica por 15 anos até casar-se com a jovem Dona Antonia Correa de Sá, que conta apenas 27 anos contra 47 de seu cônjuge quando estes se casam. Dona Antonia Correa de Sá era membro da importante família Correa de Sá, presente na maioria das freguesias rurais do Rio de Janeiro, sendo ela mesma natural de Jacotinga e filha de Dona Ana Correa de Sá e Brás Gomes Lima, natural do Algarve[1]. Os dois encontram-se estabelecidos, 3 anos após o matrimônio, em 1797, com mais de 10 escravos e moradia no lugar da Estiva.[2]

Não se está, portanto, diante da economia de livre mercado. Nesse sentido, é importante destacar o conceito *oikonomia*, que tem como eixo principal a economia doméstica, enraizada nas relações sociais, políticas e religiosas, pressupondo relações pessoais que regulavam as práticas do âmbito econômico:

> "Os elementos da economia estão enraizados em instituições não econômicas, enquanto o processo econômico em si é instituído por parentesco, casamento, grupos etários, sociedades secretas, associações totêmicas e solenidades públicas. Nesse contexto, a expressão "vida econômica" não teria um sentido óbvio. (...) Enquanto prevalecem estas formas de integração, não há necessidade de surgir um conceito de economia." (POLANYI, 2012, 235)

Nesse sentido, podemos afirmar que o recôncavo fluminense vivenciou a passagem de um cenário agrícola e pobre, até o século XVII, em que os primeiros conquistadores dominavam a política, os homens e as terras para outro, em que o Rio de Janeiro se tornava centro do império ultramarino português, com a supremacia dos interesses mercantis. Eram outros tempos para a aristocracia rural e, consequentemente, a lógica de funcionamento de reprodução social sofreria alterações, devido à grande interdependência entre os grupos familiares, como será observado nesse trabalho.

[1] Todas as informações sobre o casal encontram-se na Habilitação Matrimonial doc. 37784, caixa 1966, encontrados no ACMRJ.

[2] Mapa descritivo do distrito da Guaratiba, freguesia de Jacarepaguá. 1797. AHU-Rio de Janeiro, cx. 165, doc. 62.

Ademais, o aumento populacional é flagrante, sendo o século XVIII o de maior crescimento demográfico no sudeste e em nossa região de estudo, qual seja, o Rio de Janeiro. Esse incremento é perceptível tanto pela presença de escravos africanos quanto pela chegada de mais europeus advindos de toda parte do continente. Além disso, o aumento do número de pardos não pode ser deixado de lado. Segundo o mapa de população para as capitanias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande e Ceará, feito no ano de 1762 para 1763, as três localidades somavam 169.582 almas, dos quais 37,2 % eram negros e pardos.[3] Como podemos supor, o fenômeno visto naquelas capitanias deve ter ocorrido também no Rio de Janeiro.

A sociedade de Antigo Regime católico preconfigurava as relações dos indivíduos, suas posições sociais e redes de sociabilidade. Não que houvesse camadas intransponíveis, mas eram as estratégias mobilizadas pelas famílias que, na escolha de um padrinho, por exemplo, poderiam ampliar a gama de opções a uma criança recém-chegada.

A discussão teológica e seus escritos não podem ser vistos, entretanto, como um material de ampla circulação, principalmente no recôncavo fluminense dos setecentos, onde a grande maioria da população era iletrada. Quando muito, sabiam assinar os nomes, o que era verdade inclusive para as principais famílias da terra. Este documento, entretanto, serve como exemplo do funcionamento da Monarquia Católica portuguesa e que, de forma ou de outra, chegou a todas às conquistas do Império. A circulação desses preceitos era difundida de tal forma que não era necessário que essas pessoas lessem tratados jurídicos ou espelhos de casamento para conhecê-los e manipulá-los cotidianamente.

Nesse sentido, quanto mais filhos uma família pudesse ter, mais opções de alianças para amealhar. Mas, seria tão simples assim a equação? Ter filhos em uma sociedade em que as taxas de mortalidade da mãe e da criança eram altas e podia não ser um bom negócio para as famílias. É claro que o controle de natalidade nesse período era ineficaz e o papel da mulher na sociedade se baseava na geração de filhos. Essas gestações numerosas, entretanto, deveriam gerar filhos legítimos, dentro um casamento legitimado na frente de um padre. Logo, para que isso ocorresse, era necessária uma rede de sociabilidade anterior e o mínimo de condições para que aquele filho pudesse alcançar uma idade produtiva. Mesmo que não trabalhasse na lavoura, – é de uma região agrária que se trata – a sobrevivência dos filhos à primeira idade permitiria um *status* diferenciado àquele grupo de pessoas, que tanto pode sustentar mais pessoas quanto aumentar a parentela através dos subsequentes matrimônios ou mesmo ampliar o prestígio da família com a ordenação sacerdotal.

Como aparato conceitual de nossa pesquisa, há a concepção do Antigo Regime católico. Nesse sentido, é importante ressaltar algumas afirmações de João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa, quando estes caracterizam esta dinâmica como "constituída pelas conexões e interações de diferentes formas sociais"(2010, 13-21), incluindo a sociedade aristocrática reinol, a escravidão americana, as hierarquias sociais africanas e as que configuravam o Estado da Índia. Temos, ainda, o tráfico de escravos enquanto atividade fulcral do império e o sentimento de pertencimento à Monarquia, de que se fala ao início do texto, essencial para seu funcionamento nos quatro cantos do mundo, incluindo o Rio de Janeiro e a periférica freguesia de Jacarepaguá.

## 2. O mapa de população do Conde de Resende: foreiros, partidistas, lucratividade e assentamento

Criada em seis de março de 1661, a Freguesia de Nossa Senhora de Loreto e Santo Antônio de Jacarepaguá é a quarta paróquia do Rio de Janeiro a ser fundada. Antes, assim como as freguesias de Campo Grande e Guaratiba, pertencia à jurisdição de Irajá, primeira freguesia rural do Rio de Janeiro, estabelecida em 1644.

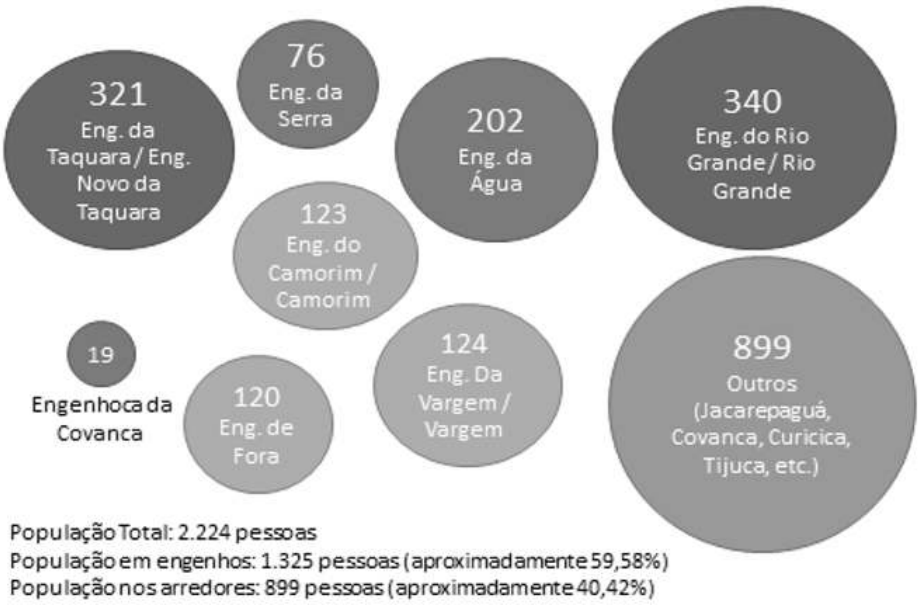
[3] "Mappa Geral dos Fogos, Filhos, Filhas, Clérigos, Pardos, Forros, Agregados, Escravos, Escravas, Capelas, Almas, Freguesias, Curatos e Vigários; com declaração do que pertence a cada termo, total decadaCommarca, e geral de todas as Capitanias de Pernambuco, Paraiba, Rio grande e Seará; extraído no estado em que se achavão no anno de 1762 para 1763; sendo Governador e Capitão General das sobreditas capitanias Luís Diogo Lobo da Silva" Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Divisão de Manuscritos. Mapas estatísticos da capitania de Pernambuco. 3, 1, 38, fl. 01; objdigital.bn.br

Jacarepaguá alcançou, entre os séculos XVI e XVIII, um incremento constante de engenhos. Era também, a freguesia com a segunda maior produção de aguardente se comparada às suas vizinhas, sendo a terceira em caixas de açúcar e de alqueires de farinha de mandioca (OLIVEIRA, 2014, 55).

Na América lusa, ao contrário das imensas *gangs* de escravos de Barbados, as áreas rurais se desdobravam nos chamados partidos de cana, explorados em geral pelo dono do engenho e por lavradores e seus parentes e escravos. Jacarepaguá contava com oito engenhos e uma engenhoca em 1797. Eram eles os engenhos da Vargem e do Camorim, pertencentes aos beneditinos; os engenhos da Taquara e o Novo da Taquara, além do da Serra, pertencente aos Teles de Menezes; o de Fora, o do Rio Grande, dos Sampaio e Almeida; o engenho D'água, dos Viscondes de Asseca e a engenhoca de Covanca, de Felix Muniz de Aguirre. Algumas regiões se encontravam dentro das delimitações dos engenhos. São elas, Piabas, que ficava nas terras de São Bento, não sabemos se na Vargem ou no Camorim; Pavuna, Areal e Barro Vermelho, que se situavam na Taquara e; Retiro, Bananal e o sítio de Urussanga, sitos nas terras do Engenho D'água.

Além destes sítios, ainda tínhamos as regiões da Ilha do Ribeiro, Cruz das Almas, Gabinal, Estiva e Tijuca que constavam como sendo local de moradia e diversos chefes de domicílio. Temos ainda a região da Cidade, que não sabemos se é parte integrante de Jacarepaguá ou faz, efetivamente, parte de uma das freguesias da cidade do Rio de Janeiro. A seguir, gráfico elaborado por Victor Oliveira (2014, 161) para mimetizar a distribuição espacial dos moradores da freguesia:

**Gráfico I.** Divisão por localidade dos moradores de Jacarepaguá




Dos 252 domicílios que foram assinalados no Mapa de população de Jacarepaguá de 1797, conseguimos rastrear 87 habilitações matrimoniais de seus moradores, o que nos permite visualizar melhor a maneira que era estabelecida a relação do matrimônio com o acesso à terra. Na constituição do mapa, temos 8 donos de terras, 8 engenhos, 78 partidistas e 144 foreiros[4]. Destes 144 foreiros, para 27 não constava valor de foro, o que pode significar uma permanência na terra sem a obrigação de pagamento anual em espécie, sendo um tipo de direito consuetudinário do morador lá residir.

Enquanto isso, dos 51 foreiros presentes nas HM, 44 deveriam pagar foro, mas somente 16 o fazem, pois 9 fazem parte daqueles que não "precisam" pagar foro (ou seja, não consta valor de foro para a

[4] Partidistas são lavradores de cana que em troca de um pedaço de terra, os partidos, devem entregar parte da cana ao engenho em que estão submetidos. Foreiros, por sua vez, pagam um foro anual para o dono da fazenda, cujo valor pode depender da relação que este mantém com o senhor de engenho. Cf. ABREU, Mauricio. **Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502 – 1700). Rio de Janeiro, Ed.** Andrea Jakobsson Estúdio e Prefeitura do Município do Rio de Janeiro,2010. V. II. pp. 106-11.

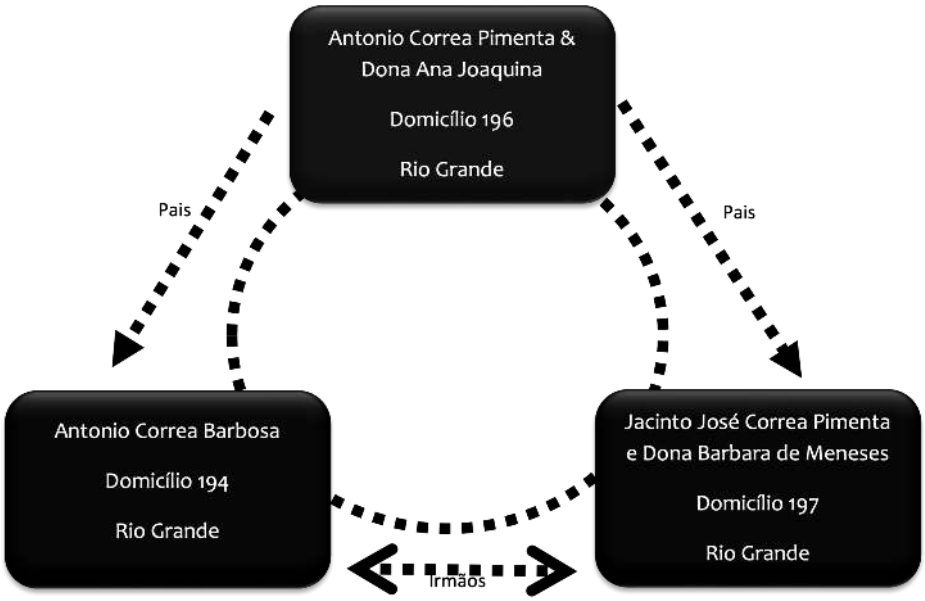
"locação" da terra) e 18 não obteve lucro nesse ano e, portanto, não deve ter efetuado o pagamento do foro correspondente.

Observamos que 25 destes 27 foreiros que não pagaram ou não deveriam pagar foro não possuem escravos, o que pode revelar uma relação ativa entre as famílias que possuem escravos e seu poder de lucratividade, apesar do trabalho familiar poder render lucro, como é o caso da família de Manoel Galego, que não possui escravos, mas conseguiu lucrar, em 1797, 16$000 réis. Aliás, o cultivo com um ou mais filhos significaria ter um filho no mesmo espaço ou próximo, porém, com sua própria família, aproveitando parcelas do sítio ou posse paterna (BACELLAR, 2001, 31). São as *famílias vizinhas*, que, aproveitando-se da contiguidade entre as propriedades da família, muito provavelmente aumentava seu ótimo produtivo. Como a maioria dos fregueses de Jacarepaguá é foreira ou partidista, os filhos do primeiro grupo deveriam gozar de maior facilidade para conquistar um pedaço aforado de terra, pagando mais ou menos por ela, o que dependeria do *status* sócio-político-cultural de seus pais e sua respectiva influência.

Já os filhos de partidistas poderiam ter mais dificuldade, de acordo com a lógica de que não estavam ali pelo direito consuetudinário que suas famílias obtiveram, mito embora muitos partidistas tenham alcançado certa estabilidade sobre a terra, mantendo-se nela por vários anos. Como se trata de uma região rural extensa em que não devia faltar local para a produção, um novo partido para o senhor do engenho devia até ser proveitoso, pois teria mais cana moída em sua propriedade e, consequentemente, direito a uma parte dela.

Esta relação entre família foreira, posseira ou partidista e o acesso à terra não era como um pedaço de chão que passaria de pai/mãe para filho, uma vez que filhos de foreiros podiam se tornar partidistas e filhos de partidistas, foreiros ou donos. Donos, por sua vez, podiam ter filhos partidistas e/ou foreiros. A relação era complexa, mas o assentamento anterior de uma família de determinada região parece ter facilitado a vida de determinados casamentos que estariam por vir e sua moradia próxima ao seu núcleo familiar anterior. É o que podemos observar, por exemplo, no gráfico de vizinhança que se segue, em que no Rio Grande, um pai partidista, Antonio Correa Pimenta, morando, próximo a ele, um filho foreiro, Jacinto José Correa Pimenta, casado com Dona Barbara de Menezes e um que possui efetivamente a terra, é dono dela, o solteiro Antonio Correa Barbosa.

**Gráfico de vizinhança I.** Moradia próxima e contígua entre Antonio Correa Pimenta e seus filhos




Fonte: Batismos de livres de Jacarepaguá (1750-1800). Acesso em familysearch.org

**Tabela I.** Moradores de Jacarepaguá e sua relação com a terra em 1797

| Relação com a terra | Número de fogos | Fogos em que o chefe é cônjuge na HM |
|---|---|---|
| **Donos de terras** | 8 | 4 |
| **Donos de engenhos** | 9 | 0 |
| **Partidistas** | 78 | 27 |
| **Foreiros** | 144 | 51 |
| **Não identificado** | - | 5 |
| **Total** | 241[5] | 87 |

Fonte: Mapa de População de Jacarepaguá de 1797.

Os homens designados como foreiros no mapa de 1797, mas que não pagavam foro, tinham se estabelecido nas terras há muito tempo, como é o caso de Bento de Oliveira, morador da Praia[6], domicílio 250, natural de Guaratiba, ou seja, freguesia vizinha, o que demonstra laços com a região maior de Guaratiba, compreendida ela toda pelo mapa[7]. Além disso, Bento é casado com Ana Maria, natural de Jacarepaguá, cujo pai também era de Jacarepaguá. Cinco dos filhos do casal Bento e Ana foram batizados por moradores de Jacarepaguá e de lá naturais. O caso mais interessante desses padrinhos é o de Manoel Rodrigues Frade, que batizou mais de 20 crianças livres em um período de 50 anos[8]. Ademais, Manoel era pai de Francisco Correa, morador também na Praia, domicílio 244, ou seja, vizinho de Bento de Oliveira e sua esposa.

[5] O total não é de 252 domicílios porque o Dr. Francisco Teles Barreto de Menezes era dono de 3 engenhos concomitantemente: Engenho da Taquara, Engenho de Dentro e Engenho Novo da Taquara.

[6] Mapa descritivo do distrito da Guaratiba, freguesia de Jacarepaguá. 1797. AHU-Rio de Janeiro, cx. 165, doc. 62. Bento de Oliveira também é figura constante nos batismos de 1750 a 1800. Batismos de livres da freguesia de Jacarepaguá. Disponível em familysearch.org.

[7] Mapa de população feito pelo Conde de Resende nas freguesias do Distrito da Guaratiba em 1797. Mapa descritivo do distrito da Guaratiba, freguesia de Jacarepaguá. 1797. AHU-Rio de Janeiro, cx. 165, doc. 62.

[8] Batismos de livres da freguesia de Jacarepaguá. (1750-1800) Disponível em familysearch.org.

E os que tinham que pagar mas não tinham lucro anual, provavelmente não pagaram naquele ano, valendo-se do crédito social-político que tinham na região. Portanto, a relação incidente de não pagamento de foros é direta com as relações com as famílias mais estabelecidas da região, tanto que o valor de seu foro varia de 1000 a 4000 réis, valor menor que a maioria, tendo uma exceção de 10000 réis. Vale lembrar que nem todos deviam ser pagos, ou eram pagos em anos subsequentes. A lógica do pagamento do foro, muito provavelmente, não era anual. Enquanto isso, os foreiros que não mantinham esse tipo de relação deveriam pagar um valor bem mais alto no foro, o que demonstra a importância desses laços em termos político, social e "econômico".

Importante observar que, de acordo com a fotografia que nos apresenta o mapa de 1797, com um total de 144 foreiros e 78 partidistas, a lucratividade do segundo grupo é bem maior. A indicação do mapa é que o lucro anual da freguesia foi de 8:922$020. Analisando os dados, apenas 44 foreiros tiveram lucro anual, obtendo um montante de 1:967$940 nesse ano, com uma média de 44$725,91 para os que lucraram e uma média geral de 13$666,25. Sua contribuição para a lucratividade de freguesia foi de 22 %. Em número menor, partidistas lucraram 4:356$440, com uma média de 55$851,79, ou seja, tiveram participação de mais de 32 % na lucratividade anual da freguesia, o que não dista muito da representatividade percentual dos foreiros.

Se considerarmos o número de foreiros e o de partidistas, era de se esperar que o primeiro grupo lucrasse muito mais, mas como apenas pouco mais de 30 % dos foreiros teve lucro e 100 % dos partidistas lucrou, a diferença não é tão considerável. Ainda assim, fica a questão: por que *todos* os partidistas obtiveram lucro contra uma pequena parcela dos foreiros com lucratividade?

Comecemos por um dado essencial. A diferença é considerável, mas não tão grande: 11$125,88. Este dado pode ser cruzado com o fato de que a quantidade de escravos entre os foreiros variava de 1 a 8 escravos, sendo que os que possuem 4 a 8 escravos são aqueles que possuem algum lucro. O restante possui, em sua maioria, 1 escravo ou nenhum. Esses foreiros, portanto, deveriam contar apenas com a ajuda familiar para o trabalho da lavoura, o que explica a ausência de lucro, pois não devia haver produção suficiente para que houvesse excedente de produção. Acredita-se, entretanto, que as famílias que trabalhavam com maior número de escravos aumentariam a possibilidade de produção e quantidade de excedentes para venda ou troca.

**Tabela II.** Lucratividade de foreiros no mapa de 1797 – Total de 144

| Com lucro | Sem lucro | Média total | Média dos que lucram | Total |
|---|---|---|---|---|
| 44 | 100 | 13$666,25 | 44$725,91 | 1:967$940 |

Fonte: Mapa de população de Jacarepaguá de 1797

**Tabela III.** Lucratividade de foreiros que são cônjuges na HM – Total de 51

| Com lucro | Sem lucro | Média total | Média dos que lucram | Total |
|---|---|---|---|---|
| 16 | 35 | 14$401,56 | 45$905 | 734$480 |

Fonte: Mapa de população de Jacarepaguá de 1797

No que diz respeito à relação territorial entre aqueles que encontramos no mapa e que possuem Habilitação Matrimonial[9] (HM daqui em diante), 5 não constam seu tipo de relação com a terra, 51 são foreiros, 4 são

[9] Habilitação matrimonial é um processo que era aberto quando duas pessoas resolviam casar-se. Esse processo era aberto junto ao pároco e deveria ser encaminhado ao juiz de casamentos, na cidade, onde os proclames (onde os nomes, moradias e pais dos cônjuges deveriam constar) deveriam ser ditos em 3 dias santos nas freguesias da cidade (Sé, Santa Rita, São José e Candelária), no local de moradia dos cônjuges (em geral, Jacarepaguá) e nos lugares onde estes haviam morado por mais de 6 meses. Além disso, deveria constar da habilitação o batismo de cada um dos nubentes e, caso a naturalidade de um deles, ou dos dois, fosse distante, havia um prazo para entrega do assento do batismo. Alguns casos em que o batismo vinha do Reino ou mais longe, por exemplo, deveria haver fiador para o pedido do batismo, caso o cônjuge não dispusesse de dinheiro ou reconhecimento social o suficiente para garantir o pagamento do caução caso o registro do assento não fosse entregue.

donos de sua própria terra e 28 são partidistas. É importante ressaltar que, dos foreiros incluídos nesse grupo (qual seja, dos que possuem fogo no mapa de população e constam entre as habilitações matrimoniais arroladas) e que deveriam pagar foro, 35 não tiveram lucro algum no mapa de 1797, o que suscita questões sobre como esse foro foi pago e se foi pago. Ainda assim, ressaltamos que a média dos foreiros cônjuges que lucram é um pouco acima da média dos que não possuem habilitação matrimonial.

**Tabela IV.** Lucratividade de partidistas no mapa de 1797

| Com lucro | Média total de lucratividade | Total |
|---|---|---|
| 78 | 55$851,79 | 4:356$440 |

Fonte: Mapa de população de Jacarepaguá de 1797

**Tabela V.** Lucratividade de partidistas no mapa de 1797 que são cônjuges na HM

| Com lucro | Média total de lucratividade | Total |
|---|---|---|
| 28 | 72$607,14 | 2:033$000 |

Fonte: Mapa de população de Jacarepaguá de 1797

Quando nos dirigimos aos partidistas que constam nos fogos, 78 do total dos habitantes de Jacarepaguá que possui partido, alguns passaram também pelas habilitações matrimoniais analisadas. Destes 78, 28 foram identificados nas HM. A surpresa desse grupo com relação às habilitações matrimoniais veio quando constatamos que eles lucraram 46,66 % do montante dos partidistas, o que suscita diversas questões, já que somam pouco mais de 1/3 da quantidade total dos que acessam a terra por meio de partidos de cana.

A primeira é que, sendo em maior número (daqueles que lucram) entre os partidistas, sendo 27 (das HM) contra 25 (que não foram encontrados nas HM), é curioso que eles tenham lucrado menos que o restante, já que estão em maior número, mesmo que por 2 pessoas. A média da lucratividade dos casados também é menor, apesar de sua média total ser maior, já que de todos aqueles partidistas que constam nas HM, apenas 2 não lucram nada, então era de se esperar que a lucratividade média fosse maior.

Enquanto a média de lucratividade de um partidista é de 63$849 (mister mencionar que a lucratividade de uma mulher partidista é, em média 65$672,72), um partidista que casou e passou pelo crivo da habilitação matrimonial tem um lucro médio de 70$103,44. Ademais, todos estes partidistas possuem ao menos 1 escravo, até mesmo os 2 que nada lucraram. No total deste grupo, temos, por partidista, de 1 a 15 escravos, com um número crescente no lucro de acordo com a quantidade de escravos.

**Tabela VI.** Escravos homens maiores e a quem pertencem

| Partidistas | Foreiros | Principais engenhos | Engenho do Rio Grande | Partidistas do Rio Grande |
|---|---|---|---|---|
| 201 | 153 | 300 | 9 | 35 |

Fonte: Mapa de população de Jacarepaguá de 1797.

Parece mesmo que a quantidade de escravos tem relação direta com a lucratividade maior dos partidistas, já que pouquíssimos partidistas não possui ao menos 1 escravo. Do total de escravos pertencentes aos partidistas, 201 são escravos homens maiores (a maioridade, nesse período, é considerada a partir dos 14

Em caso de ausência deste, eram geradas testemunhas que pudessem atestar a naturalidade e o batismo do cônjuge. O mesmo ocorria quando ele havia passado algum tempo em outra região e as testemunhas deveriam atestar seu estado de solteiro. Em caso de impedimento, novas testemunhas eram também convocadas, para depor sobre o possível impedimento, que podia ser perdoado, através do cumprimento de penas, pelo juiz dos casamentos.

anos), ou seja, em idade ideal para produção; 16 são homens menores; 36 são mulheres maiores de idade (a partir de 12 anos de idade) e 11 mulheres menores, num total de 264 escravos.

A escolha pelos escravos do sexo masculino e de maior idade é a consideração de que estão em idade produtiva, em sua maioria, e que poderia dar um melhor indicativo da relação entre a produção e a quantidade de escravos. É claro que não excluímos que as mulheres trabalhavam na lavoura, mas estavam ocupadas, também, com outros serviços, sejam eles domésticos; como lavar roupas, fazer comida, colher, entre outros; ou não.

Outra questão a ser considerada é a grande quantidade de escravos pertencentes aos partidistas, e isso considerando apenas a quantidade de homens maiores. São 201 escravos que trabalham para os partidistas. Nos principais engenhos, este número ultrapassa apenas em 99 o número de escravos homens maiores, ou seja, são 300.

Os foreiros, vale salientar, por sua vez, tem uma variação de 1 a 8 escravos por chefe de domicílio, com a grande maioria figurando com 1 ou nenhum escravo e apenas os que possuem lucro, ou seja, 30 % dos foreiros, possui de 4 a 8 escravos.

A informação é muito interessante pois nos permite compreender melhor a configuração dos moradores e sua relação com a terra e o funcionamento dos próprios engenhos, já que o engenho do Rio Grande registra pífios 9 escravos homens maiores em seu engenho. Curioso, não? Entretanto, no quadro geral da freguesia, os partidistas estão, em grande número, localizados no local chamado Rio Grande. São 17 dos 78. E todos com lucratividade para o ano de 1797. Até mesmo dois casais moradores do Rio Grande como agregados possuem, cada um, 1 escrava mulher maior de idade, o que é raro para a maioria dos que se encontram na situação de agregados.

Não vale dizer apenas, entretanto, que o Rio Grande e seus partidistas estão em maior quantidade, mas uma tabela comparativa com os outros locais em que moravam os partidistas podem dar uma noção melhor, além da comparação com o número de homens escravos maiores de idade.

**Tabela VII.** Local de moradia, relação com a terra e quantidade de escravos homens de partidistas e foreiros em 1797

| Local de moradia | Partidistas | Escravos | Foreiros | Escravos |
|---|---|---|---|---|
| Caminho do Porto | 2 | 3 | 2 | 0 |
| Areal | 2 | 11 | 6 | 7 |
| Barro Vermelho | 8 | 7 | 9 | 5 |
| Camorim | 5 | 27 | 3 | 3 |
| Campinho | 1 | 4 | - | - |
| Capenha | 9 | 25 | 2 | 0 |
| Cidade | - | - | 2 | 10 |
| Covanca | 3 | 6 | 2 | 0 |
| Cruz das Almas | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Curicica | 2 | 5 | - | - |
| Engenho da Serra | 2 | 0 | 1 | 0 |
| Engenho D'água | 5 | 22 | 7 | 6 |
| Engenho de Fora | 8 | 25 | 6 | 3 |
| Estiva | - | - | 1 | 3 |
| Gabinal | - | - | 2 | 6 |
| Ilha do Ribeiro | - | - | 1 | 0 |
| Jacarepaguá | 2 | 6 | 4 | 1 |
| Pavuna | 1 | 1 | 14 | 5 |
| Piabas | - | - | 7 | 11 |
| Praia | - | - | 7 | 8 |
| Rio Grande | 17 | 37 | 37 | 12 |
| Taquara | 6 | 12 | 6 | 2 |
| Tijuca | - | - | 16 | 46 |
| Urussanga | 3 | 8 | 3 | 2 |
| Vargem | 2 | 5 | 4 | 11 |

Fonte: Mapa de população de Jacarepaguá de 1797.

Na tabela VII, podemos ver que apenas dois partidistas não possuem escravos, apesar de terem obtido lucro em 1797. Isso pode ser explicado pela grande quantidade de filhos que estes dois partidistas do Engenho da Serra possuem. De fato, o engenho do Rio Grande possui um grande número de escravos entre seus partidistas. São 37 escravos homens maiores para 17 partidistas, o que dá uma média de pouco mais de 2 escravos por partidista. Agora, isso incidia na lucratividade destes? Ou os foreiros do Rio Grande, que concentra também, além dos partidistas, a maior quantidade de foreiros, lucram a mesma coisa? Bem, de acordo com o mapa, os foreiros do Rio Grande, mesmo possuindo escravos, não lucram nada no ano de 1797. Já os partidistas do Rio Grande lucram nada menos que 930$800, ou seja, 21 % do lucro total deste grupo. Isso não quer dizer, entretanto, que quanto mais escravos, maior lucratividade, pois, apesar

de serem 37 escravos, isso dá uma média, como já foi dito, de apenas 2 escravos por domicílio.

Ao adentrarmos em cada fogo, entretanto, vemos que os domicílios que possuem mais escravos são aqueles que lucram mais, o que não é exclusividade apenas do Rio Grande, mas também de uma partidista viúva no Areal[10] (região do Engenho D'água) que, possuindo 10 escravos homens maiores tem uma lucratividade alta se comparada ao lucro dos demais domicílios da freguesia.

Quanto à produção, dos 37 foreiros do engenho Rio Grande, 9 não produzem nada e os outros 29 produzem açúcar, mesmo que pouco. Já os partidistas produzem, em muito maior quantidade, açúcar, além de farinha, milho, arroz e anil (embora poucos produzam esta última especiaria)

Se observássemos apenas os números brutos e suas médias, conclusões como estas não poderiam ser tiradas, qual seja, a de que a quantidade de escravo incide diretamente sobre a lucratividade do partido. Como quase todos os partidistas tem escravos, é natural que eles lucrem 3 vezes mais que os foreiros, mesmo estando em minoria. Já os foreiros, mesmo possuindo apenas 47 escravos a menos que os partidistas, tem essa posse de forma esparsa, o que diminui a lucratividade dos fogos dos foreiros.

## 3. Dados demográficos sobre casamento, estudos de caso e relações de vizinhança familiar

Infelizmente, não temos dados mais robustos para o casamento de escravos, pois acreditamos que estes eram sub registrados e, como não precisavam da autorização que era pedida aos livres, apenas a de seu senhor, o que chega a nós muitas vezes é de casamentos mistos, ou seja, um dos membros do casal era livre e o outro era escravo. Por isso, nosso trabalho se voltou basicamente para o casamento em que ao menos um dos cônjuges era livre. A maioria dos casais, em nosso estudo, era constituída por casais de livres[11].

Como exemplo de casamento misto entre livre e escravos, temos a parda forra Mariana da Cruz e o escravo de João Correa de Araujo, Venancio Correa[12]. Ela já havia sido escrava deste mesmo senhor e conseguiu a alforria. Entre 1758 e 1774, tiveram 5 filhos, todos livres porque a mãe assim o era[13]. O mesmo ocorreu com o casal Mauricia e Francisco[14], ela forra e ele escravo de Antonio Pereira, morador na Curicica[15]. Esse casal teve 6 filhos, entre 1791 e 1800, com um intervalo regular de 1 ano e 10 meses entre um e outro.

Não é possível, portanto, dizer que não havia família estruturada entre escravos e famílias mistas de escravos com livres, pois estes exemplos provam que estes núcleos estavam mais que estabelecidos, com relações de interdependência entre eles e seus senhores ou ex-senhores.

Não podemos deixar de fora as famílias também, pouco numerosas, das mães solteiras, que muitas vezes constituíam domicílio no mapa de população como tal e as que viviam agregadas em casas de outras pessoas, como a ex-escrava dos beneditinos Aniceta Maria, mãe de 6 filhos e moradora no Camorim[16].

Se, como estamos fazendo, levarmos em conta o assentamento territorial e sua estabilidade pela quantidade de filhos, podemos dizer que a família de Aniceta era bem estável localmente, permanecendo no mesmo território durante, ao menos, 10 anos, que é o período em que ocorreram os nascimentos de seus filhos, embora não conste nome de pai para nenhum deles. É possível, no entanto, aventar a hipótese de que, para se manter, é provável que Aniceta possuía ou possuiu por algum tempo, um relacionamento estável com algum homem, o que permitiria, inclusive, sua recuperação entre o nascimento de um filho e outro e ajuda

[10] Trata-se de Agostinha Maria de Jesus, com 40 anos. Além destes 10 escravos homens maiores, ela possui 3 homens menores e 6 mulheres maiores, num total de 16 escravos em idade produtiva e 19 escravos no montante de sua escravaria. É mais, por exemplo, que a engenhoca da Covanca, que conta com apenas 12 escravos sob liderança do fogo principal do engenho.

[11] Observação que pôde ser feita através do levantamento das Habilitações matrimoniais da freguesia de Jacarepaguá. 1701 a 1800. Total de 329 habilitações. ACMRJ.

[12] HM doc. 15429 cx. 1455

[13] Livro de Batismos de 1750 a 1791 [1794] Jacarepaguá: f. 53, Antonio, 06/11/1758; f.70V, Joaquim [pardinho], 13/08/1761; f. 81, Francisca [pardinha], 26/04/1764; f. 96V, Ana, 16/02/1767; f. 162V, Luisa, 29/06/1774. Todos filhos legítimos do casal Mariana da Cruz e Venâncio Correa.

[14] Livro de Batismos de 1750 a 1791 [1794] Jacarepaguá: f. 323V, Joaquim, 15/01/1791; Livro de Batismos Mar-1791, Fev-1802, Jacarepaguá: img. 22, João, 27/12/1792; img. 38, Francisco, 28/08/1794; img. 61, Manoel, 26/06/1796; img. 87, José, 02/05/1798; img. 119, Antonio [crioulo], 1800. Todos filhos legítimos do casal Mauricia e Francisco.

[15] Domicílio 199, local da Curicica, Mapa de população de Jacarepaguá, 1797.

[16] Informação que consta no batismo de seus filhos. Livro de Batismos Mar-1791, Fev-1802, Jacarepaguá: img. 9, Desiderio, 03/12/1791; img. 22, Albina, 21/03/1793; img. 54, Claudino, 22/12/1795; img. 86, Maria [crioula], 06/04/1798; img. 87, Antônio, 30/04/1798; img. 114, Fabiano, 16/05/1800; img. 122, Sabina, 28/10/1800. Todos filhos naturais de Aniceta.

para a lavoura enquanto só havia bocas para alimentar, ou seja, enquanto seus filhos não atingiam idade suficiente para trabalhar.

Outra hipótese a ser levantada é a de que Aniceta vivia como agregada de alguma família, cuja ajuda garantiria sua sobrevida e a de seus filhos, muito embora seja difícil acreditar que Aniceta tenha conseguido guardar segredo sobre a paternidade de seus filhos numa sociedade tão vigilante como a que estamos tratando. De todo modo, a sociedade abria espaço para a proteção de mães solteiras, como a já citada Cecilia Cristiana, que se casou posteriormente com Jacob Luter, é possível que Aniceta tivesse laços estáveis que mantivessem em segurança a sua a vida e a de seus filhos. Não podemos esquecer, ademais, que era moradora de uma região pertencente dos religiosos beneditinos e uma das obrigações dos católicos, o que os monges o eram, era o de caridade e o de proteção aos cristãos.

Outro exemplo curioso, que não poderia ser deixado de lado, é o do casal Brites Teresa de Jesus, parda, e Francisco Teixeira Pinto, moradores do Rio Grande. Os dois constam nos assentos de livres com 7 registros de filhos entre 1755 e 1766. O curioso é que Francisco Teixeira Pinto só é forro quando do nascimento de seus dois últimos filhos, em 1764 e 1766, porque antes era escravo de Tomé Teixeira de Azevedo[17], também morador do Rio Grande, o que nos permite supor que havia uma estratégia de assentamento da família para que seus membros fossem alforriados. Era comum, portanto, que se casasse com uma mulher forra para que seus filhos nascessem sob os auspícios da liberdade enquanto tentava-se conseguir esta para o pai.

De acordo com Bacellar (2001, 51), nosso conhecimento sobre a fecundidade, nupcialidade e mortalidade das populações brasileiras do passado é muito restrito e pontual, o que obriga o pesquisador a comparar seus resultados com os poucos e nem sempre precisos resultados já disponíveis. Abaixo, tentamos mostrar alguns dados sobre a nupcialidade dos casais de Jacarepaguá durante o século XVIII.

Para termos uma ideia, da série de registros de casamento levantada entre 1778 e 1800[18], dos 179 casais que contraíram matrimônio, apenas 10 eram casais de escravos. Como explicar isso para uma sociedade que tem mais da metade de sua população com condição jurídica de escravo? Não nos parece plausível dizer que não havia casamento entre os escravos[19].

Nossa melhor hipótese, portanto é a de subregistro entre os nubentes das grandes escravarias e, acrescido a isso, os livros que não chegaram até os dias de hoje, principalmente aqueles que pertenciam a ordens religiosas, como no Engenho do Camorim, dos religiosos beneditinos, em que o matrimônio era expressamente aconselhado e realizado em massa[20]. Já para os forros, nos mesmos 179 registros de união entre 1778 e 1800, temos 45 casamentos em que ao menos um dos nubentes era forro, demonstrando que o acesso ao matrimônio, embora existisse, não era tão facilmente acessado pelos egressos do cativeiro. Portanto, o matrimônio era importante não apenas pelo ingresso quase definitivo nos sacramentos cristãos, mas o fato de deixar de ser coisa e ser tratado como ser portador de alma, ou seja, partícipe do mundo dos vivos, ser humano juridicamente reconhecido frente aos demais, o que aumentava o prestígio político-social se comparado a um escravo.

### 3.1 A freguesia de Jacarepaguá entre histórias e números Idade média, casamentos entre viúvos e naturalidade dos nubentes

Das 329 habilitações[21] coletadas para o século XVIII, ou seja, entre 1701 e 1800, 289 mulheres apresentaram idade contra 276 homens. Sobre os recasamentos, podemos dizer que 14 viúvas tiveram novas núpcias e 46 homens que perderam a esposa casaram-se novamente, demonstrando claramente a falta de

[17] Livro de Batismos de 1750 a 1791 [1794] Jacarepaguá: f. 27, Joana, 19/08/1755; f. 39, Bernardo, 26/05/1757; f. 55, Luis, 04/04/1759; f. 77V, Sebastião [pardo], 12/03/1763; f. 83, Francisco, 10/10/1764; f. 94, Angélica, 1766. Todos filhos legítimos de Brites Teresa de Jesus e Francisco Teixeira Pinto. A informação de que eram moradores do Rio Grande consta do batismo de seus filhos. A moradia de Tomé Teixeira de Azevedo também consta no batismo dos filhos do casal citado e em outros assentos, tanto de outros escravos seus quanto quando eram batizados seus netos ou seus filhos faziam as vezes de padrinhos de algum batizando, isso quando não era ele mesmo o padrinho.

[18]

[19] Livro de matrimônios de Jacarepaguá. 1778-1800. Disponível em familysearch.org.

[20] Desde o século XVIII os escravos dos beneditinos possuíam pequenas roças e gado para o seu sustento. De acordo com os ordenamentos, trabalhavam de segunda a sexta até as quinze horas, tendo livres os domingos e os dias santos. Os sábados eram dedicados às suas roças, sendo permitida a comercialização de seu excedente contanto que não exercessem "ofício para lucro". Nas fazendas e engenhos os padres estimulavam os casamentos, com a doação de enxovais e mantimentos, o que permitia a constituição de senzalas "familiares" e facilitava a vigilância. (...) As crianças, que aprendiam a ler, começavam a trabalhar com quatorze anos. Entretanto, castigos corporais eram aplicados.FRIDMAN, Fania. Donos do Rio em Nome do Rei. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997. p. 133.

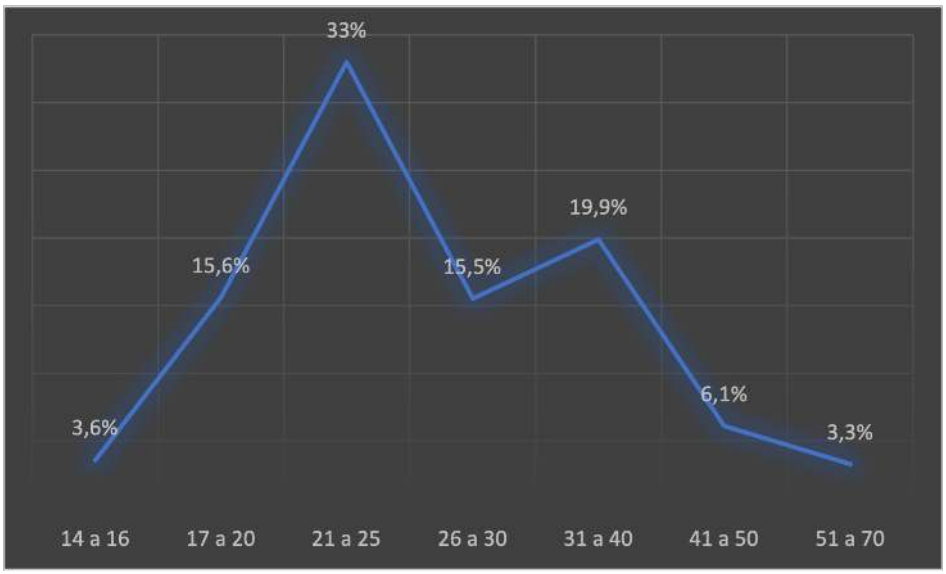
[21] Habilitações matrimoniais de Jacarepaguá do século XVIII (1701-1800) que constituem o acervo do Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

aprovação da sociedade quanto à primeira conduta, o que também é observado por Bacellar (2001, 58-60) em Sorocaba. A idade média das mulheres para o casamento era de 22,2 anos de idade e o de homens era de 28,2 anos, número não muito distante das médias do mediterrâneo europeu. Se analisarmos os números de maneira um pouco mais refinada, veremos, entretanto, uma sensível diferença.

Se observarmos os gráficos adiante, percebemos que as mulheres começam a se casar mais cedo, aos 12 anos, enquanto os homens se casam com, no mínimo, 14, o que está de acordo com a legislação vigente. Estes, no entanto, se casam com até 70 anos, enquanto a mulher mais velha a ser registrada no século como nubente tinha apenas 50 anos.

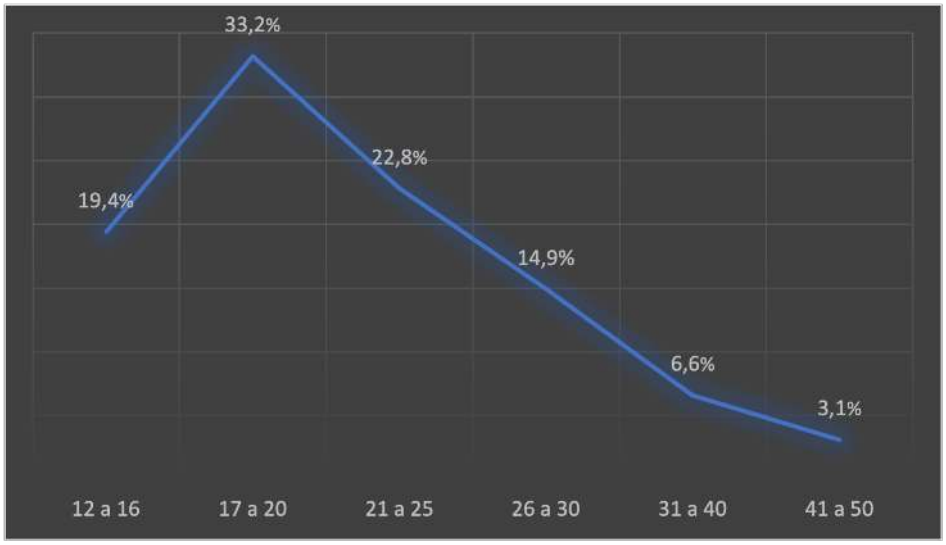
O mais interessante a ser notado nesses gráficos, no entanto, é quando ocorre a idade de pico de casamento dos homens e das mulheres. Enquanto a maioria dos homens se casa majoritariamente com a idade entre 21 e 25 anos (em um total de 91 homens), as mulheres se casam entre 17 e 20 anos (em um total de 96 mulheres). Se levássemos em consideração apenas o número total, teríamos como idade média para o casamento um número um tanto mais elevado que o que os gráficos demonstram. Portanto, a escala microanalítica nos permite ver as minúcias dessas informações.

**Gráfico II.** Porcentagem da idade média de casamento dos homens – 1701-1800




Fonte: Habilitações Matrimoniais de Jacarepaguá de 1701 a 1800. ACMRJ.

**Gráfico III.** Porcentagem da idade média de casamento das mulheres – 1701-1800




Fonte: Habilitações Matrimoniais de Jacarepaguá de 1701 a 1800. ACMRJ.

De todas essas mulheres e homens, é importante ressaltar a quantidade de nubentes que já vivia em Jacarepaguá quando do seu casamento. Embora apenas 101 homens fossem naturais da freguesia, 226 (69,1 %) lá moravam quando foram gerados os proclames. Da parte das mulheres, 169 eram naturais de Jacarepaguá e 237 (72,5 %) moravam na freguesia. Da moradia das outras moçoilas podemos dizer que eram a maioria da redondeza, das freguesias próximas e um pequeno número advindo da África ou do Reino e das Ilhas. Já os homens tinham uma origem mais esparsa, tendo em Jacarepaguá homens de todo o tipo, principalmente das freguesias do norte do Reino e das ilhas, que vinham para a freguesia e se estabeleciam através do matrimônio. Podemos afirmar, nesse sentido, que o matrimônio é uma espécie de estratégia para manutenção de laços e reprodução social da freguesia, inclusive ao incorporar esses novos membros estrangeiros. O mesmo padrão é observado para outras regiões rurais da Monarquia, como em São Paulo, em que é importante não considerar que Sorocaba e mesmos demais vilas da região vivessem isoladas como um grande setor de subsistência à margem do mundo. Ao contrário, os pequenos proprietários os roceiros despossuídos de bens tinham sempre alguns de seus filhos a se casar com jovens naturais de outras vilas. Isso significa que a circulação dos indivíduos era uma realidade, contrariando a tradicional imagem do lavrador rústico sem maiores contatos com os núcleos urbanos.

**Tabela VIII.** Naturalidade dos nubentes das Habilitações Matrimoniais

| | |
|---|---|
| **Portugal** | 51 |
| **Ilhas** | 26 |
| **Rio de Janeiro** | 114 |
| **Jacarepaguá** | 103 |
| **Minas Gerais** | 8 |
| **África** | 7 |
| **América lusa** | 5 |
| **Espanha** | 1 |
| **Londres** | 1 |

Fonte: Habilitações matrimoniais de Jacarepaguá (1701-1800) - ACMRJ

**Tabela IX.** Naturalidade das nubentes das Habilitações Matrimoniais

| | |
|---|---|
| **Portugal** | 3 |
| **Ilhas** | 3 |
| **Rio de Janeiro** | 120 |
| **Jacarepaguá** | 168 |
| **Minas Gerais** | 9 |
| **África** | 10 |
| **Pernambuco** | 1 |

Fonte: Habilitações matrimoniais de Jacarepaguá (1701-1800) - ACMRJ

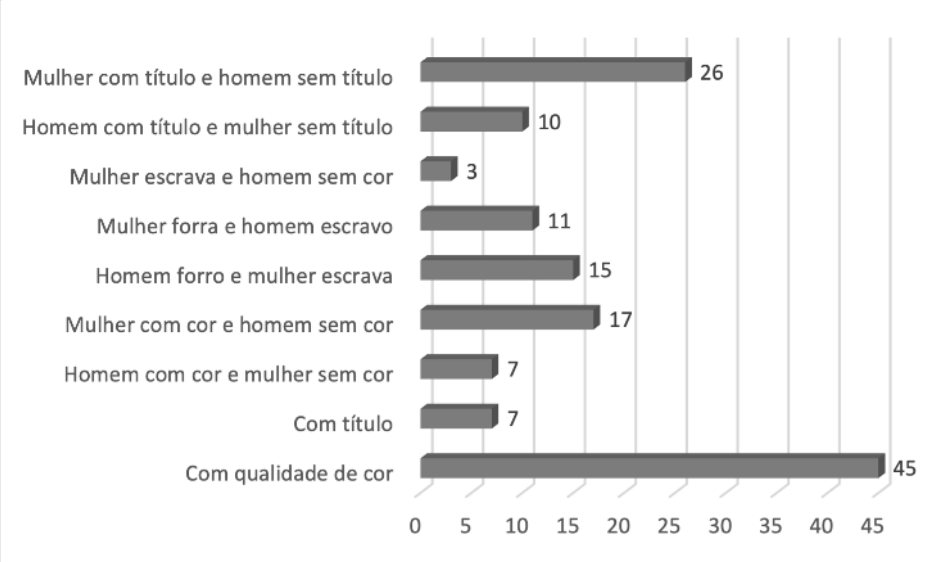
Nas tabelas VIII e IX, consideramos como grupo os nubentes oriundos do Rio de Janeiro, mas se separássemos os noivos que são advindos de freguesias próximas, teríamos 48 e de outras áreas do Rio de Janeiro, 66, chegando ao total demonstrado de 114. A diferenciação foi feita para que tivéssemos uma ideia sobre a valorização, ou não, da aliança com freguesias próximas, o que não parece ter sido o caso, dado o baixo índice de nubentes homens que vinham de freguesias próximas, como Guaratiba, Irajá, Engenho Velho, Campo Grande, etc., frente à quantidade de noivos que vinham de outras partes do Rio de Janeiro. A quantidade é praticamente a mesma dos que vinham do Reino, principalmente do norte, para tentar a nova vida ao lado de uma mocinha residente no recôncavo rural que era Jacarepaguá. A quantidade, no entanto, não é insignificante, reforçando os laços que eram feitos com outras regiões, rechaçando por completo a ideia de uma região isolada.

Já as nubentes eram, como era de se esperar, em sua grande parte, ou do Rio de Janeiro ou da própria freguesia, sendo praticamente desprezível a quantidade de moças que vinham de outras partes do Reino que não a América portuguesa. É importante diferenciar, portanto, as noivas que são advindas de freguesias próximas, somando 53, número pouco maior que o dos homens e a quantidade oriunda de outras áreas do Rio de Janeiro é de 67, num total de 120.

Fazendo um balanço geral, obtemos a naturalidade entre homens e mulheres bem próxima em números, com 298 mulheres naturais da América lusa contra 222 da parte dos homens, o que já era de se esperar, dada a já conhecida circulação de homens pela Monarquia portuguesa e a presença marcante de portugueses

minhotos que vem tentar a sorte na conquista americana. A diferença, por exemplo, entre homens e mulheres oriundos do Rio de Janeiro é de apenas 6, com vantagem para as moças. Já a distância observada entre os naturais de Jacarepaguá é preenchida pela presença dos portugueses que são acolhidos na freguesia através do casamento.

**Gráfico IV.** Qualidade dos nubentes – HM – ACMRJ – Jacarepaguá (1701-1800




Fonte: Habilitações matrimoniais de Jacarepaguá (1701-1800) - ACMRJ

Quando observamos a composição dos casais, podemos ver que apenas 142 habilitações matrimoniais possuem informação sobre a qualidade do cônjuge. Foram analisadas as diversas qualidades, como cor, condição jurídica e titulação. Dos 329 casais, 187 se apresentam como um casal sem cor na data de seu casamento. Analisando o gráfico acima, podemos ter uma ideia do quadro dos casamentos da freguesia. Ao menos em parte, pois como dito antes, nele só constam as informações sobre os casais que possuíam qualidade, num total de 43,1 %.

De todo modo, é apenas um retrato da composição dos casais, pois mostra quando do seu casamento. No entanto, sabemos que numa sociedade estamental de Antigo Regime, você pode estar designado sob determinada qualidade num determinado momento e mudar sua designação, permanecer, voltar a anterior. Tudo depende dos laços que você faz e das posições que ocupa frente aos seus iguais.

Numa sociedade de representações, a percepção que o outro tem de você é mais elucidativa do que a cor da sua pele ou sua posição social. Um homem considerado crioulo pode tornar-se sem cor enquanto um filho de uma dona pode se tornar pardo se com uma parda se casar.

Do gráfico VII, podemos inferir que a quantidade de mulheres com qualidade que se casava com um homem de qualidade inferior (ou sem qualidade) era maior do que os homens com qualidade que se casava com mulheres de posição social inferior. Homens sem indicativo de cor casavam-se mais com mulheres com esse indicativo que o contrário, ou seja, mulheres sem indicativo de cor pouco casavam com homens de cor se compararmos os números. O mesmo não se pode dizer para os casamentos mistos, entre homens e mulheres em que apenas um possuía qualidade de cor. As mulheres com cor casaram-se mais com homens sem cor do que o contrário.

Sobre os casamentos homogâmicos, inferimos que havia poucos casais com qualidade apresentada casando-se, sendo apenas 7 do total. Já os casais de cor são o de maior expressão numérica do gráfico, sendo 45 casamentos realizados entre casais com qualificação de cor.

Já entre os casamentos mistos entre livres e escravos, temos quase um empate, com 15 homens forros

casando-se com escravas e 11 mulheres forras casando-se com escravos. Vale lembrar que a segunda alternativa garantiria maior liberdade para o casal, já que os filhos nasceriam sob os auspícios da liberdade. Entretanto, como pudemos ver que os "estrangeiros" eram em sua maioria homens, às vezes não restava para eles opção senão casar com uma escrava. Ao menos a aliança, mesmo que de quase submissão, com o senhor dela estaria garantida.

A maioria dos homens livres ou forros que se casou com uma escrava ou com uma mulher de cor era forasteiro, tinha vindo de terras distantes e provavelmente não conhecia ninguém na região, o que explicaria sua escassa possibilidade de aliança. Nada garante, porém, que esta não fosse uma estratégia do próprio estrangeiro para se inserir ao estabelecer aliança com uma parda já estabelecida ou com o senhor de uma escrava. Afastamo-nos, portanto, da assertiva de que "brancos" e europeus "praticamente não cogitavam o casamento com uma escrava" (GOLDSCHMIDT, 2004, 16). Bem, o casamento do Capitão José Rodrigues Aragão, só nesse trabalho, já prova o contrário. O de seu feitor também, casos que veremos mais adiante. Vamos em busca de mais evidências, no entanto.

No gráfico VI, temos 17 homens sem cor que casaram-se com mulheres com cor. Destes, 12, ou eram advindos de outra parte da Monarquia, como Portugal (num total de 3), das Ilhas (total de 3), de Minas Gerais, São Paulo ou Bahia (total de 3) e os 2 restantes eram do reino da Espanha e de Londres.[22] Nada menos que 70 % dos homens sem cor que se casaram com mulheres de cor eram forasteiros, ou seja, não tinham ali alianças melhores para amealhar e sujeitaram-se ao casamento com pardas e até mesmo escravas.

Parece pouco diante do número de habilitações matrimoniais levantadas, mas é significativo que dos 17 casamentos envolvendo homens brancos com mulheres de cor, 12 destes homens fossem estrangeiros.

Jerônimo Rodrigues da Fonseca, por exemplo, que não consta das habilitações, mas é um caso interessante de acompanhar, pois podemos observar o desenvolvimento de sua família por duas gerações. Jerônimo veio da freguesia de Santiago de Rubiães, no arcebispado de Braga e aqui casou-se com Francisca das Chagas, parda forra, natural de Jacarepaguá e filha legítima. O mesmo não se pode dizer de Jerônimo, já que sua mãe consta como solteira, apesar de ter pai indicado nos assentos de batismo de seus filhos. Provavelmente é o caso de um reinol pobre que veio tentar a sorte na conquista e parece que ao menos conseguiu estabelecer família e moradia no Rio Grande, tendo 9 filhos com sua esposa parda forra[23].

O destino desses filhos nos mostra o estabelecimento de sua família na freguesia, pois conseguimos encontrar 4 de seus filhos nas habilitações matrimoniais se casando com homens da própria freguesia. Ademais, todos os 4 filhos possuem domicílio arrolado no mapa de população, ou seja, tem, de fato, o acesso à terra. Entre as mulheres estão Ana da Vera Cruz, Josefa Maria de Jesus, Maria Rosa de São José, que, junto com seus esposos, mantém moradias próximas uma da outra ou ao menos é o que parece, pois o número de seus fogos são 91, 95 e 98[24], o que pode ser conferido no gráfico de vizinhança III.

Apesar de serem localidades com nomes diferentes, eles são próximos uns dos outros, o que demonstra uma solidariedade que poderia existir entre irmãs para a manutenção e reprodução da família e criação dos filhos. Curioso notar que nenhuma das filhas de Jeronimo com sua esposa parda consta como tal quando estavam prestes a se casar nem quando batizam seus filhos. Seu filho também não aparece como pardo, sempre sem cor. Parece que o casamento de uma parda com um reinol auferiu aos filhos desta uma vida livre do estigma da escravidão. O casamento das filhas também parece ter sido vantajoso para elas, pois todas se casaram com filhos legítimos de homens que não tinham cor designada para seus pais e nem para eles. Sua filha Ana da Vera Cruz, inclusive, casou-se com um soldado da praça do Rio de Janeiro, natural de Bragança, reinol como seu pai.

O irmão, Antonio Rodrigues da Anunciação (casado com Maria Ribeira da Assunção) que também consta no mapa de população e nas habilitações matrimoniais parece se manter mais distanciado, no domicílio 133[25], no Rio Grande, mesmo local onde moravam seus pais, o que não devia impedir que mantivesse contato

[22] HM doc. 6995 cx. 1211; HM doc. 32734 cx. 1964; HM doc. 4959 cx. 1131; HM doc. 47917 cx. 2375; HM doc. 16716 cx. 1493; HM doc. 45353 cx. 2305; HM doc. 57529 cx. 2639; HM doc. 79324 cx. 3218; HM doc. 80112 cx. 3246; HM doc. 5297 cx. 1144; HM doc. 10714 cx. 1324; HM doc. 72729 cx. 3005; Acervo da ACMRJ. Todas as HM são de Jacarepaguá.

[23] Batismos de 1750 a 1791 [1794] Jacarepaguá: 1753 a 1776. Fls. 13-175. Disponível em familysearch.org.

[24] Mapa de População de 1797 de Jacarepaguá. ACMRJ: HM doc. 74204 cx. 3056; HM doc. 52381 cx.2504; HM doc. 22518 cx. 1660.

[25] Mapa de População de 1797 de Jacarepaguá.

com suas irmãs. Informações sobre esses possíveis contatos infelizmente não foram encontrados.

Um quadro mais completo sobre famílias vizinhas pode ser exemplificado pela família de Maria Ribeira, moradora no Camorim, que nos é especialmente cara pois, ao longo da trajetória da família, em vez de lançar indivíduos para longe do estigma da escravidão, os aproximou. As famílias retratadas no quadro genealógico I e no gráfico de vizinhança II, estão situadas, em sua maior parte, no Camorim, engenho dos religiosos beneditinos. Seja em Camorim ou na Vargem, todos ali habitam e a grande maioria é constituída de pardos, embora os que não constam como pardos dão indícios de o serem. Afinal, como seria possível dois pais de qualidade "sem cor" dar origem a um rebento pardo? Estamos falando dos pais de João Correa, casado com Sebastiana Maria de Jesus. Inacio Correa e Antonia Maria pouco aparecem nos registros, então deve ser por isso que não conseguimos localizá-los como pardos nas poucas vezes que se faziam presentes nas tabelas.

Podemos dizer que sofremos do mal dos "párocos preguiçosos", o que é referendado pelas repetidas palavras em que este chamava atenção ao revisar os livros de batismo, embora de forma comedida: "de que se tome observância de anotar o nome dos avós paternos e dos pais e suas respectivas naturalidades e qualidades". Esta não é uma especificidade de Pizarro, já que todos os párocos em visita costumavam chamar atenção para a pouca observância dos padres ao anotar tudo o que era pedido pelas Ordenações Primeira do Arcebispado da Bahia.

Por inferência, também, acreditamos que os pais de Antônio Pereira e sua esposa Maria Ribeira sejam pardos ou pretos, uma vez que foram escravos dos ditos religiosos e seus filhos são reconhecidamente pardos, gerando uma prole também parda.

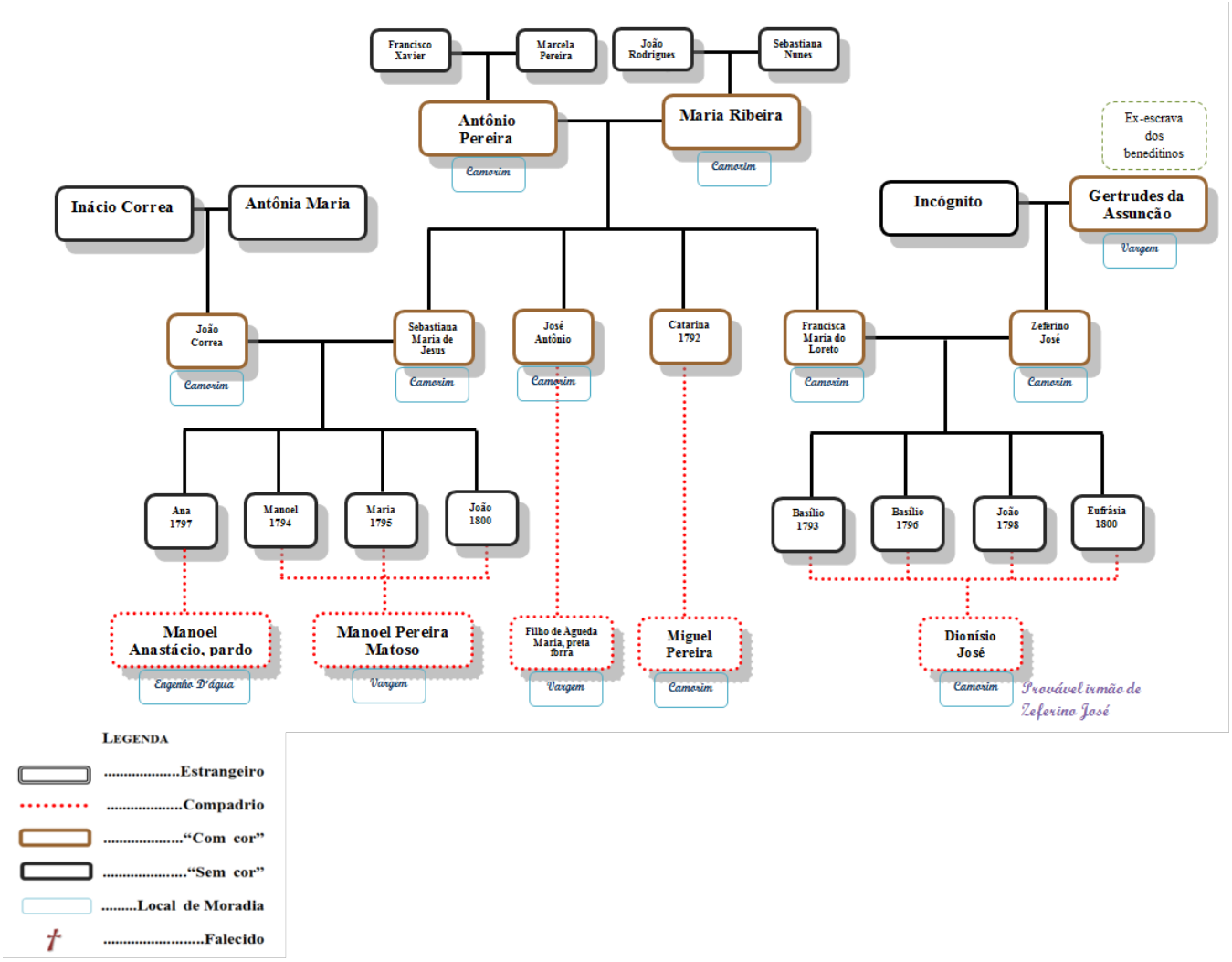
Compartilhando da mesma história das outras famílias apresentadas, percebemos que, também nesta família formada por pardos e assim reconhecidos pela sociedade, todos buscavam manter laços de compadrio tanto no mesmo local de residência quanto dentro da própria família.

O casal teve quatro filhos, dentre os quais apenas um nasceu na década de 1790, a pequena Catarina, batizada por Miguel Pereira, também morador no Camorim. Seu único filho solteiro além da menor Catarina, José Antônio, também batizaria o filho de Águeda Maria, preta forra moradora na Vargem, mãe solteira.

Sua filha Francisca Maria do Loreto casaria com um filho natural, pardo filho da ex-escrava dos beneditinos Gertrudes da Assunção. Era o pardo Zeferino José. Os 4 filhos do casal foram batizados por outro morador do Camorim, Dionísio José, que, cremos, seja irmão de Zeferino.

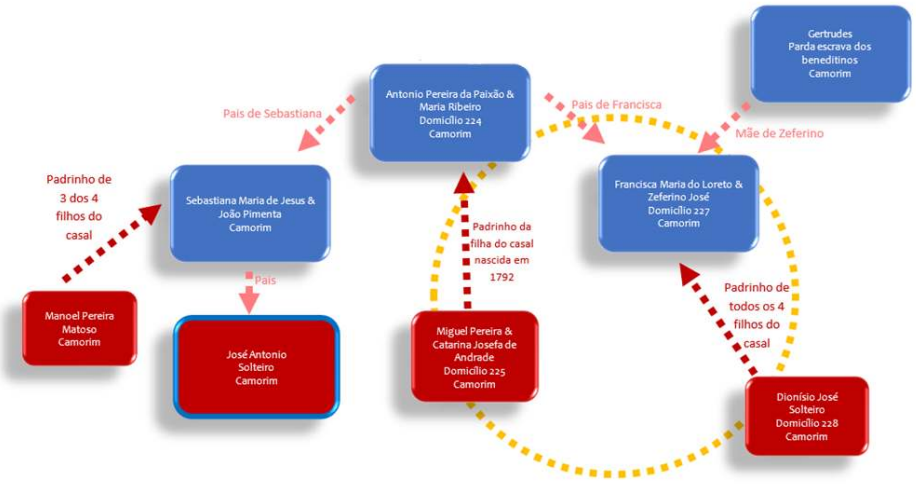
Sua filha Sebastiana Maria de Jesus, parda, conferiria a João Correa, seu esposo, homem sem cor, antes do casamento, o epíteto também de pardo. O mesmo deve ter acontecido com seus filhos. Situação oposta aos dos filhos de Jeronimo, português minhoto que, ao casar com uma parda, garantiu aos seus filhos um futuro longe da escravidão. Dentre os 4 rebentos do casal, apenas um não fora batizado por um morador da Vargem, Manoel Pereira Matoso, mas pelo nosso conhecido personagem Manoel Anastácio Aragão, morador no Engenho D'água. Apesar de pardo, Manoel era filho de um ex-senhor de engenho, Capitão e genro da filha de um Capitão e uma Dona. O compadrio com pessoa de sua estirpe poderia auferir a este casal certo prestígio, já que a marca das senzalas era constante em seus registros que permaneceram gravados, literalmente, em tinta no papel e agora se transforma em representações de fragmentos de sua história.

**Quadro genealógico I.** Família de Antonio Pereira e Maria Ribeira



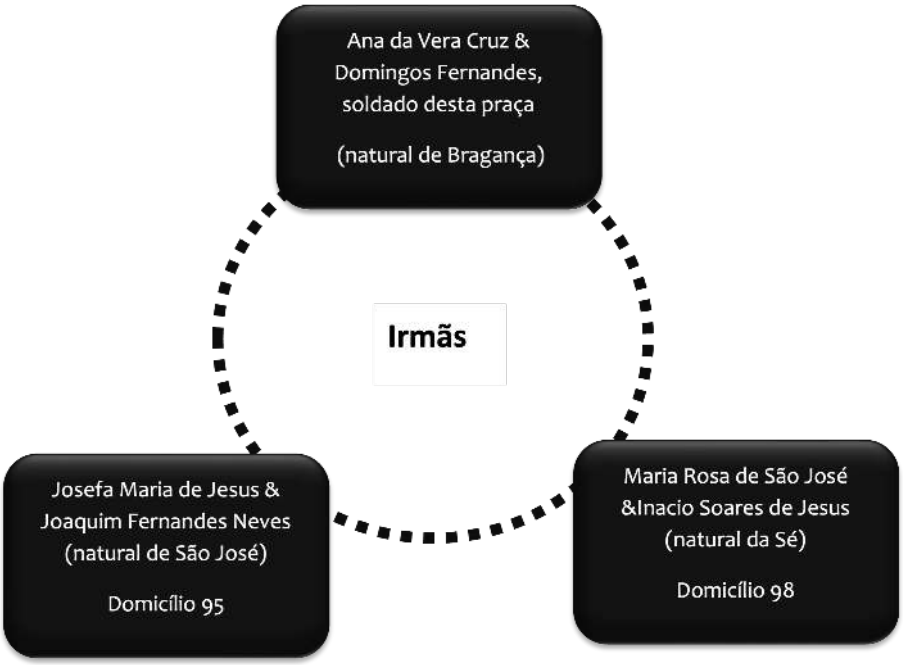

Fonte: Mapa de população de 1797, Habilitações Matrimoniais de Jacarepaguá (1701-1800) ACMRJ e Batismos de livres de Jacarepaguá (1750-1800). Acesso em familysearch.org

**Gráfico de vizinhança II.** Parentesco consanguíneo e compadrio (parentesco fictício) no Camorim




Fonte: Mapa de população de 1797, Habilitações Matrimoniais de Jacarepaguá (1701-1800) ACMRJ e Batismos de livres de Jacarepaguá (1750-1800). Acesso em familysearch.org

**Gráfico de vizinhança III.** Moradia próxima entre as filhas de Jerônimo Rodrigues



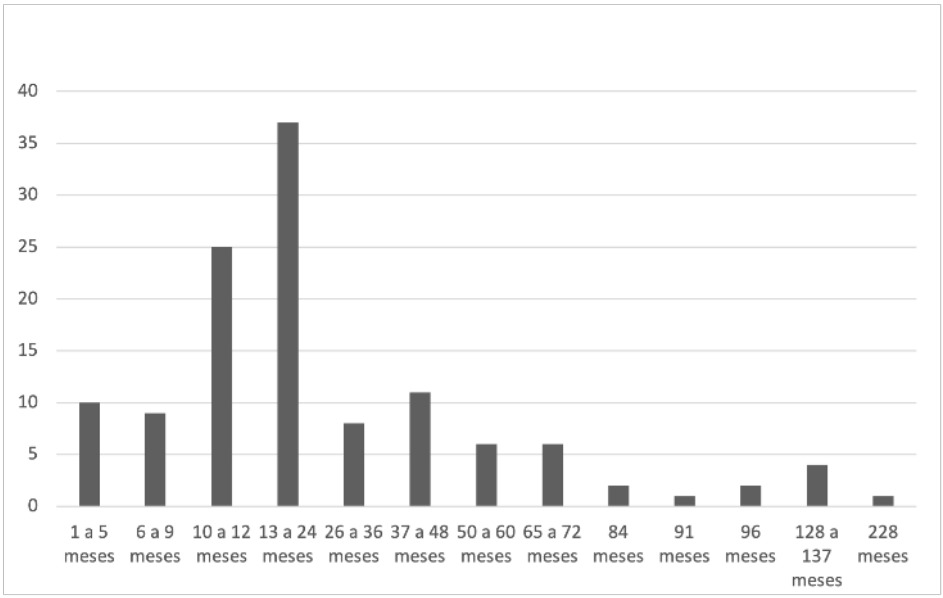

Fonte: Mapa de população de 1797, Habilitações Matrimoniais de Jacarepaguá (1701-1800) ACMRJ e Batismos de livres de Jacarepaguá (1750-1800). Acesso em familysearch.org

### 3.2 Batismos, intervalo primogenésico e intergenésico, e legitimidade entre livres e escravos

Ao nos debruçarmos sobre os nascimentos que ocorreram nessa longínqua freguesia durante a segunda metade do século, pudemos, através do cruzamento de dados, observar que 10 casais tiveram filho(s) antes do casamento. Mais precisamente, 1 teve 10 anos antes, provavelmente legitimando o filho através de

casamento posterior, pois é o mesmo casal. 1 mulher teve um filho 8 anos antes de seu casamento, 1 teve filho 6 meses anteriores ao matrimônio, 1 ousou parir 4 meses antes e 1, apenas um mês antes. Escândalo? Não nos parece provável. Acontecia com os atentos olhos da população católica e era entre eles tolerado, embora não fosse regra, como veremos adiante, o que demonstra um certo tipo de receio quanto a este tipo de comportamento.

**Gráfico V.** Tempo que os casais demoram até ter o primeiro filho em meses




Fonte: Habilitações matrimoniais de Jacarepaguá (1701-1800) – ACMRJ e Batismos de livres de 1750-1800 – Disponível em familysearch.org.

Já após o casamento, 3 mulheres tiveram, respectivamente, seus filhos 13, 10 e 9 dias após o casamento, o que indica a existência proeminente e sabida da gravidez. Deve ter sido difícil casar-se com uma barriga tão grande, não acham? Ainda mais sob os olhares maliciosos de uma sociedade que não descansa em vigiar e julgar, nem mesmo nos dias de hoje. A seguir, apresentamos um gráfico que apresenta, além desta três já mencionadas o intervalo primogenésico[26] dos filhos nascidos legítimos.

Considerando como 100 % apenas o conjunto de casais que teve filhos em até três anos, temos os seguintes dados. Como podemos observar no gráfico, 10,1 % têm o bebê antes ou imediatamente após o casamento. Com a mesma porcentagem, temos casais que tem filhos de 1 a 5 meses após o casamento. Não dá para dizer foi prematuro. 9,09 tem o bebê entre 6 e 9 meses após o matrimônio, enquanto 25,25 % esperam entre 10 e 12 meses e 37,37 % aguardam entre 13 e 24 meses. A menor porcentagem fica entre os que tem seu primogênito entre 26 e 36 meses depois de casar-se.

Como se vê, a maior porcentagem está entre 10 e 24 meses, ou seja, de pouco menos de 1 ano a 2 anos, representando 62,6 % dos nascimentos do período entre os casais que pudemos observar a data de casamento e data de nascimento do primeiro filho.

Por outro lado, a média geral é de 28 meses de espera, ou seja, de 2 anos e 4 meses. A média dos 99 que tiveram filho até 3 anos após o casamento é de pouco menos de 13 meses, com um número que indica mais ou menos 1 ano e 25 dias.

Quando avaliamos a média dos casais que tiveram filho 3 anos após o matrimônio, a média é de 73 meses ou mais ou menos 6 anos. Destas mães, 11 esperaram até 4 anos, 17 de 5 a 8 anos, 4 aguardaram 11 anos para ter o primeiro filho e um casal alarga este tempo para 19 anos. Com relação a este último, já poderiam

[26] Tempo que o casal demora a ter o primeiro filho após o casamento.

estar casando seus filhos e tendo netos que pudessem trabalhar na lavoura com eles, já que se trata de partidistas que quase nada lucram em 1797.

Já no que se refere à intergenese[27] entre casais livres com mais de 5 filhos, chegamos à média de 2,4 anos entre um filho e outro, tendo muitas variações, como a mãe que tem 10 filhos e espera menos de 1 ano entre um e outro e a mãe que teve 4 filhos mas esperou 3 anos de intervalo entre os dois primeiros que vieram logo após o primogênito e depois aguardou 8 anos para ter a 4ª gravidez bem sucedida. Entre os casais escravos com mais de 3 filhos, o intervalo varia, de forma mais homogênea que a dos livres, entre 3 e 3,1 anos de espera entre um filho e outro.

Além do intervalo intergenésico, é importante, também, analisar a legitimidade de todas os rebentos nascidos na freguesia. Vejamos, então, as taxas de legitimidade para as crianças nascidas nesta freguesia entre 1750 e 1800, no caso dos livres e entre 1752 e 1799, no caso dos escravos.

Em uma sociedade católica, era de se esperar que as taxas de legitimidade fossem altas, inclusive entre os escravos, o que demonstra o sentimento naturalizado de estar a par com as obrigações requeridas pela sociedade católica. Nunca se podia pagar o que Deus lhe deu, a vida. Viver seguindo os sacramentos da Sagrada Igreja Romana, pois, em sua homenagem era o mínimo para o pagamento de uma dívida que nunca seria saldada. É importante deixar claro, porém, que estamos tratando de um espaço e tempo específicos e que pode ser que a família conjugal não seja verificada como maioria em todos os pontos da conquista luso-americana. Não é possível dizer, entretanto, que "altos índices de ilegitimidade registrados entre a população das diferentes regiões da colônia portuguesa na América e, mais tarde, Império do Brasil" (SCOTT, 2015, 37), seja a única visão possível para a *terra brasilis* do século XVIII.

Mesmo em Jacarepaguá, observamos uma quantidade considerável de chefes de domicílio solteiras livres, com ou sem filhos, comandando um lar sem ajuda de um cônjuge, muito embora esta falta seja sanada pela presença das redes de solidariedade que eram criadas ao longo do tempo. É claro que entre os escravos as taxas de legitimidade eram menores. No entanto, nesta freguesia em particular, os índices de ilegitimidade estavam longe de serem altos para a população escrava, com o número de batizados num intervalo de quase 50 anos *quase* se equiparando entre legítimos e naturais.

Ilegitimidade, acreditamos também, é um conceito anacrônico para tratar do período, uma vez que a mesma realidade não se encontra na documentação paroquial. O filho de mãe solteira é dado como *natural*, enquanto o filho que foi abandonado é chamado de *exposto* e geralmente adotado por uma família e dado como livre. Tanto que entre os livres, a quantidade de expostos é praticamente 40 vezes maior que os expostos observados entre os escravos, durante o período e local analisados.

Dos 2116 registros de batismos de livres na freguesia, separamos 4 grupos: filhos legítimos, filhos naturais, filhos exposto e reconhecido, muito embora este último grupo seja representado por apenas 1 criança batizada. 11 batismos não apresentam informações se o batizando é legítimo ou natural. 7 dessas crianças tinham pai e mãe e 4 dos assentos constavam apenas o nome da mãe. É muito provável que estas 7 sejam filhas legítimas, mas como não podemos comprová-lo por falta de evidências empíricas, preferimos deixá-los de fora do grupo dos legítimos. Esses assentos somam 0,5 % do total de batismos do período. Os filhos expostos, por sua vez, representavam uma pequena quantidade do total de nascimentos, apenas 78, ínfimos 3,7 %.

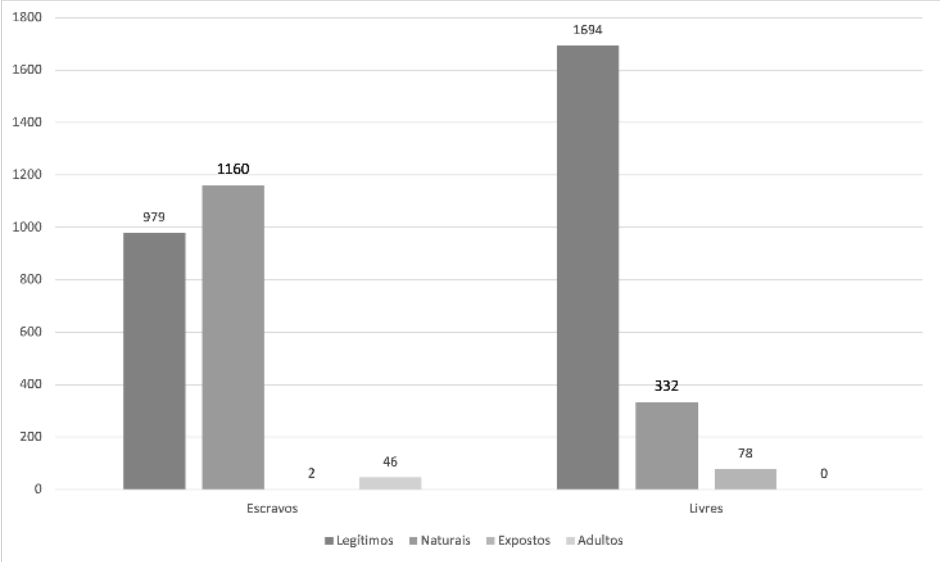
Pois bem, vamos aos números que são mais indicativos da legitimidade de crianças nascidas em determinado local: os legítimos e os naturais. Os primeiros contam 1694. Pode ser observado, entretanto, que num intervalo de 50 anos, 80,1 % das crianças nascidas na freguesia de Jacarepaguá era legítima, filhos de pais casados. Mais uma vez, nenhuma surpresa para uma sociedade católica altamente regulada e vigiada, tanto pela família quanto pelos vizinhos, quanto pelos próprios cristãos, temerosos pela salvação da alma e pela conquista, em vida, de um status social privilegiado, oferecido pelo casamento. Os filhos naturais chegam ao número de 332, apenas 15,7 % do total de batismos do período. Menos de 1/5 da quantidade de filhos legítimos. Alguns desses, pois, poderiam ser legitimados após o casamento posterior de seus pais, como muitas vezes vimos aparecer no presente trabalho. De qualquer forma, provavelmente foi uma quantidade

[27] Tempo médio que o casal demora a conceber entre um filho e outro.

pequena, embora não desprezível, acreditamos.

A legitimidade dos escravos também é alta, embora não ultrapasse a quantidade de filhos naturais, o que pode ser consequência da falta de recursos que dispunham para o casamento e a condição de amásias em que viviam muitas cativas, tanto dos próprios escravos quanto dos senhores e de seus filhos. Dos 2194 assentos legíveis, dada a precariedade com que se encontram os registros dos escravos, 979 são filhos legítimos, 1160 naturais, 46 são batismos de adultos e 2 crianças são expostas. Respectivamente, temos 44,7 % de batismos de crianças legítimas, 52,9 % de registros de crianças naturais e 2,1 % de assentos de adultos. Considerando apenas as crianças, temos uma taxa de legitimidade de 45,6 % contra 54,4 % de crianças nascidas fora do casamento católico.

**Gráfico VI.** Legitimidade nos batismos de livres e escravos, Jacarepaguá – 1750-1800




Fonte: Batismos de livres e escravos de Jacarepaguá (1750-1800). Disponível em familysearch.org

## 4. Conclusão

É natural que pensemos em família como um grupo de pessoas unidas pelo laço do sangue ou mesmo indivíduos ligados por laços rituais, como os padrinhos. Por outro lado, a família romana era um ambiente familiar considerado como uma corporação, cujos membros eram criados (*familus* = criado) do chefe da família, o *pater familias*. Não era um grupo de parentesco em nenhum sentido biológico (MELCHIOR-BONNET; SALLES, 2009, 10-15).

A história do casamento na Idade Média guarda as mesmas características que na Antiguidade. Entretanto, nesse período, a Europa estava muito marcada pelas migrações bárbaras e importou práticas matrimoniais, sobretudo germânicas, em seu território. Práticas essas que variavam em função da identidade étnica dos novos povos (francos, visigodos, burgúndios etc.). Elas se estabeleceram vigorosamente, mas não sem o signo de Roma e do cristianismo, sobretudo no Mediterrâneo.

Após exercer, por um longuíssimo tempo, um verdadeiro monopólio doutrinal e jurisdicional sobre o matrimônio, a Igreja viu seus poderes contestados no curso do século XVI, sobretudo pela Reforma e o reforço da autoridade parental frente à eclesiástica. O Concílio de Trento evocou com força a doutrina sacramental do casamento, monogâmico e indissolúvel, contra as Igrejas protestantes que o tratam como

um contrato civil que pode ser rompido em certos casos. Portanto, a família e o casamento estão no centro da preocupação da Igreja, presente através dos ritos nupciais como uma estratégia educativa, incluindo o controle da vida conjugal pela confissão (IBIDEM, 433-434).

Para que essa realidade que chamamos de família seja possível, é preciso que se encontrem reunidas condições sociais que nada tem de universal. Em resumo, a família em sua definição legítima é um privilégio instituído como norma universal. Privilégio de fato que implica um privilégio simbólico: o de ser como se deve, dentro da norma. Aqueles que têm o privilégio de ter uma família adequada podem exigi-los de todos.

Esse privilégio é, no concreto, uma das principais condições de acumulação e de transmissão de bens materiais e imateriais; econômicos, culturais e simbólicos. De fato, a família tem um papel determinante na manutenção da ordem social, isto é, na reprodução da estrutura do espaço social e das relações sociais. Ela é um dos lugares por excelência de acumulação de capital sob seus diferentes tipos e de sua transmissão entre gerações. É o sujeito, familiar, o principal ator das estratégias de reprodução social.

## 5. Documentos e referências bibliográficas

### 5.1 Acervos digitais

Arquivo Nacional, 10N, 136.; Arquivo Nacional, 10N, 123. P. 143v.; Arquivo Nacional, 40N, 81, p. 3V.; Arquivo Nacional, 4ON, 81, p. 3v.; Arquivo Nacional, 10N, 81, p. 122V. Disponível em [BDEFRG - mauricioabreu.com.br]

Instituto Brasileiro de Geografia Estatística: Dados históricos dos censos. Disponível em www.ibge.gov.br

Dicionário Raphael Bluteau dicionarios.bbm.usp.br

"Mappa Geral dos Fogos, Filhos, Filhas, Clérigos, Pardos, Forros, Agregados, Escravos, Escravas, Capelas, Almas, Freguesias, Curatos e Vigários; com declaração do que pertence a cada termo, total decadaCommarca, e geral de todas as Capitanias de Pernambuco, Paraiba, Rio grande e Seará; extraído no estado em que se achavão no anno de 1762 para 1763; sendo Governador e Capitão General das sobreditas capitanias Luís Diogo Lobo da Silva" Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Divisão de Manuscritos. Mapas estatísticos da capitania de Pernambuco. 3, 1, 38, fl. 01; objdigital.bn.br

### 5.2 Documentação paroquial manuscrita

### 5.3 familysearch.org

Livro de óbitos de livres de Jacarepaguá. 1750-1800.

Batismos de livres da freguesia do Santíssimo Sacramento. 1750-1770.

Batismos de escravos da freguesia de Jacarepaguá. 1752-1799.

Batismos de livres da freguesia de Jacarepaguá. 1700-1800.

### 5.4 Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro

Habilitações matrimoniais de Jacarepaguá - 1700 a 1800

### 5.5 Referências bibliográficas

ABREU, Mauricio. **Geografia Histórica do Rio de Janeiro** (1502 – 1700). Rio de Janeiro, Ed. Andrea Jakobsson Estúdio e Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010. V. II.

ARAUJO, Carlos. **Jacarepaguá de antigamente**. Belo Horizonte: Carol Borges, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**. Campinas: Papirus Editora, 1996.

BRÜGGER, Silvia M. J. **Minas Patriarcal. Família e Sociedade** (São João del Rei – séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

CALDEIRA, João Luis Picão. **O morgadio e a expansão no Brasil**. Lisboa: Editora Tribuna, 2007.

CAMPS, Joan Bestard, Laestrechezdel L. **Reflexiones en torno de las estratégias matrimoniales cercanas**. In: CHÁNCON JIMENEZ, Francisco, FRANCO, Juan Hernández (eds), *Poder, Família y Consanguinidade em La España Del Antiguo Regimen*, Barcelona: Anthropos, 1992.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FARIA, Sheila. **A Colônia em Movimento, Fortuna e Família no Cotidiano Colonial. Rio de Janeiro**. Nova Fronteira, 1998.

FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João Luis R. **O Arcaísmo como Projeto: Mercado atlântico, sociedade agrária em uma economia colonial tardia**. Rio de Janeiro, c. 1790 - c.1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João. Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra do Rio de Janeiro (1600-1750). In: FRAGOSO, J.; ALMEIDA, C.; SAMPAIO, A. (org**). Conquistadores e Negociantes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FRAGOSO, João; BICALHO, M.; GOUVÊA, M. (Org.). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa** (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **Na Trama das Redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FRANCO, José Eduardo; TAVARES, Celia Cristina. **Jesuítas e Inquisição**: cumplicidades e confrontações. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007.

FREITAS, D. T. L. **O casamento na Freguesia da Madre de Deus de Porto Alegre**: a população livre e suas relações matrimoniais. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo: Unisinos, 2011.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. São Paulo: Global Editora, 2008 [1933].

FRIDMAN, Fania. **Donos do Rio em Nome do Rei**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

GINZBURG,Carlo. *A* **micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: DIFEL,1989.

LOTT, M. M. (2008), **Na forma do ritual romano**. Casamento e família, Vila Rica (1804-1839). São Paulo: Annablumme; Belo Horizonte: PPGH/ UFMG.

MONTEIRO, Nuno G. **O crepúsculo dos grandes**: A casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832). Lisboa: Imprensa Nacional, 1995.

MONTEIRO, Nuno G. **Casa e linhagem**: o vocabulário aristocrático em Portugal nos séculos XVII e XVIII , in: Penélope – fazer e desfazer a História, no. 12, 1993.

MONTEIRO, Nuno G. (coord.) MATTOSO, J. (dir.). **História da Vida Privada em Portugal**. A idade moderna. Lisboa: Círculo de leitores, 2013.

OLIVEIRA, Victor L. A. **Retratos de Família**: sucessão, terras e ilegitimidade entre a nobreza da terra de Jacarepaguá, séculos XVI-XVIII. Dissertação de Mestrado. Instituto de História – UFRJ, 2014.

OLIVEIRA, Victor L. A. Elites, mestiços e parentes nos testamentos de uma paróquia rural do Rio de Janeiro, século XVIII. In: GUEDES, Roberto; RODRIGUES, Claudia; WANDERLEY, Marcelo da Rocha. **Últimas Vontades: testamento, sociedade e cultura na América ibérica**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.

POLANYI, Karl. Aristóteles descobre a economia. In: ***A subsistência do homem e ensaios correlatos.*** Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

PRADO, Caio Jr. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

REIS, Adriana Dantas. Luzia Jeje, o Capitão Manuel de Oliveira Barrozo e seus filhos pardos: quando as fronteiras de gênero interferem nas hierarquias sociais. Bahia, 1780-1822. In:TAVARES, Célia. C. S. ; RIBAS, Rogério O. (orgs.) **Hierarquias, raça e mobilidade social.** – Rio de Janeiro: Contra Capa/Companhia das Índias, 2010.

REVEL, Jacques. História ao rés do chão. In: LEVI, Giovani. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

RUDGE, Raul Telles. **As Sesmarias de Jacarepaguá**. São Paulo: Kosmos, 1983

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Na Encruzilhada do Império**: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650-1750). Rio de Janeiro: A.N., 2003.

SCHWARTZ, Stuart B. **Cada um na sua lei:** Tolerância religiosa e salvação no mundo ibérico. São Paulo: Companhia das Letras; Bauru: EDUSC, 2009.

SCHWARTZ, Stuart B; LOCKHART, James. **A América Latina na época Colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SILVA, Lina Gorenstein Ferreira da. **Heréticos e Impuros**: a Inquisição e os cristãos-novos no Rio de Janeiro – século XVIII. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

SILVA, Maria B. N. **Sistema de casamento no Brasil Colonial**. São Paulo: Edusp, 1984.

SCOTT, Anna Silva Volpi. **Famílias, formas de união e reprodução social no noroeste português.** São Leopoldo: Editora Unisinos, 2012.

_____. Casamentos entre desiguais no Brasil Meridional (1772-1845). In: GHIRARDI, M.; SCOTT, A. S. V. (Coord.). **Familias históricas: interpelaciones desde perspectivas Iberoamericanas a través de los casos de Argentina, Brasil, Costa Rita, Espana, Paraguay y Uruguay**. São Leopoldo, RS: Oikos; Editora Unisinos, 2015.

TOSTES, Ana Paula Cabral. **O lugar social dos homens "pardos" no cenário rural da Cidade do Rio de Janeiro**. Dissertação de mestrado. IH – UFRJ, 2012.

# DO "OURO BRANCO" AO "OURO NEGRO":

## A dinâmica econômica do extremo sul da província capixaba – século XIX

# *FROM "WHITE GOLD" TO "BLACK GOLD":*

## *The Economic Dynamics of the Extreme South of the Province of Espirito Santo – 19th century*

**Laryssa da Silva Machado**[a,@]

[a]Doutoranda em História pela Universidade Federal do Espírito Santo e mestre em História pela mesma Universidade. Especialista em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal do Espírito Santo e em Psicopedagogia pelo Centro Universitário São Camilo Espírito Santo. Graduada em História pelo Centro Universitário São Camilo Espírito Santo. Professora Efetiva da Rede Municipal de Educação de Marataízes-ES (desde 2012).
[@]Contato principal: **assyrall@gmail.com**

## Resumo

**O século XIX capixaba foi marcado por transformações econômicas e sociais. A produção açucareira da primeira metade do Oitocentos e a cafeeira, na segunda parte do século, fizeram com que a província passasse a viver uma nova era. Com isso, inúmeros cativos, muitos deles africanos, adentraram as praias sul-capixabas para serem usados como mão de obra. O presente artigo pretende apresentar a dinâmica econômica e social da região extremo-sul da província capixaba com destaque para Itapemirim, vila mais antiga fundada nesse território. Além de ter sido dividida em duas partes, litoral destinado a produção de açúcar e interior a produção de café, era em Itapemirim que se localizava o porto mais próximo da Corte. Para análise de dados utilizamos fontes primárias e bibliográficas.**

**Palavras-chave**

economia do Espírito Santo | população do Espírito Santo | escravidão no Espírito Santo

**Códigos JEL**

N56 | N96 | Q13 | R11

## Abstract

**The 19th century in the Brazilian province of Espírito Santo was marked by economic and social transformations. The production of sugar in the first half of the 19th century and coffee in the second part of the century made the province go through a new era. As a result, countless enslaved, many of them Africans, passed through the beaches of Espírito Santo on the way towards the plantations. This article intends to present the economic and social dynamics of the extreme southern region of the province of Espírito Santo, with emphasis on Itapemirim, the oldest settlement founded in this territory. In addition to being divided into two parts, the coast for sugar production and the interior for coffee production, the closest port to the imperial capital was located in Itapemirim.**

**Keywords**

Economy of Espírito Santo | Population of Espírito Santo | Slavery in Espírito Santo

**JEL Codes**

N56 | N96 | Q13 | R11

## 1. Contexto econômico capixaba no século XIX: o litoral sul

O objetivo deste artigo consiste em situar a economia regional da província do Espírito Santo ao longo dos Oitocentos. Não é tarefa fácil, pois se tratava de região dividida em, pelo menos, três porções, com características razoavelmente distintas e com colonização em épocas diferentes. Para efeitos de análise, considerou-se, assim, a divisão entre norte, cujo núcleo básico era a vila de São Mateus (RUSSO, 2007); o centro, capitaneado pela capital da província, a vila de Vitória; e sul, centrada no vale do Rio Itapemirim (LAGO, 2013; RIBEIRO, 2012; MACHADO, 2019). Estudos precedentes constataram a distinção entre as

sociedades de cada um desses espaços.

As mudanças ocorridas no Espírito Santo ao longo do século XIX foram profundas e inauguraram novo período de desenvolvimento da região. Figurando entre as primeiras capitanias doadas por Portugal e vista, pelo governador-geral do Brasil, Tomé de Souza, como a melhor e mais abastada capitania (RIBEIRO, 2012), a terra do primeiro donatário Vasco Fernandes Coutinho amargou por séculos inúmeros problemas políticos e econômicos (CARVALHO, 2008, p.28-34).

A partir de 1800, ainda com dificuldade, iniciou-se um período de prosperidade. Nessa época, deu-se primeiro e decisivo passo no sentido de definição da identidade territorial do Espírito Santo enquanto unidade administrativa e política distinta, dotada, inclusive, de um projeto de desenvolvimento próprio. Os Capitães-Mores que passaram a cuidar da Capitania, no fim do período colonial, tinham propostas com objetivo de dar autonomia política, administrativa e jurídica ao Espírito Santo, estimular o povoamento da região e destacar o Porto de Vitória como ponto estratégico por ser próximo à Capitania de São Tomé ou Paraíba do Sul (SANTOS, 2002). Porém, tais medidas resultaram em poucas mudanças na região.

Nos anos iniciais do império, as autoridades provinciais continuavam a repercutir em seus registros os anos de penúria da antiga capitania. Ignacio Accioli de Vasconcellos, primeiro presidente provincial, escreveu em sua *Memória Estatística da Província do Espírito Santo,* de 1828 (VASCONCELLOS, 1978, p.15) as condições miseráveis do território capixaba que, apesar das inúmeras possibilidades de exploração, mantinha grande parte de suas terras férteis desocupadas. Anos antes, em 1811, Francisco Manoel da Cunha, escrivão da Capitania, reclamava ao Conselheiro de Estado, Antônio de Araújo e Azevedo, o Conde da Barca, o fim da alfândega, o que levou ao encerramento da navegação direta entre o Espírito Santo e a Europa e a África (CUNHA, *apud* CARVALHO, 2008, p.52).

Até meados do século XIX, a economia do Espírito Santo baseava-se na produção de alimentos exportados em parte para outras províncias (CARVALHO, 2008, P.59-60). Em terras capixabas produziam-se farinha de mandioca, açúcar, fios de algodão, cachaça, arroz, milho, feijão, cal, colchas e redes. O plantio do café, no início do século, ainda era pequeno e não se destacava nem mesmo na economia espírito-santense. Porém, essa produção floresceu na segunda metade do século e proporcionou crescimento e dinamismo à província. Em 1850 o Espírito Santo contava com 10 municípios, Vitória, Serra, Nova Almeida, Linhares, São Mateus, Espírito Santo, Guarapari, Benevente (hoje Anchieta) e Itapemirim.

José Teixeira de Oliveira (2008, p.354) classifica a transição da primeira para a segunda metade do século XIX como o "início de uma nova era". De acordo com o autor, "foi assim, enfrentando dificuldades de toda ordem – em sua grande maioria derivadas da deficiência de recursos – que o Espírito Santo alcançou o fim da primeira metade do século XIX." Após a independência do Brasil houve melhorias estruturais, porém, foram as lavouras de café as responsáveis pela transformação desse quadro de dificuldades.

Em relatório de 1854 (ESPÍRITO SANTO, 1854, p.37) apresentado pelo presidente, Dr. Sebastião Machado Nunes, destacaram-se os gêneros agrícolas produzidos no Espírito Santo, figurando o café como a principal renda provincial. "Os principais gêneros de produção d'esta província são o assucar [sic.], a aguardente, os mantimentos, e o café; a produção d'este ultimo gênero data de poucos anos, mas já constituo a principal renda da província, ele promete um futuro lisonjeiro."

Introduzido em meados de 1815 (ROCHA, COSSETTI, 1983, p.15-18), o café tornou-se cultura dominante por volta de 1840, e substituiu gradualmente o cultivo e a produção de açúcar. Entre 1856 e 1872, houve grande expansão da cafeicultura concentrada na região Sul, especificamente nos Vales dos rios Itapemirim e Itabapoana. Outras regiões capixabas, como a de São Mateus e Vitória, investiram no cultivo do café sem o mesmo sucesso. São Mateus, inclusive, retornou ao cultivo da mandioca.

**Mapa 1.** Província do Espírito Santo (1850)

Fonte: ADAM, J. de Villiers de L'Ile. *Carta Topográfica e Administrativa da Província do Espírito Santo.*Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, Brasil, 1850.

A expansão cafeeira no sul do Espírito Santo vincula-se diretamente com a desaceleração da produção do Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais (ROCHA, COSSETTI, 1983, p.19), quando fazendeiros dessas regiões migraram para a província capixaba, dando lugar à colonização de terras férteis em espaços inexplorados na província. Primeiro vieram os mineiros, atraídos pelas "terras virgens" capixabas, graças às estradas abertas em Itapemirim e Itabapoana. Dos caminhos do Sul, especialmente das estradas litorâneas a partir de Campos do Goitacazes, chegaram proprietários do Norte Fluminense (BITTENCOURT, 1987, p.68). Constituiu fator determinante nesse processo migratório o baixo preço de venda das terras capixabas (ROCHA, COSSETTI, 1983, p.21-23). Importante destacar que, até 1832 os municípios de Campos dos Goytacazes e São João da Barra pertenciam a província capixaba, sendo anexados nesse ano ao Rio de Janeiro.

No sul capixaba, inicialmente, as lavouras foram implantadas na área litorânea dos Vales dos rios Itapemirim e Itabapoana, objeto desta pesquisa. As fazendas de cana-de-açúcar havia sido a primeira

opção dos novos lavradores nos anos iniciais do Oitocentos. A partir de 1840, entretanto, o cultivo de café tornou-se mais frequente, talvez em razão de maior margem de lucro e por exigir menos capital e cuidados dos imigrantes que continuavam a chegar à região (ROCHA, COSSETTI, 1983, p.16). A expansão das lavouras seguiu em direção às terras do interior dos vales, em vista de condições naturais mais propícias, principalmente a presença do solo massapê, mais consistente e resistente à erosão. Além disso, as ondulações do relevo eram mais suaves e favoráveis, além do clima úmido com chuvas regulares (SALETO, 1996, p.35).

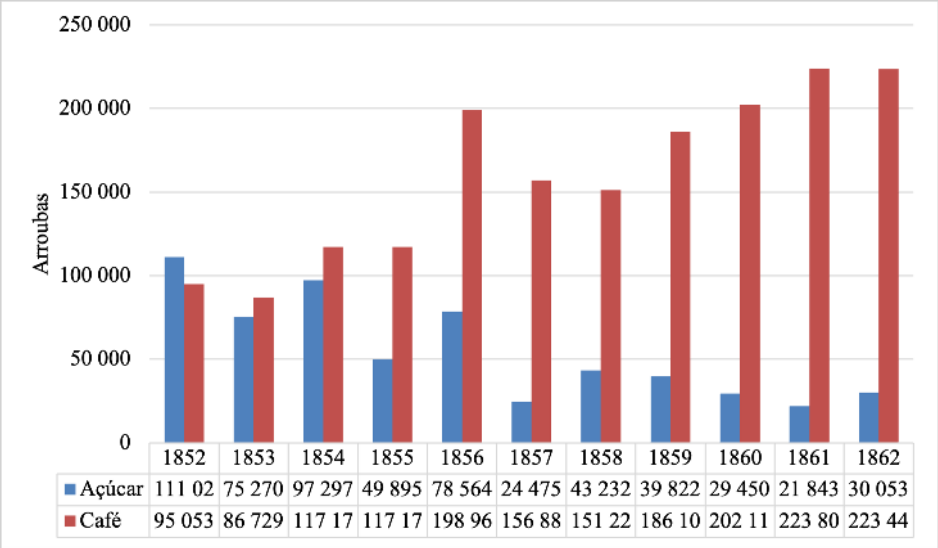
O vale do Itapemirim, porém, cindiu-se em duas regiões. No interior, a adaptação do café concretizou o sonho dos recém-imigrados. No litoral, no entanto, as lavouras cafeeiras não obtiveram idêntico sucesso, mantendo-se o cultivo da cana (ROCHA, COSSETTI, 1983, p.35). Na época, porém, o açúcar deixou de ser o principal produto agrícola na província. Em 1861 o presidente da Província, José Fernandes da Costa Pereira Junior, em relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, descreveu como a produção de café cresceu, e atribuiu esse sucesso ao alto preço daquele produto no mercado externo e ao baixo custo de produção. Os principais produtos agrícolas capixabas nesse período eram o café, o açúcar e a mandioca, este último produzido em larga escala na comarca de São Mateus (ESPÍRITO SANTO, 1861, p.87).

**Tabela 1.** Exportação de Café e Açúcar no Espírito Santo em Arrobas(1852-1862)

| **Anos** | **Açúcar** | **Café** |
|---|---|---|
| 1852 | 111.021 | 95.053 |
| 1853 | 75.270 | 86.729 |
| 1854 | 97.297 | 117.170 |
| 1855 | 49.895 | 117.178 |
| 1856 | 78.564 | 198.964 |
| 1857 | 24.475 | 156.880 |
| 1858 | 43.232 | 151.227 |
| 1859 | 39.822 | 186.102 |
| 1860 | 29.450 | 202.117 |
| 1861 | 21.843 | 223.809 |
| 1862 | 30.053 | 223.442 |

Fonte: ROCHA, COSSETI, 1983, p. 17.

**Gráfico 1.** Exportação de Café e Açúcar no Espírito Santo em Arrobas (1852-1862)




Fonte: ROCHA, COSSETI, 1983, p. 17.

A tabela e o gráfico acima apresentam a evolução da exportação do café e o respectivo recuo nas vendas do açúcar capixaba. A produção cafeicultora em 1862 superou o dobro da produção de 1852, exportava-se praticamente o triplo do total produzido em 1852. Em comparação, o açúcar teve queda brusca ao longo desses dez anos. Outros dados referentes à exportação do açúcar e do café pelo Espírito Santo foram apresentados pelo presidente provincial Domingos Monteiro Peixoto, em 1875 (ESPÍRITO SANTO, 1875, p.60), conforme apresenta a Tabela 2.

**Tabela 2.** Exportação de Café e Açúcar no Espírito Santo em Quilos(1869-1874)

| Anos | Açúcar | Café |
|---|---|---|
| 1869 | 285.421,959 | 5.249.584,198 |
| 1870 | 727.825,261 | 6.002.968.317 |
| 1871 | 627.572,836 | 7.881.779,553 |
| 1872 | 588.632,297 | 6.351.729,246 |
| 1873 | 266.818,034 | 6.614.500,767 |
| 1874 | 282,917 | 4.860.052,334 |

Fonte: ESPÍRITO SANTO, 1875, p. 60.

Apesar de não haver dados comparativos no decorrer da década de 1860, as tabelas até então apresentadas deixam clara a liderança que o café assumiu na exportação agrícola capixaba. É importante ressaltar que o açúcar, apesar de perder o posto de principal produto exportado pela província, ainda permanecia com certo destaque econômico, já que era o segundo produto agrícola espírito-santense.

O café, então, tornou-se cultivo concentrado no sul da província do Espírito Santo. Praticamente metade da lavoura pertencia à região, acompanhada de perto pela região da capital (ESPÍRITO SANTO, 1875, p.26). Nas primeiras décadas da segunda metade do século XIX, a região central (capital) liderava as exportações do produto. Porém, com o passar dos anos, o Sul se tornou a mais importante região exportadora da

província. A tabela 3 apresenta a exportação de café por regiões.

**Tabela 3.** Participação Relativa das Regiões da Província do EspíritoSanto na Exportação do Café [%] (1857-1885)

| Anos | Norte | Capital | Benevente | Sul |
|---|---|---|---|---|
| 1857 | 25,1 | 58,8 | 1,0 | 15,1 |
| 1862 | 17,8 | 55,0 | --- | 27,2 |
| 1873 | 5,2 | 43,2 | 5,3 | 46,2 |
| 1885 | 5,1 | 31,4 | 6,1 | 57,4 |

Fonte: ROCHA, COSSETI, 1983, p. 26.

A produção de café, além de dinamizar a economia capixaba, trouxe obras de infraestrutura, principalmente na área dos transportes. Estradas foram construídas em toda província, como a "Estrada Geral" que cortava o Espírito Santo de norte a sul pela costa marítima, além da estrada que ligava Itapemirim às Minas do Castelo. A Estrada Geral se encontrava com caminhos que levavam às pequenas vilas e povoados do interior do Espírito Santo. Outras estradas foram construídas, ainda que precárias. Houve também o incentivo à navegação a vapor: "Em quase todos os rios em que era possível a navegação a vapor ela foi um acontecimento. Do antigo Cricaré ao Itabapoana vemo-la em realização [...]. Onde o café se enraizou [...] ela absorveu maior investimento [...]" (BITTENCOURT, 1987, p.76, 82).

Apesar de todo o dinamismo proporcionado pelo café no Espírito Santo, a produção capixaba era pequena se comparada a de outras províncias brasileiras. Ocupando principalmente a região sul, a produção cafeeira espírito-santense apresentava problemas estruturais sérios. O transporte ainda era precário, o que elevava o custo da produção e reduzia a lucratividade (ROCHA, COSSETTI, 1983, p.24). Além disso, as fazendas de café eram formadas por grandes áreas de terras com pequena parte ocupada pela produção (ALMADA, 1984, p.54-56).

Tal produção, na segunda metade do século XIX, não representava 5 % da produção total das principais províncias produtoras: Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Taunay (*apud* ROCHA, COSSETTI, 1983, p.25) afirma que "no Espírito Santo não houve na era imperial, e de longe sequer, o surto de esplendor cafeeiro que tão notáveis proporções tomou na Província do Rio de Janeiro, [...] no Norte de São Paulo, [...] assim como na Mara de Minas."

Em 1851-52, a produção do café fluminense representava 73,9 % do total produzido no Brasil, enquanto que o Espírito Santo produzia apenas 1 %. Nos melhores anos, a quantidade de café exportada pela província capixaba chegou a menos de 5 % do total exportado pelo país. Porém, ao longo da segunda metade do século XIX, o Espírito Santo foi a província que obteve o maior índice de crescimento da produção do grão, superior ao Rio de Janeiro, que, entre 1871-72, era o maior exportador de café no período. A partir de 1856, o crescimento da produção de café no Espírito Santo foi superior a outras regiões produtoras (ROCHA, COSSETTI, 1983, p.25).

Além disso, o café trouxe aumento significativo da na receita provincial. "A receita provincial, deficitária, que em 1824 não passava e rs. [sic.] 46:231$852, alcançou a rs. 189:963$767 em 1869, subindo a rs. 235:099$661 no ano seguinte; chegando quase a atingir a casa dos dois mil contos de réis em 1878, rs. 1.804:827$535" (BITTENCOURT, 1987, p.78). Os relatórios dos Presidentes da Província, ao longo da segunda metade do século XIX, demonstram esse aumento da receita, conforme se pode aferir na Tabela a seguir.

**Tabela 4.** Receita da Província do Espírito Santo nos anos financeiros(1843 -1871)

| **Ano** | 1842 | 1843 | 1844 | 1845 | 1846 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Valores** | _____ | 40:606$867 | 29:196$690 | 26:609$445 | 32:160$122 |
| **Ano** | 1847 | 1848 | 1849 | 1850 | 1851 |
| **Valores** | 36: 304$566 | 31:846$224 | 33:379$821 | 39:739$473 | 43:086$417 |
| **Ano** | 1852 | 1853 | 1854 | 1855 | 1856 |
| **Valores** | 50:870$187 | 51:619$109 | 69:750$233 | 61:808$997 | 86:600$880 |
| **Ano** | 1857 | 1858 | 1859 | 1860 | 1861 |
| **Valores** | 95:433$664 | 95:433$664 | 125:378$000 | 139:725$901 | 118:568$041 |
| **Ano** | 1862 | 1863 | 1864 | 1865 | 1866 |
| **Valores** | 135:299$767 | 115:941$117 | 124:483$096 | 143:050$982 | 119:119$398 |
| **Ano** | 1867 | 1868 | 1869 | 1870 | 1871 |
| **Valores** | 170:422$706 | 173:282$581 | 189:963$767 | 183:050$747 | 257:220$265 |

Fonte: ESPÍRITO SANTO, 1852, Mapa 13; 1861, p. 91; 1871, p. 54; 1873, p. 52.

Como se pode observar, se comparada à década de 1840, em que a receita provincial atingia a marca de 40 contos de réis, as décadas seguintes tiveram grande aumento, principalmente na década de 1860, quando se ultrapassou os 100 contos de réis, e, em 1871, 257 contos. O café proporcionou à província renda nunca antes obtida. Como Oliveira (2008, p.354) afirmou, a segunda metade do século XIX inaugurou de fato nova era para a economia capixaba.

É importante ressaltar que a expansão cafeeira e o crescimento econômico espírito-santense ocorreram justamente no período em que o tráfico de africanos estava proibido no Brasil e se promulgava a Lei Eusébio de Queirós em 1850. Esse fato merece destaque ao se analisar a população escravizada capixaba durante o século XIX, assim como as estratégias utilizadas para a obtenção de mão de obra cativa após a proibição do tráfico. Além disso, o Espírito Santo ocupou papel relevante ao burlar a lei de fim do tráfico de 1850, como será discutido mais a frente neste trabalho.

**Mapa 2.** Parte da Província do Espírito Santo (1882)

Fonte: H. Laemmert & Cia. Ed. Prop. *Províncias de Minas Gerais e do Espírito Santo composto sobre os últimos As existentes e de acordo com as estatísticas e demarcações oficiais.* Arquivo Nacional. Rio de Janeiro - Unidade de Federação-Rio de Janeiro – Brasil, 1882.

## 2. População capixaba no século XIX

A paisagem humana do Espírito Santo sofreu mudanças consideráveis no Oitocentos, assim como sua economia. Aliás, a mudança populacional relaciona-se profundamente com as transformações econômicas. É importante ressaltar que o contexto econômico do século XIX produziu marcante diversidade populacional nas regiões capixabas. Enquanto a economia da região central era voltada para a produção de alimento e abastecimento interno, com exportação de alimentos para a Corte e a Bahia, a região sul produzia e exportava açúcar e café, produtos com grande valor comercial no exterior.

A escravidão era comum a todas as regiões da província. A população capixaba como um todo, durante o século XIX, era bastante reduzida, equivalente a pouco menos de um por cento dos habitantes do Brasil. Nesse período, o crescimento populacional foi interessante. De dados expostos por Adriana Campos (2011, p.85-86), nota-se que a população total do Espírito Santo sofreu considerável aumento ao longo do século XIX. Em finais do Setecentos, a população total era de 22.493 habitantes e aumentou para 82.137 em 1872, de acordo com o Censo oficial. Também merece destaque o aumento do número de escravizados na província: de 6.834 passou a 22.659, respectivamente.

O maior incremento de escravos na Província do Espírito Santo não ocorreu, porém, no primeiro quartel do século XIX. O movimento de expansão com maior relevo aconteceu após 1856. Embora reduzida a expressão demográfica da província ao longo do XIX, a proporção de escravos no total de residentes alcançava grande significação (CAMPOS, 2011, p.86). Fatores endógenos à economia capixaba e o contexto

do fim da escravidão conferiram contornos específicos ao crescimento das escravarias.

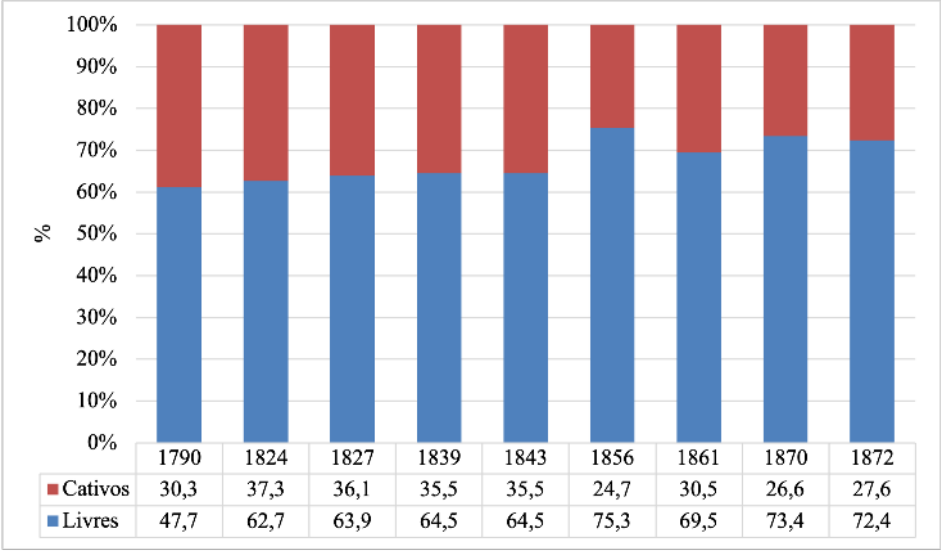
As mudanças econômicas e populacionais resultaram no aumento do número de habitantes livres e cativos. A tabela a seguir apresenta dados da população espírito-santense entre 1790 e 1872, obtidos em fontes diversas, para melhor visualização do crescimento populacional ao longo dos Oitocentos.

**Tabela 5.** População Livre e Escrava do Espírito Santo(1790-1872)

| **Ano** | **Livres** | | **Cativos** | | **Total** |
|---|---|---|---|---|---|
| | **Nº** | **%** | **Nº** | **%** | |
| 1790 | 10.749 | 47,7 | 6.834 | 30,3 | 22.493 |
| 1813 | ----- | ----- | ----- | ----- | 18.807 |
| 1814 | ----- | ----- | ----- | ----- | 23.338 |
| 1818 | ----- | ----- | ----- | ----- | 24.585 |
| 1824 | 22.165 | 62,7 | 13.188 | 37,3 | 35.353 |
| 1827 | 22.931 | 63,9 | 12.948 | 36,1 | 35.879 |
| 1833 | ----- | ----- | ----- | ----- | 27.916 |
| 1839 | 16.817 | 64,5 | 9.233 | 35,5 | 26.080 |
| 1843 | 21.122 | 64,5 | 10.376 | 35,5 | 32.720 |
| 1856 | 36.793 | 75,3 | 12.100 | 24,7 | 48.893 |
| 1861 | 42.217 | 69,5 | 18.485 | 30,5 | 60.702 |
| 1870 | 51.825 | 73,4 | 18.772 | 26,6 | 70.597 |
| 1872 | 59.478 | 72,4 | 22.659 | 27,6 | 82.137 |
| 1875 | ----- | ----- | 20.037 | ----- | ----- |

Fonte: CAMPOS, 2011, p. 85; VASCONCELLOS, 1858; VASCONCELLOS, 1828; LAGO, 2013, p. 39; ESPÍRITO SANTO, 1839, p. 18; 1844, p. 16; 1857, p. A-5, A-6, A-7; 1857,p. 9 e 10; 1862, p. 62-63; 1871, p. 137-140. CENSO, 1872; RELATÓRIOS ESTATÍSTICOS, 1876.

**Gráfico 2.** População Livre e Escrava do Espírito Santo em porcentagem (1790-1872)




| | 1790 | 1824 | 1827 | 1839 | 1843 | 1856 | 1861 | 1870 | 1872 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Cativos | 30,3 | 37,3 | 36,1 | 35,5 | 35,5 | 24,7 | 30,5 | 26,6 | 27,6 |
| Livres | 47,7 | 62,7 | 63,9 | 64,5 | 64,5 | 75,3 | 69,5 | 73,4 | 72,4 |

Fonte: CAMPOS, 2011, p. 85; VASCONCELLOS, 1858; VASCONCELLOS, 1828; LAGO, 2013, p. 39; ESPÍRITO SANTO, 1839, p. 18; 1844, p. 16; 1857, p. A-5, A-6, A-7; 1857,p. 9 e 10; 1862, p. 62-63; 1871, p. 137-140. CENSO, 1872; RELATÓRIOS ESTATÍSTICOS, 1876.

Ao longo do século XIX a população capixaba aumentou consideravelmente, principalmente após 1856, período da expansão cafeeira. Além do aumento da população livre, o número de cativos também se elevou. A proporção livre-escravo se manteve numa média de 31,5 %. De 1872 a 1875 a população cativa sofreu queda de 2.622 pessoas, cerca de 12 %. Essa diminuição pode refletir as leis abolicionistas, principalmente a Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, que tornava livres os filhos das escravas nascidos após aquela data. Também não se pode esquecer a formação de pecúlio por parte dos cativos para aquisição de sua liberdade ou de algum ente querido. O relatório nacional de 1876 (ESPÍRITO SANTO, 1876, p.99, 125) justifica a redução populacional no Espírito Santo: faleceram 1.242 cativos, outros 551 se libertaram e 940 saíram do Espírito Santo, [1] reflexo do comércio interno de almas. Além disso, havia 2.726 filhos livres de mulheres cativas. Ainda assim, pode-se considerar expressiva a população escravizada capixaba. E o mais importante, os cativos encontravam-se na base produtiva da província.

Para melhor observar a composição da população escrava capixaba é preciso analisar os dados populacionais das vilas e cidades. Em mapa de 1839 e enviado pelo presidente Silva Coito ao Ministro dos Negócios da Justiça, Pereira de Vasconcelos, há interessantes subsídios sobre a população escrava das vilas e cidades capixabas, uma vez que apresenta a naturalidade dos cativos da província, conforme demonstra a Tabela 6. Esse mapa populacional serve de ponto de partida para uma série de análises sobre a população cativa capixaba. Naquele ano, a cidade de Vitória, capital da província, possuía 35,4 % dos cativos capixabas, seguida por Itapemirim, que tinha exatamente metade da população cativa da capital, cerca de 17,7 % escravizados. A quantidade de africanos em cada uma das cidades e vilas capixabas representava 30,7 % do total de cativos do Espírito Santo.

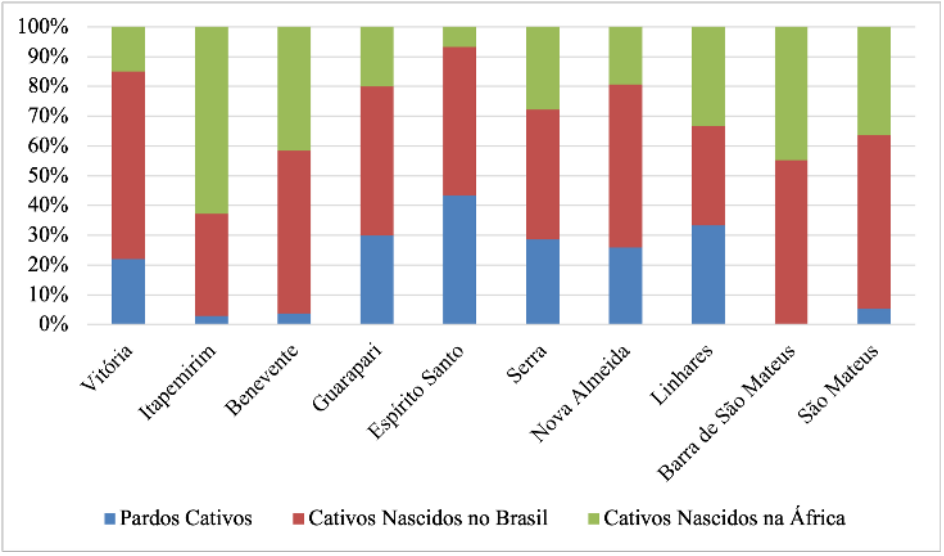
[1] O relatório não apresenta explicação para o fato.

**Tabela 6.** Naturalidade da População Escrava do Espírito Santo em 1839

| Cidades / Vilas | Pardos Cativos | | Cativos Naturais do Brasil | | Cativos Naturais da África | | Total | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| Vitória | 724 | 7,8 | 2.061 | 22,3 | 485 | 5,3 | 3.270 | 35,4 |
| Itapemirim | 42 | 0,5 | 567 | 6,1 | 1.026 | 11,1 | 1.635 | 17,7 |
| Benevente | 21 | 0,2 | 263 | 2,9 | 202 | 2,2 | 486 | 5,3 |
| Guarapari | 133 | 1,5 | 233 | 2,5 | 96 | 1,0 | 462 | 5,0 |
| Espírito Santo | 124 | 1,3 | 136 | 1,5 | 19 | 0,2 | 279 | 3,0 |
| Serra | 319 | 3,5 | 494 | 5,3 | 313 | 3,4 | 1.126 | 12,2 |
| Nova Almeida | 71 | 0,8 | 159 | 1,7 | 58 | 0,6 | 288 | 3,1 |
| Linhares | 9 | 0,1 | 11 | 0,1 | 10 | 0,1 | 30 | 0,3 |
| Barra de São Mateus | - | - | 146 | 1,6 | 121 | 1,3 | 267 | 2,9 |
| São Mateus | 75 | 0,8 | 811 | 8,8 | 504 | 5,5 | 1.390 | 15,1 |
| Total | 1.518 | 16,5 | 4.881 | 52,8 | 2.834 | 30,7 | 9.233 | 100 |

Fonte: LAGO, 2013, p. 39.

**Gráfico 3.** Naturalidade da População Escrava do Espírito Santo em 1839 (%)




Fonte: LAGO, 2013, p. 39.

Dentre os 2.834 cativos oriundos da África, 1.026 estavam em Itapemirim. A vila apresentava a maior quantidade de escravos africanos da província naquele período, já que, representava 11,1 % do total de cativos e 36,2 % dos africanos escravizados presentes no Espírito Santo. Ao se analisar apenas os dados referentes aos nascidos no Brasil, Vitória apresentava quantidade elevadíssima: eram 2.785 cativos brasileiros, entre negros e pardos enquanto em Itapemirim havia 609 escravos crioulos.

Os dados demonstram diferenças marcantes entre as regiões centrais e sul da província. Tanto a economia quanto a composição da mão de obra cativa distinguiam as duas regiões. Rafaela Lago (2013, p.34) ressalta as diferenças existentes entre as escravarias de ambas as regiões, pois em cada uma delas predominava o elemento africano ou o crioulo. Embora desiguais nesse aspecto as regiões possuíam em comum a existência de famílias cativas com inúmeras crianças, proporcionando crescimento natural das escravarias.

Até 1856, a vila de Itapemirim, localizada na porção litorânea do vale do Itapemirim, concentrava a maior parte das unidades produtivas e a população da região. Com a interiorização da produção cafeeira, operou-se o primeiro desmembramento quando se criou a freguesia de Cachoeiro de Itapemirim. Com o crescimento da produção e da importância de seus produtores, Cachoeiro foi elevada à categoria de Vila, em 1864, separando-se definitivamente de Itapemirim (DECRETO PROVÍNCIAÇ nº 11, 1856). Aos poucos, Itapemirim perdia não apenas território como parte de sua riqueza, uma vez que Cachoeiro concentrava as fazendas de café. Entender a composição da população dessas três localidades é importante para conseguir distingui-las. A tabela a seguir apresenta dados demográficos de Vitória, Cachoeiro e Itapemirim entre os anos de 1824-1872, onde são comparadas as populações livre e cativa. [2]

**Tabela 7.** Comparativo entre a População Livre e Cativa de Vitória,Itapemirim e Cachoeiro (1824-1872)

| Ano | Vitória | | | | Itapemirim | | | | Cachoeiro | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Livres | | Cativos | | Livres | | Cativos | | Livres | | Cativos | |
| | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % |
| 1824 | 7.912 | 61,2 | 5.026 | 38,8 | 1.184 | 50,8 | 1.148 | 49,2 | ----- | ----- | ----- | ----- |
| 1827 | 8.380 | 66 | 4.324 | 34 | 797 | 43,5 | 1.038 | 56,5 | ----- | ----- | ----- | ----- |
| 1839 | 9.234 | 73,9 | 3.270 | 26,1 | 2.487 | 60,4 | 1.635 | 39,6 | ----- | ----- | ----- | ----- |
| 1843* | 13.570 | 71,6 | 5.375 | 28,4 | 5.690 | 64,6 | 3.117 | 35,4 | ----- | ----- | ----- | ----- |
| 1856** | 13.164 | 77,5 | 3.834 | 22,5 | 4.968 | 59 | 3.454 | 41 | ----- | ----- | ----- | ----- |
| 1861*** | 11.767 | 73,8 | 4.169 | 26,2 | 4.493 | 51 | 4.315 | 49 | 2.228 | 40 | 3.379 | 60 |
| 1870 | 14.669 | 82,9 | 3.031 | 17,1 | 4.680 | 70 | 2.013 | 30 | 7.263 | 54 | 6.179 | 46 |
| 1872**** | 11.835 | 76,4 | 3.650 | 23,6 | 6.808 | 70,3 | 2.873 | 29,7 | 11.014 | 59,5 | 7.482 | 40,5 |
| 1875 | ----- | ----- | 3.473 | ----- | ----- | ----- | 2.335 | ----- | ----- | ----- | 7.094 | ----- |

Fonte: VASCONCELLOS, 1828; LAGO, 2013, p. 39; ESPÍRITO SANTO, 1839, p. 18; 1844, p. 16; 1857, p. A-5, A-6, A-7; 1857,p. 9 e 10; 1862, p. 62-63; 1871, p. 137-140; Censo de 1872. Relatórios e Trabalhos Estatísticos, 1876.

* A comarca de Vitória compreendia os municípios de: Nova Almeida, Serra, Vitória, Espírito Santo. A Comarca de Itapemirim compreendia os municípios de Guarapari, Benevente e Itapemirim.

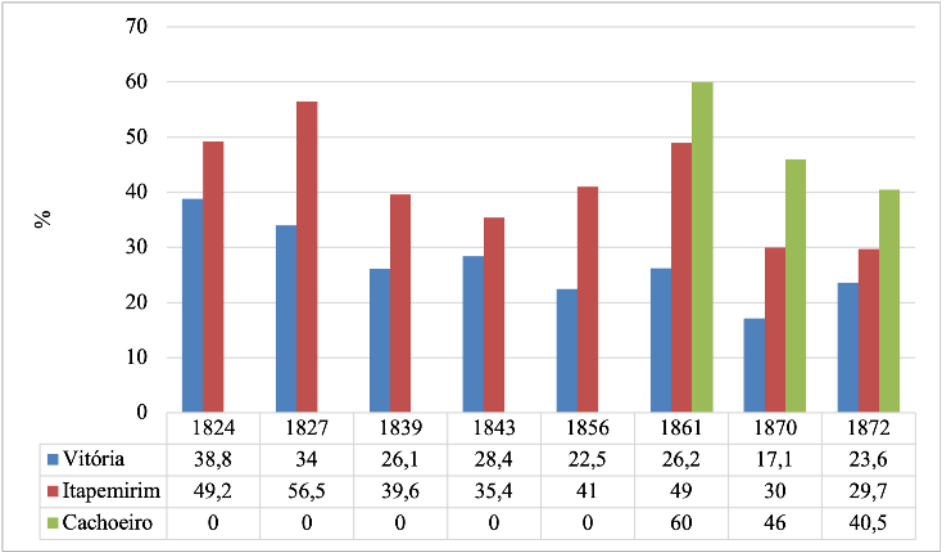
**O Termo de Vitória compreendia os distritos de: Vitória, Cariacica, Viana, Manguarahy Carapina e Espírito Santo. O Termo de Itapemirim compreendia os distritos de: Itapemirim, Cachoeiro e Itabapoana.

***O Município de Vitória compreendia as freguesias de: Vitória, Carapina, Viana, Maguarahy, Cariacica, Santa Isabel, Rio Pardo. O Município de Cacheiro compreendia as freguesias de Cachoeiro e Muqui.

**** O Município de Vitória compreendia as freguesias de: Vitória, Carapina, Cariacica, Viana e os distritos de Itapoca e Mangarahy. O Município de Cachoeiro compreendia as freguesias de: Cachoeiro, Rio Pardo, Alegre, Veado, Itabapoana e Aldeamento Afonsino.

[2] Termos utilizados em cada levantamento estatístico: 1824-1827 – Freguesia; 1839 – Município; 1843 – Comarca; 1856 – Termo; 1861-1870-1872 – Município.

**Gráfico 4.** População Cativa de Vitória, Itapemirim e Cachoeiro % (1824-1872)




| | 1824 | 1827 | 1839 | 1843 | 1856 | 1861 | 1870 | 1872 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Vitória | 38,8 | 34 | 26,1 | 28,4 | 22,5 | 26,2 | 17,1 | 23,6 |
| Itapemirim | 49,2 | 56,5 | 39,6 | 35,4 | 41 | 49 | 30 | 29,7 |
| Cachoeiro | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 60 | 46 | 40,5 |

Fonte: VASCONCELLOS, 1828; LAGO, 2013, p. 39; ESPÍRITO SANTO, 1839, p. 18; 1844, p. 16; 1857, p. A-5, A-6, A-7; 1857,p. 9 e 10; 1862, p. 62-63; 1871, p. 137-140; Censo de 1872. Relatórios e Trabalhos Estatísticos, 1876.

Os dados expostos demonstram que ao longo do século XIX a população escravizada de Vitória diminuiu, representando 38,8 % em 1824 e 23,6 % em 1872. Já as populações cativas do Sul, tanto em Cachoeiro de Itapemirim quanto na Vila de Itapemirim, representavam fatia expressiva dos dados demográficos. Em Itapemirim, o ápice do número de cativos foi no ano de 1827, quando representavam 56,5 % da população, e em 1872 era praticamente um terço do total de habitantes. É preciso destacar que, nos anos referentes às décadas de 1850-60, os cativos de Itapemirim correspondiam a 41 % e 49 % respectivamente. Em Cachoeiro, no ano de 1861, a população cativa chegava a 60 % e, em 1872, os escravos eram 40 % da população.

O aumento na quantidade de cativos pode ser observado nos números absolutos apresentados na tabela anterior. Em Itapemirim, no ano de 1856, eram 3.454 cativos e em 1861 esse número aumentou para 4.315. Nos anos referentes a década de 1870, o número de escravos caiu pela metade, reflexo da emancipação política de Cachoeiro em 1864. Ainda assim, entre os anos de 1870 e 1872 houve um aumento na quantidade de escravos de 2.013 para 2.873, respectivamente. Em Cachoeiro, a tabela mostra que, entre 1861 e 1872 a população cativa aumentou consideravelmente: eram 3.379 escravizados em 1861, passando para 6.179 em 1870 e 7.482 em 1782. Ribeiro (2012, p.111) chama atenção para o aumento que, segundo ela, estava na contramão da tendência do Brasil, uma vez que a população cativa brasileira regredia após 1850.

A população escrava de Cachoeiro obteve, portanto, extraordinário crescimento a partir da década de 1860. Esse aumento ocorreu devido à necessidade de braços para o trabalho nas lavouras de café, que se encontrava em pleno desenvolvimento. Como mencionado, a região concentrava a maior parte das lavouras de café da província, o que explica a explosão demográfica cativa. Ao se observar os dados populacionais da Província Capixaba ao longo do Oitocentos, vê-se que Itapemirim tinha destaque entre as freguesias espírito-santense. Mesmo tendo perdido o protagonismo econômico do início do século, dado o crescimento da economia cafeeira, o lugar não entrou imediatamente em declínio. Seria contraditório considerar Itapemirim decadente quando ainda possuía quantitativo maior de cativos do que as freguesias produtoras de café.

**Mapa 3.** Vale do Itapemirim no Sul da Província do Espírito Santo (1861)

Fonte: MARTINIÈRE, E. de la. *Carta corográfica da província do Espírito Santo organizada por ordem do Exmo. Sr. Dr. A. Alves de Souza Carvalho presidente da mesma província.* Arquivo Nacional. Rio de Janeiro - Unidade de Federação-Rio de Janeiro – Brasil, 1861.

## 3. A formação de Itapemirim: do açúcar ao café

A região de Itapemirim estava entre as primeiras terras mencionadas na colonização. A referência mais antiga à região é encontrada na carta de confirmação dos limites das Capitanias do Espírito Santo e São Tomé (Paraíba do Sul), datada de 12 de março de 1543. Segundo Levy Rocha (1966, p.7), os donatários Vasco Fernandes Coutinho e Pero Góes, por não saberem ao certo os limites das Capitanias, resolveram mudar o nome do Rio de Tapemery para Santa Catarina, que passou a ser o limite das mesmas. O novo nome, porém, não prevaleceu sobre a toponímia tupi. Rocha também faz referência a uma povoação denominada Santa Catarina de Mós, que havia sido iniciada pelo filho do capitão-donatário de São Tomé, ao sul do Rio Itapemirim. A mesma não vingou devido aos ataques dos índios goitacás. Quando Francisco Gil de Araújo tomou posse da capitania, ainda havia no local vestígio da igreja e das casas que ali havia (ROCHA, 1966, p.8). Também há descrições do Rio Itapemirim em mapas portugueses do século XVII. O rio aparece com o nome de *Tapemirim (*MARQUES, 2003,p.165; ROCHA, 1966, p.10), o que demonstra que a região já era conhecida. Aparentemente a povoação não foi bem-sucedida, pois registros relacionados à ocupação da região do Rio Itapemirim só reapareceram no início do século XVIII. Em 1674 o herdeiro das terras capixabas, Antônio Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho, vendeu ao coronel baiano Francisco Gil de Araújo a capitania, que iniciou a busca por ouro, colonizando, assim, a região da atual Vila Velha à localidade de Benevente (atual Anchieta). A região compreendia de um lado ao outro da foz do rio, onde existia uma vasta aldeia que passou a fazer parte de uma fazenda de açúcar, pertencente à família Caxangá. O início da povoação de Itapemirim, portanto, ocorreu no período das expedições realizadas pelo baiano Gil de Araújo (MARINS, 1920, p.199-200). A colonização efetiva dessa região, porém, aconteceu apenas em 1771, com a chegada dos refugiados das Minas de Castelo, após ataque indígena ao local. Fazia parte do grupo o capitão Baltazar Caetano Carneiro e Pedro Bueno, que compraram a fazenda que pertencia a Domingos de Freitas Bueno e deram um desenvolvimento maior ao engenho de açúcar que ali havia (BRAGA, 1996, p.15-17).

Segundo Gabriel Bittencourt (2006, p.78) as terras que pertenciam a Ignácio Pedro Cacunda, bandeirante e descobridor das Minas de Castelo, foram compradas pelo Capitão Tavares Brum, que além de adquirir as terras por escritura pública, as obteve do governo português por sesmarias (MARINS, 1920, p.210-211). A partir de então a região se desenvolveu através das lavouras de açúcar, inicialmente, e depois do café.

Em 1808, de acordo com os relatos da passagem do desembargador Luís Tomás de Navarro pelo local, a povoação de Itapemirim, que também era chamada de Caxangá, possuía muitos moradores e, na opinião do desembargador, tinha condições para virar vila (ROCHA, 1960, p.11). Além disso, Navarro conta que, nas margens do Rio Itapemirim, havia seis ou sete engenhos grandes de fabricar açúcar. Já em 1828, eram seis sesmarias com cultivos agrícolas, mas apenas três eram confirmadas, duas lojas de fazendas secas e três de lojas de molhados, além de tavernas (VASCONCELLOS, 1978, p.H verso).

A povoação da região foi realizada pelos próprios capixabas, mas contou com a ajuda de mineiros e paulistas que imigraram para o Espírito Santo na primeira metade do século XIX em busca de melhores condições de vida. José Teixeira de Oliveira afirma que aqueles que migraram para a região não experimentaram a violência dos índios da região ao desbravarem essas terras. Segundo ele, "não consta que os colonos tenham, em tempo algum, experimentado a ferocidade dos indígenas" (OLIVEIRA, 2008, p.308, 355). As muitas famílias que vieram para a região em busca de terras férteis trouxeram seus cativos e maquinários. Dentre estes, podem-se destacar o capitão José Tavares de Brum, Joaquim Marcelino da Silva Lima – futuro Barão de Itapemirim, o Comendador João Nepomuceno Gomes Bittencourt, além das famílias Quintaes, Bello, Pessanha, Moreira, Pinheiro e Póvoa (MORENO, 2016, p.32).

Essa imigração mineira fluminense e paulista trouxe consigo o cultivo do café, principal produto exportado no Brasil no século XIX. Além disso, houve nítido crescimento populacional na região, onde se criaram condições favoráveis para a emancipação administrativa. Através do Alvará nº. 55, de 27 de junho de 1815, a Freguesia foi elevada à categoria de Vila, com o nome de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim. O ato foi posto em prática em 9 de agosto de 1816, com a instalação da Câmara Municipal e do Pelourinho. "Tomaram posse os Juízes Ordinários José da Costa Guimarães, como presidente e o Tenente Luiz José Moreira [...]. Assumiram também os vereadores Manoel Joaquim de Oliveira e Costa, José Antônio Pessanha, João Guimarães Vianna e José da Silva Quintaes, este Procurador da Casa" (MORENO, 2016, p.33).

Em 1834, o então Juiz de Paz de Itapemirim, Francisco de Paula Gomes Bittencourt realizou o levantamento da população de Itapemirim - a "Lista Nominal da População de Itapemirim em 1833." A lista traz o nome dos 2.937 habitantes da Vila que se dividiram em 303 fogos, além das informações sobre cor, estado civil, idade, profissão e nacionalidade da população. No campo das observações são apresentados os bens de cada família. Pelo do documento se pode estimar como era a Vila de Itapemirim nas primeiras décadas do século XIX e nos primeiros anos de emancipação política.

O primeiro dado a ser observado diz respeito às estruturas de posse dos cativos. Dos 303 fogos, 96 possuíam um ou mais escravos, ou seja, 32 % das residências. Dos 96 fogos com cativos, 56,2 % fogos possuíam de um a cinco escravos. Dados semelhantes foram encontrados em Vitória entre 1850-1859 (RIBEIRO, 2012, p.61), onde 52,9 % dos proprietários da capital capixaba possuíam de um a cinco cativos. Enquanto em Itapemirim 23,6 % das posses tinham mais de 20 escravos, em Vitória apenas 5,8 % possuía escravaria desse tamanho. Isso revela que os plantéis de Itapemirim eram formados por quantidade expressiva de escravos. Acrescente-se que sete dessas escravarias contavam 50 cativos ou mais e duas com mais de 100 escravos.

**Tabela 8.** Estrutura da Posse de Escravos em Itapemirim-ES(1833)

| Quantidade de Cativos | Nº de Proprietários | (%) |
|---|---|---|
| De 1 a 5 | 54 | 56,2 |
| De 6 a 10 | 13 | 13,5 |
| De 11 a 20 | 8 | 8,3 |
| De 21 a 30 | 5 | 5,2 |
| De 31 a 40 | 2 | 2 |
| De 41 a 50 | 7 | 7,2 |
| De 51 a 100 | 7 | 7,2 |
| Acima de 100 | 2 | 2 |
| Total de Propriedades com cativos | 96 | 32 |
| Fogos sem cativos | 204 | 67 |
| Ilegível | 3 | 1 |

Fonte: Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833.

A Tabela 9 traz os nomes dos maiores proprietários de escravos de Itapemirim em 1833.

**Tabela 9.** Lista dos Maiores de Proprietários de Escravos emItapemirim-ES (1833)

| Proprietários | N. de escravos |
|---|---|
| Joaquim Marcelino da Silva Lima | 304 |
| Thomazia da Silva Medella | 107 |
| Joaquim José Alves Silva | 91 |
| Manoel da Costa Pereira | 85 |
| José Bello de Araújo | 81 |
| Ignácio de Accioli Vasconcellos | 69 |
| Heliodoro Gomes Pinheiro | 55 |
| Francisco de Salles | 51 |
| Caetano Dias da Silva | 50 |
| Josefa Moreira Borges | 49 |

Fonte: Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833.

D. Thomazia da Silva Medella, a segunda maior proprietária de escravos com 107 cativos, havia sido casada com o Capitão Tavares Brum, um dos primeiros fazendeiros a migrar para a região. Brum adquiriu a Fazendinha na margem sul do rio Itapemirim e possuía outra fazenda denominada São José, depois chamada de Cutia (MARINS, 1920, p.211). Esta última fazenda foi herdada por ela após a morte de seu marido e era uma das maiores propriedades de Itapemirim em 1833. A fazenda possuía fábrica de açúcar e de farinha. Além da Fazenda Cotia, segundo a Lista de 1833, também possuía um sítio, propriedades na Vila e em diferentes lugares. Anos mais tarde casou-se com o Tenente Luiz José Moreira. Este se tornou um dos principais fazendeiros daquela época.

O principal fazendeiro de Itapemirim, sem dúvidas, foi Joaquim Marcelino da Silva Lima, Sargento Mor que, em 1846, recebeu o título de Barão de Itapemirim. Era paulista e veio para o Espírito Santo, em 1802 ainda menino com seus pais. Nesse período a família se instalou em Benevente e formou o engenho de açúcar "Três Barras" (ROCHA, 1966, p.42). Casou-se com D. Francisca do Amaral e Silva em primeiras núpcias. Ao ficar viúvo, casou-se com D. Leocádia, filha do Capitão Tavares Brum e mudou-se de Benevente para Itapemirim. Era Comendador da Ordem de Cristo, Oficial da Ordem da Rosa, tinha honras de Brigadeiro, por ter sido Diretor Geral dos Índios Purys do Aldeamento Imperial Afonsino (MARINS, 190, p.211-212). Oliveira (2008, p.355) o destaca como exemplar caso de bandeirante do século XIX.

Era dono das fazendas Fazendinha e Queimada, que eram anexas e se localizavam na Barra do Itapemirim, além das fazendas do Ouvidor, do Morro Grande, do Bananal, de Fruteira do Norte e da célebre fazenda Muqui. Esta última, adquirida em 1827, serviu como sua residência onde edificou suntuoso palacete e capela dedicada a Santo Antônio. O Barão, segundo Marins, possuía mais de 400 cativos (MARINS, 1920, p.212214). No mapa de 1833 identifica-se que Silva Lima tinha 304 escravizados e a Fazenda Muqui, caracterizando-o como o maior proprietário de cativos da região. Naquela propriedade havia engenho de açúcar e cachaça, e entre os animais da fazenda encontrava-se um urso panda.

Seus principais rivais eram os Gomes Bittencourt, também conhecidos como "moços da Areia". Os Areia, como eram conhecidos, vangloriavam-se por terem chegado a Itapemirim antes do Barão, já que Francisco Gomes Coelho da Costa, patriarca da família, solicita sesmaria em 1807, alegando que a família ocupava essas terras a mais de 50 anos (MARINS, 1920, p.204). Os principais membros da família eram: Comendador João Nepomuceno Gomes Bittencourt, dono das fazendas Areias e Coroa da Onça; Major Francisco de Paula Gomes Bittencourt, proprietário das fazendas Vermelho e Cerejeira; Tenente Heliodoro Gomes Pinheiro, proprietário da Fazenda Rumo e o sexto maior proprietário de cativos em 1833; e o Capitão José Gomes Pinheiro, dono da Fazenda Ouvidor do Norte, além das irmãs Izabel, casada com o Capitão José Barbosa Meirelles, dono da fazenda Guaranhum, na Serra; e Rachel, casada com o Major Caetano Dias da Silva, nono maior dono de escravos da Lista Nominal, proprietário das fazendas Limão (MARINS, 1920, p.214-216) e Pau d'Alho (ROCHA, 2008, p.239) e fundador da colônia de Rio Novo.

Em 1833 a Fazenda Areia era propriedade de Manoel da Costa Pereira, que residia em Campos, era administrada por José Gomes Pinheiro, um dos "moços da Areia". A propriedade possuía 85 cativos, engenho de açúcar e uma olaria. Outro deste grupo, em 1833, era Heliodoro Gomes Pinheiro, que ainda não possuía nenhuma fazenda, mas era dono de 55 escravos. Caetano Dias da Silva, cunhado dos Gomes Bittencourt, era solteiro em 1833, mas se sobressaía como um dos grandes proprietários de escravos da época, com 50 cativos. Das fazendas citadas por Marins (1920, p.214-216), possuía em 1833 apenas a Limão.

Politicamente os Gomes Bittencourt se destacavam no município enquanto o Barão possuía prestígio provincial. Entre os anos de 1843-1858 o Barão ocupou o cargo de vice-presidente provincial por oito vezes consecutivas e assumiu a presidência da província em dois períodos, entre 1852-1853 e em 1857 (DAEMON, 2010, p.362, 378, 386, 393, 398, 546, 548, 552). Também foi vereador (ROCHA, 1966, p.44) deputado provincial por quatro mandatos e presidente da Assembleia Legislativa Provincial em 1853 (DAEMON, 2010, p.372, 379-380, 384-385). Já o Comendador João Nepomuceno, desafeto do Barão de Itapemirim, tinha mais prestígio no município (MARINS, 1920, p.216). Foi deputado provincial por quatro mandatos e terceiro vice-presidente provincial (DAEMON, 2010, p. 348, 355, 390, 405, 474, 491, 547, 551), além de ocupar por vezes o cargo de Vereador (MORENO, 2016, p.96-97).

Apesar da rivalidade, a elite de Itapemirim, quando convinha, se unia em acordos e até casamentos. João Fragoso (2010), ao analisar a origem da elite carioca, observou que este grupo mantinha sua hegemonia por meio do matrimônio, pois optava por "pares sociais" para efetivar suas alianças políticas. Em Itapemirim as alianças políticas eram sacramentadas pelas uniões nupciais entre os membros da elite.

As filhas do Barão de Itapemirim casaram-se com importantes fazendeiros capixabas: Claudina, filha de seu primeiro casamento, casou-se com o Coronel Ignácio Pereira Duarte Carneiro, dono da fazenda do Borba, em Viana; Leocádia se uniu em matrimônio ao Dr. Joaquim Antônio de Oliveira Seabra, proprietário da fazenda Morro Grande; Thomázia casou-se com o Major Antônio Rodrigues da Cunha, o Barão de

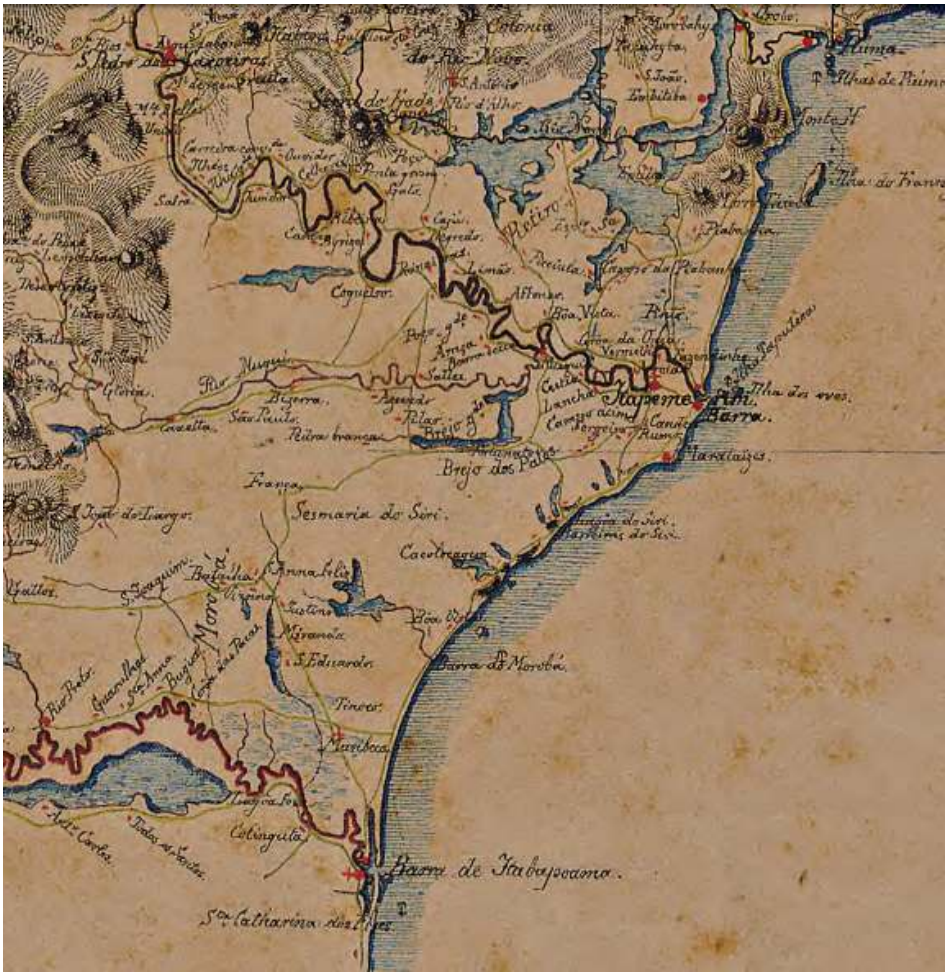
Aymorés, fazendeiro em São Mateus; Izabel uniu-se em casamento ao advogado José Feliciano Horta de Araújo; e Maria, com o Capitão José Gomes Pinheiro, da família dos Areias, dono da fazenda Ouvidor do Norte (MARINS, 1920, p.212).

Outros fazendeiros importantes foram D. Anna Tavares e José Bello de Araújo, donos da Fazenda Cardoso, em 1833. Possuíam 81 escravos, engenho de açúcar e fábrica de aguardente. Também eram donos da fazenda Boa Vista, adquirida anos depois, uma das mais importantes do município por sua produção de aguardente e açúcar. Paineiras, uma das principais da região que deu origem à fazenda com mesmo nome anos mais tarde, em 1833, pertencia a Francisco de Salles. Havia engenho de fabricar açúcar e cachaça e 51 escravos. A fazenda foi adquirida por Joaquim José Alves Silva e deixada por herança ao seu genro Luiz Moreira da Silva Lima e sua filha Rita, posteriormente (MARINS, 1920, p.216-217).

Joaquim José Alves Silva, que adquiriu a Fazenda Paineiras, era dono da Fazenda Brejo Grande e da Fazenda Ribeira em 1833, e o terceiro maior proprietário de cativos da região, somado os trabalhadores das duas propriedades. Por residir em Campos, a fazenda Brejo Grande era administrada por Francisco José Alves Silva, que possuía além de 51 escravos, engenho de açúcar e aguardente. Já na Fazenda Ribeira, havia 40 cativos e fábrica de açúcar. Segundo Marins, além dessas duas fazendas, era dono das fazendas Lancha, Barra Seca, Araçã, Poço Grande, Paineiras, Coqueiro, Ayrizes, Cancan e Laranjeira, que foram deixadas de herança aos seus filhos, importantes fazendeiros da região.

A Fazenda Barra Seca pertencia à D. Maria Magdalena em 1833. Havia nela engenho de açúcar e 32 escravos. Outra propriedade de destaque em 1833 foi a Fazenda Carreira Comprida, que pertencia a Ignácio de Accioli Vasconcellos, primeiro presidente da província e outro grande proprietário de escravos, com 69 cativos. Além da fazenda, Acioli também tinha terras aforadas à Câmara Municipal. Também aparece na Lista Nominal de 1833 a Fazenda Colheres, que pertencia à dona Josefa Moreira Borges, com 49 escravos, fábrica de açúcar e cachaça. Outra fazenda que se destacava era a Safra, patrimônio de D. Josepha Souto e seu esposo Joaquim Bello de Araújo. Também merece destaque a fazenda Muribeca, terras que pertenceram aos jesuítas no início da colonização até a expulsão dos religiosos, e era propriedade de Antônio José da Silva Tinoco.

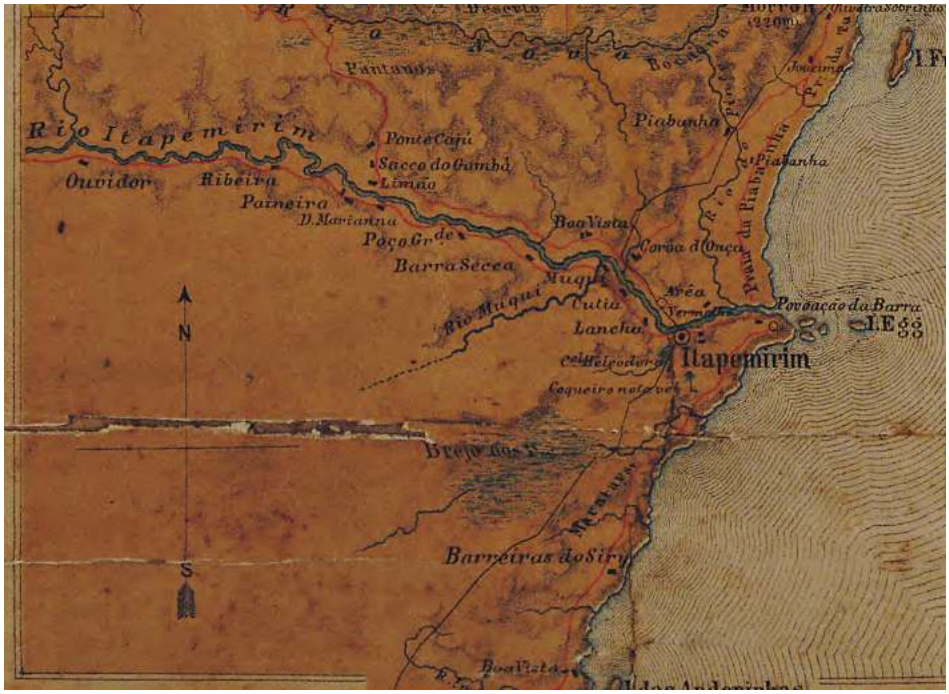
**Mapa 4.** Fazendas de Itapemirim-ES (1870)




Fonte: RAINVILLE, César de. Mapa do sul e do centro da província do Espírito Santo levantada em oito anos de medições consecutivas. Arquivo Nacional, 1870.

As grandiosas fazendas não retratam fielmente a população de Itapemirim do século XIX. A situação de terras e moradia de grande parte da população era precária. De acordo com a Lista Nominal de 1833, 183 moradores (60 %) possuíam algum tipo de situação em terras, que podiam ser próprias, de favor ou foreiras. A Tabela 10 apresenta os tipos de propriedade dos moradores itapemirinense.

**Mapa 5.** Fazendas de Itapemirim-ES (1878)




Fonte: CINTRA, Coelho; RIVIERRE, Carlos. *Planta da parte da província do Espírito Santo em que estão compreendidas as colônias*. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro - Unidade de Federação-Rio de Janeiro – Brasil, 1878.

**Tabela 10.** Tipos de Propriedades de Terras de Itapemirim-ES(1833)

| Tipo de Propriedade | Quantidade | % |
|---|---|---|
| Lavouras em terras foreiras | 90 | 49,2 |
| Lavouras em terras próprias | 38 | 20,8 |
| Braças de terras, lavouras e cercados sem especificação de posse | 31 | 17 |
| Fazendas e situações de terra | 14 | 7,5 |
| Lavouras em terras de favor | 10 | 5,5 |
| Total de Propriedades | 183 | 100 |

Fonte: Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833.

Quase metade dos proprietários de lavouras em Itapemirim, cerca de 49,2 %, não possuía terras próprias e as lavouras estavam em terras foreiras. As fazendas representavam apenas 7,5 % das propriedades e as lavouras em terras próprias eram 20,8 %. Esses dados revelam a desigualdade na distribuição de terras e sua enorme concentração nas mãos de uma elite, já que, além da maioria da população ocupar terra foreira ou de favor, 5,5 % dos moradores possuem lavouras em terras de favor. Também se consegue perceber essa disparidade social pelo tipo de moradia que os habitantes possuíam, conforme demonstra a Tabela 11:

**Tabela 11.** Tipos de Moradia de Itapemirim-ES (1833)

| Tipo de Propriedade | Quantidade | % |
|---|---|---|
| Casa de Palha | 225 | 78,5 |
| Casa de Telha | 44 | 15,5 |
| Casa de Vivenda | 8 | 3 |
| Prédio Rústico | 6 | 2 |
| Casa sem especificação | 4 | 1 |
| Total de Moradias | 287 | 100 |
| Não possuem bens/ Ilegível | 16 | --- |

Fonte: Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833.

Conforme mostra a tabela, 78,5 % dos moradores de Itapemirim habitavam em casas de palha, que podiam estar em terras próprias, de favor ou foreiras. Além disso, 48 moradores foram designados com residências na Vila, e 9 famílias moravam em casas de aluguel. Somando o número das casas de telha, prédios rústicos e casas de vivenda, 20,5 % da população viviam nesse tipo de moradia, que, aparentemente, eram casas mais caras e mais seguras.

Os dados acima deixam clara a desigualdade existente em Itapemirim: enquanto a elite local desfrutava da maior quantidade de terras e possuía grandes fazendas e número expressivo de escravos, a maioria da população não possuía terras. Cerca de 54,7 % dos habitantes tinham lavouras em terras foreiras ou de favor. A historiografia, porém, contempla na maioria dos relatos as grandes fazendas. Ao longo do Oitocentos, Itapemirim desfrutou de prestígio e riquezas e, mesmo com o açúcar perdendo valor e espaço para o café, a região permaneceu economicamente rica e produtiva, como será observado a seguir.

## 4. A Economia de Itapemirinense

Itapemirim, como todas as regiões colonizadas na capitania do Espírito Santo, desenvolveu lavouras de cana-de-açúcar. A Fazendinha, primeira fazenda da região, era cercada por canaviais que foram ampliados após a efetiva colonização no final do século XVIII (MORENO, 2016, p.20-22). O surto cafeeiro ocorrido no Espírito Santo, principalmente na região sul, fez com que muitos fazendeiros de Itapemirim substituíssem o açúcar pelo novo cultivo. No Alto Itapemirim, especialmente nas freguesias novas como as de São Pedro de Cachoeiro de Itapemirim, Nossa Senhora da Conceição do Alegre e São José do Veado (atual Guaçuí), o cultivo do café obteve maior sucesso que na faixa litorânea. Aos poucos, aqueles que haviam mudado de cultivo, no Baixo Itapemirim, retornaram ao cultivo da cana (ROCHA, COSSETTI, 1983, p.35).

A Lista Nominal da População de Itapemirim contém aspectos econômicos da região no ano de 1833. Como demonstrado, 60 % dos (183) moradores possuíam algum tipo de lavoura ou cercado em terras. Mas, havia outras atividades econômicas na região. A Tabela 12 apresenta as atividades econômicas de Itapemirim presentes na Lista Nominal de 1833, além das lavouras, já analisadas. No total contavam-se 55 empreendimentos econômicos, sendo que 31 % (17) dos mesmos eram fábricas de açúcar e aguardente. Além dessas, havia uma fábrica de farinha.

Os outros empreendimentos encontrados em maior quantidade foram as embarcações destinadas tanto à pesca quanto ao transporte de passageiros, que representavam 11 % (6) e as Lojas de Fazenda e Negócios de Fazenda Seca - 11 %. Ao todo foram descritas 21 lojas comerciais (38 %) que além das Lojas de Fazenda,

contavam com Lojas de Secos e Molhados/ Negócio de Molhados (9 %), Negócio de Varejo (3,5 %), e outros empreendimentos. Destaque para o comércio de adereços chineses que pertencia a Francisco Dias Carneiro. O grande número de comércios e negócios encontrados demonstra a intensa atividade econômica de Itapemirim.

**Tabela 12.** Atividades Econômicas de Itapemirim-ES (1833)

| Atividade Econômica | Quantidade | % |
|---|---|---|
| Engenhos/ Fábrica de Açúcar e Aguardente | 17 | 31 |
| Embarcação (viagem e pesca) | 6 | 11 |
| Loja de Fazenda/ Negócio de Fazendas Secas | 6 | 11 |
| Secos e Molhados/ Negócio de Molhados | 5 | 9 |
| Olaria | 3 | 5,5 |
| Negócios com casas de aluguel | 3 | 5,5 |
| Loja de Ofício | 3 | 5,5 |
| Negócio de Varejo | 2 | 3,5 |
| Casa de Negócio | 1 | 1,8 |
| Peixaria | 1 | 1,8 |
| Taberna | 1 | 1,8 |
| Negócio volante | 1 | 1,8 |
| Comércio de adereços chineses | 1 | 1,8 |
| Ferraria | 1 | 1,8 |
| Padaria | 1 | 1,8 |
| Loja de Ferreiro | 1 | 1,8 |
| Loja de Marinheiro | 1 | 1,8 |
| Fábrica de Farinha | 1 | 1,8 |
| Total de Atividades Econômicas | 55 | 100 |

Fonte: Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833.

O predomínio das atividades agrícolas na região, demonstrado pelas fazendas e lavouras (60 %) e pelos engenhos e fábricas de açúcar e aguardente comprovam o destaque que Itapemirim possuía no período analisado. De certo, a região sul capixaba abasteceu o Espírito Santo com açúcar e aguardente ao longo do século XIX, além de exportar esses produtos para o Rio de Janeiro. Em 23 de maio de 1847, o Presidente da Província do Espírito Santo Doutor Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, fez o seguinte comentário sobre as lavouras de Itapemirim:

> A cultura da canna de assucar é também n'este município um dos gêneros principais da cultura que prospera visivelmente, a ponto de existirem ali já 14 engenhos bem montados, sendo quatro movidos por vapor. A par d'elle o café, cuja plantação começou poucos annos, tendo até hoje dado bem fundadas esperanças de tornar-se um dos mais importantes ramos de exploração. Cultivão alguns lavradores também, mas em menor escalla, o algodão e o fumo, a que se presta o terreno, bem como aos gêneros de primeira necessidade, em que igualmente se empregarão,

> pouco além do que é sufficiente para as necessidades do município, sendo portanto, pequena a exportação de taes gêneros (RELATÓRIO, 1847, p.63).

Como se pode perceber, em 1847 o café era apenas uma "esperança" para a economia capixaba. No período, o açúcar ainda era o principal produto e Itapemirim se destacava por suas prósperas lavouras e seus engenhos movidos a vapor. Além dos dois cultivos, café e cana, havia o plantio do algodão e do fumo e serralherias que exportavam madeira. Em outro relatório, este realizado em 1849, Dr. Antônio Pereira Pinto exaltou os lavradores de Itapemirim que comercializam direto com o Rio de Janeiro. Segundo ele o comércio favorecia as lavouras, pois evitava que os produtos ficassem encalhados. "No município de Itapemerim, porém, já não se dão estes inconvenientes, quer o café, quer o assucar são directamente exportados para o Rio, pelos productores, e por isso n'essa parte da província se encontrão já magníficas fazendas" (RELATÓRIO, 1849, p.10). Para Pereira Pinto, tão importante quanto produzir era exportar.

Itapemirim constituía-se, portanto, na região da província que estava mais ligada à capital imperial. Essa proximidade com o Rio de Janeiro, porém, não era lucrativa para o Espírito Santo, ao contrário do que dizia o presidente provincial Pereira Pinto. O lucro com a produção não permanecia em terras capixabas, mas sim com os comerciantes cariocas (ROCHA, COSSETTI, 1983, p.31). No entanto, para a vila do Itapemirim a exportação de café pelo seu porto na foz do Itapemirim conferia destaque à localidade, que acabava por se transformar em um importante entreposto de produtos agrícolas para o Rio de Janeiro. O comércio entre Rio de Janeiro e Itapemirim era deficitário até 1857, quando o Barão de Itapemirim solicitou à Câmara Municipal a edificação de um Trapiche na Barra (MORENO, 2016, p.86). Antes disso, em relatórios de presidentes provinciais, se reclamava da ausência de um local apropriado para a realização das transações comerciais no Porto de Itapemirim. Em fala realizada pelo presidente José Joaquim Machado d'Oliveira em 1º de abril de 1841, relatou-se:

> O Administrador da Mesa de Rendas da Villa de Itapemirim tem-me representado, que experimentando-se alli não pequeno prejuízo nas mesmas Rendas por causa da maneira por que até agora se tem feito exportar os gêneros de producção do Paiz, tem fundamento para pensar que se obviará esse prejuízo levantando-se em lugar adequado huma pequena casa (cuja despesa calcula em 300$rs.) onde se possão recolher os gêneros que tem de embarcar por exportação havendo meios para serem pesados; e como me pareça esta medida vantajosa, e mesmo indispensável; a apresento ao vosso conhecimento para deliberardes como vos aprouver; ajuntando aqui a referida representação para que mais bem conhecaes as razões, em que se baseaaquelle Administrador para semelhante exigência (RELATÓRIO, 1841, p.36-37).

Sete anos depois, em outro relatório, o presidente provincial doutor Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, em primeiro de março de 1848, voltou a criticar a falta de um prédio destinado ao comércio das mercadorias no porto. A reivindicação era antiga e, por conta disso, ele a considerava importante. "O administrador da mesa de rendas de Itapemerim insiste na necessidade de edificar-se no porto d'essa villa um armazém apropriado, onde se recolhão certos generos afim de serem mais exacta e commodamente conferidos" (RELATÓRIO, 1848, p.32).

De certo que a separação entre Itapemirim e Cachoeiro gerou queda econômica para aquele município. No relatório que o vice-presidente, Dr. Eduardo Pindahiba de Mattos, apresentou em 1864, descreveu-se o declínio das lavouras de cana itapemirinenses, que competia com Campos na exportação de açúcar em anos anteriores, mas que havia estacionado sua produção. Já o alto Itapemirim prosperava com o cultivo do café, que era a única fonte de riqueza pública da província, de acordo com suas análises (RELATÓRIO, 1864, p.91).

O município de Itapemirim continuava a produzir açúcar, ainda que este produto não apresentasse o mesmo lucro que obtivera no passado. Além disso, na Barra se localizava o Porto do Itapemirim, responsável pela exportação das mercadorias produzidas na região, principalmente o açúcar e o café.

> O porto marítimo mais importante do sul da costa era o de Itapemirim [..]. A importância do Porto de Itapemirim derivava de dois fatores fundamentais para o comércio da época: primeiro, a sua localização em uma região grande produtora de café; segundo a proximidade do Rio de Janeiro. Deve-se observar que os exportadores remetiam o café para o Rio de Janeiro, de onde era embarcado para o exterior (HESS, FRANCO, 2005, p.34).

Pelo porto, eram exportadas as mercadorias produzidas na região e outros produtos eram importados. O Rio Itapemirim afigurava-se importante para a irrigação das lavouras de cana e café, que se localizavam em suas margens, e também como via de transporte de mercadorias da região cafeeira para o porto. Para Moreno,

> O Rio Itapemirim foi, sem dúvida, um dos elementos mais importantes dentro do contexto econômico da ocupação e desenvolvimento econômico do sul do Espírito Santo. Elo entre o interior e o litoral, o rio funcionava até as primeiras décadas do século XX, como uma estrada fluvial, por onde escoada a produção de gêneros agrícolas como café, cebola, seda, algodão e também o açúcar produzido nas baixadas próximas à foz (MORENO, 2016, p.85-86).

Em relatório apresentado em 1852 o presidente da província José Bonifácio Nascentes d'Azambuja demonstrou os valores importados pelos portos de Vitória e Itapemirim nos anos de 1850 e 1851, conforme apresenta a tabela 13.

**Tabela 13.** Artigos Importados pelos Portos de Vitória e Itapemirim(1850-1851)

| **Cidade** | **Gêneros Nacionais** | | **Gêneros Internacionais** | |
|---|---|---|---|---|
| | **Artigos** | **Valores** | **Artigos** | **Valores** |
| Vitória | 107 | 112.205$770 | 79 | 182.483$190 |
| Itapemirim | 45 | 21.080$400 | 67 | 81:998$680 |

Fonte: ESPIRITO SANTO, 1852, Mapa 10.

Itapemirim importou ao todo 112 produtos, sendo a maioria de gêneros internacionais. Já o Porto de Vitória importou 186 mercadorias e a maioria era nacional. Isso revela que Itapemirim consumia quantidade expressiva de mercadorias importadas, apesar de não haver descrição dos produtos. O porto também era responsável por levar a outros portos nacionais as mercadorias que eram produzidas na região. No mesmo relatório, o presidente d'Azambuza descreve os produtos exportados por Itapemirim no ano de 1851.

**Tabela 14.** Valores dos Produtos Exportados Pelo Porto de Itapemirim-ES (1851)

| **Produto** | **Itapemirim** | **Espírito Santo** | **%** |
|---|---|---|---|
| Café | 24:216$600 | 206:643$700 | 11 |
| Açúcar | 59:692$820 | 108:100$860 | 55 |
| Madeira | 266$770 | 32:228$490 | 1 |
| Algodão | 18$800 | 4:470$090 | 8 |
| Aguardente | 3:181$200 | 3:181$200 | 100 |
| Mantimentos | 763$100 | 68:244$940 | 1 |
| Total | 88:138$090 | 423:719$920 | 21 |

Fonte: ESPIRITO SANTO, 1852.

Em 1851 Itapemirim era responsável por 11 % da exportação de café na província, embora, seu cultivo apenas estivesse iniciando na região. Em relação à exportação dos derivados da cana, a região vendia 55 % do açúcar e 100 % da aguardente provincial. No total foram exportados 21 % do valor geral da província, aproximadamente 88 contos de réis. Em outro relatório apresentado em 1862, o presidente provincial, Pereira Junior, apresentou quadro comparativo da exportação de produtos entre os anos de 1857-1861. Já em 1864, o presidente Pindahiba de Mattos noticiou os mesmos dados, porém, referentes aos anos de 1862 e 1863. A Tabela 15 apresenta os números oficiais, onde se pode fazer um comparativo entre os anos de 1857-1863.

**Tabela 15**: Produtos Exportados Pelo Porto de Itapemirim-ES(1857-1863)

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **1857*** | Café (arroubas) | 23,287 | 156,883 | 14,2 |
| | Açúcar (arroubas) | 15,401 | 24,474 | 62,9 |
| | Algodão (arroubas) | 146 | 1,466 | 9,9 |
| | Mantimentos (alqueires) | 10,195 | 219,174 | 2,2 |
| | Aguardente (medidas) | 9,720 | 9,960 | 97,5 |
| | Couros (número) | 53 | 862 | 6,1 |
| | Toucinho (arroubas) | 32 | 32 | 100 |
| | Total arrecadado | 8:582$772 | 58:383$491 | 14,7 |
| **1858*** | Café (arroubas) | 28,339 | 151,227 | 18,7 |
| | Açúcar (arroubas) | 27,562.15 | 43,232.22 | 63,7 |
| | Algodão (arroubas) | 404 | 1,699.8 | 23,7 |
| | Mantimentos (alqueires) | 3,865 | 125,640 | 3,0 |
| | Aguardente (medidas) | 30,600 | 31,320 | 97,7 |
| | Couros (número) | 101 | 837 | 12,0 |
| | Total arrecadado | 9:697$710 | 38:709$428 | 25,0 |
| **1859*** | Café (arroubas) | 46,770.23 | 154,703.23 | 30,2 |
| | Açúcar (arroubas) | 25,063.14 | 42,606.23 | 58,8 |
| | Mantimentos (alqueires) | 7,968 | 174,579 | 4,5 |
| | Aguardente (medidas) | 32,100 | 32,100 | 100 |
| | Couros (número) | 87 | 742 | 11,7 |
| | Total arrecadado | 14:536$240 | 62:007$205 | 23,4 |
| **1860*** | Café (arroubas) | 79,991.10 | 213,815.10 | 37,4 |
| | Açúcar (arroubas) | 21,986 | 30,451.16 | 72,2 |
| | Algodão (arroubas) | 25 | 1,479 | 1,6 |
| | Mantimentos (alqueires) | 5,149 | 149,581 | 3,4 |
| | Aguardente (medidas) | 24,138 | 24,138 | 100 |
| | Couros (número) | 120 | 756 | 15,8 |

Continua na próxima página

**Tabela 15**: Produtos Exportados Pelo Porto de Itapemirim-ES(1857-1863) (Cont.)

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Toucinho (arroubas) | 32 | 53 | 60,3 |
| | Total arrecadado | 25:445$600 | 83:447$094 | 30,4 |
| **1861*** | Café (arroubas) | 62,813.2 | 223,806.12 | 28,0 |
| | Açúcar (arroubas) | 18,827 | 21,843.12 | 86,1 |
| | Mantimentos (alqueires) | 3.894 | 105,888 | 3,6 |
| | Aguardente (medidas) | 4,810 | 5,090 | 94,4 |
| | Couros (número) | 92 | 446 | 20,6 |
| | Total arrecadado | 21:405$145 | 70:867$504 | 30,2 |
| **1862**** | Café (arroubas) | 59,621 | 229,447 | 25,9 |
| | Açúcar (arroubas) | 18,170 | 30,006 | 60,5 |
| | Algodão (arroubas) | 140 | 1,745 | 8,0 |
| | Mantimentos (alqueires) | 3,681 | 143,490 | 2,5 |
| | Aguardente (medidas) | 36 | 46 | 78,2 |
| | Couros (número) | 29 | 246 | 11,7 |
| | Valores Oficiais | 386:196$866 | 1.481:254$115 | 26,0 |
| **1863**** | Café (arroubas) | 37,561 | 139,341 | 26,9 |
| | Açúcar (arroubas) | 20,541 | 32,458 | 63,2 |
| | Algodão (arroubas) | 102 | 4,597 | 2,2 |
| | Mantimentos (alqueires) | 3,599 | 203,929 | 1,7 |
| | Aguardente (medidas) | 3,600 | 6,120 | 58,8 |
| | Couros (número) | 22 | 323 | 6,8 |
| | Valores Oficiais | 260:764$000 | 1.140:517$882 | 22,8 |

* O Relatório que traz os dados referentes aos anos de 1857-1861, apresenta no final da descrição dos produtos e valores o Total Arrecadado pelos mesmos.

** Já no Relatório referente aos anos de 1862-1863 apresenta no final da descrição dos produtos os Valores Arrecadados. Por conta disso a tabela apresenta essa diferença.

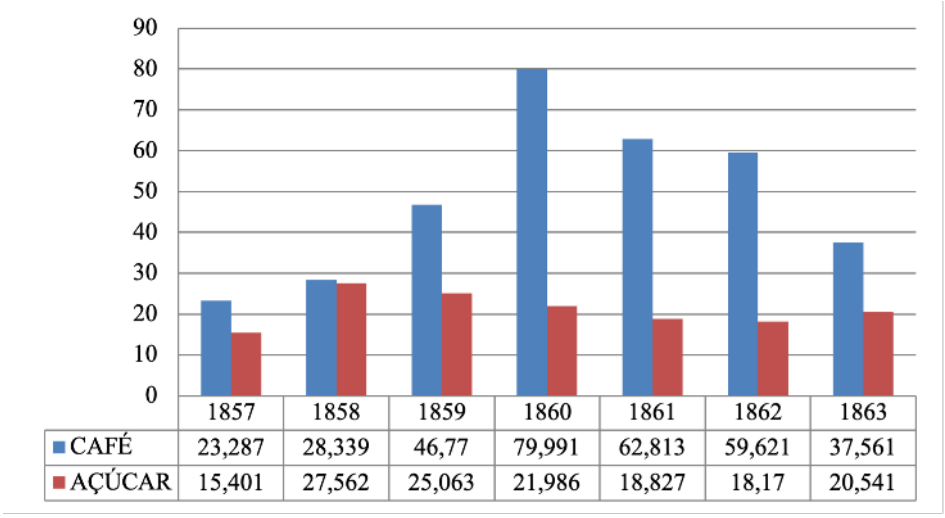
*Fonte*: ESPIRITO SANTO, 1862, p. 83-85; 1864, mapas 92, 93 e 96.

Entre os anos de 1857 a 1863 Itapemirim foi responsável por grande parte da exportação de mercadorias da Província. Apenas o Porto de Vitória exportava quantidade maior de mercadorias que o Porto de Itapemirim. O café assumiu a liderança da produção e das vendas na região: enquanto que em 1851, no início do surto cafeeiro na província, apenas 11 % dos valores exportados referiam-se ao café, em 1860, quase uma década depois, as vendas do café produzido no Vale do Itapemirim representavam 37,4 % dos valores totais da província. Ainda assim, Itapemirim produzia e exportava a maior parte do açúcar e da aguardente.

O ano de 1860 merece destaque por representar o ápice da produção cafeeira descrita nos documentos.

Cerca de 37,4 % de todo café exportado pelo Espírito Santo foi vendido através do Porto de Itapemirim. Já o ano de 1861 foi importante para a exportação do açúcar da região, que representou 86,1 % do total comercializado pela província. Nos anos mencionados os valores arrecadados pelo Porto de Itapemirim representaram 30,4 % e 30,2 % do total das exportações da Província, que representa aumento significativo se comparado ano de 1851, quando o total vendido representou 21 % das exportações da província. O Gráfico 1 apresenta comparativo da quantidade de café e de açúcar exportados nos referidos anos.

**Gráfico 5.** Comparação da Quantidade de Café e Açúcar Exportados pelo Porto de Itapemirim-ES (1857-1863)




| | 1857 | 1858 | 1859 | 1860 | 1861 | 1862 | 1863 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| CAFÉ | 23,287 | 28,339 | 46,77 | 79,991 | 62,813 | 59,621 | 37,561 |
| AÇÚCAR | 15,401 | 27,562 | 25,063 | 21,986 | 18,827 | 18,17 | 20,541 |

Fonte: ESPIRITO SANTO, 1862, p. 83-85; 1864, mapas 92, 93 e 96.

Durante os anos de 1857 e 1858 exportava-se quantidade parecida dos dois produtos. Mas, a partir do ano de 1859, o café se tornou a principal mercadoria vendida pelo Porto de Itapemirim, em quantidades muito superiores ao açúcar. Nas décadas seguintes, o café continuou a liderar as exportações de Itapemirim, sendo sempre seguido pelo açúcar. A Tabela 16 apresenta as mercadorias exportadas nos anos de 1873 e 1885, de acordo com os relatórios que foram apresentados pelos presidentes e vice-presidentes da Província.

**Tabela 16.** Produtos Exportados pelo Porto de Itapemirim-ES (1873 e1885)

| **Produto** | **1873*** | | | **1885**** | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Itapemirim** | **Espírito Santo** | **%** | **Itapemirim** | **Espírito Santo** | **%** |
| Café | 141,645 | 306,406 | 46,2 | 3.296.044 | 10.592.887 | 31,1 |
| Açúcar | 12,144 | 17,410 | 69,7 | 61.905 | 162.345 | 38,1 |

Fonte: ESPÍRITO SANTO, 1873, p. 34-37; 1885, p. 5-8.
* Medidas em arroubas; ** Medidas em quilos.

Em 1873 a exportação de café na localidade de Itapemirim representou 46,2 % do total do movimento da província. Já em 1886, essa quantidade diminuiu para 31,1 %. Também houve forte queda na exportação de açúcar, que representava 69,7 % do total efetuado pela província no primeiro ano citado, quando passou para 38,1 % no ano de 1886. Ainda assim, se forem comparados os volumes apresentados nessa tabela com as tabelas 14 e 15, se perceberá que, com o passar dos anos, o café protagonizou as exportações do sul capixaba e assumiu o lugar que antes era do açúcar.

Pelos dados apresentados fica claro que Itapemirim teve seu principal produto de exportação substituído na segunda metade do século XIX. O café, como demonstrado, anteriormente, neste trabalho, tornou-se a mercadoria de maior valor na província, produzido principalmente no interior da região sul. Assim, entre as exportações de Itapemirim, o café foi o produto vendido em maior quantidade. Porém, não se deixou de produzir açúcar na região que, aliás, continuou sendo a maior produtora canavieira da província. O açúcar de Itapemirim abastecia a província e era enviado para outros lugares. Em muitas análises sobre a economia da Região Sul fica subtendido a interpretação de que, a partir da metade do Oitocentos a região só produziu café. Na realidade, o açúcar itapemirinense continuou a ser fabricado e exportado, embora em segundo plano na economia provincial.

## 5. A Paisagem Humana de Itapemirim

A presença de cativos em Itapemirim é anterior à sua efetiva colonização, em fins do século XVIII. De acordo com Luciano Moreno (2016, p.57-59), a região servia de rota de fuga de alguns escravizados que formavam pequenos quilombos com o cultivo de subsistência e realizavam alguns assaltos aos povoados nas margens do Rio Itapemirim, o que causava pavor entre a população. Mas, com o desenvolvimento da região ocasionado pela imigração de fazendeiros mineiros, fluminenses, baianos e paulistas houve aumento significativo no número de habitantes, livres e escravizados na região.

Como demonstrado, as margens do Rio Itapemirim foram ocupadas por lavouras de cana-de-açúcar e café, aquela desde o século XVIII e esta a partir da segunda metade do século XIX. Com isso, a região possuía grande quantidade de cativos, que superou o número de habitantes livres em alguns períodos. Vilma Almada, ao estudar as escravarias de Cachoeiro, concluiu que "no Espírito Santo foi a região de Itapemirim [sul] aquela que majoritariamente desenvolveu uma economia do tipo "plantation" escravista" (ALMADA, 2016, p.88).

Entender a composição dessa população tão diferenciada é compreender importante página da historiografia capixaba. A próxima tabela apresenta os dados demográficos da população cativa e livre de Itapemirim ao longo do século XIX e os compara com as informações gerais sobre a província do Espírito Santo.

**Tabela 17.** População de Itapemirim e do Espírito Santo(1817-1872)

| | ESPÍRITO SANTO | | | ITAPEMIRIM | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ano** | **Livres** | **Escravos** | **Total** | **Livres** | **%** | **Escravos** | **%** | **% em relação aos escravos da província** | **Total** |
| 1817 | _____ | _____ | 24.585 | _____ | _ | _____ | _ | _____ | 2.025 |
| 1818 | _____ | _____ | 25.960 | _____ | _ | _____ | _ | _____ | 2.025 |
| 1824 | 22.165 | 13.188 | 35.353 | 1.184 | 51 | 1.148 | 49 | 8,7 | 2.332 |
| 1827 | 22.931 | 12.948 | 35.879 | 797 | 44 | 1.038 | 56 | 8 | 1.835 |
| 1833 | _____ | _____ | 27.916 | 1.360 | 46 | 1.596 | 54 | _____ | 2.937 |
| 1839 | 16.847 | 9.233 | 26.080 | 852 | 34 | 1.635 | 66 | 17,7 | 2.487 |
| 1843 | 21.122 | 10.376 | 32.720 | 1.825 | 45 | 2.109 | 55 | 20,3 | 3.984 |
| 1856 | 36.793 | 12.100 | 48.893 | 2.508 | 57 | 1.885 | 43 | 15,5 | 4.393 |
| 1857 | 36.823 | 12.269 | 49.092 | _____ | _ | _____ | _ | _____ | 4.393 |
| 1861 | 42.217 | 18.485 | 60.702 | 4.493 | 51 | 4.315 | 49 | 23,3 | 8.843 |
| 1870 | 51.825 | 18.772 | 70.597 | 4.680 | 70 | 2.013 | 30 | 10,7 | 6.693 |
| 1872 | 59.478 | 22.659 | 82.137 | 6.808 | 68 | 2.873 | 32 | 12,7 | 9.881 |

Fonte: VASCONCELLOS, 1858; VASCONCELLOS, 1828; Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833. LAGO, 2013, p. 39; ESPÍRITO SANTO, 1839, p. 18; 1844, p. 16; 1857, p. A-5, A-6, A-7; 1857,p. 9 e 10; 1862, p. 62-63; 1871, p. 137-140. Censo de 1872.

A quantidade de cativos em Itapemirim sempre foi elevada, conforme demonstra a tabela acima. Em 1839, o número de escravos correspondia a 66 % da população. Já os dados referentes aos anos de 1827 e 1843 demonstram que a quantidade de escravizados era maior que a de livre e correspondia a, respectivamente, 56 % e 55 % da população. Nesse último ano, a população escravizada de Itapemirim correspondia a 20,3 % da população escrava total da província, sendo superado apenas pelo ano de 1861, quando essa população representava 23,3 % dos escravos capixabas. Os anos em que houve queda no número de cativos, 1870 e 1872, a quantidade correspondia a 30 % e 32 % da população respectivamente. Sobre essa queda, Luciano Moreno apresenta alguns fatores:

> 1) Crise da comercialização de açúcar no mercado externo, criando muitas dificuldades econômicas para os engenhos da região. 2) O incentivo dado à imigração europeia, com a finalidade de "branqueamento" da população e para incrementar tanto a produção de café quanto à diversificação agrícola. 3) A perda em 1867, das regiões produtoras de café localizadas no sertão sulino capixaba, após a emancipação de Cachoeiro de Itapemirim (MORENO, 2016, p.59).

A queda no percentual livre/cativos não representou uma diminuição real no número de escravizados na região. Na segunda metade do século XIX a quantidade de escravos aumentou, encontrando o ápice em 1861, quando chegou a 4.315 ou 49 % da população. Nos anos seguintes a quantidade de cativos sofreu uma

queda significativa devido à emancipação política de Cachoeiro em 1864, mas ainda assim a quantidade de escravos era maior que na primeira metade do século. Em 1870 eram 2.013 (30 %), em 1872, 2.873 (32 %) e, em 1875, 2.335 escravos.

A tabela 17 indica dados gerais sobre a população livre e cativa de Itapemirim, mas não a esmiúça. Em alguns documentos a população é detalhada e pode-se observar as especificidades como a idade, o sexo e a cor, como na "*Memória Estatística da Província do Espírito Santo"*, escrita pelo ex-presidente da província Ignácio Accioli de Vasconcellos, que aponta dados demográficos dos anos de 1824 e 1827, a tabela 18 os apresenta.

Nesse período a população cativa de Itapemirim era formada por maioria de pretos. A quantidade de pardos cativos era pequena, o que comprova, como demonstrado, que havia pouca intensidade nas relações raciais, pelo menos na primeira metade do Oitocentos. Outro dado a ser observado é a proporção sexual nas escravarias. Em 1824, as escravarias itapemirinenses eram formadas por 59,5 % de homens e 40,5 % de mulheres. Já em 1827 a proporção era maior: 54,5 % dos cativos eram homens e 45,5 %, mulheres. A desproporção sexual nas escravarias, analisada como um problema para a formação de famílias e possível motivo para revoltas, como observado neste trabalho, não ocorria com tanta intensidade em Itapemirim nos anos descritos na tabela. É importante lembrar que a década de 1820 está entre os primeiros anos da colonização da região.

**Tabela 18**: População de Itapemirim-ES detalhada nos anos de 1824, 1827,1833 e 1872

| | | **Homens** | **%** | **Mulheres** | **%** | **Crianças** | **%** | **Total** | **% Geral** |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **1824** | Brancos | 298 | 53 | 264 | 47 | --- | --- | 562 | 24 |
| | Índios | 102 | 48,5 | 108 | 51,5 | --- | --- | 210 | 9 |
| | Pardos Livres | 198 | 52 | 184 | 48 | --- | --- | 382 | 16,5 |
| | Pretos Livres | 12 | 40 | 18 | 60 | --- | --- | 30 | 1,5 |
| | Pardos Cativos | 16 | 64 | 9 | 36 | --- | --- | 25 | 1 |
| | Pretos Cativos | 665 | 59 | 458 | 41 | --- | --- | 1.123 | 48 |
| | Total de Livres | 610 | 51,5 | 574 | 48,5 | --- | --- | 1.184 | 51 |
| | Total de Cativos | 681 | 59,5 | 467 | 40,5 | --- | --- | 1.148 | 49 |
| | Total | 1.291 | 55,5 | 1.041 | 44,5 | --- | --- | 2.332 | 100 |
| **1827** | Brancos | 172 | 50 | 174 | 50 | --- | --- | 346 | 19 |
| | Índios | 59 | 48 | 64 | 52 | --- | --- | 123 | 7 |
| | Pardos Livres | 135 | 46,5 | 155 | 53,5 | --- | --- | 290 | 16 |
| | Pretos Livres | 16 | 42 | 22 | 58 | --- | --- | 38 | 2 |
| | Pardos Cativos | 20 | 49 | 21 | 51 | --- | --- | 41 | 2 |
| | Pretos Cativos | 547 | 55 | 450 | 45 | --- | --- | 997 | 54 |
| | Total de Livres | 382 | 48 | 415 | 52 | --- | --- | 797 | 43,5 |
| | Total de Cativos | 567 | 54,5 | 471 | 45,5 | --- | --- | 1.038 | 56,5 |
| | Total | 949 | 52 | 886 | 48 | --- | --- | 1.835 | 100 |

Continua na próxima página

**Tabela 18**: População de Itapemirim-ES detalhada nos anos de 1824, 1827,1833 e 1872 (Cont.)

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **1833** | Brancos | 230 | 32,5 | 196 | 27,5 | 282 | 40 | 708 | 24 |
| | Índios | 27 | 26 | 36 | 34,5 | 41 | 39,5 | 104 | 4 |
| | Pardos Livres | 138 | 29 | 149 | 31 | 190 | 40 | 477 | 16 |
| | Pretos Livres | 16 | 46 | 15 | 43 | 4 | 11 | 35 | 1 |
| | Pardos Cativos | 26 | 47,5 | 13 | 23,5 | 16 | 29 | 55 | 2 |
| | Pretos Cativos | 801 | 52 | 545 | 35,5 | 195 | 12,5 | 1.541 | 52 |
| | Escravos s/ Ident. | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 8 | --- |
| | Ilegível | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 8 | --- |
| | Chinês | --- | --- | --- | --- | --- | --- | 1 | --- |
| | Total de Livres | 411 | 30 | 396 | 29 | 517 | 38 | 1.360 | 46 |
| | Total de Cativos | 827 | 52 | 558 | 35 | 211 | 13 | 1.596 | 54 |
| | Total | 1.238 | 42 | 954 | 33 | 728 | 25 | 2.937 | 100 |
| **1872** | Brancos | 2.036 | 47 | 2.019 | 46,5 | 281 | 6,5 | 4.336 | 44 |
| | Pardos Livres | 519 | 40,5 | 580 | 45,5 | 182 | 14 | 1.281 | 13 |
| | Pretos Livres | 221 | 45,5 | 217 | 45 | 46 | 9,5 | 484 | 5 |
| | Caboclos Livres | 482 | 68 | 181 | 25,5 | 44 | 6,5 | 707 | 7 |
| | Pardos Cativos | 281 | 32,5 | 503 | 58 | 81 | 9,5 | 865 | 9 |
| | Pretos Cativos | 900 | 45 | 990 | 49 | 118 | 6 | 2.008 | 21 |
| | Total de Livres | 3.258 | 48 | 2.997 | 44 | 553 | 8 | 6.808 | 70 |
| | Total de Cativos | 1.181 | 41 | 1.493 | 52 | 199 | 7 | 2.873 | 30 |
| | Total | 4.439 | 46 | 4.490 | 46 | 752 | 8 | 9.681 | 100 |

*Fonte*: VASCONCELLOS, 1828, p. K; Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833; Recenseamento Geral do Império de 1872.

A tabela revela que, nos anos da primeira metade da década de 1850 a quantidade de pretos cativos era grande em relação aos pardos, traço de uma comunidade com pouca miscigenação. Em 1824, os pretos cativos representavam 48 % da população, enquanto que os pardos cativos eram 1 % e os pardos livres 16,5 %. Essa proporção entre pardos e pretos se repete nos anos de 1827 e 1833: os pretos cativos eram 54 % e 52 %, os pardos cativos eram 2 % e os pardos livres eram 16 %, respectivamente. Também se observa que a quantidade de brancos não chegava a ¼ da população total. Em 1824 eram 24 %, em 1827 eram 19 % e em 1833 eram 24 %. Quanto aos livres de cor, formados por índios, pardos e pretos livres, representavam 27 % em 1824, 25 % em 1827 e 22 % em 1833.

Havia quantitativo maior de homens, tanto livres, quanto escravos. Em 1824 eram 55,5 % da população, enquanto as mulheres apenas 44,5 %. Em 1827 eram 52 % de homens e 48 % de mulheres e em 1833, esses valores eram 42 % e 33 %, respectivamente (nesse ano a tabela apresenta a quantidade de crianças). Nos três primeiros anos, a desproporção sexual era maior entre os cativos do que entre os livres.

Quanto ao número de crianças referentes ao ano de 1833, estas representavam quantidade expressiva na população livre, branca ou de cor (38 %). Já entre os escravizados, os infantes eram apenas 13 %. Pode-se observar a preferência por cativos do sexo masculino, mais utilizados nas lavouras, conforme Florentino e Góes analisaram (FLORENTINO, GÓES, 1997, p.95). A desproporção entre os sexos também pode ser

explicação para o baixo índice de crianças cativas.

Quatro décadas depois as mulheres eram maioria e entre os cativos, representavam 52 % da população. O total de pretos, livres e cativos correspondia a ¼ dos habitantes e os pardos, livres e cativos, eram 22 % da população. Também havia os caboclos que representavam 7 % da população. No total 55 % dos habitantes livres ou cativos de Itapemirim eram de cor.

Boa parte da população de cor chegou a Itapemirim através do comércio transatlântico. A quantidade de africanos na população cativa sempre foi muito alta, até mesmo após o fim do tráfico. O Porto de Itapemirim recebeu navios que trouxeram cativos desde as primeiras décadas do século XIX. Antônio Marins cita notícia do Jornal S. João da Barra, de 1882, no qual se relata que o primeiro navio negreiro atracado em Itapemirim se chamava Paula e chegou ao porto em fevereiro de 1831. Era comandado pelo Capitão Caetano Dias da Silva e pelo piloto Herculano, que era baiano (MARINS, 1920, p.225). Dias da Silva era português e chegou ao Brasil em 1828, e desde então, empreendia viagens a Angola (PEREIRA, 2013, p.10).

Ao se compararem os dados sobre a população cativa nos anos de 1833, 1839 e 1872 se têm uma noção da quantidade de africanos que entraram na região. A Tabela 19 compara a quantidade de cativos nascidos no Brasil e os que vieram da África nestes anos.

**Tabela 19.** Naturalidade da População de Cativos de Itapemirim-ES nosanos de 1833, 1839 e 1872

| Anos | Pardos Cativos | | Cativos Naturais do Brasil | | Cativos Naturais da África | | Total de Cativos | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| 1833 | 60 | 3 | 526 | 32 | 1.046 | 65 | 1.596 | 100 |
| 1839 | 42 | 2,5 | 567 | 34,5 | 1.026 | 63 | 1.635 | 100 |
| 1872 | 865 | 30 | 1.497 | 52 | 511 | 18 | 2.873 | 100 |

Fonte: Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833; LAGO, 2013, p. 39; Recenseamento Geral do Império de 1872.

Nos dois primeiros anos analisados percebe-se que a população de africanos em Itapemirim era elevada: 65 % em 1833 e 63 % em 1839. Já em 1872 este quantitativo diminuiu para 18 %, dado explicado pelo fim do tráfico em 1850. Ainda assim a população parda era minoria, se comparada aos descritos como "pretos". Em 1872 os pardos cativos representavam 30 % da população cativa, menos de 1/3 da mesma. A miscigenação aumentou quando comparada aos anos da primeira metade, mas ainda era pequena quando observada a quantidade de pretos cativos nascidos no Brasil, que representavam 52 %.

Os africanos eram poucos em 1872, se comparados aos de cor nascidos no Brasil, mas eram muitos se comparados à outras regiões. Em Cachoeiro, por exemplo, a população de africanos cativos era de 409 pessoas, (10 %) e de africanos livres 13 pessoas (0,9 %). Já em Vitória, os africanos cativos eram apenas 36 pessoas (0,85 %) e os cativos livres que vieram da África 12 pessoas (1,2 %). A população de Itapemirim então foi formada por grande contingente africano, mesmo 22 anos após o fim do tráfico internacional de escravos. Aliás, a região foi uma das últimas a extinguirem esta prática (CENSO, 1872).

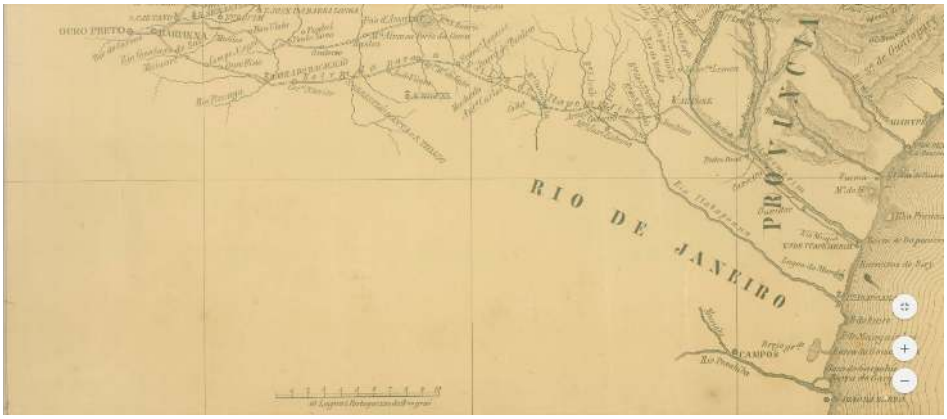
As incertezas do fim da importação de africanos tomavam conta das lavouras capixabas. O presidente da Província, Nascentes d'Azambuja, em 1852 discursou sobre o pânico relacionado ao assunto, além do que, o tráfico, segundo ele, representava atraso às lavouras capixabas (RELATÓRIO, 1852, p.56-57), porém, havia outros interesses por trás desse comércio. Segundo Pereira, em alguns locais do litoral brasileiro, o tráfico chegou ao fim, entretanto, na região compreendida entre o norte da província do Rio de Janeiro e o sul da província do Espírito Santo as tentativas de desembarque continuaram por alguns anos após 1850 (PEREIRA, 2013, p.2). Fontes relatam que após a data oficial do fim do tráfico entraram no Brasil

aproximadamente de 8.812 africanos,[3] e boa parte desses cativos pode ter chegado pelo sul do Espírito Santo.

> Podemos inferir que os interesses no tráfico ilegal nessa região fluíam pela fronteira entre as duas províncias, com destaque pelo lado capixaba, dado seu vasto litoral que unia o delta do rio Itabapoana a Guarapari, banhado por grande faixa do Atlântico. Por outro lado, seu interior era percorrido por bacias fluviais cujas águas tocavam a Zona da Mata mineira, alcançado por afluentes primários e secundários e braços de rios que seguiam por terras fluminenses e capixabas. Portanto, entendemos que, sejam por suspeitas, tentativas ou pelos efetivos desembarques, a tríplice fronteira era uma escala que se articulava plenamente a partir de interesses diversos. Os municípios de Itapemirim e de Campos dos Goytacazes transformaram-se em verdadeiras zonas de confluência do tráfico ilegal de africanos, enveredando uma teia de acusações, suspeições e apreensões entre correspondências, ofícios e diligências. Minas Gerais não ficaria fora dessa escala, mesmo que estivesse na retaguarda da linha praieira (PEREIRA, 2013, p.2).

A permanência do tráfico no litoral de Itapemirim não servia apenas às lavouras capixabas de café, mas também para o envio de cativos seriam ao norte do Rio de Janeiro e às Minas Gerais. Através por meio de documentos presentes no Arquivo Nacional, Pereira (2013, p.4) detectou que o litoral capixaba era ponto de referência no desembarque de africanos após a Lei Eusébio de Queirós, principalmente nos limites do rio Itabapoana, e Itapemirim, além de Benevente e Guarapari. Após 1831 e a primeira proibição do tráfico de almas, os navios deixaram de desembarcar em grandes centros e passaram a operar em pequenas cidades brasileiras (CARVALHO, 2018, p.216).

**Mapa 6.** Mapa da Vila de Itapemirim-ES, com a Estrada que ligava Ouro Preto a Itapemirim e a localidade de Campos (1856)




Fonte: LEONHARD, J. H. VASCONCELLOS, João José de Sepúlveda e. *Carta da província do Espírito Santo com a parte da província de Minas que lhe está adjacente, organizada por ordem do Exmo. Sr. Dr. José Maurício Fernandes Pereira de Barros, presidente da mesma província.* Rio de Janeiro - Unidade de Federação-Rio de Janeiro – Brasil, 1856.

A quantidade de correspondência relacionada ao assunto era grande, o que comprova a preocupação das autoridades da época. De acordo com Santana (2000, p.304), os desembarques aconteceram até o fim da década de 1860. "A 7 de abril de 1856, o Chefe de Polícia da Corte relatava as feitorias de escravos, na África, e apontava, como principal porto de desembarque no Brasil, o Porto de Itapemirim" (NOVAES, apud SANTANA, 2000, p.304).

[3] Disponível em www.slavevoyages.org. Acesso em 24 de novembro de 2017.

No Espírito Santo documentos como os Relatórios dos Presidentes da Província, Ofícios do Chefe de Polícia e Cartas denunciavam o desembarque de navios que traziam africanos. Em 29 de outubro 1851 o presidente da Província, Nascentes d'Azambuja enviou ao Ministro da Justiça ofício em que relatava a apreensão de um navio com africanos "boçaes" na Vila de Itapemirim de nome Pachabote "Segundo". A apreensão ocorrera há cinco meses a tripulação e os africanos foram deportados até a Corte para que se tomassem providências (OFÍCIO, 1851). Uma das medidas da Lei Eusébio de Queirós foi transferir o julgamento das apreensões para um tribunal específico na Corte, uma vez que o Judiciário local costumava absolver os envolvidos (MAMIGONIAN, 2017, p.285-286).

Em outro ofício, no mesmo ano, enviado da Corte ao Presidente da Província e encaminhado aos delegados de Itapemirim e Guarapari e ao subdelegado de Benevente, consta a informação sobre o desembarque de 170 africanos que foram conduzidos para o interior de Itapemirim. O negócio pertencia a Joaquim Ferreira de Oliveira e seu seus sócios, Joaquim da Fonseca de Guimarães e Geraldo, sem maiores informações sobre este último. Os traficantes deveriam ser encontrados e enviados à corte junto com os africanos (OFÍCIO, 1851). Outro ofício descreve carta de autoria de Oliveira a seu sócio, Guimarães, informando que estava pronto para receber os africanos de Angola enviados por seu outro sócio residente na África, Francisco Antônio Flores. Essa carta dizia que Oliveira não tinha medo das denúncias contra ele e que antes de ser deportado levaria o "diabo e o Ministério" (DENÚNCIA, 1851).

Ferreira de Oliveira era português e proprietário da fazenda Cery, em Itapemirim. Mantinha negócios em Campos dos Goytacazes e o ministro do Império emitira as ordens para capturá-lo. Quem as recebeu foi o delegado de Polícia e juiz de Orfãos do Termo de Itapemirim, Rufino Rodrigues da Lapa, que designou o major Caetano Dias da Silva para cuidar do caso. Dias da Silva, como citado, também era envolvido com tráfico de escravos, além de ter relações com Ferreira de Oliveira. No período em que aquele ocupou o cargo de juiz municipal de órfãos, o traficante visitou sua família em Itapemirim, e alguns diziam que o fato ocorreu com o aval do major Caetano (PEREIRA, 2013, p,10-11).

Ainda em 1851, no dia 29 de novembro, outro ofício enviado pelo chefe de Polícia da Corte ao presidente Azambuja, comunicava-se que forças policiais do Império foram enviadas à Vila de Itapemirim, pois ocorrera na localidade:

> desembarque em Itapemirim de 270 Africanos na Fazenda do Coronel João Gomes, cunhado, que se diz do Barão de Itapemirim. A mesma denuncia teve o delegado da dita Vila, assim como ordem para varejar a mesma Fazenda e prender os criminosos e capturar os escravos; indigitando-se como Agente do contrabando a Joaquim da Fonseca Guimarães, que se diz fora para este fim a referida Vila (OFÍCIO, 1851).

A denúncia é uma das que envolvem o nome do Barão de Itapemirim, apontado como um dos principais traficantes de escravos do Sudeste (SANTANA, 2000, p.304). Em 06 de abril de 1851 o presidente da Província do Espírito Santo, Felipe José Pereira Leal, informou em correspondência confidencial ao ministro da Justiça, Eusébio de Queirós, o desembarque de "cento e tantos" africanos em Barra do Itabapoana, fruto de negociação com José Bernardino de Sá, comerciante de escravos, para a fazenda do Barão de Itapemirim. Lá seriam revendidos por Aurélio Jorge da Silva Quintaes e pelo alferes Custódio Luiz de Azevedo a outras pessoas. A incriminação foi enviada pelo coronel João Nepomuceno Gomes Bittencourt e seu cunhado, o major Caetano Dias da Silva, ambos desafetos do barão, de acordo com o próprio Leal, que também chamou a atenção de Queirós para a amizade do citado barão com traficantes (PEREIRA, 2013, p.6).

Dias da Silva havia sido chamado em uma coluna do Correio de Vitória de 1852, de "tigre sanhudo atrás da presa", devido sua relação com o tráfico ilegal de africanos (PEREIRA, 2015, p.15). Quanto ao seu cunhado, o coronel Gomes Bittencourt, denúncias com seu nome também ocorreram após 1850. Em 3 de novembro de 1852 o presidente Azambuja alertou o delegado de Polícia de Itapemirim "sobre um projeto para desembarque de africanos livres atribuídos aos Gomes Bittencourt" (OFÍCIO, 1851). Em outro ofício, de 10 de setembro de 1852, o delegado de Polícia de Itapemirim realizou denúncias ao presidente da

Província contra os Gomes Bittencourt e o barão, pois de acordo com ele, ambos protegiam o tráfico de escravos em Itapemirim (OFÍCIO, 1851).

O comerciante negreiro, José Bernardino de Sá, foi envolvido em inúmeras denúncias sobre a chegada de africanos ilegalmente no litoral do Espírito Santo. Bernardino de Sá foi um dos maiores contrabandistas após 1831, tendo seu nome registrado pela Polícia em lista contendo os 292 traficantes de escravos entre 1811-1831 (PARRON, 2009, p.134). Em ofício de 27 de março e outro de 24 de abril de 1851 (OFÍCIO, 1851) o presidente da Província, Felipe Leal, relatou o desembarque de africanos que envolvia Bernardino de Sá e outros de nome Mendes e Oliveira, provavelmente Joaquim Ferreira de Oliveira, uma vez que aguardava a embarcação na Fazenda Sery (Cery). Em abril do mesmo ano, aproximadamente 120 africanos desembarcaram entre Itabapoana e Piúma, vindos em um Palhabote de propriedade de Antônio Pinto da Fonseca.

Outra delação envolveu Itapemirim e o traficante Bernardino de Sá por meio de ofício "reservado" e despachado pelo Ministro dos Negócios e da Justiça e entregue pelo Comandante do Vapor de Guerra Recife ao Presidente da Província, José Ildefonso de Sousa Ramos, em 19 de maio de 1852. Tratava-se de novas tentativas de importação de africanos em que traficantes procuravam, principalmente os portos de Vitória, Aldea Velha, Itapemirim e Itabapoana para efetuarem seus desembarques. As autoridades locais deveriam ficar atentas aos correspondentes de Sá, que era negociante da Corte (OFÍCIO, 1851).

Walter Pereira (2013, p.7) não afirma que o Barão de Itapemirim era negociante de escravos, mas destaca que seu nome estava envolvido em denúncias. Muitas delas sobre contrabando ilegal de africanos, era o próprio Silva Lima quem realizava. Enquanto presidente da Província em 1856, o Barão denunciou e cobrou medidas mais enérgicas para solucionar o problema. Em relatório apresentado pelo mesmo a Assembleia Legislativa Provincial, fez o seguinte pronunciamento sobre o assunto:

> Trafico de africanos.
>
> Supposto seja multo conhecida a extensão das praias desta província, a falta de força publica, e o quanto se prestão certos lugares para um fácil desembarque de africanos, nem-um se tem dado desde 1851, em que se malogrou a ultima empresa, graças aos esforços e dedicação do então delegado de policia Dr. Rufino Rodrigues Lapa, que em ltabapoanaapprehendeu cento e tantos africanos, e bem assim toda a tripulação do barco que os trasia; e pois se pode considerar extincto na província esse criminoso comércio. Todavia esta presidência não tem cessado de recommondar a todas as authoridades a maior vigílancia a tal respeito, com especialidade, ás de Itapemirim, e seria para dcsejar-se que o governo imperial assumindo aos pedidos ultimamente feitos, houvesse de facilitar certos meios indispensáveis para profligar os traficantes, se por ventura ousarem reapparecer nesta província (RELATÓRIO, 1856).

De acordo com o barão, os desembarques foram encerrados em 1851 e o delegado Rufino Rodrigues Lapa fez o possível para extinguir o comércio no sul da província. As fontes dão indícios que os desembarques não se encerraram neste ano. De certo é que o barão, curiosamente, enquanto presidente provincial não se cansava de cobrar do Ministro da Justiça providências sobre a fragilidade de região, conforme também citou em seu discurso. Pedia ao ministro que designasse um juiz municipal para servir como delegado de polícia, que fosse enviado um bacharel para atuar como promotor, além de 80 a 100 praças da confiança do ministro e um vapor de guerra para ficar parado em águas capixabas. Foi atendido nos primeiros pedidos que, sugeriu a convocação imediata da Guarda Nacional para atuar exclusivamente no combate ao tráfico de africanos (PEREIRA, 2013, p.7). Chega a ser irônica a estratégia de Itapemirim.

Não somente o barão, enquanto presidente da Província reclamou ao governo imperial sobre a falta de proteção do litoral capixaba em relação aos traficantes negreiros. Felipe Leal, em 1851, chamou atenção do ministro Eusébio de Queirós para a necessidade de ampliar a vigilância no litoral sul capixaba, pois, segundo ele, ali atuavam os "protegidos do barão." José Azambuja, em 1852, também reclama a Queirós sobre a necessidade de guarnecer melhor o litoral, já que a Guarda Nacional do Espírito Santo se encontrava

em péssimo estado. Queirós questionara Azambuja sobre os "pacíficos desembarques de africanos" no litoral capixaba (PEREIRA, 2013, p.7-9).

> A fragilidade da vigilância naquelas praias era motivada, principalmente, pela deserção de homens da força pública de Itapemirim, por "maus tratos". Azambuja citava o caso da Companhia Fixa de Caçadores, que abandonara o ponto mais vulnerável da província abrindo flanco aos desembarques. Na década de 1850, em anos de insistência do tráfico ilegal, parece que a província capixaba enfrentava espasmos de instabilidade social e política, contaminando, inclusive, seu corpo de guarda militar e civil (PEREIRA, 2015, p.14).

Inúmeras correspondências entre 1850-1860 relacionadas ao tráfico ilegal no Espírito Santo e em Itapemirim provocadas pelos ministros do Império encontram-se no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo e no Arquivo Nacional. As mensagens geravam algum efeito para impedir os desembarques, como a enviada por Queirós a Azambuja em 1851, a respeito de denúncia realizada por F. Mendes, caixeiro viajante de Bernardino de Sá, sobre o desembarque de três barcos com africanos em Itapemirim. Com exceção da prisão da apreensão ocorrida em 1851 (OFÍCIO, 1851), nada mais foi constatado, mas os esforços mantiveram os navios afastados. Em algumas denúncias, como a recebida por Azambuja relacionada ao desembarque em Nova Almeida ou Rei Magos, os africanos teriam sido "internados" em Minas Gerais (PEREIRA, 2013, p.8-9).

Itapemirim, como bem destacou Pereira, era parte de uma complexa rede de contrabando ilegal de africanos após 1850. Cativos eram importados e desembarcavam no litoral de Itapemirim e em outras partes do litoral capixaba, enviados posteriormente, ao norte do Rio de Janeiro e a Minas Gerais. A "tríplice Fronteira", como definido por Pereira, preocupou autoridades imperiais durante a década de 1850. Além disso, ao contrário do que a historiografia tradicional capixaba (SANTANA, 2000, p.301-306; OLIVEIRA, 2008, p.372) trata, não era apenas o Barão de Itapemirim que realizava esse tipo de comércio ilegal de pessoas. Outros grandes fazendeiros, como o Coronel Gomes Bittencourt, e seu cunhado, o major Dias da Silva, fundador da colônia de Rio Novo, também estavam envolvidos, o que levanta a hipótese de que outros fazendeiros podem ter sido responsáveis pelo infame comércio. As fontes indicam, porém, que a trama era muito maior e envolvia outros grandes fazendeiros locais. "Os donos de terra, portanto, não eram vítimas endividadas com os traficantes, mas participantes diretos do negócio" (CARVALHO, 2018, p.127)

> Homens envolvidos no tráfico ilegal atuavam no controle de instituições vinculadas à repressão aos traficantes. Não por outro motivo, algumas autoridades locais tinham consciência de que as denúncias e as suspeitas estavam relacionadas a desentendimentos e rivalidades entre potentados locais. Em relatório de 13 de agosto de 1852, o chefe de polícia da província, Antônio de Tomaz Godoy, alertara que tais manifestações sobre o tráfico ilegal de africanos eram frutos de intrigas entre os "dois partidos locais", em que "um serviria de sentinela ao outro" com o intuito de levantar suspeitas ou apresentar denúncias sobre o comércio ilegal de africanos (PEREIRA, 2015, p.16).

De certo, "O Espírito Santo seria a província que menos intimidava os contrabandistas, mantendo-se como lugar preferido para descarregar seus negreiros" (PEREIRA, 2015, p.13) a parte mais frágil da Tríplice Fronteira por ser a com menor contingente policial. O governo imperial passou não só a coibir os desembarques, mas também monitorar o comércio entre as províncias, isso porque, os cativos africanos desembarcavam em lugares menos visados pelas autoridades e seguiam legalizados através do comércio intraprovincial (MAMIGONIAN, 2017, p.292). Também ocorreu no litoral brasileiro, a partir de 1831, com mais intensidade, o comércio de crianças africanas, que seria uma estratégia para aumentar a longevidade escravidão brasileira (CARVALHO, 2018, p.132). Não há documentos em Itapemirim que comprovem a chegada de africanos pelo comércio intraprovincial ou o desembarque de crianças no seu litoral. As fontes até aqui analisadas relatam denúncias de supostos desembarques. Porém, até aqui foi constatado que Itapemirim era uma região habitada por muitos africanos que trabalhavam nas lavouras de açúcar e café.

## 6. Referências Bibliográficas

### 6.1 Fontes Primárias

APEES. Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833. Fundo Governadoria. Livro 54.

APEES. Série Accioli, livro 66. (manuscritos).

BRASIL. Lei 581, de 4 de setembro de 1850, que proibiu o tráfico de escravos.
Disponível em www2.camara.leg.br.

BRASIL, Lei 2.040, que declarava na condição de livre os filhos de mulher escrava que nasceram desde a data desta lei. Disponível em: www.planalto.gov.br.

O Decreto Provincial nº 11, de 16/07/1856 cria a freguesia de São Pedro das Cachoeiras do Itapemirim, que estava subordinada a Itapemirim até que foi elevada à categoria de Vila, pelo Decreto Provincial nº 11, de 23/11/1864.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidentes de Província (1833-1888). *Relatórios de Presidentesda Província do Espírito Santo*. Disponível em www-apps.crl.edu.

Recenseamento Geral do Império de 1872. Diretoria Geral de Estatística, Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger/ Tip. Comercial, 1876, 12 volumes.

### 6.2 Fontes Bibliográficas

ALMADA, Vilma. Paraíso Ferreira. *Escravismo e Transição:* o Espírito Santo, 1850-1888. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

BITTENCOURT, Gabriel. *A Formação Econômica do Espírito Santo:* O Roteiro da Industrialização. Do Engenho às Grandes Indústrias (1835-1980). Rio de Janeiro/Vitória: Livraria Editora Cátedra em convênio com Departamento Estadual de Cultura do Estado do Espírito Santo, 1987.

BITTENCOURT, Gabriel. *História Geral e Econômica do Espírito Santo*: Do engenho colonial ao contexto fabril – portuário. Vitória: Multiplicidade, 2006.

BRAGA, Newton. *Histórias de Cachoeiro*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida/ UFES/ Secretaria da Educação e Cultura, 1996.

CAMPOS, Adriana Pereira. *Escravidão, reprodução endógena e creolização*: o caso do Espírito Santo no Oitocentos. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, 2011.

CARVALHO, Enaile Flauzina. *Política e Economia Mercantil nas terras do Espírito Santo (1790-1821)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

CARVALHO, Marcus J. M. de. A rápida viagem dos "Berçários Infernais" e os desembarques nos engenhos do litoral de Pernambuco depois de 1831. In.: OSÓRIO, H. e XAVIER, R. C. L. *Do tráfico ao pós-abolição: trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil.* São Leopoldo: Oikos, 2018

FRAGOSO, João. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima, *O Antigo Regime nos trópicos*: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 29-71.

HESS, Regina Rodrigues; FRANCO, Sebastião Pimentel *A República e o Espírito Santo*, Vitória, ES: Multiplicidade, 2005.

LAGO, Rafaela Domingos. *Sob os olhos de Deus e dos homens*: escravos e parentesco ritual na Província do Espírito Santo (1831-1888). Dissertação (Mestrado em História) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2013.

MACHADO, Laryssa da Silva. *Retratos da Escravidão em Itapemirim:* uma análise das famílias escravas entre 1831-1888. Dissertação (Mestrado em História) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2019.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. *Africanos Livres*: a abolição do tráfico de escravos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MARINS Antônio. Itapemirim. In.: *Minha Terra e Meu Município*. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1920.

MARQUES, Cezar Augusto. *Dicionário Histórico, Geográfico E Estatístico da Província Do Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público do Espírito Santo, 2003.

MARQUESE, Rafael Bivar. A Dinâmica da Escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. In.: *Novos Estudos 74*. Mar. 2006.

MORENO, Luciano R. *Itapemirim:* como tudo começou. Serra-ES: Formar, 2016.

OLIVEIRA, José Teixeira. *Historia do Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008.

PARRON, Tâmis Peixoto. *A Política da Escravidão no Império do Brasil (1831-1865)*. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia. Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em História. São Paulo, 2009.

PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos. A trama do tráfico ilegal de africanos na província do Espírito Santo (1850-1860). *XI Congresso Brasileiro de História Econômica*. Vitória: 14 a 16 de setembro de 2015. Disponível em www.abphe.org.br.

PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos. Tráfico Ilegal de Africanos ao Sul da Província do Espírito Santo, depois da Lei de 1850. *6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Disponível em www.escravidaoeliberdade.com.br.

PRADO, Solange Faria. *O Poder e a Luta pela Propriedade da Terra no Vale do Rio Iconha/Piúma:* O caso Thomaz Dutton Junior (1870-1906). Tese (Doutorado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2018.

RIBEIRO, Geisa. Lourenço. *Enlaces e Desenlaces*: Família escrava e reprodução endógena no Espírito Santo (1790-1871). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

RIBEIRO, Luiz Cláudio Moisés. Modos de Ver (1534-1643): o governo da capitania do Espírito Santo na sua/ primeira centúria. In: BITTENCOURT, G., RIBEIRO, L. C. M. (org.). *Espírito Santo*: um painel da nossa história II. Vitória-ES: Secult, 2012, p.171-200.

ROCHA, Haroldo Corrêa.; COSSETTI, Maria da Penha. *Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo, 1850/1930*. Vitória: Departamento de Economia, NEP/UFES, 1983.

ROCHA, Levy. *Crônicas de Cachoeiro*. Rio de Janeiro: Editora Livros S. A., 1966.

ROCHA, Levy. *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo*. Vitória: Secretaria de Educação; Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.

RUSSO, Maria do de Oliveira. *Cultura política e a relação de poder na região de São Mateus*: o papel da Câmara Municipal (1848/1889). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2007.

SALETTO, Nara. Transição para o Trabalho Livre e Pequena Propriedade no Espírito Santo (1888-1930). Vitória: EDUFES, 1996.

SANTANA, Leonor de Araújo. O negro na historiografia capixaba: a presença negra na obra de Maria Stella de Novaes. In: *Dimensões: Revista de História da Ufes*. Vitória: UFES, CCHN, vol. 11, Jul-Dez, 2000, p. 301-306.

SANTOS, Estilaque F. O Território do Espírito Santo no Fim da Era Colonial. In: BITTENCOURT, Gabriel. (org.). *Espírito Santo*: um painel da nossa história. Vitória: Secult, 2002.

VASCONCELLOS, Ignácio Accioli. Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978.

# AS FÁBRICAS ATRAVÉS DO TRIBUNAL DA JUNTA DO COMÉRCIO:

## Uma breve análise do surgimento da indústria no Brasil

# *A Brief Analysis of the Emergence of Industry in Brazil*

## *A Brief Analysis of the Emergence of Industry in Brazil*

**Matheus Sinder**[a,@]

[a] Doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense. Bolsista CAPES. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História Econômico-Social (NEPHES-UFF).
[@] Contato principal: **matheussnhc@id.uff.br**

### Resumo

**O presente trabalho tem como objetivo realizar um mapeamento do setor fabril a partir da documentação do Tribunal da Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. O período entre a liberação de manufaturas no Brasil até o último ano de funcionamento do Tribunal, em 1850, foi de efervescência no setor manufatureiro. Utilizando dados quantitativos, pretendemos observar as indústrias brasileiras que entraram de alguma maneira em contato com o Estado para o recebimento de provisão (proteção). Quais eram essas fábricas? Quais seus principais setores produtivos? Houve mudanças nos setores privilegiados pelo Estado no decorrer do tempo?**

**Palavras-chave**

Fábrica | Tribunal da Junta do Comércio | Indústria

**Códigos JEL**

L11 | L16 | R11

### Abstract

**The present work aims to carry out an assessment of the manufacturing sector based on documentation of the Court of the Board of Trade, Agriculture, Factories, and Navigation. The period between the permission to establish factories in Brazil and the last year of the Court's operation, in 1850, was one of effervescence in the industrial sector. Using quantitative data, we observe Brazilian industries that came into contact with the State in order to request protection. What were these factories? What were the main productive sectors? What were the changes in the sectors privileged by the State over time?**

**Keywords**

Factories | Industry | Court of the Board of Trade

**JEL Codes**

L11 | L16 | R11

## 1. Introdução

Nos últimos anos podemos observar um crescimento dos estudos sobre a Indústria fabril. Nesse caminho a pesquisa de Beatriz Piva Momesso sobre a Fundição de Ponta d' Areia e o estudo de Mario Danielli Neto sobre a Fábrica de Ferro São João do Ipanema em Sorocaba são demonstrações tanto da profissionalização dos historiadores quanto da diminuição dos objetos (MOMESSO, 2007) (NETO, 2006). Outros trabalhos e pesquisas igualmente relevantes foram desenvolvidos levando em consideração a Indústria Fabril oitocentista como de Alinnie Moreira que investigou a utilização da mão-de-obra de africanos livres na Fábrica de Pólvora da Estrela, ou mais recentemente a pesquisa de Silvana Andrade sobre a maior manufatura têxtil

brasileira do XIX (a Fábrica de Todos os Santos no Sul da Bahia) e a constituição da fortuna de seu proprietário.(MOREIRA, 2005) (SANTOS, 2023) Essas pesquisas, dentre outras, foram fundamentais para o campo de estudos sobre a Indústria na primeira metade do XIX e seus múltiplos aspectos e relações econômico-sociais.

A luz dessas observações podemos compreender como o trabalho de Geraldo Beauclair em *A Construção Inacabada* é basilar para esse campo historiográfico. (OLIVEIRA, 2001) Geraldo consegue dar uma perspectiva mais abrangente a um fenômeno histórico nacional e trabalhar a relação da Indústria Fabril com a construção da economia nacional e formação de um pensamento econômico sofisticado. Ao analisar tanto as documentações sobre as fábricas quanto as ideias e pensamentos econômicos de atores da época como Cayru e Acúrcio das Neves, Beauclair concluí que as fábricas que distinguem o Brasil são distintas daquelas que distinguem a Europa. Nessa agenda ele realiza o esforço de buscar especificar, setorizar e caracterizar a indústria fabril brasileira e suas composições mais peculiares.

Para isso Beauclair utiliza-se de vasta documentação como *Relatórios da Secretaria de Estados de Negócios da Fazenda; relatórios de presidentes de Províncias*, f*alas de autoridades políticas imperiais e provinciais* mas principalmente os documentos do t*ribunal da Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegações.* Apesar de tão vasta documentação percebemos ao consultar os arquivos da coleção da Junta do Comércio no Arquivo Nacional que muito ainda poderia ser discutido e ampliado. A pesquisa de Geraldo foi muito eficaz ao apresentar um panorama das fábricas que distinguem o Brasil, mas pouco eficaz em sistematizar os pormenores desse processo. Nesse sentido, nossa pesquisa busca continuar nos caminhos historiográficos abertos por Beauclair ampliando e complexificando seu estudo. Por isso, nosso primeiro esforço nessa pesquisa foi de tentar mapear as fábricas e manufaturas brasileiras tanto para além, como também nas terras fluminenses. É esse mapeamento e algumas percepções a esse respeito que pretendemos apresentar como um detalhamento das "*fábricas que distinguem o Brasil"*

## 2. O Tribunal da Junta do Comércio: breves aproximações

O Tribunal posteriormente conhecido enquanto *Imperial Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegações do Império do Brasil* teve diferentes nomes em sua trajetória que indicam distintos processos econômicos e correlações de forças político-sociais. Implementado em terras brasílicas durante a migração da Corte para o Brasil sua reforma que o caracterizou havia ocorrido em 1755 durante o período Pombalino visando concentrar suas decisões não mais nas vontades comuns dos negociantes, mas principalmente transformá-la em um órgão decisório paralelo a Secretaria de Negócios Portuguesa. No momento de migração da Corte para as terras brasileiras, como destaca Lucia Maria Bastos Pereira das Neves há também um esforço em duplicar, ou melhor transplantar as instituições administrativas portuguesas para a mais nova sede do Império, o Rio de Janeiro.(NEVES, 2009) Uma vez alocado em território brasileiro a Junta do Comércio irá demonstrar grande vitalidade ao ter como parte de seu corpo burocrático homens importantíssimos para o fortalecimento do projeto Imperial Luso-Brasileiro e fundadores das bases da economia nacional, especialmente José da Silva Lisboa, futuro Visconde de Cayru.

Se as reformas pombalinas buscaram racionalizar as ações do Tribunal trazendo seus assuntos para o seio do Estado português, Walter Mattos nos mostra como os negociantes da praça mercantil do Rio de Janeiro encontraram espaço no interior da Instituição (LOPES, 2009, p.29). Esse fenômeno, parte do processo de enraizamento dos interesses mercantis (ODILA, 2005), como demonstrou Maria Odila, foi relevante para configurar a importância das decisões do Tribunal nos mais diversos âmbitos e solidificar o projeto Imperial Luso-Brasileiro. A dissertação de Walter tendo como objeto a própria Junta do Comércio é portanto fundamental para compreendermos o seu funcionamento e as disputas políticas e econômicas a respeito de suas deliberações. Com um recorte delimitado entre 1808-1821, Walter abre um importante campo

de pesquisa para que se compreenda o declínio e fim da Junta do Comércio como também as principais diferenças para com sua "irmã" portuguesa no período pré-migração da Corte.

O *Tribunal da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegações* anteriormente existiu enquanto *Mesa do Espírito Santo dos Homens de Negócio que Procuram o Bem do Comércio* a partir das reformas pombalinas esta instituição se transformou em *Junta do Comércio deste Reino e seus Domínios*. Essas modificações vão indicando um mundo em "desencantamento", onde os aspectos econômicos são decididos cada vez menos pelos critérios religiosos, mas principalmente a maior complexidade econômica advinda das transformações de origem capitalista na Era das Revoluções. A *Mesa do Espírito Santo* se transformou em *Junta do Comércio* e posteriormente não apenas do comércio, mas também da agricultura, fábricas e navegação. Ao ser transplantada no Brasil com essa nomenclatura indicava também o processo de diversificação econômica na qual o lado de cá do atlântico atravessa desde finais do século XVIII. Nesse sentido Walter afirma que:

> "O "Velho" Tribunal de 1808 a 1850, como parte constitutiva do aparelho de Estado Português enraizado no Centro-Sul do Brasil, revela traços de continuidade administrativa e institucional que pincelaram o processo de transformação de uma Ex-Colônia em um Estado-Nação. Entretanto, as descontinuidades não podem ser preteridas; como veremos adiante, a transferência da Corte implica em uma nova coalizão de forças sociais – os homens de negócios através do Tribunal participaram efetivamente na Construção do Estado de modo que esse não pode ser reduzido a uma mera transmigração do Reino. Mesmo que mantida a forma, o rosto humano do Tribunal ganhará novas feições e interesses." (LOPES, 2009, p.33)

Sendo fundamental na construção do Estado e da Economia Nacional a Junta do Comércio encontrou seu fim durante as reformas de 1850 e foi substituída pela criação do Tribunal do Comércio. Para Beauclair seu fim indica simbolicamente o declínio das ideias de proteção e promoção da diversidade econômica para o predomínio de um pensamento centralizado na agricultura (OLIVEIRA, 1992). O ano de 1850 marca uma inflexão nas políticas econômicas brasileiras e nos rumos de sua construção: o fim definitivo do tráfico transatlântico de escravizados, a lei de terras e o fim da Junta do Comércio indicavam uma série de reformas aceleradoras da modernização capitalista no Brasil. O significado efetivo de seu fim para o setor fabril é pouco explorado tanto por Walter quanto por Beauclair e se configura como um relevante agenda de pesquisa. A Lei dos Entraves, a crise do Souto e a nova tarifa alfandegária Silva Ferraz, eventos dos finais da década de 1850 para 1860 parecem ter modificado as configurações das Indústria Fabril multiplicando as oficinas e sufocando as manufaturas. Nesse sentido, nosso objetivo é analisar o processo de formação dessa indústria entre 1808-1850

## 3. As primeiras fábricas

Mas afinal, o que estamos entendendo como fábricas? Ora, o desafio de classificar os empreendimentos fabris da primeira metade do século XIX não foi uma imposição apenas aos historiadores, mas também aos agentes históricos do passado. O mundo em transformação da *Era das Revoluções* (HOBSBAWN, 2012) colocava novos fenômenos para serem interpretados pelos sujeitos históricos. E as fábricas não deixaram de ser um desses problemas. No dia 25 de Abril de 1834 Antonio Dames, proprietário de uma fábrica de Sabão na Rua do Portal na cidade da Corte, enviou à Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação um *Pedido de Provisão de Fábrica*[1]. A partir desse momento uma série de discussões e divergências a respeito do pedido são debatidas no Tribunal da Junta do Comércio. O processo se estende até outubro do mesmo

[1] Receber uma provisão significava receber um "privilégio" que poderia variar desde a isenção das tarifas de importação, a concessão de exclusividade por 14 anos para fabricação de determinado produto (privilégio em si), a liberação de prêmios através de loterias ou inúmeros outros favores que fossem atendidos pela Junta do Comércio, como por exemplo encaminhamento de mestres manufatureiros ou aprendizes para sua fábrica

ano e termina inconclusivo, onde sabemos apenas que suas discussões e o próprio pedido foram apresentados para apreciação e decisão de "Vossa Majestade Imperial"[2]

Antonio Dames argumenta em seu pedido que "*deseja obter provisão de fabricante para poder gozar dos privilégios pelas leis do Império do Brasil"* (ANRJ, 7x, cx 425, pct 1). Além disso, segundo ele seu estabelecimento estaria nas mesmas condições de outros empreendimentos de sabão que receberam Provisão de Fábrica do governo Imperial. Ao pedir a *Provisão de Fábrica*, o suplicante desejava a isenção dos direitos de importação de matéria-prima para sua fábrica no porto do Rio de Janeiro.

Em 6 de outubro de 1834, Leonardo Pinheiro de Vasconcelos, deputado-inspetor responsável por vistoriar a fábrica de Antonio Dames, envia ao Tribunal da Junta do Comércio seu parecer contrário ao deferimento da provisão. Vasconcelos inicia seu relatório argumentando que o estabelecimento de Antonio Dames não seria uma fábrica e sim uma oficina, portanto, não deveria receber provisão de fábrica uma vez que o Alvará Régio de 28 de abril de 1809 previa a concessão apenas para manufaturas. O dito Alvará constava o direito à isenção aduaneira de matérias-primas para as fábricas nacionais como o privilégio exclusivo por 14 anos para os introdutores ou inventores de novas máquinas. Segundo Vasconcelos:

> "Pela constante inteligência que tem sido observada e praticada neste tribunal a lei de 28 de abril de 1809 única aplicável ao objeto e segundo a opinião que sempre sustentei nas diversas informações e votos que tenho emitido nunca se julgarão compreendidas na disposição daquela lei as oficinas de sabão, velas de sebo e cera, destilação e outras que de remoto tempo são conhecidas neste Império ainda mesmo na época em que era considerada colônia e estava na absoluta dependência do Reino de Portugal. [. . . ] firma sem menor dúvida o fundamento da proteção privilegiada que a nação garante a taes empresas e estabelecimentos por huma parte nas vantagens que dali se esperam o bem público e por outra seu mérito, trabalho e dispêndio do empresario. Nenhuma dessas razões porém concorre nas oficinas impropriamente intituladas de fábricas, de queora se trata. O fabrico do sabão é tão simples e conhecido quanto praticado entre nós ou de pior ou de melhor qualidade até para usos domésticos e qualquer particular o fazem a menor custo"(ANRJ, 7x, cx 425, pct 1)

Segundo o Inspetor da fábrica, o espírito da lei tinha como objetivo privilegiar e proteger os novos ramos de fábricas que pudessem vir a existir após o fim da proibição de manufaturas em território brasileiro a partir de 1808. Em sua visão as oficinas de sabão não seriam fábricas além de serem conhecidas e existirem no próprio período colonial. Ele ainda argumenta que deferir o pedido de provisão produziria prejuízos a nação devido a perda dos direitos de alfândega, mas destaca ainda algo mais grave: Haveriam mais oficinas, *"alcunhadas de fábricas"*(ANRJ, 7x, cx 425, pct 1), fraudando pedidos de provisão para receberem isenções de maneira que seria impossível fiscalizar os termos das concessões de provisão. Segundo ele não seriam por essas pequenas oficinas que "s*e aumentão e melhoram os benefícios comuns da nação"* (ANRJ, 7x, cx 425, pct 1), mas pelo contrário

> "somente como em todos os paizes civilizados por meio de fábricas que trabalham em grande e abasteçam o mercado público donde provém a barateza do gênero, assim como a perfeição de mão de obra pela emulação e rivalidade dos fabricantes entre si para melhor e mais prontamente vendagem de suas manufaturas."(ANRJ, 7x, cx 425, pct 1)

Apesar de um duro parecer favorável ao indeferimento do pedido, a resposta veio assinada por José Antonio Lisboa informando que o pedido do suplicante parecia não ter cabimento, porém seria enviado para apreciação de Vossa Majestade Imperial. A partir de então se inicia uma grande divergência entre os membros da Junta do Comércio e esse conflito nos revela as visões existentes sobre o que seria uma fábrica para o período. No dia 25 de Outubro de 1834, José Antonio Lisboa enviou em separado o seu parecer sobre o caso. Ele inicia seu argumento tal qual Leonardo Pereira de Vasconcelos, por não ser uma manufatura o

[2] Para acessar o processo de Antonio Dames ver: Arquivo Nacional. Código de Fundo 7x Coleção: Real Junta do Comércio Agricultura Fábricas e Navegações. Caixa 425. Pacote 1

estabelecimento do suplicante não estaria nas condições do Alvará de 1809 para receber isenção de direitos de matérias-primas

Mantendo a linha de argumentação próxima a de Vasconcelos, Antonio Lisboa enfatiza que a abertura de um precedente traria causas *"funestas"* para as fazendas nacionais uma vez que teriam que conceder provisão a pedidos idênticos. Porém, Lisboa acrescenta um argumento: seria necessário que essa questão fosse revista pelo poder legislativo, já que uma vez que a lei não especificava quais seriam as fábricas que poderiam receber os direitos do alvará de 1809 não caberia ao Tribunal legislar a esse respeito.

Antes que o parecer final do Tribunal da Junta do Comércio fosse emitido, outro deputado apresentou um voto em separado discordando dos argumentos de Leonardo Pinheiro de Vasconcelos e de José Antonio Lisboa. Segundo Ignácio Álvares Pinto de Almeida, deferir o pedido de provisão do suplicante seria tanto uma questão de jurisprudência do Tribunal quanto de nacionalismo. Ele aborda que anteriormente o Tribunal haveria subsidiado em seiscentos mil réis o alemão Guilherme Muller para construir uma fábrica de sabão no Brasil. Dessa maneira, de acordo com Ignácio seria

> "uma injustiça manifesta e ofensiva ao nacionalismo [. . . ] negar aos nacionais provisão de fábrica para estabelecimentos que sem pedirem dinheiro a Nação levantaram a sua própria custa e grande dispêndio de seus Capitais e que nenhuma outra cousa pedem mais do que a isenção de direitos que as leis existentes lhes outorgaram." (ANRJ, 7x, cx 425, pct 1)

O deputado ainda cita as fábricas de sabão de Francisco José Rodrigues e Wenceslau Miguel de Almeida que havia recebido provisão de fábrica e que, portanto não, poderiam negar o mesmo a Antonio Dames e caso o pedido do suplicante fosse negado à questão deveria ser avaliada pelo legislativo nacional. Ignácio ainda menciona que ele próprio havia recebido a mesma provisão para sua "fábrica" de destilar aguardente, sendo que todos os demais pedidos do mesmo ramo que chegaram ao tribunal foram negados.

O parecer final do Tribunal da Junta do Comércio tendeu a favorecer a interpretação de Ignácio Álvares de Almeida. Segundo o parecer, existiriam muitos gêneros de manufaturas recebendo as provisões e um entendimento particular sobre o que seria ou não uma fábrica era insuficiente para negar a um fabricante um direito que outros já possuíssem.

Esse imbróglio envolvendo o pedido de provisão de Antonio Dames nos mostra como era um problema para os próprios atores da época compreender quais seriam as distinções entre oficinas, fábricas e manufaturas. A questão adentrava os círculos de decisões estatais e foi necessário ser definitivamente resolvido através de uma consulta feita pelo Regente do Império. No dia 02 de Maio de 1838 o corpo burocrático da Junta do Comércio emite um parecer sobre a consulta e a resposta passou a nortear as principais decisões do Tribunal. Investigando o parecer da Junta do Comércio, Silvana Andrade nos mostra os participantes da comissão responsável por elaborar o documento, sendo eles Joaquim Gonçalves Ledo e dois dos envolvidos nas tensões acima: José Antonio Lisboa e Ignácio Álvares Pinto de Almeida (SANTOS, 2018, p. 171-182). De acordo com o documento da Consulta a Junta do Comércio entendia que "*Nenhum povo pode ser admitido na ordem das nações se ele não avança na carreira industrial*"(ANRJ, 7x, Cx 428, pc 2).[3]Destacando assim a importância do setor fabril para a economia nacional.

Ao ser questionada sobre *"o que deve-se entender sobre fábricas em grande porte"* (ANRJ, 7x, Cx 428, pc 2) a Junta do Comércio expõe sua explicação sobre o que consistira as diferenças entre oficinas, fábricas e manufaturas: "*Chamam eles Oficina o estabelecimento industrial onde um ou mais indivíduos se empregam no trabalho de qualquer arte mecânica, fábrica o que emprega muitas oficinas e manufaturas o que compreende diversas fábricas."* (ANRJ, 7x, Cx 428, pc 2). A divisão entre as de grande e pequeno porte seria realizada tanto para as fábricas quanto para as manufaturas sendo consideradas: variedade de produtos, número de trabalhadores, grandeza dos edifícios, emprego de máquinas e circulação de capitais.

A partir de então se construiu uma interpretação mais homogênea dos membros da Junta do Comércio sobre o que seriam oficinas, fábricas e manufaturas e os critérios para a concessão de *provisão de fábrica.*

[3] A consulta está localizada no Arquivo Nacional. Código de Fundo 7X. Coleção da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegações. Caixa 428. Pacote 2.

Segundo Silvana Andrade, o documento concluía que *"Isenções e prêmios continuariam sendo concedidos, contudo, apenas em casos específicos e não a toda e qualquer matéria-prima, manufatura, investidor e inventor."* (SANTOS, 2018, p. 181). O que demonstra que apenas estabelecimentos específicos e que cumprissem os requisitos acima seriam beneficiados com as provisões de fábrica, que a certa altura se caracterizariam majoritariamente pela isenção de direitos de importação

## 4. A Indústria no Brasil através do Tribunal da Junta do Comércio

Em relação ao setor fabril a Junta do Comércio foi bastante atuante, sendo responsável pela fiscalização e administração das fábricas do Estado, tendo também capacidade de intervenção na importação de produtos e suas tarifas alfandegárias e na emissão de pareceres especializados como também na seleção de fábricas que deveriam ser privilegiadas com os favores régios. Entre a documentação da coleção da Junta do Comércio no Arquivo Nacional encontram-se os processos de *pedido de provisão*. Receber uma *provisão* significava receber um "privilégio" que poderia variar desde a isenção das tarifas de importação, a concessão de exclusividade por 14 anos para fabricação de determinado produto (privilégio em si), a liberação de prêmios através de loterias ou inúmeros outros favores que fossem atendidos pela Junta do Comércio, como por exemplo encaminhamento de mestres manufatureiros ou aprendizes para sua fábrica. Nesse sentido Geraldo Beauclair traz em seu livro *Raízes da Indústria do Brasil* uma tabela valiosa com todos *os pedidos de provisão deferidos* pelo Tribunal da Junta do Comércio no período.

Porém, ao avaliarmos a documentação da Junta do Comércio encontramos alguns limites nas avaliações de Beauclair. O primeiro deles diz respeito a escolha feita em trabalhar apenas com as fábricas que tiveram seus pedidos deferidos. Essa escolha privou que entendêssemos quais seriam os setores da indústria fabril que não foram privilegiados pela Junta do Comércio e principalmente o porquê disso. Se reconhecemos que a Junta do Comércio possuía uma interpretação sobre a condução da política econômica, um pensamento econômico e era responsável pela execução prática da lei, os pedidos indeferidos e suas respectivas justificativas seriam relevantes para compreendermos a *Indústria Fabril.*

Além disso, Beauclair se atém aos fatos mais notórios da documentação: proprietário da fábrica, setor da produção, algumas características gerais das fábricas, porém deixa para trás toda a discussão dos processos, até mesmo do deferimento das *provisões.* Dessa maneira podemos encontrar na documentação relevantes debates, ideias e avaliações sobre cada setor fabril**.** Outro limite que encontramos ao estudar a mesma documentação de Beauclair foi sua escolha metodológica em não quantificar os estabelecimentos que ele encontrou, quantas fábricas seriam essas? Quantas teriam provisões negadas? Qual o volume de sua produção? Quais os destinos de suas mercadorias produzida?

Nesse sentido iniciamos nossa pesquisa nessas possibilidades abertas por Geraldo Beauclair. E o primeiro passo para isso foi realizar um levantamento de todas as fábricas encontradas na documentação relativa aos *pedidos de provisão* na Junta do Comércio. Esse primeiro esforço busca mapear a Indústria Fabril tendo um panorama de suas diferenças regionais. Cabe ressaltar primeiramente que uma fábrica, manufatura ou oficina não precisava estar matriculada na Junta do Comércio para funcionar, da mesma maneira que não necessitava de autorização da Junta para ser instalada. Dessa maneira não é apenas possível como é verdadeiro afirmar que teríamos mais fábricas, oficinas e manufaturas no Brasil Oitocentista do que o número que encontramos na Junta do Comércio. Um segundo ponto que precisamos considerar é que a Junta do Comércio ficava localizada na cidade da Corte o que facilitava o acesso dos fabricantes locais as suas deliberações. Portanto não podemos pensar no número de fábricas de outras províncias como um quadro exato do setor industrial naquela região uma vez que seria difícil realizar um *pedido de provisão* dado o distanciamento geográfico. Dessa forma os dados da Junta do Comércio seriam uma amostra de um universo fabril bem maior.

Ao realizarmos o levantamento buscamos incluir não apenas as fábricas que tiveram seus pedidos deferidos ou indeferidos, mas também as fábricas citadas no interior dos processos. Vejamos: Em 1849 a Companhia Brasileira de Asphalto localizada na rua da Conceição número 80 no Município da Corte pede a *provisão* do título de *Fábrica Nacional*. Porém a dita fábrica de asphalto possuía outras fábricas da mesma companhia em outras regiões, a saber, Petrópolis, Campos dos Goytacazes e Bahia. A existência dessas três fábricas só foi possível levando em conta não apenas a fábrica que realizou o pedido, mas tendo conhecimento de toda a discussão dos processos disponíveis.

Outro ponto que pretendemos destacar sobre o levantamento é relativo ao ano indicado. Ele não equivale ao ano de deferimento do pedido de provisão ou até mesmo aos números de pedidos de provisão. Antes indicamos o ano ou equivalente ao primeiro pedido feito pela dita fábrica ou equivalente ao ano que encontramos a menção a uma fábrica que ainda não havia sido mencionada na documentação. Os processos que se configuraram enquanto "tentativas de instalação", ou seja, pessoas que recorriam a Junta do Comércio pedindo *provisão* ou alguma quantia em valor para estabelecer uma fábrica; como não teríamos capacidade de verificar se essa fábrica foi de fato instalada ou não, ela ficou fora do levantamento realizado. Caso a mesma fábrica aparecesse diversas vezes, com processos distintos, em anos distintos e/ou com pedidos diferentes foi computado o primeiro ano de aparecimento da mesma. Vejamos o caso de Pedro Pedelupe que sendo proprietário de uma Fábrica de Chapéus realiza seu primeiro pedido de provisão em 1825, entre esse ano até 1838 ele realiza uma grande quantidade de *pedidos de provisão* em todos os anos, e por vezes vários pedidos em um mesmo ano. Dessa maneira sua fábrica foi contabilizada para o ano de 1825. Dessa forma também o ano indicado pode não significar o ano de surgimento da fábrica.

No total foram encontrados 179 estabelecimentos fabris compostos em sua maioria por fábricas e manufaturas e algumas oficinas. Vejamos conforme o Mapa I. Podemos visualizar a grande concentração de fábricas no município da Corte. Das 179 fábricas encontradas na documentação da Junta do Comércio 116 delas estavam na cidade do Rio de Janeiro. Ou seja 64,8 % das fábricas encontradas na documentação estaria localizada no Rio de Janeiro, seguido pela Bahia onde encontramos 11,7 % do total de fábricas (21 fábricas). Isso ocorre como comentamos anteriormente tanto porque o Tribunal da Junta do Comércio estava localizado na Capital, como também devido a grande dinamicidade econômica oriunda da interiorização da metrópole, do aquecimento do tráfico legal e ilegal de escravizados e o recrudescimento da escravidão tendo como lócus o Vale do Paraíba Fluminense. O crescimento do setor fabril no Rio de Janeiro acompanha também o desenvolvimento de seu setor bancário, a pujança de sua praça de comércio e sua capacidade tanto de atrair e mobilizar capitais quanto de seus agentes influenciarem nas políticas do Império.

**Mapa I.** Todas as fábricas encontradas no Tribunal da Junta do Comércio

Referência: SINDER, Matheus. MAPA 22. In: SARAIVA, Luiz Fernando; NABARRO, Wagner; GOLDFEDER, Pérola (orgs.). Atlas Histórico-Econômico do Brasil no século XIX. Brasília. Senado Federal. Niterói. Eduff. 2024.

Ainda assim, considerando que estamos observando uma sociedade de economia predominantemente agrícola em um período que a indústria em outros lugares do mundo ainda seria muito incipiente, não poderíamos falar de um atraso econômico industrial. Ao contrário, os dados da Junta do Comércio nos dão uma amostra de que a indústria se desenvolvia nas regiões de maior dinamicidade econômica no século XIX e/ou que demonstravam certo crescimento: Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia. Precisamos também entender certos limites da documentação utilizada. Se consideramos as indústrias em Minas Gerais veremos um número de estabelecimentos bastante inferior ao que demonstrado na Pesquisa de Douglas Cole Libby para região (LIBBY, 2002). Por isso entendemos que esses números podem ser ainda maiores. Ainda, se considerarmos trabalhos mais recentes sobre a indústria fabril no Brasil, vamos perceber que as regiões de maior concentração de escravizados apresentavam a maior quantidade de indústrias (SINDER, 2023).

**Tabela I.** Todas as fábricas encontradas na Junta do Comércio pôr província/década

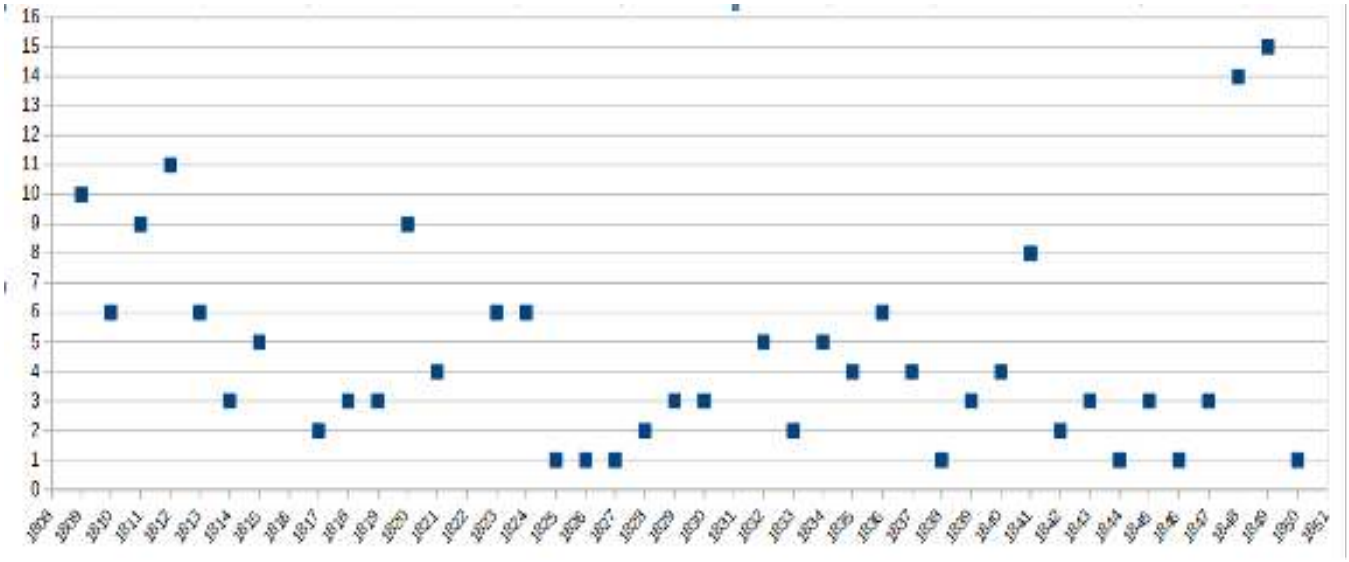
| | 1809-1818 | 1819-1828 | 1829-1838 | 1839-1850 |
|---|---|---|---|---|
| Corte | 33 | 19 | 19 | 45 |
| Bahia | 9 | 1 | 7 | 4 |
| Rio de Janeiro | ---- | 4 | 1 | 5 |
| São Paulo | 2 | 4 | 3 | 1 |
| Pernambuco | 3 | 3 | 1 | ---- |
| Rio Grande do Sul | 3 | 1 | 1 | 1 |
| Minas Gerais | 2 | 1 | ---- | 1 |
| Maranhão | 1 | ---- | 1 | ---- |
| Espírito Santo | 1 | ---- | ---- | ---- |
| Alagoas | ---- | ---- | ---- | ---- |
| Pará | 1 | ---- | ---- | ---- |

Fonte: Arquivo Nacional. Código de Fundo 7x Coleção: Real Junta do Comércio Agricultura Fábricas e Navegações. Caixas: 422, 423, 424, 425, 426, 427 e 428

Excetuando-se a província Fluminense e Alagoas todas as demais províncias buscaram a Junta do Comércio logo em sua primeira década de funcionamento. Isso demonstra que o Alvará régio de 1808 que permitiu as manufaturas em território nacional surtiu efeito em diferentes partes do Império Luso-brasileiro. Diferentemente, o último período estudado temos um maior número de províncias que não encontramos nenhuma fábrica, como também uma diminuição de fábricas encontradas em São Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul e Minas Gerais em relação ao início do período. Apenas Rio de Janeiro e a própria Corte crescem em relação a primeira década analisada.

Se nesse primeiro momento há um crescimento geral de fábricas encontradas, especificamente na Corte e podemos associar isso a liberação das manufaturas e ação Estatal para uma "industrialização" o que teria proporcionado um número superior de fábricas encontradas no Rio de Janeiro no último período estudado? Para isso realizamos um levantamento das fábricas encontradas por ano.

**Gráfico I.** todas as fábricas encontradas na Junta do Comércio por ano da primeira menção



Fonte: Arquivo Nacional. Código de Fundo 7x Coleção: Real Junta do Comércio Agricultura Fábricas e Navegações. Caixas: 422, 423, 424, 425, 426, 427 e 428

O dado nos chama atenção pois os dois maiores picos de fábricas encontradas são os anos de 1848 e 1849, exatamente os anos anteriores ao fim do Tribunal da Junta do Comércio. Walter Mattos defende que a instituição ao final de seu período estaria em franca decadência e com pouca capacidade de exercer suas funções (LOPES, 2009). Porém o número de fábricas encontradas (e provavelmente o de fábricas provisionadas) é o maior entre os 42 anos de funcionamento da Junta do Comércio. Como ficou demonstrado em outro trabalho, o crescimento do setor fabril do Rio de Janeiro na década de 1840 tem relação direta com a expansão do tráfico ilegal de escravizados (SINDER, 2023)

Precisamos também entender não apenas a relação das fábricas encontradas e suas regiões, mas também quais seriam essas fábricas? Quais seriam os setores que caracterizariam a indústria fabril brasileira? Esse movimento de categorização foi realizado por Geraldo Beauclair em *A Construção Inacabada*. Ele classifica a indústria fabril em três grandes setores: As fábricas associadas a navegação; as associadas a agricultura e as associadas as artes de geral acomodação do povo. Beauclair segue assim a interpretação hegemônica vigente no período, mais especialmente de Cayru, onde as fábricas e outros setores da economia não seriam opostos, mas antes deveriam ser complementares. Ou seja, as fábricas sempre estariam associadas a algum dos ramos econômicos mais relevantes: agricultura, navegação e produtos de consumo para o mercado interno.

Nas fábricas associadas a navegação foram englobadas por Beauclair estaleiros, fundições entre outros estabelecimentos relacionados a construção naval. As fábricas associadas a agricultura para ele seriam engenhos de moer, serrar entre outras possibilidades, mas que necessitavam de um certo maquinário, especialmente engenhos à vapor. Além disso também considerava fábricas têxteis como associadas da agricultura. O último setor, as artes da Geral Acomodação do Povo envolviam uma série de atividades que iam desde a fabricação de sabão, chapéus, cigarros passando pela construção urbana até as fábricas de chocolate.

Por serem muito abrangentes as formas classificatórias de Beauclair nos impedem de observar as especificidades das fábricas que estariam surgindo no período. Ao falarmos de fábricas associadas à agricultura qual seria a dimensão dos empreendimentos têxteis? Seriam a maioria? E quais seriam os principais produtos utilizados para a "acomodação do povo"? Para isso resolvemos considerar algumas divisões pertinentes. Primeiramente consideramos todas as fábricas de fiação e tecelagem de algodão enquanto um setor têx-

til distinto. Dessa maneira as fábricas associadas a agricultura seriam aqueles engenhos que aplicassem maquinaria à vapor como também fábricas de couro, rapé, vinhos entre outras.

Nas nomeclaturas encontradas na documentação encontramos inúmeras fundições, mas com características fundamentalmente diferentes. Algumas eram fundições que funcionavam enquanto pequenas oficinas de panelas, talheres e outros itens de ferro, já outros se constituíam como a Fundição da Ponta d' Areia e estariam envolvidas na produção de caldeiras e embarcações. Por vezes a documentação também não é muito nítida sobre isso e, portanto, decidimos agrupar todos os estabelecimentos relacionados ao uso e/ou fundição de ferro em um único setor. Ao realizarmos esse procedimento metodológico percebemos que diminuiu o número de fábricas associadas à navegação permanecendo aqueles voltadas para a fabricação de cordas, materiais de revestimento das embarcações entre outras. Além disso, incluímos em separado um setor de Obras Urbanas.

Incluímos mais uma vez três setores, mas dessa vez seguimos algumas indicações já realizadas por Geraldo Beauclair: Vestuário e Limpeza, Alimentos Processados e Química. Esse último definimos a partir das fábricas responsáveis pela produção de ácido sulfúrico como também alguns tipos específicos de óleos. Já os Alimentos Processados incluímos as fábricas de chocolate e também de Pão. Por fim seguindo a subclassificação de Geraldo Beauclair estabelecemos no setor de Vestuário de Limpeza as fábricas de Velas, Sabão, Pentes e Chapéus, mas as agrupamos por também possuírem processos produtivos de baixa complexidade.

Dessa maneira podemos observar que os setores de Vestuário e Limpeza, Têxtil e os Associados a agricultura foram os mais encontrados no levantamento. Se observarmos dessa forma temos um quadro estático dos setores da indústria, porém ao observarmos o surgimento dessas fábricas no decorrer do tempo conseguimos compreender determinadas mudanças essenciais na economia brasileira e no setor fabril. Na primeira década do nosso recorte o número de fábricas encontradas no setor têxtil foi de 67 % do total do setor até o fim do período. Já o setor de Vestuário de Limpeza encontramos 59 % do total de suas fábricas na última década do período aqui analisado. Isso indica que nos primeiros anos após a lei de liberação das manufaturas em terras brasílicas houve um movimento de instalação de indústrias têxteis.

**Tabela II.** Todas as fábricas encontradas na Junta do Comércio por setor

| SETOR | Número de fábricas encontradas |
|---|---|
| **Vestuário e Limpeza** | 57 |
| **Associadas a Agricultura** | 43 |
| **Têxtil** | 31 |
| **Ferro** | 23 |
| **Alimentos Processados** | 8 |
| **Associadas a Navegação** | 7 |
| **Química** | 6 |
| **Obras Urbanas** | 4 |

Fonte: Arquivo Nacional. Código de Fundo 7x Coleção: Real Junta do Comércio Agricultura Fábricas e Navegações. Caixas: 422, 423, 424, 425, 426, 427 e 428

**Tabela III.** Todas as fábricas encontradas na Junta do Comércio por Setor/Década

| | 1809-1818 | 1819-1828 | 1829-1838 | 1838-1850 |
|---|---|---|---|---|
| **Alimentos Processados** | 3 | 4 | ---------- | 1 |
| **Associados a Agricultura** | 14 | 13 | 9 | 7 |
| **Associados a navegação** | 4 | ---------- | ---------- | 3 |
| **Ferro** | 12 | 6 | 2 | 3 |
| **Obras Urbanas** | --------- | ---------- | --------- | 4 |
| **Química** | 1 | 1 | --------- | 4 |
| **Têxtil** | 21 | 6 | 2 | 2 |
| **Vestuário e Limpeza** | 1 | 3 | 19 | 34 |

Fonte: Arquivo Nacional. Código de Fundo 7x Coleção: Real Junta do Comércio Agricultura Fábricas e Navegações. Caixas: 422, 423, 424, 425, 426, 427 e 428

Aparentemente o imbróglio que vimos no capítulo anterior sobre a fábrica de Sabão de Antonio Dames era também um sinal de que o setor do Vestuário e Limpeza estava em crescimento. Alias, se acompanharmos os *Relatórios dos Ministros da Secretária de Estado dos Negócios da Fazenda* podemos perceber que o setor ia bem além de mera produção para o mercado interno e de fábricas desimportantes para o Estado Brasileiro. No Relatório apresentado pelo Ministro Joaquim José Rodrigues Torres em 1850[4] ele traz uma tabela informando as fábricas que tinham obtido concessão de despacho livre de matérias-primas. Na região fluminense houve 27 fábricas que constavam na lista, sendo dessas uma era fábrica Têxtil, 9 de chapéus, 10 de Sabão e Velas, e a fundição de Irineu Evangelista de Souza, dentre outras. Somadas o setor de Vestuário de Limpeza representava 70 % das fábricas com isenção de tarifas. O mesmo fenômeno se repete em outras províncias: das duas fábricas da lista que eram provenientes de Pernambuco, 1 era de Sabão. Das três que constavam oriundas da Bahia, 1 também era de sabão. Além disso Rio Grande do Sul e São Paulo tinham duas fábricas respectivamente na lista e todas eram fábricas de Chapéus. O mesmo ocorre no Maranhão, Pará e Minas Gerais com fábricas de Velas, Sabão e Chapéus respectivamente.Isso é um indicativo de que não apenas encontramos mais fábricas desse setor ao final do período estudado como também que os seus pedidos de provisão passaram a ser atendidos.

As fábricas de sabão por sua vez reaparecem nos Relatórios dos Ministros da Fazenda, desta vez no ano de seguinte onde é apresentado uma relação dos principais produtos exportados para o Rio da Prata e neles constam: Sabão, Velas, Cigarros, Rapé, manufaturados de algodão dentre outros. Que o sabão era um produto de exportação não parecer ser novidade para os agentes da época. No processo que analisamos no primeiro capítulo desse trabalho Leonardo Pereira de Vasconcelos e José Antonio Lisboa destacam em seus argumentos que o sabão aqui fabricado é exportado para Angola. Em pesquisa anterior, demonstramos que isso ocorreu principalmente pela relação do setor de Vestuário e Limpeza com as dinâmicas da escravidão. Circulação, produção e o consumo de mercadorias dessas fábricas estavam sinergicamente interligados com as demandas e racionalidades de uma economia escravista. Eram mercadorias essenciais na distinção social e hierárquica dessa sociedade; participava dos circuitos do tráfico ilegal de escravizados; era exportada para África e Bacia do Rio de Prata; além de contar com grande parte de sua mão-de-obra escravizada.

Os dados encontrados nos *Relatórios de Ministro da Fazenda* nos permitem concluir que o setor de Vestuário e Limpeza era o principal em grande parte do Império do Brasil. Ao realizarmos um levantamento dos setores fabris por províncias é possível ver essas tendências dessa indústria no oitocentos em diferentes regiões. O que nos cabe indagar é quais seriam os fatores que levaram o Estado Imperial a privilegiar o setor de Vestuário e Limpeza no processo de multiplicação da Indústria Fabril e não outros setores com

[4] BRASIL. Ministério da Fazenda. Joaquim José Rodrigues Torres. Proposta e Relatório do anno de 1850 apresentados a assembleia geral legislativa da terceira sessão e oitava legislatura. 1850. p. 84-87

maior capacidade de transformação econômica?

**Tabela IV.** Fábricas encontradas na Corte por setor

| Setor | Fábricas encontradas na Corte |
|---|---|
| **Vestuário e Limpeza** | 48 |
| **Associadas a Agricultura** | 18 |
| **Têxtil** | 17 |
| **Ferro** | 16 |
| **Alimentos Processados** | 7 |
| **Química** | 6 |
| **Associadas a Navegação** | 3 |
| **Obras Urbanas** | 1 |

Fonte: Arquivo Nacional. Código de Fundo 7x Coleção: Real Junta do Comércio Agricultura Fábricas e Navegações. Caixas: 422, 423, 424, 425, 426, 427 e 428

Uma vez demonstrada a relação do setor de Vestuário e Limpeza com as dinâmicas da escravidão é possível compreender como na cidade do Rio de Janeiro esse era o principal setor. na cidade do Rio de Janeiro, que foi um dos maiores portos de desembarque de africanos escravizados nas Américas. O porto do Rio e suas ligações atlânticas se estendiam desde exportações e importações para a Europa e Estados Unidos até a aquisição de "mercadoria humana" através do comércio negreiro. A cidade fundamentalmente marcada pela presença de negociantes e seus negócios recebeu boa parte dos um milhão e cento e oitenta e oito mil africanos escravizados, desembarcados no sudeste na primeira metade do século XIX (SlaveVoyages, 2021). Esse elevado número de escravizados demonstra a capacidade de investimentos oriundos da escravidão.

O capital advindo do comércio possibilitou uma diversificação econômica dos negócios de inúmeros agentes do período. O caso mais emblemático é o de Irineu Evangelista de Souza, Barão e Visconde de Mauá (GUIMARÃES, 2007). Negociante, Irineu investiu seus cabedais em companhias comerciais, concessões públicas, casas bancárias e em uma manufatura localizada na Ponta d' Areia, no outro lado da baía de Guanabara. O caso em si é capaz de demonstrar a relação de negociantes e do tráfico de escravizados com aspectos da modernidade capitalista do período: estabelecimento de um sistema financeiro; relações público-privadas e o que mais nos interessa: o investimento no setor fabril. Se a Grã-Bretanha foi chamada de a grande oficina do mundo, poderíamos afirmar que a cidade do Rio de Janeiro era a grande oficina do Brasil.

## 5. Considerações Finais

A partir dos estudos quantitativos feitos na documentação do Tribunal da Junta do Comércio foi possível identificar as raízes da indústria no Brasil, para utilizarmos a expressão de Geraldo Beauclair. A partir do fim do estatuto colonial em 1808, com o Rio de Janeiro se tornando a nova sede do Império Ultramarino Português, as dinâmicas sociais no Brasil começam a experimentar os processos históricos derivados da expansão do capitalismo. Como observado por parte da historiografia, esse movimento de disseminação das relações sociais do Capital e de consolidação de umaeconomia de mercado significou o recrudescimento do tráfico de escravizados e da própria escravidão no Brasil.

O ponto que estamos destacando é como essa economia escravista nacional também produziu setores econômicos modernos no seu processo de inserção ao capitalismo histórico e ao mercado mundial. Dessa maneira podemos traçar as origens da indústria no Brasil a primeira metade do XIX. Sendo assim, a partir das fábricas encontradas na documentação do Tribunal da Junta do Comércio é possível observar que as atividades fabris abrangiam diferentes regiões do Brasil e que esses empreendimentos estiveram em contato com o Estado com o objetivo de angariarem proteções e privilégios. O principal setor desse fenômeno fabril oitocentista era o setor de Vestuário e Limpeza, as fábricas de sabão, velas, chapéus, calçados etc que tinham estreita relação com a escravidão.

## 6. Referências Bibliográficas

### 6.1 Documentos

ARQUIVO Nacional. Coleção da Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. Código de Fundo 7x. Códice 217.

### 6.2 Bibliografia

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. O comércio inglês no Império Brasileiro: a atuação da firma inglesa Carruthers & Co. 1824 – 1854. In: CARVALHO, José Murilo de (org.) Nação e Cidadania no Império: Novos Horizontes. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2007

HOBSBAWM, Eric J. A Era das Revoluções(1789-1848). São Paulo. Paz e Terra. 2012

LIBBY, Douglas Cole. Protoindustrialização em uma sociedade escravista: o caso de Minas Gerais. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral. História Econômica da Independência e do Império. 2.Ed. São Paulo. Hucitec. ABPHE. Edusp. 2002. pp.237-240

LOPES, Walter Mattos. "A Real Junta de Commércio, Agricultura, Fábricas e Navegações, deste Estado do Brazil e seus Domínios Ultramarinos":Um Tribunal de Antigo Regime na Corte de Dom João VI (1808-1821). Niterói. Dissertação (Mestrado em História. Universidade Federal Fluminense. 2009

NETTO, Mario Danieli. Escravidão e Indústria: um estudo sobre a fábrica São João de Ipanema – Sorocaba- (SP) 1765-1895. 2006. Tese de Doutorado. Unicamp. Campinas.

NEVES, Lúcia M. Bastos P. Estado e Política na independência. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (Org.). O Brasil imperial, v. 1 (1808 - 1831). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 95-136.

ODILA, Maria. A interiorização da metrópole e outros estudos. São Paulo. Alameda. 2005

OLIVEIRA, Geraldo Beauclair de. A Construção Inacabada: a economia brasileira, 1828-1860. Rio de Janeiro. Vício de Leitura. 2001

OLIVEIRA, Geraldo Beauclair de. Raízes da Indústria no Brasil. Rio de Janeiro. Studio F & S Editora. 1992.

SANTOS, Silvana Andrade dos. "Factos, princípios d' economia e regras de administração pública": considerações sobre o Tribunal do Comércio e a industrialização brasileira na primeira metade do século XIX. Revista Cantareira. Niterói. N. 29. p. 171-182. 2018

SANTOS, Silvana Andrade dos. Tecido Pela Escravidão: tráfico e indústria na Fábrica Têxtil Todos os Santos (Bahia, c.1840-1870). São Paulo. HUCITEC. 2023.

SINDER, Matheus. O Nascimento da Indústria no Brasil: fábricas, economia escravista e capitalismo no século XIX (1808-1870). Niterói. Dissertação de Mestrado. PPGH-UFF. 2023.

SINDER, Matheus. MAPA 22. In: SARAIVA, Luiz Fernando; NABARRO, Wagner; GOLDFEDER, Pérola (orgs.). Atlas Histórico-Econômico do Brasil no século XIX. Brasília. Senado Federal. Niterói. Eduff. 2024.

# WHEN THE MUSIC STOPPED:

## Reagan Administration's Response to Brazil's Debt Crisis (1982-1983)

# *QUANDO A MÚSICA PAROU:*

## *A resposta da administração Reagan à Crise da Dívida brasileira (1982-1983)*

**Bruno Biasetto**[a,@]

[a]Pesquisador do Centro de Estudos da América Latina e Caribe na New York University (Canadá). Doutor em História Econômica da América Latina pela Georgetown University (Estados Unidos).
[@]Contato principal: **bhb27@georgetown.edu**

### Resumo

**Este artigo acadêmico adentra a intricada teia de manobras diplomáticas e legislativas orquestradas pela administração Reagan durante a crise da dívida do Brasil de 1982 e 1983. Focado na análise sobre como Reagan tentou evitar o calote brasileiro, o estudo analisa a formulação e execução de políticas, lançando luz sobre as delicadas negociações com o Congresso para a aprovação de um abrangente pacote de resgate em 1983. Em meio aos desafios apresentados pela interseção dos poderes executivo e legislativo na política americana, o artigo examina as complexidades de conduzir essas negociações. Além disso, analisa o papel desempenhado por instituições financeiras internacionais, como o FMI e o Federal Reserve, ao lidar com a crise da dívida da América Latina na década de 1980. Essa análise histórica ilumina as dinâmicas multifacetadas que moldaram a resposta dos Estados Unidos em um momento crítico na história econômica da América Latina.**

**Palavras-chave**

Crise da Dívida | Brasil | Reagan | América Latina | FMI

**Códigos JEL**

F13 | F33 | F52 | H63 | N26

### Abstract

**This academic paper delves into the intricate web of diplomatic and legislative maneuvers orchestrated by the Reagan administration during Brazil's debt crisis of 1982 and 1983. Focused on averting a Brazilian default, the study scrutinizes the formulation and execution of policies, shedding light on the delicate negotiations with Congress for the approval of a comprehensive rescue package in 1983. Amidst the challenges posed by the intersection of executive and legislative branches in American politics, the paper examines the complexities of navigating these negotiations. Additionally, it dissects the pivotal roles played by international financial institutions, such as the IMF and the Federal Reserve, in addressing the broader Latin American debt crisis of the 1980s. This historical analysis illuminates the multifaceted dynamics that shaped the United States' response to a critical juncture in Latin American economic history.**

**Keywords**

Debt Crisis | Brazil | Reagan | Latin America | IMF

**JEL Codes**

F13 | F33 | F52 | H63 | N26

## Introduction

When the Mexican government sought assistance to address its external debt in 1982, few analysts could anticipate the unfolding events. Commencing in Mexico, the crisis soon permeated throughout Latin America, presenting one of the most formidable challenges to the Reagan administration in terms of American foreign relations. The IMF adjustment package, endorsed by the US government, emerged as a pivotal initiative in 20th-century American foreign policy toward Latin America. The measures implemented in 1983 by analysts from the Treasury and IMF would later influence the conceptual framework underpinning the Baker Plan (1985) and the Brady Plan (1989), ultimately inspiring what became known as the Washington Consensus.

This paper aims to dissect an issue that had a profound impact on Latin America, leaving an enduring mark on Brazilian society. In the early 1980s, Brazil found itself in need of credit from the IMF to service

its foreign debt. With the substantial contribution of the United States, the Fund's primary stakeholder, credit for servicing the debt in an orderly manner became available. The focus here is to scrutinize how the Reagan administration, Congress, and the IMF collaborated to avert a Brazilian default, which could have had severe consequences for American business interests in the region.

Given Brazil's status as both the largest debtor globally and the largest economy in Latin America, and considering the crisis occurred amid a complex political transition, it is logical to concentrate on Brazil. The paper initiates by recounting the acknowledgment of the crisis by the Brazilian military junta and delves into the origins of Brazil's debt during the 1970s. The subsequent section examines the political struggle within the Reagan Administration to secure congressional approval for a crucial rescue package to be administered by the IMF. Finally, the last section explores the approval of the package, the apprehension surrounding potential Brazilian rejection, and the significance of the 1983 adjustment package in addressing the debt crisis.

## 1. The Onset of the Crisis

December 20th, 1982 remains a significant date, albeit forgotten in the memory of most Brazilian historians. On this cold, cloudy day in New York, 1100 bankers from around the world, representing major creditors holding Brazil's external debt, convened at the Baroque Room of the Plaza Hotel. Their purpose: to hear from the Brazilian government about the repayment of their massive loans to the South American country. Brazilian authorities, alongside officials from the Federal Reserve (FED), International Monetary Fund (IMF), and Treasury, were hopeful that the bankers would accept the plan devised in October. Conversely, the bankers, discontented with the situation, believed the plan merely postponed an inevitable default.

At that juncture, Brazil's external debt was claimed by its government to be US$ 72 billion, while creditors estimated it to be closer to US$ 85 billion. With a current account deficit of US$ 17 billion in 1982, Brazil was importing more than it could afford. Following extensive meetings in Rio de Janeiro and New York over two months, Brazilian and American authorities, aided by IMF experts, formulated a plan to avoid a collapse in 1983. The premise was simple: G-7 countries would extend additional credit to the IMF, enabling Brazil to service its debt. Simultaneously, banks would provide additional credit and reschedule payments due that same year. The package aimed to buy time for the Brazilian government to implement an extensive reform plan endorsed by the IMF and the American government (Veja, 1982).

The plan seemed theoretically sound, awaiting convincing all involved parties that it was the best and only solution for Brazil, Mexico, and other Latin American countries facing a similar dilemma.However, dissatisfaction among the bankers surfaced after the announcement at the Plaza Hotel. They found it incredulous that an extra US$ 10.6 billion was sought from them merely to keep afloat the Brazilian government in the coming year. Moreover, there was skepticism about Brazil's ability to adhere to the austerity measures outlined by the IMF.

The international press echoed these concerns. The Economist, in its first edition of 1983, predicted that Brazil would need to implement economic measures so stringent that it risked pushing the country to the brink of social disorder. Referring to the story "Brazil Invents Sambatorium," the British publication outlined the necessity for severe deflationary policies, aiming to control government spending, reduce imports, and create a favorable environment for non-inflationary growth within two years (Economist, 1983). Numerically, this translated to cutting the current-account deficit from US$ 17 billion to US$ 7 billion in one year, reducing inflation from 100 % in 1982 to a maximum rate of 57 %, and growing exports more than fourfold to service the debt in 1983. This monumental task was even more challenging considering Brazil had officially been in recession since 1980, with unemployment exceeding 10 % and negative GDP growth in 1981 and 1982 (Idem).

The exact magnitude of the financial hole remained uncertain. After allowing the IMF's analysts access to all ministry reports and statistics, a grim reality emerged. For over seven years, the government, despite high taxes and imprudent currency emission, had exceeded its means, unable to curb the spending spree of the 1970s (Veja, 1982). IMF findings at the Plaza Hotel revealed flawed public finance management, prioritizing the political objectives of the military rulers and their civilian supporters over maintaining a balanced budget (Economist, 1983).

In this tumultuous context, the United States government played a crucial role as a leader and mediator. The Reagan administration caught off guard by the magnitude of the crisis in Latin America since June 1982, when the Mexican government sought IMF assistance, coordinated its efforts through the Secretary of Treasury and the Chairman of the Federal Reserve. Secretary of the Treasury Donald Regan, inexperienced in international banking crises, faced challenges, compounded by the Reagan administration's initial "hands-off" approach (Carothers, 1991) Faced with the urgency of the moment, the United States government decided to mobilize its economic and political might to address the crisis from the outset.

By early 1983, the US government designated the IMF to manage the debt crisis in Latin America, mediating between the G-10[1], bankers, and debtors. However, a significant obstacle loomed: the IMF's enhanced role required congressional approval, and the US government had decreased resources to multilateral banks since the Johnson Administration (Babb, 2009). Congress, having been told for over a decade that contributing to these institutions was a waste of taxpayer money, now needed to quickly approve funds during a colossal crisis.

Additionally, according to the IMF, Brazil alone required around US$ 8.6 billion to avoid default in 1983 (Boughton, 2001). To allocate the necessary resources to the Fund, Congress had to give its approval. Simultaneously, the Reagan Administration needed to ensure Brazil's cooperation, realizing that the junta had to make substantial concessions to secure additional credit from the IMF (Ibid., p.278). Although Brazil had initiated a mild adjustment program to counter the effects of the Second Oil Shock, it proved inadequate, resulting in a severe recession in 1981 and 1982. President João Figueiredo (1979-1985), more concerned with the transition to democratic rule (*Abertura*), held onto developmentalist policies, making only minor corrections to address what appeared to be a temporary crisis. The Reagan Administration, however, favored radical market-oriented economic policies as the solution to Brazil's challenges.

## 2. Uphill: the battle for the IMF package approval

After his inauguration, President Reagan enjoyed a short honeymoon with the Congress. Reagan could pass one of his most significant accomplishments as President during this honeymoon period, the Economic Recovery Tax Act (ERTA).[2] The Republicans had the majority in the Senate, and the Democrats of the House of Representatives were not in a condition to challenge the popular President after the electoral debacle of 1980. By late 1982, the reality was different. A nation still mired in economic stagnation, a Democratic party emboldened by its victory at the 1982 mid-term elections and a weakened president transformed the Congress from a placid lake into a Roman arena.

One of the favorite areas where the Democrats were willing to challenge the President was foreign affairs. Democrats believed Reagan was a reckless cowboy who was willing to risk the world's existence in a final nuclear showdown with the Soviet Union. In this scenario, it was necessary for the party in opposition to challenge the President in every aspect of his foreign policy. Reagan's strategy to Central America became the favorite spot where the Democrats could make life difficult for the President (Arneson, 1989). The Boland Amendment, which tried to tie the Administration's hands in Nicaragua and culminated with the Iran-Contras scandal, is the clearest example of the troubled relationship between the two branches of

[1] The group of IMF's largest shareholders in 1983. They were composed by the G-7 countries, plus Switzerland, Sweden and Belgium.

[2] Economic recovery tax act. It was largest tax cut in United States history. It planned a 30 % across the board tax cut for all brackets. The cuts were given in three installments of 10 % a year.

power in foreign affairs.

Thus, when the Administration knew it would have to seek congressional authority to provide adequate resources to the IMF, it soon became clear that the task ahead would not be easy. The amendment to supply the IMF in the next fiscal changed the voting pattern of the House and Senate. During the nine-month debate about the issue, Congress did not split along the traditional lines of Republicans and Democrats.Three groups represented the opposition to the IMF funding bill. The first was the ultra-conservative Republicans from the Southwest, who were against the multilateral institutions perceived as a waste of critical national resources. Another opposition group was the supply-side zealots, led by Congressman Jack Kemp (R-NY), who believed market forces alone could address the crisis in Latin America. Kemp himself, one of the most reliable allies of the Administration, had already expressed his opposition to the IMF in an editorial for the Wall Street Journal. According to Kemp, any attempt to mediate the issue would only cost more money to American taxpayers and ultimately would not solve the crisis (Kemp, 1983). Finally, there were many Democrats who thought that an administration that was restricting credit at home to fight inflation should not provide cheap credit to indebted countries. On the other hand, a bipartisan legislative coalition of internationalists and friends of Latin America tried to secure the bill's approval.

For the initial hearing audiences at the Committee on Banking, Finance, and Housing Affairs that started on February 2nd, the Reagan administration decided to send two heavyweight officers: Paul Volcker (FED chairman) and Donald Regan (Secretary of Treasury) (U.S. Senate, 1983). They had a core message: the money was not for the IMF but ultimately aimed to promote American economic interests abroad. In a time when recovery at home was still feeble, exports to Brazil and Mexico alone supported approximately 225.000 American jobs. Therefore, keeping Latin America's most important economies afloat was essential, which was a sound economic policy that Congress could rally behind (Idem).

The Reagan administration also relied on a "shock and awe" element designed to scare Congress and secure funding at a faster pace. Both Volcker and Reagan clarified that, given American banks' exposure to Latin American debt, these countries needed help. If the IMF did not have the extra funding to carry on with the task, default, and the American financial system's virtual implosion would soon follow. At the beginning of his statement, Paul Volcker said this was an "unseen situation in the postwar world." He also argued that the social tension in Brazil and Mexico was becoming unbearable, with people "eating out of cans." (Idem)

The scenario presented by Volcker was close to the Brazilian reality at that point. After getting US$ 4 billion from the IMF as the first tranche of the help package, Brazil needed help to apply for the adjustment program. The deflationary policies to curb imports and restrain domestic consumption were taking a heavy toll on the Brazilian population. In 1982 alone, 700.000 workers lost their jobs and very soon started rioting and looting banks and supermarkets (Economist, 1983). Those still working had to live on a low wage, and inflation was severely eroding their purchase power. In cities like Rio de Janeiro and São Paulo, people were eating out of cans, as Volcker said. Brazilians were barely eating in the country's poorer areas, like the north and the northeast.

The FED chairman argued that only the plan designed by the IMF could take Brazil and Mexico out of that desperate situation (U.S. Senate, 1983). Moreover, it would not burden the 1983 budget since the resources to the IMF would come from government securities already in the FED's portfolio. That means the FED already had the funding available, and the operation would not increase the budget deficit. In addition, this credit to IMF was a loan to the Fund, argued Volcker. Ultimately, the IMF would send the money back to the US government, plus interest (Idem).

Despite the didactical tone of Volcker's statement, the representatives on the Committee were far from convinced of the importance of extending the IMF credit. What followed was a severe bombardment of the FED chairman and some heated exchange between him and the Representatives. Representative Henry Gonzalez (D-TX) feared the economic slump in Mexico could result in a communist revolution. Furthermore, such an event would oblige the United States to reshape its strategy, given the danger of having a communist regime next door. Other representatives like Stewart McKinney (R-CT) and Barney

Frank (D-MA) strongly criticized the Administration's rescue package by arguing that while there was no money available to implement recovery at home, there was ample federal credit for bankrupt Latin American nations (Idem). Congressman William Patman (D-TX) went even further, saying he preferred to see Volcker with the same level of concern about the ripping effects of high-interest rates at home. The vigorous attack on Volcker reflected the mood of the opposition towards Reaganomics at that point (Domitrovic, 2009). The Democrats were able to attach Volcker to Reagan, making them the symbol of everything that was wrong with the American economy at that point.

Having survived fierce attacks from members of Congress, Volcker might have thought that the calm inquiry conducted by Charles Schumer (D-NY) would be a respite from that ordeal. Schumer, in a cold, analytical way, got to the crux of the whole issue. Representative Schumer asked the FED chairman his thoughts on the evident contradiction behind the rescue plan rationale. Essentially, how the IMF and the FED expected to make Brazil repay its loans through export growth as both institutions advised deflationary policies (U.S Senate, 1983). Suddenly, Volcker was caught off guard and avoided a straight answer. He tried to dodge the question by saying that Schumer was wrong, and that the plan's success would prove that a balanced trade balance would, in the end, improve Brazilian exports, without going into specific detail on how that would happen. However, the problem was still there, and a small group of politicians and pundits started to ask themselves the same question.

One of the reasons Brazil had an enormous deficit in its current account was the need to import machinery from developed countries (mainly the USA) to improve its industrial plant and increase its exports. The orthodox plan designed by the Treasury and the IMF took much work to succeed in only one year. The main reason to insist on this unfeasible timetable was that the banks would never accept a "haircut" from the Brazilian government (Carothers, 1991). Hence, the country had to keep exporting at its maximum capacity to service the debt, at the expense of lower inflation rates. Furthermore,was the notion of a Brazilian moral hazard. The unofficial narrative in the US government and the IMF was that Brazil brought its problems on itself, and the banks were victims of reckless borrowing by underdeveloped countries. Therefore, Brazil deserved to be "punished" with adjustment while the banks deserved to be protected (Idem).

Donald Regan's statement, which followed Volcker's, emphasized the moral hazard argument. Before his testimony to the Committee, Regan defended his plan in an editorial for The Wall Street Journal (Regan, 1983), where he followed the same argument presented before the Committee:

- It was essential to ensure that it would be a long-term adjustment and not something only to address more immediate troubles.
- The IMF was the institution that would coordinate all the efforts to bring the crisis to an end and would enforce the adjustment programs.
- The creditors had to certify that these countries would adopt an economic model that could bring sustainable growth and free trade.

After that, Regan complained about the critiques against the bankers that were taking place on Capitol Hill. He said the banks could not have predicted that a prosperous country like Brazil would be in such a terrible situation. After all, the commodities market was booming during the 1970s, and Brazilian industrial exports were doing well; there were no indications that things would turn sour (U.S. Senate, 1983).

Regan preferred instead to blame the state expenditures and subsidies adopted by countries like Brazil to develop its infant industry. The Secretary of the Treasury was a banker with a solid devotion to the free market. Latin America's economic models based on Keynesianism were anathema to him. In Regan's view, protecting a weak industrial park did not make sense when Brazil's most vital asset was raw materials. In that sense, the crisis presented itself as an opportunity for the Reagan administration to push its economic model beyond American borders, and Brazil had everything to be the perfect showcase of the success of that formula.

By Arguing more on moral grounds than technical issues, Regan drew some support from the Senators in the Committee who agreed with him that Brazil had to give up on subsidies immediately. Industrial subsidies created problems for the Brazilian economy since they gave its industries a false sense of security and represented a colossal financial burden for the government. At the end of his statement, Regan reaffirmed that the commercial banks would provide the bulk of the rescue package, not the government. According to him, the banks offered a credit line of US$ 13 Billion to Brazil (U.S. Senate, 1983). As a banker and member of a banker-friendly administration, Regan truly believed that his friends would not let him down and would stand by the Plaza Hotel agreement.

As the first quarter of 1983 ended, the situation was becoming increasingly desperate for Brazil. Congressional hearings on the extra funding for the IMF were still moving on in Washington without a definite date for a vote on the matter. Despite the plethora of panelists in four committees in the House and Senate arguing for the rescue package, the Republican leadership did not have enough support even in their party. Meanwhile, Brazil was trying to reach the goals set by the IMF. Despite its focus on boosting exports, Brazil mustered to export only US$ 850 million in the first quarter of 1983, far behind the US$ 1.5 billion it was needed (Economist, Apr.1983). Even worse was that even if Brazil could reach its goals, the IMF lacked the funds for the upcoming tranches of the emergency loan.

Opposition gained momentum as the Joint Banking and Finance Committee moved closer to a vote. Two of the bill's fiercest opponents, Congressman Ron Paul (R-TX) and Senator Jesse Helms (R-NC), strongly voiced their dissent. Ron Paul's main argument was that there was no crisis at all; this was an invention by the American bankers who only wanted to get a bailout from the American taxpayer (Joint Committee, 1983). Paul also believed that the IMF should disappear because it was an institution without any clear function after the end of the Bretton Woods system in 1971. Paul claimed his research proved that the debt of the Latin American nations was manageable, therefore banks and the indebted countries should solve that by themselves. Congressman Paul also believed the government's plan would only reward reckless behavior from a financial cabal. Finally, Paul argued that no matter what the FED or the Administration said, the bottom line was that the package would cost US$ 8.4 billion to American citizens in a time of recession (Idem).

Three weeks after Ron Paul's statement, it was Jesse Helms ' turn. The Senator was less vitriolic than Paul, but his criticism was equally harsh. Helms used a comprehensive compilation of data to prove his point. Senator Helms also affirmed that bankers were to blame for reckless lending in the Eurodollar market during the 1970s (Joint Committee, 1983). Helms also believed the package needed a thorough revision because of the conditionality principle attached to any IMF adjustment program. In that sense, the Senator argued that countries preferred to "give up the right to wage war than the right to inflate"; therefore, these countries would not follow the painful adjustment demanded by the Fund. In the end, Helms lost the composure he showed throughout his statement by ranting against the late John Maynard Keynes. Helms urged the Committee to seize the "opportunity" brought by the crisis to "get away from the Bretton Woods haunted house and from Lord Keynes ghost" (Idem). According to the Senator, the government had to emphasize privatization, free market, and deregulation as a precondition to approve the rescue package. Coincidentally or not, these words became the IMF's mantra for adjustment plans in Latin America since then. Regarding the debt crisis, Senator Helms argued that the IMF should sell its gold reserve to finance the rescue operation, not burden the American taxpayer (Idem).

From June 15th to July 21st, the Joint Committee for Banking, Finance, and Housing set up a panel about the situation of the Latin American economy. The Congress wanted to hear more from experts and panelists before casting a final vote in August. Raul Prebish, the renowned Argentinian Economist of ECLAC (Joint Committee, 1983), gave one of the most revealing statements of that session. The ECLAC economist questioned the whole rationale behind the rescue package to Brazil and Mexico. Prebish believed the economic imbalance would persist as long as the products from the developing countries did not have more access to the developed markets. Prebish gave voice to a long-standing demand from developing countries that wanted new negotiations on the GATT agreement to ease market restrictions on their

products. Finally, Prebish also argued against the deflationary policies implemented by the IMF in Latin America and warned that people experiencing poverty could not stand such a burden anymore.

Prebish dismissed inflation as a serious problem and asked the US government to foster policies to bring growth to Brazil and Mexico. For him, the most important thing was not to fight inflation but to fight what he called "social inflation," which was the social inequality that existed in the region (Joint Committee, 1983). What Prebish said about the essence of the crisis would come to haunt the US government later, since the problem of inequality and the lack of growth hindered the effectiveness of the schemes designed by the IMF and the Reagan administration. On the other hand, his ideas greatly inspired Brazil's economic policies in the 1980s, with unfortunate results.

The Assistant Secretary of Commerce for International Economic Policy, Alfred H. Kingon, and Marc E. Leland (Assistant Secretary of the Treasury for International Affairs) gave their statements. Secretary Kingon explained that due to the economic downturn in Brazil and Mexico, American exporters had lost 335.000 jobs since the beginning of the crisis in 1982 (Joint Committee, 1983). This scenario hindered America's recovery from the recession. Kingon also stated that the crisis was an opportunity to foster foreign investment in Latin America because only private investment and market-friendly economic policies could solve their problems in the long run.

Marc E. Leland followed produced one of the most consequential statements of the hearings. Leland reaffirmed that the Reagan administration believed that the IMF was the centerpiece of the whole strategy to deal with the crisis. It was the only institution with the clout to solve the liquidity problem and implement long-term reforms simultaneously. Leland also assured that the steps to solve the crisis suggested by Secretary Regan would resolve the matter in a few months (Joint Committee, 1983). The US government wanted to promote a worldwide movement towards a healthier economic environment. This movement emphasized the primacy of market forces and free trade. In that sense, Leland rebutted Prebish by saying the IMF did not impose anything on anyone. In Leland's view, it was an institution that helped to identify and cure a country's economic ills. Finally, Leland also believed that Brazil would be back on its feet after five years of non-inflationary growth, which was the Administration's primary goal (Idem).

Both statements showed the Reagan administration's strategy to address the Latin American Debt Crisis. For these advocates of neoliberal economic policies, reshaping the Americaneconomy was only the beginning. For the Reagan Administration's economic advisors, the so-called "Reagan Revolution" had to be global (Harvey, 2005). Since its origins, the Neoliberal movement in economics grew from disgust of Keynesianism and its belief in the government as an economic agent. For the most fervent adherents, like Donald Regan and David Stockman, the 1980s was a turn point in the wipeout of Keynesian influence in developing countries (Frieden,1987).

Therefore, the crisis in Brazil presented itself as an opportunity to implement a modernization program of such scale, one that would become the model for the entire continent. If a country like Brazil could succeed after adopting a market-friendly economic model, it would mean a considerable victory for the Reagan administration in its strategy for the Cold War. In contrast, Raul Prebish's thoughts represented mainstream economic ideas in Latin America. The Brazilian military junta liked those ideas because creating a national industrial sector and a solid and active State served well their nationalistic aspirations.

## 3. The end of the beginning

By late June, despite the colossal efforts made by the Chairman of the House Banking, Finance, and Housing Committee, Fernand St. Germain (D-RI), and the White House, both sides of the aisle struggled to reach a consensus. Some Democrats did not see any sense in helping countries abroad while welfare was under attack at home. For most Republicans, giving money to "irresponsible" multilateral banks at a time

when the country was trying to keep its public spending under control was something close to lunacy.

Meanwhile, Brazil received the second tranche of the IMF's aid package following tense negotiations with the IMF, where Brazil threatened to default if the Fund did not soften its demands. Another US$4 billion was supposed to keep the country in conditions to service its debt interest over the rest of 1983 (Boughton, 2001). However, the problem was that the Fund needed further funding to help Brazil in 1984 unless the US Congress approved the IMF quota increase.

In July, the Reagan Administration and the Republican leadership at Capitol Hill started to exert pressure on both Republican and Democrat members of Congress alike to approve the rescue package. Nevertheless, before the final vote, more panelists from the executive branch were summoned to testify to persuade Congress that the US$8.4 billion package to the IMF should be approved. After numerous hearings, statements, and four amendments intended to kill the bill or expel the communist countries from the IMF, the bill was approved in the House in a very close vote, 221-217 (New York Times, 1983). The greatest disappointment for the White House was that the Republicans were the main hurdle to the approval, and nothing President Reagan had said seemed capable of changing their minds.

The close vote reflected the fact that several Congress members from both sides of the aisle were determined to avoid extending the IMF quota. Therefore, Reagan had to trust a few moderate Republicans and flirt with the Democrats. The Democrats wanted to approve a new housing bill worth US$13 billion to guarantee their support for the IMF bill (New York Times, 1983). Budget director David Stockman hated the housing bill because he believed it would be a severe setback for a balanced budget in 1984. However, after much dithering, Stockman was overruled for political reasons, and the Housing Bill gained executive support— President Reagan signed the Germain Depository Institutions Act into law on November 30th, 1983. On the same day, Reagan also signed into law the new fund appropriation for the IMF. The Democratic vote guaranteed the bill's approval. Because of that, Reagan wrote a rare letter of appreciation to the Democrats on the Hill. Speaker O'Neill (D-MA) found the letter an "insufficient demonstration" of gratitude from the President (Idem). In summary, the opposition saved one of Reagan's most important foreign policy initiatives. There was a huge sense of relief at the White House, Wall Street, and Brasília. The Brazilian government had guaranteed credit to service its foreign debt in 1984, the American banking system would not collapse, and the IMF could push forward its reform initiatives in Latin America.

On September 13th, the House of Representatives debated an extra credit of US$1.8 billion to Brazil through the Eximbank to boost American exports (U.S. House, 1983). Under the terms of this agreement, Brazilians could only use Eximbank's credit to buy manufactured products in the United States. This new proposal from the US government was supposed to have an easy time in that session because it helped American export industries struggling with the sudden loss of Brazilian demand. However, what happened was quite the opposite.

Alfred H. Kingon and William Draper III gave statements representing the Eximbank. Kingon affirmed that this credit line was necessary due to a 50 % loss in American exports to Brazil in 1982 (U.S. House, 1983). According to him, this was a good policy that would not cost a lot and would positively affect many sectors of the American economy. William Draper affirmed that this was a "wise policy for the future", securing American interests in the region and boosting the economy out of recession. However, Draper admitted this was an Eximbank pet project without coordination with the IMF or the Secretary of the Treasury (Idem).

What followed was a fierce rebuttal from Congressmen Patman (D-TX) and Schumer (D-NY) against the Eximbank's project. Charles Schumer put the government officials in a difficult position by asking why the Eximbank was extending Brazil's credit line if the country was on the verge of a default (U.S. house, 1983).Moreover, if the IMF's whole adjustment program compelled Brazil to import less, why were they giving them credit to import more? Congressman Patman further affirmed that the Eximbank had to be extinguished for moving forward with "reckless practices." Draper and Kingon were in a difficult position to explain what seemed to be a dysfunctional policy by the US government. Both Draper and Kingon reaffirmed a core argument of the Reagan Administration: Brazil's economic destiny lay with the

United States (Idem). Theoretically, the Eximbank plan could work, but it could boost inflation and make Brazil's external debt even higher levels. In 1984 and 1985, Brazilian industries imported more from the United States, and while the economy showed a higher activity level, the predictions about inflation and the external debt unfortunately proved to be right.[3]

The confusion around the Eximbank loan demonstrated that the White House was at loggerheads during the planning stages of the rescue package. As pointed out by Carothers (1991), the US government struggled to put place a coherent strategy for the economic crisis in Latin America. Overall, there was an appearance of coordination that masked the fact that the Administration was pursuing economic policies that ultimately contradicted the goals they wanted to achieve. All the parties involved agreed that Brazil needed to have a lower inflation rate and avoid a default. Moreover, all the parties involved also knew that Brazil had to implement deflationary policies to have lower inflation rates and, therefore, had to import less. In that sense, the Eximbank loan ran against the main goals set by the Administration.

Meanwhile, the United States was trying to boost its exports to Brazil in the hope that with this loan from the Eximbank, the Brazilians would achieve their importation quotas by buying less from other nations. Another issue was the belief that the crisis was only a liquidity problem, not an insolvency one. This mistake by the White House made the first help package to Brazil something of an inefficient tool to deal with a crisis of this magnitude. Countries like Brazil and Mexico were able to service their debts efficiently if offer the right conditions to do so. However, they were instead facing challenging structural issues beyond the prophylactic measures proposed by the US government at that moment.

September 28th marked the Reagan Administration's last stand to persuade Congress that Brazil was coming out of the crisis. In a special panel about the Brazilian crisis, some administration officials tried to make the case for the help package to Brazil and why it was essential to keep funding the IMF. Fred Bergsten, a former Carter administration official, stated that "Brazil had everything to thrive" and was very optimistic about the country's future (Joint Committee, 1983). Bergsten also argued that the IMF's reforms aimed to fix the main issues that had led Brazil to this dismal situation. In his view, the Brazilian government had to be supported by the IMF to fight excessive public spending and wage indexation, both seen as the leading causes behind hyperinflation and high debt levels (Idem).

By the end of his statement, Fred Bergsten warned that Congress was risking repeating the tragic consequences of the Smoot-Hawley Act[4] if it opted not to help the developing countries engulfed by the Debt Crisis. Without the approved bill supporting the IMF, there was a high risk that a systemic default would have followed. Furthermore, given the level of exposure of the leading American banks to the Latin American debt (50-75 % of their capitalization), a local crisis could soon become a global crisis of immense proportions.

The tone set by Fred Bergsten prevailed on that day. It was an interesting mixture of scare tactics with effusive optimism. Jack Guenther, vice president of Citibank, followed the same argument. Guenther argued that Brazil had faced a similar situation before when the country faced the threat of an economic meltdown during the early 1960s. After the military junta seized power in 1964, the United States and Brazilian technocrats put an adjustment plan in place. The Campos-Bulhões plan was able to restructure Brazil's economy and set the stage for the "miracle" of the 1970s. In supporting the IMF, the United States believed it would give the Fund the tools to reenact this successful initiative.

Anthony Motley's statement was the high point of the hearing session that day. Motley was the Ambassador to Brazil until late 1982 when he returned to Washington to serve as Assistant Secretary of State for Inter-American Affairs. Moreover, Motley was born in Brazil, spoke Portuguese fluently, and was a very close friend of President Figueiredo (1979-1985). First, Motley exalted the Brazilian military junta's ability

[3] By 1984 and 1985 with the beginning of the Reaganomics boom, American demand for Brazilian products increased sharply. This trend made the Brazilian government more optimistic about its economic outlook and less willing to implement the fiscal adjustment demanded by the IMF. While the influx of US Dollars improved in 1984, Brazil was also importing more to cope with foreign demand. Unfortunately, higher demand made inflation to soar from 115.1 % in 1983 to 141.2 % in 1985 (IMF,1988).

[4] The Smoot-Hawley Tariff Act of 1930 was a piece of U.S. legislation that significantly raised tariffs on a wide range of imported goods.The primary aim was to protect American industries by making foreign goods more expensive and thus encouraging domestic production.However, the Smoot-Hawley Act had unintended consequences and is widely regarded as exacerbating the Great Depression. In retaliation, many trading partners imposed their own tariffs on American exports, leading to a global trade war. The increase in protectionist measures contributed to a decline in international trade, deepening the economic downturn.

to keep order and promote economic development at the same time since 1964. His words emphasized the idea that the regime deserved a vote of confidence from the American government for being such a dedicated ally against communism in South America (Joint Committee, 1983). Motley also argued that Brazil's economic growth in the 1970s ceased after the Oil Shock of 1973. In his view, since Brazil had to import about 80 % of the oil it used for domestic consumption, the country was heavily exposed to the sharp increase in oil prices. The former ambassador also believed that a series of unfortunate events like meteorological phenomena and political changes abroad put the country in its present situation.

During his statement, Motley was interrupted by Senator Charles Mathias (R-MD), who asked to comment. Mathias was with President Reagan when he visited Brazil in December 1982. Senator Mathias was fascinated by the country and, at the same time, puzzled by its desperate situation. Motley rebuttal to the Senator's comment was that the "only flaw" of the Military junta was not to embrace market-friendly economic policies (Joint Committee, 1983). According to Motley, the country needed to get public spending under control, and the best way to do it was to privatize state companies. He regretted that the first round of privatizations had not attracted any buyers because the Brazilian government only offered less attractive companies. The big prizes, Petrobras (oil) and Vale (iron ore), were still under the strong arm of the State. Senator Mathias also expressed dissatisfaction with a country of continental dimension and rich in natural resources that refused to open itself to the "benefits of the free market." Both agreed that the solution to Brazil's ills was to adopt the neoliberal recipe the Reagan Administration proposed (Idem).

It is important to emphasize here how the literature on the topic usually affirms that privatization appeared in Brazil only after 1989, with the Washington Consensus (Mercadante, 1997). Based on the testimonies given to Congress, it is possible to infer that the US government and the IMF have been pushing for a comprehensive privatization program in Brazil, at least since 1981. However, in the junta,there was little support for privatization, mainly because it ran counter to its nationalistic politics. For most of the population and the influential civil servants' labor unions, privatization was anathema as well. The topic of privatization would be a considerable point of contention between the Brazilian government and the IMF during the 1980s. What is certain is that neither the Brazilian government nor its civil society was ready to accept such a drastic measure.

Finally, Motley told Senator Mathias he should not worry about social chaos. It would not happen in Brazil because, according to him, the "Portuguese stock was different from Spanish stock." Also, the Portuguese who colonized Brazil did not have the same "hot blood" as their South American neighbors whom Spain colonized (Joint Committee, 1983). In his view, this factor alone made Brazil less prone to revolutions than the other Latin American countries. Despite Motley's optimism, looting was happening in all major Brazilian cities at that point. Although 2/3 of the population was suffering from malnutrition and millions more were unemployed, a large-scale popular uprising was unlikely. As the return to democracy was moved forward, it was not in the opposition's interest to foment a revolution and risk a military backlash.

## 4. Conclusion

In December 1983, President Reagan wrote in his diary: Brazil accepted IMF terms—good news for the world financial markets (Reagan, 2007). The British magazine "The Economist" published a story about the first Christmas of the crisis in Brazil (Economist, Dez 1983). It summarized all the challenges faced by the country during a tough year. That included the complex negotiations in Washington, the IMF's threats to cut Brazil's emergency loan, and the urban riots. Finally, the magazine concluded that Brazil would have a difficult 1984, but it was unlikely to be worse than 1983. The optimism of Christmas soon faded away, and 1984 brought even higher inflation and several quarrels with the IMF due to unfulfilled reform promises on Brazil's part.

Despite the severity of the Debt Crisis, Brazil did not fall apart, and power returned to civilians in 1985. The merry-go-round surrounding the debt and the lackluster economy culminated in 1987 when President José Sarney (1985-1990) declared a unilateral moratorium on the country's external debt. Not even the most pessimistic analyst of the Brazilian crisis would have imagined it would take until 1994 for the country to get inflation under control. It is essential to point out that several plans approved by the IMF in the 1980s failed, and the plan that the IMF did not approve was the one that solved the problem. Paradoxically, many 1983 adjustment plan features were in the successful Real Plan (1994). Both plans shared important characteristics of privatization, combating inflation, and the insertion of the Brazilian economy into the global market. What went wrong in 1983 that worked in 1994? In a nutshell, by 1994, Brazil had a civil society ready to accept structural changes to put inflation under control.

As often happens in American politics, the troubled relations between the executive branch and Congress are crucial in shaping foreign policy. The struggle of the Reagan administration to put in place a coherent policy to deal with the Latin America's debt crisis was no different from the current conundrum surrounding financial support to Ukraine and Israel. Moreover, the brain thrust behind the American planwas flawed: this was not a liquidity crisis but an insolvency crisis, as it became evident as high inflation and debt inflation remained strong throughout the 1980s. Another mistake was Reagan's supply-side zealots' belief that Brazil and other Latin American countries would accept sweeping economic changes immediately, disregarding the potential political repercussions of those changes. The Reagan administration also misread the banker's intentions when they thought American banks would help the IMF by extending credit lines and more generous debt rescheduling programs to Brazil. None of this happened, and the risk-averse banks made the US government and the IMF take the toll.

Moreover, the prospect of Wall Street bankers confronting substantial losses was abhorrent to the White House, rendering a more straightforward resolution improbable for the debtors. Additionally, the longstanding Congress aversion to multilateral institutions persisted. The notion of rescuing banks and foreign competitors while the United States grappled with recession appeared nonsensical to several members of Congress spanning the political spectrum. Despite skepticism from a segment of Congress, the genuine threat of a global depression stemming from the financial collapse of American banks exposed to Latin American debt loomed large. However, isolationists deemed the risk worth adhering to their principles. It required a significant effort from the executive branch and substantial concessions to Democrats to materialize the IMF bill. Unfortunately, within six months of its approval, it became evident that the bill had failed to properly address the Debt Crisis.

## 5. Bibliography


ARNSON, C. **Crossroads : Congress, the Reagan administration, and Central America**. New York: Pantheon Books, 1989.

BABB, S. L. **Behind the development banks : Washington politics, world poverty, and the wealth of nations**. Chicago: University of Chicago Press, 2009.

BOUGHTON, J. M. **Silent revolution : the International Monetary Fund, 1979-1989**. Washington, D.C.: International Monetary Fund, 2001.

Brazil invents the sambatorium. **The Economist**, p. 69, 8 jan. 1983.

Brazil's pulse is weak. **The Economist**, p. 72, 16 abr. 1983.

CAROTHERS, T. **IN THE NAME OF DEMOCRACY :u.s. policy toward latinamerica in the reagan years.** S.L.: Univ Of California Press, 1991.

Crise da dividachegaaoBrasil. **Veja**, 22 dez. 1982.

DEVLIN, R. **Debt and Crisis in Latin America The Supply Side of the Story**. [s.l.] Princeton

University Press, 1993.

DOMITROVIC, B. **Econoclasts**. [s.l.] Simon and Schuster, 2023.

FRIEDEN, J. A. **Banking on the World**. [s.l.] Wiley-Blackwell, 1989.

GROSH, M. E. **Social Spending in Latin America**. [s.l: s.n.].

HARVEY, D. **A Brief History of Neoliberalism**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

IMF. Empirical Analysis of High-Inflation Episodes in Argentina, Brazil, and Israel. **IMF Working Papers**, v. 1988, n. 068, 1988. Disponível em: www.elibrary.imf.org. Acesso em: 18 jan. 2024

JAMESON, K. P. **Latin America in the 1980s**. [s.l: s.n.].

JOHNSON, H. **Sleepwalking through history : America in the Reagan years**. New York: W.W. Norton, 2003.

JOINT COMMITTEE on Banking, Finance and Urban Affairs. Session on Brazilian Foreign Debt, September 28 1983.(Accessed: March 24, 2023). Text in: ProQuest® *Congressional Hearings Digital Collection*.

_____. IMF quota increase, minority view, 03/05/1983, (Accessed: March 25, 2023). Text in: ProQuest® *Congressional Hearings Digital Collection*.

HELMS, J. In a pinch, the IMF could go for the gold. **Wall Street Journal** (New York), May 6, 1983, p. 28.

KEMP, J. The solution to the World debt. **Wall Street Journal** , 2 fev. 1983.

LANDY, T. M. **From Miracle to Crisis**. [s.l: s.n.].

LEOGRANDE, W. From Reagan to Bush: the transition in US policy towards Latin America. **Journal of Latin American studies**, v. 22, out. 1990.

MERCADANTE, A.O. **O Brasilpós-real**. [s.l.] UniversidadeEstadual de Campinas Instituto de Economia, 1997.

MIDDLEBROOK, K. J.; RICO, C. **The United States and Latin America in the 1980s**. [s.l.] University of Pittsburgh Pre, 1986.

MORLEY, S. A. **Poverty and Inequality in Latin America**. [s.l: s.n.].

BRESSER, C. **A Turning Point in the Brazilian Debt Crisis**. [s.l: s.n.].

PSACHAROPOULOS, G. **Poverty and income distribution in Latin America : the story of the 1980s**. Washington, D.C.: World Bank, 1997.

REAGAN, R. **The Reagan Diaries**. [s.l.] Harper Collins, 2007.

REGAN, D. The United States and the world's debt problem. **Wall Street Journal**, 8 fev. 1983.

RHODES, W. **Banker to the World: Leadership Lessons From the Front Lines of Global Finance**. [s.l.] McGraw Hill Professional, 2011.

ROJAS-SUÁREZL.; STEVEN RIESS WEISBROD. **Financial fragilities in Latin America : the 1980s and 1990s**. Washington, Dc: International Monetary Fund, 1995.

SLOAN, J. W. **The Reagan Effect**. [s.l: s.n.].

Turning wine into water. **The Economist**, p. 4, 12 mar. 1983.

Twelve months later, Brazil prepares for Christmas, 1982. **The Economist**, December 17, 1983. *The Economist Historical Archive* (accessed January 11, 2024), p.87-88. link.gale.com

U.S. HOUSE. Committee on Banking, Finance and Urban Affairs. Eximbank. September 13-14 1983),(Accessed: March 23, 2023).Text in: ProQuest® *Congressional Hearings Digital Collection*.

U.S. SENATE. Committee on, Banking, Finance and Urban Affairs. Donald Regan Statement, February 2-91983, (Accessed: March 25, 2023). Text in: ProQuest® *Congressional Hearings Digital Collection*.

_____. Paul Volcker Statement, February 2-9 1983. (Accessed: March 24, 2023).Text in: ProQuest® *Congressional Hearings Digital Collection*.

VOLCKER, P. A.; TOYOO GYOHTEN. **Changing Fortunes**. [s.l.] Crown, 1992.

WIARDA, H. J. **American Foreign Policy Toward Latin America in the 80s and 90s**. [s.l.] NYU Press, 1992.

WRISTON, W. B. **Risk & Other Four-letter Words**. [s.l: s.n.]

*Parte III*

# Resenhas

# Núñez Romero-Balmas, Gregorio y Vázquez-Fariñas, María (Eds.): *Finanzas e industrialización en España*. Jaén, Editorial Universidad de Jaén, 2022.

## RESENHA DE OBRA

**Sheila Palomares Alarcón**
**@Contato principal: salarcon@ujaen.es**

El conjunto de trabajos que se presenta en este libro, que, si bien han superado la fase de evaluación externa por pares mediante el sistema de doble ciego, fueron publicados como primera versión en la *Revista Historia de la Economía y de la Empresa* (2009), número 3.

Como refiere Santiago Carbó (2022, p.49): "Muchas cosas han pasado desde 2009 a 2021, en los que quiero destacar dos eventos de gran trascendencia: una crisis financiera global seguida de una crisis de la deuda soberana en la Eurozona (2009-2012) y una pandemia causada por la Covid-19 (2020-2021)".

Estos doce años de diferencia, a los que se suman los citados acontecimientos, hacen que este libro sea una importante aportación sobre las sociedades anónimas, por un lado, porque se actualizan las investigaciones realizadas por sus diferentes autores aportando nuevos y sólidos datos, y, por otro lado, porque se exponen nuevos problemas y, por consiguiente, nuevas líneas de investigación futuras.

El libro, compuesto por 11 artículos, trata diferentes temáticas que se pueden agrupar en tres bloques, aunque no vengan así organizados en el índice. Los cinco primeros artículos abordan enfoques generales sobre la temática y el estado del arte de la materia desde diferentes abordajes. A continuación, tres artículos presentan sectores como la banca, los seguros y las sociedades de aguas potables, que tuvieron un importante peso en la configuración del mercado financiero moderno. Finalmente, en otros artículos se analizan polos o plazas financieras desde diferentes puntos de vista mediante estudios de caso, situados en Valencia, Guipúzcoa y La Coruña.

El primer capítulo "Las sociedades anónimas y el desarrollo económico en España" por Gregorio Núñez Romero-Balmas, expone el marco general de la cuestión, así como la historiografía y oferta de títulos de capital de las sociedades anónimas en España durante la primera mitad del siglo XX. Por su parte, Santiago Carbó aborda "Las relaciones sistema-financiero empresa: un marco conceptual", capítulo en el que explica las relaciones del sistema financiero-empresa y de las de la banca-empresa, así como el papel de las participaciones empresariales del sector bancario, siendo una contribución que amplía los lazos entre las investigaciones históricas y las de teoría financiera.

A continuación, Begoña Moreno estudia "El mercado de valores como factor de modernización económica y financiera en España". En este tercer capítulo la autora relata la evolución de la Bolsa de Madrid, que nació para negociar la deuda pública, durante sus dos siglos de historia y el papel que tuvo, así como la normativa del mercado de valores en el desarrollo económico de España.

José María Ortíz-Villajos, en el cuarto capítulo analiza los orígenes, constitución y desarrollo de la empresa menorquina La Maquinista Navalhasta convertirse en una gran industria con un enfoque desde la Historia financiera e industrial con un trabajo titulado "De taller local a empresa gerencial: crecimiento y cambios societarios de La Maquinista Naval, 1890-1902". En el quinto capítulo "Del nilómetro a la bolsa y a los mercados contrafactuales. Historia de la valoración" Vicente Caballer Mellado realiza una completa recopilación de los precedentes de los criterios y técnicas de valoración desde los orígenes de la civilización hasta nuestros días, que progresaron de forma paralela a la evolución económica.

Seguidamente, Jerònia Pons-Pons y Sara Guijarro Moreno en el sexto capítulo "Las inversiones de las

reservas y depósitos en las compañías de seguros españolas en el primer tercio del siglo XX" desarrollan un análisis sobre la planificación de cartera de las sociedades de seguros en España desde el siglo XIX al XX. En el séptimocapítulo "La banca española y la promoción de sociedades anónimas durante el siglo XX" José Luis García Ruiz analiza dos estudios de caso: el Banco Hispano Americano y el Banco Central, y su contribución al crecimiento económico de un país desde la óptica de la Historia de la empresa.

Juan Manuel Matés Barco en el octavo capítulo"El servicio público de abastecimiento de agua en España (1840-1985): sociedades anónimas y grupos empresariales" estudia las sociedades anónimas de abastecimiento de agua potable que había en España entre 1840 y 1985, así como el papel que tuvo el sector servicios en la economía. Además, analiza la relevancia que tuvo la prestación de este servicio público y muestra el creciente interés de los investigadores por estas actividades económicas.

El noveno capítulo "Nacimiento, estructura y evolución de la Bolsa de Valencia: 1890-1936" de Joaquim Cuevas, analiza cómo se formó y funcionó el mercado de valores de Valencia desde la constitución de la Bolsa de Valores hasta el inicio de la guerra civil como contribución para estudiar la integración financiera en la perspectiva nacional. Por su parte, M.ª Montserrat Gárate Ojanguren realiza un completo análisis sobre las formas empresariales que han caracterizado el proceso de industrialización de Guipúzcoa, desde los sectores primitivos hasta la formación de las sociedades anónimas de mayor capital y capacidad en el décimo capítulo "La particular estructura de Guipúzcoa: de la empresa familiar a la sociedad anónima, 1876-1935".

Finalmente, el décimo primero capítulo "La empresa moderna en la ciudad de La Coruña, 1840-1914" de Elvira Lindoso Tato y Alberte Martínez-López, examina las sociedades anónimas que fueron fundadas en A Coruña desde el siglo XIX hasta la Primera Guerra Mundial, que, se introdujeron en los sectores más dinámicos de la región en paralelo con lo que sucedió en el resto del país.

Al leer esta obra el lector habrá podido adentrarse en el complejo mundo de las sociedades anónimas, la historiografía y el estado del arte sobre la materia, la innovación tecnológica, la evolución del mercado de valores y otras cuestiones de interés para la actividad empresarial, mostrando, además, diferentes estudios de caso entre diferentes sectores y plazas financieras españolas. Se convierte este libro en un manual base para quien estudie las sociedades anónimas y a la vez, un sólido punto de partida para futuras investigaciones sobre esta materia al haber posibilitado detectar las dificultades y las mejores soluciones en este contexto, no solo para quien estudie el ámbito geográfico español, sino para cualquier investigador interesado en las sociedades anónimas.